

MARESSA FONSECA E SOUZA

**MODOS DE VIDA E MODOS DE HABITAR EM MORADIAS
AUTOCONSTRUÍDAS: UM ESTUDO NOS BAIRROS NOVA VIÇOSA E
POSSES, EM VIÇOSA – MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2017

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

S729m
2017 Souza, Maressa Fonseca e, 1990-
Modos de vida e modos de habitar em moradias
autoconstruídas : um estudo nos bairros Nova Viçosa e Posses,
em Viçosa - MG / Maressa Fonseca e Souza. – Viçosa, MG,
2017.

xiii, 163f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Ítalo Itamar Caixeiro Stephan.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.142-148.

1. Arquitetura. 2. Casa própria - Autoconstrução. 3. Estilo de vida. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. II. Título.

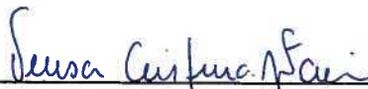
CDD 22. ed. 728

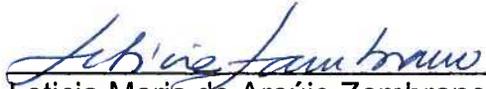
MARESSA FONSECA E SOUZA

**MODOS DE VIDA E MODOS DE HABITAR EM MORADIAS
AUTOCONSTRUÍDAS: UM ESTUDO NOS BAIROS NOVA VIÇOSA E
POSSES, EM VIÇOSA – MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 17 de fevereiro de 2017.


Teresa Cristina de Almeida Faria


Leticia Maria de Araújo Zambrano


Aline Werneck Barbosa de Carvalho
(Coorientadora)


Ítalo Itamar Calxeiro Stephan
(Orientador)

Aos moradores de Nova Viçosa e Posses,
pelas lições aprendidas.

“Porque assim diz o Alto, o Sublime,
que *habita* na eternidade, o qual tem o nome de Santo:

Habito no alto e santo lugar, mas *habito* também com o contrito e abatido de espírito,
para vivificar o espírito dos abatidos e vivificar o coração dos contritos. ”

(Isaías 57:15 - RA)

AGRADECIMENTOS

Gosto sempre de ler os agradecimentos em dissertações e teses. Penso que é um jeito de me sentir mais próxima do autor, sabendo que essa pessoa também passou pelas dificuldades, dúvidas e alegrias de se produzir um trabalho monográfico. O mestrado significou uma autodescoberta muito importante e não foram poucas as pessoas que contribuíram para que isto acontecesse de maneira tão especial. Os agradecimentos são o momento de lembrar esta trajetória, me auto avaliar e seguir em frente.

Sou grata ao Senhor, por um dia ter tido a oportunidade de conhecer (e prosseguir em conhecer) o Caminho, a Verdade e a Vida. Isto basta, isto é suficiente para viver! É a maior alegria e riqueza que alguém poderia encontrar: o Reino de Deus, uma pérola rara e preciosíssima. É só por isso que os agradecimentos a seguir fazem sentido.

Agradeço aos meus pais, por terem me ensinado o Caminho. Ao meu pai, por nunca ter desistido de ser meu irmão (que grande honra!). Obrigada por ter me incentivado tanto a ingressar no mestrado quando eu tinha muitas dúvidas e inseguranças. Ao mesmo tempo em que me torturava com “carro apertado é que canta!”, sempre soube me consolar com “entrega o Teu caminho ao Senhor, confia Nele, e o mais, Ele fará”. À minha mãe, pelo amor, por me desejar o melhor e estar sempre na torcida, obrigada! Aos irmãos, à Família, pela simples e maravilhosa realização de compartilhar Jesus, nosso amor, nosso compromisso, nossa grande alegria.

Sou imensamente grata à professora Aline Werneck, por ter me ajudado a me encontrar no tema da dissertação quando eu nem sabia o que realmente queria estudar, mas acho que acertamos! Obrigada por ter trilhado junto comigo esse caminho na pesquisa, foi uma realização. Seu compromisso, competência, solicitude e entusiasmo são claramente reconhecidos, os quais terei sempre como exemplo, mas eu agradeço porque, para mim, você se tornou uma pessoa de verdade, daquelas que deixam marcas no coração. Obrigada pela dedicação, pela paciência, pelas risadas e conversas tão boas, livres e leves. E muito obrigada por me permitir utilizar a sua obra de arte como capa do trabalho.

Agradeço ao professor Ítalo Stephan por aceitar orientar o trabalho no meio do caminho, por ter me “adotado” mesmo em meio às minhas tarefas no DAU e dificuldade com prazos. Agradeço muito pelas suas indagações que sempre me fizeram refletir mais profundamente, pelas contribuições tão importantes, pela disponibilidade e acessibilidade, literalmente, do outro lado do corredor.

Agradeço aos professores Geraldo Browne e Neide Aparecida pelas contribuições ao projeto de pesquisa, as quais me fizeram realinhar alguns dos objetivos e trajetória. Sou grata à professora Teresa Faria, pela participação no seminário e na banca de defesa, por suas contribuições ricas para o trabalho. Agradeço também à professora Letícia Zambrano pela disponibilidade de participação na banca, pelos preciosos comentários e sugestões.

Agradeço aos professores do PPG.au pelo apoio e por sempre nos instigarem a refletir e ir além. Aos funcionários da Pós, especialmente ao Coutinho, pelo auxílio sempre que necessário.

Aos colegas com quem pude conviver mais de perto durante o mestrado: Áurea, Ana Cristina, Aletícia, Osmar (nosso “Planejar” e as tardes na Pós deixaram saudades!), André, Zoleni e Regiane; sou especialmente grata a Áurea pela ajuda primordial com a pesquisa de campo. Agradeço à Eleusy pelas caronas, cafezinhos com pão de queijo, carinho, abraços apertados, apoio e torcida constantes – nossa APO rendeu, né?

A todos os professores do DAU-UFV, pelo aprendizado e pela experiência propiciada durante o tempo de docência como professora substituta. Sou especialmente grata aos professores Geraldo, Mariana, Douglas, Maristela, Denise, Luiz, Tiago, Andressa, Ramon, Rogério e, no último ano, à Lina e à Megg, pela parceria. Aos funcionários do DAU, pela presteza, disponibilidade e convivência saudosa, principalmente Donizete, Estela, Alexei, Thales e Reginaldo. Agradeço aos “meus” alunos pela dedicação, compreensão e torcida durante esse período.

Aos moradores de Nova Viçosa e Posses, às famílias que abriram as portas de suas casas e, às vezes, de seus corações, para que eu aprendesse um pouco mais.

A todos os que, de alguma forma, contribuíram e me ajudaram neste percurso, muito obrigada!

SUMÁRIO

Lista de Figuras	viii
Lista de Quadros	x
Lista de Tabelas.....	xi
Resumo	xii
Abstract.....	xiii
Introdução	1
Motivações para a pesquisa	1
Apresentação do problema	1
Objetivos.....	3
Justificativa e relevância do tema	4
Metodologia	5
Estrutura da Dissertação.....	7
1. Modos de Vida na produção da moradia	9
1.1 O sentido de habitar: em busca de conceitos.....	9
1.2 A experiência do habitar e a abordagem fenomenológica na arquitetura	11
1.3 Abordagens sobre modos de vida.....	13
1.4 Dimensões associadas aos modos de habitar	21
1.5 Entre o vernacular e popular: o híbrido	25
1.6 Heranças domésticas na arquitetura brasileira.....	29
2. A moradia autoconstruída no Brasil	37
2.1 Autoconstrução: Refletindo sobre os conceitos.....	37
2.2 Um breve histórico sobre a autoconstrução no Brasil.....	39
2.3 Novos ideários e práticas: Neoliberalismo e as Conferências Habitat	42
2.4 Arquitetura participativa	44
2.5 Institucionalização da autoconstrução: Lei 11.888/08	46
3. Metodologia de pesquisa de campo.....	50
3.1 Área de estudo: os bairros Nova Viçosa e Posses.....	50
3.1.1 Origens dos bairros e de seus moradores.....	53
3.1.2 Características espaciais e infraestrutura.....	55
3.1.3 Perfil socioeconômico dos moradores.....	58
3.2 Procedimentos para coleta de dados	61
3.2.1 Critérios para definição da amostra.....	64
3.2.2 Visitas de caráter exploratório	66
3.2.3 Métodos de coleta de dados	67

3.2.4 Métodos de análise de dados	73
4. As características da moradia autoconstruída em Nova Viçosa e Posses.....	75
4.1 Descrição dos casos	75
4.1.1 Moradia A – Cultura do trabalho.....	75
4.1.2 Moradia B – Abrigo	84
4.1.3 Moradia C – Um santuário	91
4.1.4 Moradia D – Empreendimento habitacional.....	99
4.1.5 Moradia E – Segurança em meio ao conflito	109
4.1.6 Moradia F – A benção.....	119
4.2 Análise e interpretação dos dados	127
Considerações Finais.....	137
Referências bibliográficas	142
Apêndice A – Ficha com dados sistematizados das famílias atendidas pelo Projeto Habitat entre 2004 e 2012	149
Apêndice B – Fichas de localização das moradias	152
Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	157
Apêndice D – Instrumento de coleta de dados: Entrevista.....	159
Apêndice E – Instrumento de coleta de dados: Quadro de atividades e respectivos locais de realização	160
Apêndice F – Instrumento de coleta de dados: Mapa afetivo.....	161
Apêndice G – Instrumento de coleta de dados: Levantamento Arquitetônico... 	162
Apêndice H – Instrumento de coleta de dados: Levantamento Arquitetônico - materiais.....	163

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização dos bairros Nova Viçosa e Posses em relação a área central e à Universidade Federal de Viçosa.	6
Figura 2 - Necessidades habitacionais a serem satisfeitas na moradia.....	24
Figura 3 - Cidade de Olinda por volta de 1630. Cartógrafo desconhecido.	31
Figura 4 - A residência colonial, rural ou urbana, manteve uma uniformidade na setorização, refletindo a estrutura social.	32
Figura 5 - Esquema espacial de casario térreo e disposição de cômodos em um sobrado colonial - primeiro pavimento e térreo, respectivamente.	32
Figura 6 - Esquema da evolução tipológica e estilística da moradia no Brasil.	35
Figura 7 - Localização dos bairros Nova Viçosa e Posses, em Viçosa, MG.	51
Figura 8 - Aspecto do loteamento no dia da inauguração, em 1978.....	53
Figura 9 - Acessos aos bairros, principais pontos de referência e localização das moradias participantes da pesquisa de campo..	56
Figura 10 - Irregularidades construtivas e sua incidência em Nova Viçosa e Posses.	58
Figura 11 - Tipos de auxílio na construção das casas em Nova Viçosa e Posses.....	61
Figura 12 - Síntese do levantamento arquitetônico da Moradia A.	77
Figura 13 - Condições da residência nas primeiras visitas realizadas pelos alunos do curso de Arquitetura.	78
Figura 14 - Residência da filha construída nos fundos do lote.	79
Figura 15 - Vista externa das vedações e vistas internas do buffet.	80
Figura 16 - Organização dos objetos utilizados no trabalho no buffet, como registrados por José no Mapa Afetivo.	81
Figura 17 - Horta cuidada pela moradora, registrada no Mapa Afetivo; acesso ao terreno pela rua.	81
Figura 18 - Matriz de Descobertas: Moradia A.	83
Figura 19 - Síntese do levantamento arquitetônico da Moradia B.	85
Figura 20 - Vista externa do terreno vizinho e aspecto do mesmo vista a partir da residência B.	86
Figura 21 - Área onde se localiza a pia e sala.....	88
Figura 22 - Sala de estar e quarto do casal.....	88
Figura 23 - Acesso à residência, em que se notam as separações no acesso à residência da família e dos parentes.....	89
Figura 24 - Matriz de Descobertas: Moradia B.	90
Figura 25 - Síntese do levantamento arquitetônico da Moradia C.	92
Figura 26 - Aspecto da residência em 2011 e aspecto externo no período de realização da pesquisa, com a construção do primeiro pavimento e do terraço, nota-se a presença da edícula nos fundos do lote.	94
Figura 27 - Quadros com motivos religiosos expostos na sala de estar. Objetos registrados pela moradora no Mapa Afetivo.....	96

Figura 28 - Bacia “de tomar banho”, utilizada para a higiene também nos primeiros anos de residência no local, e “caixa de roupa” trazida do campo.....	96
Figura 29 - Fogão a lenha localizado na varanda posterior e área de serviço, também utilizada para armazenagem de objetos funcionais.....	97
Figura 30 - Varal, tanque e cama no terraço.	97
Figura 31 - Matriz de Descobertas: Moradia C.....	98
Figura 32 - Síntese do levantamento arquitetônico da Moradia D.	100
Figura 33 - Aspecto da parte frontal da residência, onde se acumulam materiais de construção no terreno e na rua.	103
Figura 34 - Moradora mostrando pés de café remanescentes em frente à casa e plantio de mudas no terreno ao lado da residência, de propriedade dos moradores.	103
Figura 35 - Aspecto da sala que dá acesso à cozinha, nela se encontram maiores investimentos.....	105
Figura 36 - Lavanderia junto à entrada da residência.....	105
Figura 37 - Área utilizada para secagem de roupas no primeiro pavimento..	107
Figura 38 - Matriz de Descobertas: Moradia D.....	108
Figura 39 - Síntese do levantamento arquitetônico da Moradia E.	110
Figura 40 - Construção do muro com estrutura em concreto e alvenaria de blocos de concreto e fechamento da janela.	112
Figura 41 - Quarto da filha.	113
Figura 42 - Sala de estar, como registrada pela moradora no Mapa Afetivo..	114
Figura 43 - Aspecto do quintal e varanda de serviço, onde se localiza o fogão a lenha, como registrado pela moradora no Mapa Afetivo.	115
Figura 44 - Matriz de Descobertas: Moradia E.....	118
Figura 45 - Síntese do levantamento arquitetônico da Moradia F.	120
Figura 46 - Jardim lateral e quintal.....	122
Figura 47 - Acesso à residência atual e acesso ao terraço.	123
Figura 48 - Fogão a lenha e objetos de decoração na sala de estar..	124
Figura 49 - Matriz de Descobertas: Moradia F.	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Contribuições para o entendimento da noção de Modo de Vida.....	21
Quadro 2 - Síntese das características dos ambientes residenciais e sua evolução. .	36
Quadro 3 - Objetivos da pesquisa e sua relação com as etapas, atividades e métodos escolhidos.....	72
Quadro 4 - Modelo de análise de acordo com as variáveis Modo de vida, Modo de habitar e Conformação do espaço doméstico.	73
Quadro 5 - Síntese dos dados sobre a moradia A e seus moradores.	76
Quadro 6 - Síntese dos dados sobre a moradia B e seus moradores.	84
Quadro 7 - Síntese dos dados sobre a moradia C e seus moradores.	91
Quadro 8 - Síntese dos dados sobre a moradia D e seus moradores.	99
Quadro 9 - Síntese dos dados sobre a moradia E e seus moradores.	109
Quadro 10 - Síntese dos dados sobre a moradia F e seus moradores.....	119
Quadro 11 - Síntese dos dados obtidos nas residências estudadas.	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores sociais da Região 4 e sua relação com dados gerais do município.	59
Tabela 2 - Indicadores habitacionais na Região 4 e sua relação com dados do município.	60

RESUMO

SOUZA, Maressa Fonseca e, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2017. **Modos de vida e modos de habitar em moradias autoconstruídas: um estudo nos bairros Nova Viçosa e Posses, em Viçosa – MG.** Orientador: Ítalo Itamar Caixeiro Stephan. Coorientadora: Aline Werneck Barbosa de Carvalho.

A pesquisa buscou analisar de que forma os modos de vida se expressam nos modos de habitar e na conformação do espaço doméstico de moradias autoconstruídas pela população de baixa renda, adotando como recorte espacial os bairros Nova Viçosa e Posses, localizados em Viçosa, MG. A pesquisa de campo assumiu a forma de estudos de caso, para os quais foram selecionadas 6 moradias para a aplicação dos procedimentos metodológicos, sejam eles entrevistas semiestruturadas seguidas de passeio acompanhado na residência e realização de mapa afetivo. Foram feitas medições e registros fotográficos para elaboração dos levantamentos arquitetônicos, bem como observações diretas durante as visitas. Os resultados foram apresentados de forma descritiva, sistematizados em quadros-síntese e analisados graficamente em matrizes de descobertas que enfatizaram a conformação espacial da residência e as dimensões relativas aos modos de habitar. A análise dos dados apontou que não há um padrão espacial na moradia autoconstruída, contudo existem aspectos comuns entre os casos estudados. Ao se tratar dos contextos de Nova Viçosa e Posses, observou-se uma continuidade de referências ao modo de vida rural bem como a presença de modos de vida e modos de habitar híbridos; constatou-se que os valores expressos na moradia são grandemente influenciados pelas condições socioeconômicas. Observou-se, dentre vários aspectos, o elevado número de reformas e ampliações realizadas, o desenvolvimento de atividades produtivas no espaço doméstico, a coabitação nos terrenos, a importância da dimensão temporal no processo de apropriação espacial e as dificuldades técnicas no planejamento e no processo construtivo. Destacou-se a necessidade de viabilização e operacionalização da Lei 11.888/08, garantindo a assistência técnica pública e gratuita para o alcance mais eficaz da satisfação residencial.

ABSTRACT

SOUZA, Maressa Fonseca e, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2017. **Ways of life and ways of inhabiting in self-built housing: a study in Nova Viçosa and Posses neighborhoods, in Viçosa – MG.** Advisor: Ítalo Itamar Caixeiro Stephan. Co-advisor: Aline Werneck Barbosa de Carvalho.

The study analyzes how the ways of life are expressed in ways of inhabiting and at the conformation of the space of self-built housing by the low-income population, adopting as a spatial clipping the neighborhoods of Nova Viçosa and Posses, located in Viçosa, MG. The field survey took the form of case studies, for which 6 dwellings were selected for an application of the methodological procedures, as semi-structured interviews, walkthrough evaluation in the residence and the affective map. Measurements and photographic records were made for the preparation of the architectural surveys, as well as direct observations during the visits. The results were defined in a descriptive way, systematized in summary tables and architectural graphic analysis that emphasized the spatial conformation of the residence and dimensions related with the ways of inhabiting. There are no spatial patterns showed by data analysis, however many important similarities can be found. When dealing with the contexts of Nova Viçosa and Posses, it was observed a continuity of references to the rural environment, as well as hybrids ways of life and inhabiting; it was found that values expressed in housing are greatly influenced by socioeconomic conditions. It was observed, among several elements, the high number of reforms and extensions made, the development of productive activities in the domestic space, the cohabitation in the lots, the importance of temporal dimension in the process of spatial appropriation and technical difficulties in planning and constructive process. It is emphasized the need for the viability and operationalization of Law 11.888/08, guaranteeing free technical assistance to reach more effective residential satisfaction.

INTRODUÇÃO

Motivações para a pesquisa

O interesse inicial para desenvolver este trabalho se deu por alguns questionamentos sobre a prática profissional como arquiteta e urbanista, principalmente ao lidar com as representações que muitas pessoas tinham da figura de uma arquiteta. Me perguntava por que muitos me viam como decoradora, ou por que não pensavam em contratar um arquiteto para elaboração do projeto da casa ou para assessorar as constantes e pequenas reformas empreendidas ao longo dos anos. Me questionava se os motivos eram reais restrições econômicas ou desconhecimento de atribuições e da importância do projeto.

Ao mesmo tempo, meu cotidiano era repleto de espaços que me intrigavam. Espaços não projetados, construídos por pessoas que não sabiam desenhar, mas sabiam construir, espaços que eu não conseguia classificar ou nomear ainda. Mas a vida acontecia ali, crescemos em meio a esses bairros, nessas casas, na casa do avô, nas casas dos irmãos, nas paisagens vistas pela janela do ônibus ao longo do percurso Viçosa – Rio Pomba. Muitos questionamentos, ainda não verbalizados, pontuavam na mente.

O que sabemos que esses construtores não sabem? O que os construtores sabem que não sabemos? Será que o meu conhecimento sobre projeto e construção é melhor e consegue solucionar as necessidades reais, de pessoas reais? O que aprendemos na graduação condiz com as realidades que lidamos no dia-a-dia? Existiria algo que eu poderia aprender com a “arquitetura popular”? O mestrado me deu a oportunidade de refletir, refletir criticamente, refletir novamente, investigar, encontrar respostas, e, principalmente, me encontrar.

Apresentação do problema

Este trabalho possui um caráter qualitativo e tem como intenção compreender quais são as relações existentes entre moradias autoconstruídas e os modos de vida e modos de habitar que lhes correspondem, especificamente no caso da moradia feita pela população de baixa renda. A pesquisa parte do pressuposto de que elementos como a estética da moradia, a disposição de cômodos, as características construtivas, dentre outras variáveis podem indicar aspectos culturais e da apropriação espacial que se tornam úteis à compreensão de variáveis a serem observadas em projetos voltados para habitação de interesse social. O recorte espacial da pesquisa limita-se a moradias localizadas nos bairros Nova Viçosa e Posses, no município de Viçosa, Minas Gerais.

A cidade de Viçosa localiza-se na mesorregião da Zona da Mata, no leste do estado, possuindo aproximadamente 76 mil habitantes e abrigando também uma população flutuante de cerca de 15 mil estudantes, devido, principalmente, à presença da Universidade Federal de Viçosa (UFV). As origens do município remontam ao período colonial, mas sua expansão urbana se intensificou durante o século XX juntamente com o crescimento da Universidade. Os bairros onde a pesquisa foi realizada foram fundados ao final da década de 1970 como loteamentos destinados às classes populares, onde se verifica a presença da autoconstrução como característica da maioria das residências, sendo recorrente a situação de precariedade habitacional.

Segundo Werna (2001), em países em desenvolvimento o acesso à habitação ocorre de maneira formal e informal, de acordo com a relação entre os agentes da construção e a estrutura socioeconômica e política existentes em um determinado contexto. Os modos de provisão de habitação informais são típicos nestes países, principalmente pelas dificuldades que a população de baixa renda encontra para ter acesso à habitação projetada por profissionais e produzida através do setor formal da construção civil. Ainda segundo este autor, essa situação ocorre como consequência da deficiência de desenvolvimento do capitalismo periférico em fornecer empregos no setor formal, bem como prover salários adequados para muitas parcelas da população urbana. Diante deste cenário, a informalidade no acesso à habitação é fruto de uma condição socioeconômica em que há poucas alternativas, ou mesmo nenhuma outra. A autoconstrução se torna, desse modo, a solução mais usual de moradia para esta população.

No Brasil, 77% da provisão habitacional é realizada através da autoconstrução não assistida (SILVESTRE; CARDOSO, 2013), processo pelo qual os construtores tomam suas próprias decisões projetuais e construtivas sem o auxílio de técnicos com formação no setor de construção civil, utilizando seus próprios recursos e mão-de-obra própria ou contratada. Por não envolver a participação de técnicos especializados, a autoconstrução é realizada sem um planejamento prévio sistemático, sendo grande parte das decisões quanto aos aspectos construtivos tomadas em obra, com conhecimento aprimorado por métodos familiares ou tradicionais, baseados muito mais na experimentação prática do que na técnica.

Por um lado, muitas vezes este processo se traduz em construções inacabadas, com baixa qualidade e desempenho construtivo. Entretanto, também podem estar presentes no processo aspectos positivos como o fator da coletividade exercida na autoajuda entre as pessoas, em uma relação social e de troca de favores, como ressalta Moraes (2012). Além disso, a participação dos moradores nas decisões projetuais ou

durante a construção tende a conferir às moradias soluções mais próximas de suas necessidades e expectativas.

Nascimento (2011) pontua que ainda que existam aspectos negativos, como a aparência inacabada ou a baixa qualidade de desempenho das construções, não se pode entender a autoconstrução como resultado apenas da precariedade financeira. Para a autora, a autoconstrução se vincula à maneira como práticas cotidianas e da realidade socioeconômica se estabelecem – o conhecimento sobre como melhor construir é apreendido ao longo do tempo, em experiências individuais, e transferido através de práticas sociais.

Todo esse processo estaria carregado de valores e tradições que se manifestam no ambiente autoconstruído, e que, somado ao processo de habitar, conferem às construções um real sentido de moradia. Jacques (2001) reitera este ponto de vista ao argumentar que os espaços autoconstruídos estão carregados de uma estética própria e transmitem conhecimentos práticos e valores que, muitas vezes, se distanciam do conhecimento técnico formalizado. Como muitos dos construtores são os próprios moradores, acredita-se que a moradia autoconstruída expresse e materialize valores específicos.

Dessa forma, os principais questionamentos que orientaram a pesquisa foram: Como os modos de vida da população de baixa renda estão expressos na moradia autoconstruída? Como seus valores inerentes se materializam ao longo do tempo na construção e quais suas traduções em termos espaciais? Existem modos de habitar específicos que se manifestam nas residências autoconstruídas? Quais os limites entre a influência dos modos de vida e modos de habitar e os aspectos que são unicamente fruto da dificuldade de acesso à outra forma de provisão da moradia? A partir destas compreensões, interessa-nos levantar o que poderia ser apreendido como saber ou variável técnica para o processo de projeto arquitetônico voltado para habitação de interesse social.

Objetivos

Objetivo geral

Analisar de que forma os modos de vida se expressam nos modos de habitar e na conformação do espaço doméstico de moradias autoconstruídas pela população de baixa renda.

Objetivos específicos

(1). Investigar os conceitos de modos de vida e modos de habitar, bem como suas inter-relações.

(2). Identificar as características, conceitos e debates acerca da autoconstrução no Brasil.

(3). Compreender a realidade histórica e social dos bairros Nova Viçosa e Posses, em Viçosa – MG.

(4). Identificar o modo de vida dos moradores e a forma como concebem a residência autoconstruída, em termos espaciais, construtivos e simbólicos.

(5). Descrever as tipologias habitacionais encontradas e as mudanças realizadas ao longo do tempo pelos moradores.

(6). Compreender os limites entre a conformação da residência como expressão do modo de vida e como única possibilidade econômica de acesso à moradia.

Justificativa e relevância do tema

Os conceitos herdados do movimento moderno na Arquitetura e no Urbanismo ainda permeiam a produção no campo da habitação de interesse social, principalmente no que se refere à moradia mínima, funcional e racionalizada. Conforme apontado por Benetti (2012), ocorreu no Brasil uma crise de simplificação modernista, especialmente em relação à habitação produzida para a população de baixo poder aquisitivo, traduzida pela associação entre construção racionalizada, menor custo e localização afastada da malha urbana. Embora verificada a insustentabilidade de modelos como os do período do Banco Nacional de Habitação (BNH), estes mesmos padrões de habitação e urbanização têm sido a resposta oferecida em anos recentes, como ocorreu com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) promovido a partir de 2009 pelo governo federal.

Na contramão ao modelo de urbanização e habitação oferecido pelo Estado e fruto de debates e experiências práticas ao longo de décadas, em 2008 foi sancionada a Lei Federal nº 11.888/08, que visa assegurar às famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos o acesso à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e construção de habitação de interesse social. Embora ainda não possua um modelo prático para a sua aplicação, a “Lei de Assistência Técnica”, como ficou conhecida, representa a formalização do processo de autoconstrução assistida e a possibilidade de qualificar a moradia de maneira difusa, evitando deslocamentos para periferias e a quebra de relações sociais estabelecidas pelos moradores nos bairros onde vivem. Por conseguinte, esta prática contribui para a qualificação do espaço urbano como um todo.

Diante do que está posto abre-se para os profissionais uma nova perspectiva não só de trabalho, mas principalmente de concretização da função social da profissão, não

comprometida apenas com um mercado estruturalmente reduzido, muitas vezes caracterizado por trabalhos autorais e destinados à alta renda (WHITAKER, 2011). Nesse sentido, a aproximação com a realidade da população a ser atendida e a compreensão a respeito de seus modos de vida, modos de habitar e limitações econômicas criam possibilidades para a formulação de soluções mais viáveis e culturalmente sustentáveis.

Como apontado por Cordeiro (2005), o estudo do espaço habitacional autoconstruído constitui-se em um campo de investigação pouco explorado por arquitetos. O conhecimento acerca desses espaços permitiria uma melhor compreensão do modo de vida de grupos sociais que habitam estas moradias, fornecendo informações que permitam traçar perfis específicos dos usuários de acordo com sua realidade local, ainda que esta seja uma tarefa complexa, como destaca Folz (2003 apud CORDEIRO, 2005, p.76):

Para projetar adequadamente uma habitação para a população de baixa renda é necessário conhecer o modo de vida dessa população. Não basta dividir os cômodos com metragens mínimas (...). No entanto, não é fácil observar o conjunto de exigências, uma vez que o comportamento e as atitudes das famílias apresentam um caráter unitário e dependente do contexto no qual elas vivem.

Sendo assim, a pesquisa em questão se justifica pela possibilidade de se contribuir para o processo de projeto de habitação voltado para população com menor renda, no sentido de apontar soluções mais condizentes com as realidades e necessidades habitacionais desta população.

Metodologia

O trabalho em questão consiste em uma pesquisa aplicada, pois “[...] objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos” (SILVA; MENEZES, 2001). Além disso, seus objetivos lhe conferem um caráter de pesquisa descritiva com algumas conexões com a pesquisa exploratória, uma vez que procura uma nova visão acerca de determinado problema. No trabalho predomina a abordagem qualitativa, eventualmente recorrendo-se a dados quantificáveis no processo de análise da problemática, ainda que não tenha utilizado uma amostra significativa do ponto de vista estatístico na pesquisa de campo.

A área de estudo

A pesquisa foi realizada nos bairros Nova Viçosa e Posses, localizados na região noroeste da cidade de Viçosa, a uma distância de aproximadamente 4 km do centro da cidade. Os bairros foram criados durante a gestão do prefeito Antônio Chequer (1973-

1976) ao se parcelarem propriedades rurais, sendo oficialmente inaugurados no final da década de 1970. A área foi inicialmente parcelada em 3500 lotes, sendo o empreendimento realizado pela Construtora Chequer. Sua implantação tinha o propósito de remanejar famílias pobres que ocupavam o centro da cidade além de atingir interesses eleitoreiros através da doação de lotes e casas, da venda de lotes a baixos custos e com pagamento facilitado (COELHO, 2013). Por conta do relevo acidentado, da distância entre o loteamento e o centro da cidade (Figura 1) e da ausência de infraestrutura urbana desde sua inauguração, em 1979, os bairros já nasceram como áreas desvalorizadas, onde se aglomerou uma população de menor renda (DIAS; SANTOS, 2011).



Figura 1 - Localização dos bairros Nova Viçosa e Posses em relação a área central e à Universidade Federal de Viçosa.

Fonte: Modificado pela autora a partir de Google Maps, 2016.

Nova Viçosa e Posses possuem cerca de 3800 lotes, entretanto a maioria dos moradores não possui título de propriedade ou documento que comprove a compra dos imóveis. Constituem-se como bairros com baixa densidade em relação à ocupação do solo, ainda com condições precárias de infraestrutura e onde se concentra uma população de baixa renda. A forma de provisão habitacional desta população ao longo dos anos vem sendo realizada, em sua maioria, por meio da autoconstrução incremental com práticas à margem da legislação urbanística e seguindo orientações feitas por pedreiros ou construtores locais (CARVALHO et al., 2013).

Métodos

Por seu caráter qualitativo a pesquisa assumiu, principalmente, a forma de um estudo de caso para o qual foram selecionados métodos de coleta e análise de dados

comumente utilizados em Avaliações Pós-Ocupação do Ambiente Construído (APO), principalmente de caráter funcional e comportamental. Sendo assim a pesquisa foi estruturada sobre as seguintes etapas:

Pesquisa Bibliográfica

Para a construção do referencial teórico e seleção dos instrumentos de coleta de dados foi realizada a seleção do material científico em livros, artigos científicos, dissertações e teses, os quais foram organizados segundo os temas que se pretendia discutir. A partir disso, foi possível construir um modelo de análise estabelecendo variáveis e seus respectivos indicadores, bem como selecionar os métodos de coleta de dados a serem utilizados.

O embasamento teórico para se compreender as relações entre modos de vida e a produção da moradia, bem como aspectos relativos aos significados da experiência de habitar partiu de autores como Norberg-Schulz (2008), Guerra (1993), Oliver (2006) e Rapoport (1969); características tradicionais presentes na configuração espacial dos ambientes domésticos no Brasil foram encontradas em Reis Filho (1978), Algranti (1997) e Veríssimo e Bittar (1999). As perspectivas sobre a autoconstrução no espaço urbano se pautaram principalmente nas contribuições de Maricato (1979, 2011), Bonduki (1994), Oliveira (1981, 2006), Davis (2006) e Arantes (2002). Por fim, a caracterização da área de estudo foi identificada a partir dos trabalhos como os de Ribeiro Filho (1997), Lima (2005), Dias et al. (2011) e Coelho (2013).

Pesquisa de Campo

Por se tratar de uma abordagem qualitativa, a pesquisa foi realizada a partir de uma amostra não significativa em termos estatísticos, sendo selecionadas 6 residências localizadas nos bairros Nova Viçosa e Posses segundo os critérios descritos no Capítulo 3 (Item 3.2). A metodologia de coleta de dados em campo consistiu na realização de visitas exploratórias para identificação das moradias, observação direta, entrevistas semiestruturadas com os moradores das residências, sendo realizadas juntamente com o passeio acompanhado e elaboração de mapa afetivo, além disso, foram realizadas medições para levantamento arquitetônico das moradias.

Estrutura da Dissertação

A dissertação encontra-se estruturada em 4 capítulos, além desta Introdução e das Considerações Finais. O Capítulo 1 discorre sobre as relações entre modos de vida

e a produção da moradia, recorrendo a conceituações sobre o sentido de habitar, além de se investigar os conceitos de *modos de vida* e *modos de habitar* para se chegar a um entendimento operacional para a pesquisa. Uma vez que o objeto de estudo são moradias autoconstruídas, houve a necessidade de compreender as diferenças entre a arquitetura *vernacular* e a arquitetura popular, bem como quais abordagens foram feitas sobre o tema. Procurou-se também verificar quais tradições permaneceram e se alteraram na produção do espaço doméstico no Brasil, tanto em seus aspectos funcionais quanto nos significados sociais dos espaços domésticos.

O Capítulo 2 trata sobre a moradia autoconstruída tendo como referências abordagens marxistas, identificando a autoconstrução como um fenômeno urbano do capitalismo periférico. Identificou-se como as mudanças na economia, o Estado e órgãos internacionais lidaram com a questão principalmente a partir do século XX, desde a repressão da autoconstrução até o reconhecimento da cidade informal. Neste meio, identificou-se como arquitetos e urbanistas começaram a lidar com o tema, tanto através de críticas quanto em experiências práticas, apresentando, no caso brasileiro, o panorama que se insere sobre a possibilidade de atuação destes profissionais por meio da instituição da Lei Federal nº 11.888/08.

No Capítulo 3 encontra-se descrita a metodologia da pesquisa de campo, tratando inicialmente sobre as características dos bairros Nova Viçosa e Posses, buscando compreender os contextos físicos e socioeconômicos em que seus moradores vivem, a partir de dados secundários. Neste capítulo são descritos e justificados os critérios utilizados para a definição da amostra, bem como os métodos de coleta de dados escolhidos para a realização da pesquisa de campo.

A descrição, interpretação e análise dos dados da pesquisa de campo é realizada no Capítulo 4, onde cada um dos casos estudados é descrito e sintetizado através de uma Matriz de Descobertas. Um quadro ao final do capítulo permite uma avaliação comparativa entre as moradias, fornecendo bases para a síntese final das informações.

1. MODOS DE VIDA NA PRODUÇÃO DA MORADIA

Neste capítulo procura-se desenvolver temáticas que permitam obter uma compreensão das abordagens sobre modos de vida e modos de habitar, de maneira operacional para a pesquisa de campo. Tendo em vista a investigação sobre o espaço habitacional, considerou-se necessário abordar os significados da experiência de habitar, enfatizando as abordagens fenomenológica e comportamental, principalmente. Além disso, por se tratar do processo de autoconstrução da moradia, inferiu-se que compreender as diferenciações entre arquitetura *vernacular* e popular seria relevante, uma vez que o saber construtivo não é apreendido teórica ou sistematicamente, mas através de práticas sociais, tendendo a refletir as tradições de determinada população ou comunidade. Ainda neste sentido, buscou-se identificar aspectos tradicionais presentes na arquitetura doméstica brasileira, que podem estar presentes no saber-fazer da população de autoconstrutores.

1.1 O sentido de habitar: em busca de conceitos

Definir o sentido do que seja *casa* vai além de uma busca por um verbete nos dicionários, os quais apresentarão definições dependentes do uso corrente da palavra na língua em questão, bem como condicionados à sua raiz etimológica. Ao se comparar o sentido da palavra *casa* em português, inglês e francês, por exemplo, é possível encontrar diferenças sutis nas suas definições, bem como na etimologia que se relaciona ao fator cultural das respectivas sociedades.

Casa, em português, deriva de *casa* em latim, palavra que definia a habitação do pobre ou miserável, uma cabana, choupana ou choça na Roma antiga. Com o passar do tempo, *casa* perdeu a conotação de construção de baixa qualidade e passou a substituir a palavra *domus* no latim vulgar, até então designada para a residência dos ricos, geralmente grandes edificações situadas nos pontos mais altos das cidades romanas. Nas origens saxônicas, a palavra *house* possui a mesma raiz do verbo *hide*, que significa esconder, preservar, abrigar, também sendo utilizada para dar sentido aos lugares sagrados como o templo, local de habitação divina, local da permanência da presença divina (*gudhus*)¹. Por sua vez, a palavra francesa *maison* deriva do verbo em latim *manere* que quer dizer ficar, permanecer, restar, trazendo assim o sentido de lugar para ficar ou voltar, o local de sedentarização.

Estas origens etimológicas se relacionam com tradições de povos aos quais as línguas correspondem. Se *casa* e *domus* possuem uma relação hierárquica com a

¹ Disponível em: <<http://www.etymonline.com/index.php?term=house>>. Acesso em 21 nov. 2015.

estratificação da sociedade romana, *house* e *maison* já se aproximam de práticas humanas, por se originarem de verbos. Nesse aspecto, a casa se relaciona com os propósitos de *esconder* e *ficar*. *Esconder* se associa a camuflar, ocultar ou abrigar-se de algo hostil, seja de animais, de invasores ou de fenômenos naturais. *Ficar* corresponde a permanecer, conferindo um sentido de continuidade, referência e estabilidade, mas fala também de albergar, acolher, dar abrigo. Portanto há um sentido forte para a noção de abrigo e proteção como função primordial da casa, indicação de que sua construção teria sido a primeira ação do homem para se proteger e garantir sua permanência diante da natureza hostil. Neste aspecto se encontram as investigações de teóricos que se debruçaram sobre as origens da arquitetura, como Vitruvius, Laugier e Le Corbusier, para os quais a cabana primitiva foi a primeira manifestação da racionalidade construtiva do homem em busca de abrigo (RYKWERT, 2003).

Ainda com relação às palavras citadas, suas definições como verbetes nos dicionários traduzem um objetivo em comum, introduzindo uma dimensão que possui significativa discussão para além da arquitetura, a *habitação*:

Casa: sf. Construção, ger. com um ou poucos andares, com forma e tamanho diversos, destinada a habitação; Moradia; Residência; Vivenda. ²

House: A building for habitation, and related senses.³

Maison: Bâtiment construit pour servir d'habitation aux personnes.⁴

Entende-se assim que *casa* é a construção que tem como propósito a habitação. Segundo Lima (2007), habitação se origina do verbo latim *habitare*, que significa morar, povoar, residir. Uma vez que se deriva de um verbo, a *habitação* pode ser entendida primeiramente como um ato, a ação de *habitar*.

A definição do verbete *casa* por Corona e Lemos (1972) para o Dicionário de Arquitetura Brasileira, confirma também o propósito da habitação:

Casa: Edifício para habitação. Moradia, residência, vivenda. Essa é a acepção mais vulgar ou popular do termo. (CORONA; LEMOS, 1972, p. 112)

Sobre o verbete *habitação*, os autores trazem definições que ampliam as discussões sobre o termo. Inicialmente, habitação seria *o lugar no qual se habita*, e aqui se insere uma questão importante para a arquitetura, o *lugar*. A segunda definição afirma que, em arquitetura, a habitação é o invólucro que protege o homem, favorecendo sua vida nos aspectos materiais e espirituais. Neste sentido, os autores trazem à tona uma questão até então não mencionada nos dicionários comuns: a habitação como local

² Dicionário Caldas Aulete Online. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/casa>>. Acesso em 10 nov. 2015.

³ "Um edifício para habitação, e sentidos relacionados." (Tradução nossa). Oxford English Dictionary. Disponível em: <<http://www.oed.com/view/Entry/88886#>> Acesso em 10 nov. 2015.

⁴ "Edifício construído como habitação para pessoas." (Tradução nossa). Larousse Dictionnaires de Français. Disponível em: <<http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/maison/48725>> Acesso em 10 nov. 2015.

favorável à vida, abrigando tanto as dimensões físicas e objetivas quanto as espirituais, subjetivas, psicológicas e comportamentais.

Estas definições remetem às reflexões propostas neste trabalho, uma vez que a abordagem que se deseja realizar aqui, sobre os espaços habitacionais autoconstruídos, não se restringe a uma visão apenas técnica ou marxista, mas incide sobre a compreensão dos modos de vida das pessoas e das relações subjetivas que estabelecem com o ambiente construído. Tal abordagem suscita uma revisão sobre questões filosóficas que envolvem a ação de habitar, pautada principalmente na fenomenologia.

1.2 A experiência do habitar e a abordagem fenomenológica na arquitetura

De acordo com Nesbitt (2008), em um contexto de crítica à teoria modernista da arquitetura, a partir de meados dos anos 1960, a teoria arquitetônica aproximou-se da reflexão filosófica ao problematizar a interação do corpo humano com o seu ambiente. Nesse sentido, a abordagem fenomenológica admitia essencialmente os sentidos como fontes fundamentais para a apreensão da arquitetura, com um forte apelo às dimensões subjetivas da relação entre homem e ambiente construído. A fenomenologia foi definida por Edmund Husserl (1859-1938)⁵ como uma investigação sistemática da consciência e dos objetos da consciência, sendo seu objetivo investigar não o mundo existente, mas o modo como o conhecimento do mundo se realiza para cada pessoa.

Dentre os arquitetos que se ocuparam com a abordagem fenomenológica se destacam as contribuições de Christian Norberg-Schulz (1926-2000), cuja visão crítica incidiu principalmente sobre a produção do Estilo Internacional, a qual teria resultado em ambientes desprovidos de significado e teria gerado uma verdadeira crise ambiental associada à alienação humana. O arquiteto acreditava que a saída para a crise se encontraria no desenvolvimento de uma fenomenologia do lugar, a fim de que a arquitetura continuasse a oferecer respostas formais a partir de uma base concreta, permitindo ao homem habitar de maneira verdadeira e significativa, e para tanto desenvolveu interpretações das ideias de Martin Heidegger (1889-1976).

Segundo Norberg-Schulz (2008) a fenomenologia foi compreendida como um método filosófico que exige um retorno às coisas da vida cotidiana, em oposição às abstrações e construções mentais estabelecidas pelo método científico. As abstrações resultariam em dados, números e estatísticas que não revelariam a essencialidade das coisas ou dos fenômenos cotidianos e concretos, tanto tangíveis (objetos, construções,

⁵ Edmund Husserl foi um matemático e filósofo alemão que rompeu com a orientação positivista da ciência e da filosofia de sua época. Não se limitando ao empirismo, acreditava que a experiência é fonte de todo o conhecimento.

natureza) como intangíveis (sentimentos, emoções, memórias). Neste sentido, o autor se preocupou com a concretização do espaço existencial mediante a formação de *lugares*, tecendo uma análise sobre o *fenômeno do lugar* a partir do pressuposto de que o lugar não é apenas uma localização abstrata no espaço.

Em consonância com outros autores como Tuan (1980), Norberg-Schulz (2008) desenvolveu a ideia de que o lugar possui uma estrutura constituída de espaço e caráter, portanto está ligado a um conjunto de características socioculturais, arquitetônicas, de linguagem e hábitos que distinguem determinado ambiente, cidade ou país de outros lugares. Os lugares se diferenciam, basicamente, por suas características de *orientação* e *identificação*, sendo estas as bases fundamentais para a existência do homem, diretamente relacionadas com a experiência de habitar. Para o autor, o ato de habitar compreende as relações do homem com o lugar; quando o homem habita ele está simultaneamente localizado no espaço e exposto a determinado caráter ambiental que lhe possibilita orientar-se e identificar-se. Perder-se seria o oposto imediato de habitar, por isso a necessidade de *orientação*, de saber onde se está através de estruturas ambientais ou espaciais básicas.

Lynch (1997) também se ocupou desta questão afirmando que alguns elementos espaciais contribuiriam para a formação de uma imagem ambiental. Segundo ele, uma boa imagem ambiental confere ao indivíduo uma importante sensação de segurança emocional, e justamente por isso todos os povos e culturas criaram sistemas de orientação ou estruturas espaciais que facilitam o desenvolvimento dessa imagem. Contudo é possível orientar-se bem sem sentir-se em casa, por isso a necessidade de identificação, que compreende uma relação amistosa com o ambiente, uma correspondência entre o mundo externo e interno, entre corpo e alma, sendo a base do sentimento de pertencimento. Isto acontece por meio de objetos de identificação com os quais as pessoas desenvolvem experiências, principalmente durante a infância. A identificação e o pertencimento estão intimamente relacionados com a experiência de habitar, de maneira que habitar seria pertencer a um lugar concreto, onde há possibilidade de identificação e desenvolvimento de uma identidade.

Norberg-Schulz (2008) resumiu a essência do conceito de habitar a partir dos diversos termos identificados por Heidegger (2006) quanto às propriedades da habitação através de palavras como *bauen* – construir – e *wohnen* – morar, em alemão⁶. Este último termo possui uma raiz gótica, *wunian*, que significa estar satisfeito, estar em paz, permanecer em paz, ser e estar apaziguado. Por sua vez, a palavra em alemão

⁶ Um dos ensaios mais influentes de Heidegger foi “Construir, habitar, pensar”, no qual buscava o sentido das relações entre construir e habitar através de origens etimológicas dos termos, traduzidos em aspectos ontológicos de ser, edificar, cultivar e considerar.

para paz – *friede* – significa ser livre, estar protegido do perigo e das ameaças. Já o termo *buan*, raiz saxônica de construir, significava morar e se relacionava com o verbo ser. Heidegger usou de tais relações linguísticas para mostrar que habitar significa tanto estar em paz num lugar protegido, quanto tornar o “ser” algo concreto, concretizar a existência através da construção de um lugar protegido, de um lugar em que se encontra paz.

As abordagens mencionadas acima recorreram muitas vezes à etimologia para refletir sobre o conceito de habitar. Pela abordagem fenomenológica, compreendemos que o sentido da habitação como lugar de proteção, ausente de ameaças, lugar que proporciona paz, satisfação, lugar em que se realiza a existência, onde há identificação e pertencimento. É preciso ressaltar, entretanto, que ao longo do tempo diferentes abordagens sobre a habitação se desenvolveram em diversos campos de estudo ou disciplinas. Os enfoques apresentados até aqui se desenvolveram, principalmente, a partir do estabelecimento do neoliberalismo e do advento da pós-modernidade, quando a visão mecanicista de mundo herdada dos avanços da Revolução Industrial, a crença no progresso e nos ideais iluministas passaram a ser questionados. Neste sentido, novas abordagens sobre a questão habitacional passaram a se desenvolver.

Segundo Guerra (1997), as abordagens sobre a habitação realizadas até então poderiam ser divididas entre *não marxistas*, sob os pontos de vista da Ecologia Humana e da Economia Neoclássica, e *marxistas*, pautadas na compreensão da moradia como bem de consumo e local de reprodução da força de trabalho. A partir deste momento de crise se desenvolveram estudos que se aprofundaram nos temas da apropriação do espaço habitacional sob a perspectiva de diversos campos, como as Ciências Sociais, dentre as quais a autora identifica dois grandes níveis. De um lado, a perspectiva dos *modos de vida* no âmbito da Sociologia, abordando a influência das transformações econômicas, demográficas, sociais e familiares sobre as expectativas e formas de apropriação habitacional; de outro lado, os estudos sobre a apropriação do espaço, pautados principalmente na Psicologia Ambiental, o qual compreendemos como a identificação dos *modos de habitar*.

1.3 Abordagens sobre modos de vida

Numa tentativa de explorar este conceito, busca-se reconstituir brevemente a sua discussão ao longo do tempo e em algumas disciplinas mais relevantes para o trabalho. Para tanto, tomam-se como base as revisões realizadas por Lobo (1992), ao discorrer sobre a tematização dos modos de vida em pesquisas sociológicas sobre as classes trabalhadoras, e Nabarro (2014), ao estudar as tensões entre capitalismo e campesinato como modo de vida, realizando uma revisão sobre a trajetória deste conceito no

pensamento social moderno a partir de três disciplinas que lhe conferiram importância: Antropologia, Geografia e Sociologia.

Sobre o pensamento antropológico, Nabarro (2014) relembra que o tema começou a ser explorado no final do século XIX, no contexto dos estudos da Antropologia Cultural⁷ associados à Psicologia Social, às Ciências Políticas e à Arqueologia. Durante o século XX, os antropólogos desta linha de pensamento se voltaram para a interpretação das sociedades tradicionais ou denominadas primitivas, como os indígenas, e também das sociedades modernas. Estes estudos levaram a uma compreensão da “cultura” como os modos de viver e de se conceber a existência por parte de determinado grupo.

Com relação ao pensamento geográfico, Nabarro (2014) enfatiza que os estudos sobre os modos de vida remetem também ao final do século XIX e a um período de crítica à estruturação metodológica própria da disciplina, especificamente em relação à dualidade entre Geografia Física e Geografia Humana. Neste sentido, se destacaram alguns nomes como o francês Paul Vidal de La Blache (1845-1918), que tratou da noção de “gêneros de vida” em uma relação direta com as condições naturais. Um ponto fundamental de sua proposição é a reflexão sobre a importância do clima para a evolução e variação dos modos de vida, tendo analisado um conjunto de exemplos que demonstravam interações entre as condições da natureza e as relações sociais.

Nesta linha de pensamento, Maximilien Sorre (1880-1962) resgatou e atualizou a noção de gênero de vida de La Blache na década de 1940. Sorre (1984) discorreu sobre a evolução dos gêneros de vida em sociedades expostas a mudanças cada vez mais rápidas, afirmando que as sociedades humanas se desenvolvem juntamente com os avanços tecnológicos. Neste sentido, Sorre destacou a influência dos meios de locomoção de pessoas, como as ferrovias, para a difusão das tecnologias e consequente modificação dos gêneros de vida.

Na década de 1970 o conceito foi retomado na perspectiva da Geografia Humanística⁸. Tal corrente recorreu a pressupostos fenomenológicos para explicar a noção de espaço vivido, não deixando de lado as circunstâncias econômicas, mas considerando-as juntamente com os elementos que conferem sentido à vida, como as

⁷ A antropologia cultural tem como objetivo estudar o homem e as sociedades humanas e sua relação com a cultura, sendo “cultura” um conceito muitas vezes sujeito a variações de acordo com as linhas de pensamento. As preocupações centrais são as representações por palavras (pela língua) ou imagens, investigando a natureza dos signos e da comunicação humana. Nos estudos antropológicos é comum encontrar a expressão “estilos de vida” como sinônimo de modos de vida.

⁸ A Geografia Humanística se difere da Geografia Humana pois problematiza não só a sociedade e o espaço, mas enfatiza os elementos humanos das relações do homem com o espaço e o ambiente como seus valores, crenças, símbolos e atitudes. Alguns autores designam Geografia Humanística, Geografia Humanista e Geografia Cultural como sinônimos. Segundo Tuan: “A Geografia Humanística procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar.” (TUAN, 1982, p. 144)

emoções e as percepções humanas. As principais referências se encontram na obra do geógrafo Yi-Fu Tuan (1930-), que discorreu sobre as distinções entre espaço e lugar sob a perspectiva da experiência humana (TUAN, 1980), bem como sobre as vinculações afetivas desenvolvidas junto ao ambiente pautadas nas percepções dos sentidos, nas atitudes, comportamentos e valores – conceito denominado como *topofilia* (TUAN, 1983).

Para Tuan (1980) as atitudes assumidas pelas pessoas frente ao meio ambiente são formadas por uma sucessão de percepções e experiências, as quais espelham seus interesses e valores, refletindo sua visão de mundo. Neste sentido, a visão de mundo pode ser compreendida como uma mescla de influências culturais e do meio ambiente físico. Para se conhecer a preferência ambiental das pessoas ou como elas se orientam no mundo é preciso examinar sua herança biológica, educação, trabalho e as características dos arredores físicos que as cercam. Tuan (1980) trabalhou com a relação entre o ambiente físico e o desenvolvimento de diferentes estilos de vida.

O estilo de vida de um povo é a soma de suas atividades econômicas, sociais e ultraterrenas. Estas atividades geram padrões espaciais; requerem formas arquitetônicas e ambientes materiais que, por sua vez, após terminados influenciam o padrão das atividades. [...] Os estilos de vida dificilmente são verbalizados e desempenhados conscientemente. Na maioria dos casos chegamos a compreender algo do estilo de vida de um povo, incluindo sua atitude em relação ao mundo, somente através da evidência acumulada dos atos diários e do caráter das circunstâncias físicas onde ocorrem. (TUAN, 1980, p. 199-200)

A perspectiva da Geografia Humanística inseriu elementos que permitiram pensar a imaterialidade do espaço e das relações que compõem os modos de vida. Entretanto, segundo Nabarro (2014), a possibilidade de se produzirem interpretações teóricas generalizadoras ou com subjetivismo exacerbado levaram ao questionamento desta visão, principalmente diante de uma sociedade urbana e neoliberal pautada na exploração do trabalho e do consumo como modo de vida.

Segundo Lobo (1992) e Guerra (1993), a Sociologia foi o campo em que o tema dos modos de vida possuiu maior ênfase, confundindo-se com as origens da própria disciplina. Tanto Lobo (1992) quanto Nabarro (2014) relembram que a origem das discussões sobre os modos de vida na Sociologia se deu a partir das mudanças ocorridas no século XVIII e a consolidação do capitalismo no século XIX, sendo o pensamento iluminista, a Revolução Industrial e o acelerado processo de urbanização os principais componentes de mudanças significativas da vida em sociedade com relação às suas formas passadas.

Nesta perspectiva, destacam-se as obras seminais de Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895), em suas preocupações com as condições de vida e o destino da classe operária na Inglaterra, sob o modo de produção capitalista. Tais preocupações ocorriam

simultaneamente ao discurso biossocial dos relatórios sanitários da época, que descreviam as condições morais, sociais e físicas do proletariado, tidas como perigosas e passíveis de revolta diante da miséria dos primórdios da industrialização. Tais diagnósticos discorriam sobre padrões de vida, condições de habitação e formas de organização familiar, muitos deles sob a tônica da desordem moral e da patologia das cidades, neste momento descritas sob as metáforas do câncer e do tumor (CHOAY, 1992).

Ao final do século XIX, outros temas passaram a se sobressair no estudo sobre as condições de vida. Dentre eles, Lobo (1992) destaca a vertente das pesquisas feministas sobre práticas produtivas e reprodutivas, as quais abriram caminho para a problematização do gênero como relação histórica e simbólica. Emergiram também os estudos sobre a família como unidade de reprodução, consumo e rendimentos, sendo a vida familiar uma estratégia para assegurar determinado nível e modo de consumo, estruturado sobre as relações entre atividade remunerada e trabalho doméstico. Neste aspecto, um dos pensadores mais influentes foi o economista francês Frédéric Le Play (1806-1882), que acreditava ser possível compreender a sociedade a partir do estudo das relações entre a inserção social da família e o orçamento familiar, de maneira que a organização familiar e seu modo de vida seriam consequências das atividades laborais e da localização residencial.

Mesmo com tais contribuições, a noção de *modo de vida* era ainda pouco clara, passando a ser melhor explorada no início do século XX, no contexto da Escola de Chicago⁹ por Louis Wirth (1897-1952)¹⁰, em um momento em que ocorria um acelerado processo de urbanização e de migração do campo para a cidade nos Estados Unidos. Wirth, por sua vez, foi influenciado pelo pensamento de Georg Simmel (1858-1918)¹¹ que propôs uma investigação sobre o significado da vida moderna, apontando as especificidades do modo de vida metropolitano e suas implicações.

Simmel (2005) tinha como principal eixo de análise a forma como a personalidade individual se acomoda aos condicionantes das grandes cidades e quais são as condições psicológicas que as metrópoles criam. Um dos problemas principais da vida moderna residiria no conflito entre indivíduo e sociedade, sendo necessário investigar o tipo de individualidade que a grande cidade estimula e constitui. Segundo ele, as

⁹ Nome dado a um grupo de professores e pesquisadores da Universidade de Chicago que surgiu na década de 1920 nos EUA, com uma série de contribuições à sociologia, psicologia social e ciências da comunicação. Na sociologia, a Escola de Chicago refere-se à primeira importante tentativa de estudo dos centros urbanos combinando conceitos teóricos e pesquisa de campo de caráter etnográfico.

¹⁰ Publicação do texto "*Urbanismo como modo de vida*", no *Jornal Americano de Sociologia*, em 1938.

¹¹ Simmel foi um sociólogo e filósofo alemão. Wirth também era alemão mas ganhou notoriedade acadêmica nos Estados Unidos, assimilando a influência de cientistas sociais europeus, provavelmente tendo contato com o ensaio de Simmel, "*As grandes cidades e a vida do espírito*", publicado em 1903.

peessoas desenvolveram mecanismos de defesa racionais diante das exigências da vida nas metrópoles, em oposição aos mecanismos emocionais possibilitados nas pequenas cidades, pautados nos laços afetivos sedimentados pela regularidade dos hábitos. Ao lidar com a diversidade e a densidade de indivíduos, por exemplo, os cidadãos¹² adotam uma postura negativa com respeito ao meio social, descrita por Simmel como uma atitude de reserva baseada na impessoalidade, na indiferença e no ar *blasé*¹³.

Wirth (1973) apresentou uma análise convergente com a de Simmel quanto às atitudes das pessoas nas metrópoles, afirmando que a mudança abrupta da sociedade rural para a urbana foi seguida de alterações significativas nas relações sociais. Para a compreensão dessas mudanças seria necessário estudar as diferenças entre o modo de vida rural e o urbano, entendendo campo e cidade como unidades espaciais diferentes, porém interligadas por elementos como práticas sociais remanescentes. A vida nas cidades se realizaria através de práticas originadas no modo de vida rural, ainda que com relações mais complexas e com elementos da vida rural sendo urbanizados. A contribuição de Wirth foi de grande importância no debate sobre os modos de vida no pensamento sociológico da primeira metade do século XX, uma vez que este compreendia o urbanismo como um modo de vida, afirmando que a grandiosidade, a densidade e a heterogeneidade da cidade interfeririam diretamente nas relações sociais.

Na segunda metade do século XX, principalmente na década de 1970, algumas pesquisas se desenvolveram acerca dos modos de vida da classe trabalhadora e da sua resistência às formas de dominação. Tais estudos passaram a enfatizar as formas de sociabilidade, a vida cotidiana e as formas de resistência nos meios populares. Lobo (1992) afirma que essas reflexões foram sensíveis às abordagens sobre a vida cotidiana, dando destaque para as contribuições de Henri Lefebvre (1901-1991), Paul-Henry Chombart de Lauwe (1913-1998) e Pierre Bourdieu (1930-2002).

Lefebvre publicou estudos sobre a vida cotidiana na experiência da modernidade no período de 1947 a 1981. Para ele, a vida cotidiana na sociedade capitalista seria composta por três elementos que se relacionam dialeticamente: trabalho, família e lazer (LEFEBVRE, 1991). Chombart de Lauwe se interessou por estudos acerca do espaço e sua apropriação e representação, seus principais estudos trataram sobre os modos de vida da classe operária na França na década de 1940, investigando renda, habitação, relações familiares, cultura, militâncias e greves desta população (LAUWE, 1967). Já Bourdieu (1983) trabalhou com o conceito de *habitus* como gerador de estilos de vida,

¹² Com referência aos moradores das metrópoles.

¹³ Do verbo francês *blaser*, que indica o ato de tornar insensível ou indiferente. Segundo Simmel, o indivíduo *blasé* seria aquele incapaz de reagir a novos estímulos com energias adequadas.

entendidos como preferências pessoais expressas em campos simbólicos (tipo de vestuário, mobília, decoração). O estilo de vida seria composto por variáveis como escolaridade, ocupação profissional, capital cultural, classe social e religião. Neste sentido, exemplificou a moda como elemento distintivo que desnaturaliza algo cotidiano – a vestimenta, expressando um estilo de vida.

A importância dos estudos desses autores baseava-se nas transformações sociais e econômicas do final da década de 1970, com a ascensão do neoliberalismo. Nesse sentido, a cotidianidade passou a ser observada em relação às modificações nas práticas de trabalho em virtude das mudanças tecnológicas (principalmente pelo desenvolvimento da informática), às modificações nas formas de organização do espaço urbano e nas formas de sociabilidade urbana, marcadas pela heterogeneidade de culturas e mentalidades.

De acordo com Guerra (1993), a partir deste período e, principalmente, na década de 1990 o conceito de modos de vida foi muitas vezes discutido e criticado na Sociologia devido à sua abrangência e indefinição. As noções de “modos de vida”, “estilos de vida” e “gêneros de vida” foram tidas como sinônimos por muitos autores, ainda que possuindo conteúdos e referências contraditórias¹⁴. As principais contradições residem em entender os modos de vida como fruto essencialmente de um sistema ou estrutura, em uma visão determinista sobre a sua constituição, em contraposição a reconhecer e identificar a posição das pessoas como agentes, identificando sua capacidade de decisão sobre seus modos de vida.

Buscando solucionar esta questão, alguns sociólogos franceses¹⁵ propuseram uma visão de interdependência entre estas polaridades, defendendo que há uma interação entre sistemas sociais e pessoais, e compreendendo que há influência tanto das estruturas nas formas de ação dos agentes, quanto dos mesmos na organização das estruturas. Apesar de ser uma compreensão mais razoável, Guerra (1993) enfatiza as dificuldades metodológicas existentes para se realizar as análises quando ao distinguir, por exemplo, as particularidades de representação das ações individuais e das ações coletivas.

Outro aspecto importante nestas abordagens se encontra na oposição entre os estudos sobre historicidade e cotidiano, sendo o primeiro campo dominado pelo estudo das esferas política e econômica, quanto às relações de poder e aos modos de produção, e o segundo voltado para uma esfera mais familiar e privada, relativa ao modo

¹⁴ Uma revisão sistemática do uso dos termos “estilo de vida”, “gênero de vida”, “forma de vida”, “meio de vida” e “modos de vida” por autores diversos pode ser encontrada em Braga (2015).

¹⁵ Guerra (1993) menciona os sociólogos Michel Crozier (1922-2013), Raymond Boudon (1934-2013) e Alain Touraine (1925-) como principais referências.

de reprodução da força de trabalho. Os estudos da cotidianidade se centraram na análise de diferentes conjuntos de práticas (vida familiar, práticas de trabalho, padrões de consumo, atividades de lazer) e suas interações com as relações sociais mais gerais. Recaíram, entretanto, novamente na dualidade das relações entre estruturas e agentes.

Guerra (1993) enfatiza as abordagens que procuram articular o objetivo e o subjetivo das práticas sociais, possíveis pelas análises dos modos de vida que rompem com as determinações estruturais e introduzem o ator como produtor do seu próprio destino e participante de um devir coletivo. Neste sentido, a autora evoca as dimensões sobre imaginários sociais, racionalidades, identidades e projetos, as quais acredita terem grande relevância para a compreensão contemporânea dos modos de vida.

O imaginário se refere às possibilidades de realização, no desenho de potencialidades futuras. Está relacionado com dimensões cognitivas e emocionais. Este imaginário reflete a tomada de decisão sobre a realidade com desejo de modificá-la, o conflito entre práticas e representações para definir um “novo mundo” e a motivação para concretizar projetos individuais e coletivos. Neste sentido, Guerra (1993) propõe que, para se compreender os imaginários, é necessário seguir a trajetória biográfico dos atores para apreender suas intenções e finalidades, bem como as reformulações de seus imaginários que orientam novas ações.

No campo das racionalidades está a preocupação em entender o grau de consciência dos atores sobre a condução dos seus destinos, buscando compreender os níveis de racionalidade e irracionalidade presentes nas práticas sociais. A racionalidade advém do fato ou circunstância e das emoções e afetos que o acompanham. Para sua compreensão é necessário conhecer tanto o contexto de ação dos atores, portanto analisar o sistema, os recursos e as referências para as ações, bem como as intencionalidades pautadas nas emoções e cognições.

O conceito de identidade busca distinguir o que é constituído pelo indivíduo e aquilo que ele integra como características do meio exterior. Neste sentido, se distinguem as ideias de identidade individual e identidade social, consistindo a primeira no conjunto de sentimentos, representações, conhecimentos, lembranças e projetos que o indivíduo possui de si e sobre si mesmo. Já a identidade social se relaciona com o contexto, o pertencimento a um grupo ou categoria social. Pode-se considerar que a identidade está em constante reformulação, principalmente ao levar em conta a dimensão temporal ou as conjunturas históricas em questão.

É esta dimensão temporal, de continuidade, que faz com que os modos de vida sejam entendidos como um conjunto integrado de práticas articuladas a “representações do mundo” e a imaginários “sociais”, que irá exigir um conceito aglutinador das lógicas estruturantes das práticas. (GUERRA, 1993, p. 70)

Neste ponto se encontra a ideia de projeto, que emerge da necessidade de reforçar a dimensão temporal na construção permanente da percepção de mundo. Os estágios dos ciclos de vida são aqui primordiais, associados à idade em que as pessoas se encontram, seu estado civil, se possuem ou não filhos, suas condições de emprego, sendo estes fatores importantes na estruturação do projeto que se estabelece. No projeto se reconhece a racionalidade intencional da ação humana, que se dá pelo desejo de agir em função de objetivos estabelecidos, para o qual se constroem uma série de estratégias. Velho (1983) afirmou que é possível perceber as trajetórias de vida como expressão de um projeto em evolução, o qual condiciona e estrutura as estratégias e os modos de vida. Segundo este autor, ao mesmo tempo em que há o aspecto individual, não se pode compreender o projeto sem que este faça referência ao coletivo, sendo responsável por diversos movimentos e mudanças sociais.

O conceito de Modos de Vida torna-se operacional para este trabalho a partir das contribuições elencadas anteriormente e sintetizadas no Quadro 1. A partir disso, compreende-se este conceito como a maneira como as pessoas vivem, baseada no conjunto de experiências de vida e trajetórias sociais que conformam suas percepções e visões de mundo (imaginários, aspirações, valores), portanto é influenciado por fatores externos e internos ao indivíduo. O modo de vida se manifesta através de práticas cotidianas, sendo expresso em dimensões materiais e imateriais. Estas dimensões se revelam nos modos de habitar das pessoas, na conformação do espaço doméstico e de seus elementos constituintes (mobiliário, objetos decorativos e de recordação, etc.), seja na moradia autoconstruída ou não.

Quadro 1 – Contribuições para o entendimento da noção de Modo de Vida.

DISCIPLINA	CONTRIBUIÇÕES			
ANTROPOLOGIA CULTURAL	Cultura como modo de viver e de se conceber a existência. Estudos de representações e comunicação através de palavras ou imagens. Estudos sobre a cultura de sociedades tradicionais.			
GEOGRAFIA	Influência das condições naturais, como o clima, na evolução e variação dos modos de vida. Interações entre condições naturais e relações sociais. (La Blache)	Importância dos avanços tecnológicos em sociedades expostas a mudanças cada vez mais rápidas, modificando hábitos e padrões de consumo. (Sorre)		
GEOGRAFIA HUMANÍSTICA	Importância das percepções e experiências humanas para a compreensão do espaço vivido e da visão de mundo como mescla de influências culturais e do ambiente físico. Estilo de vida de um povo como a soma de atividades econômicas, sociais e ultraterrenas, como a evidência acumulada dos atos diários e do caráter das circunstâncias físicas onde ocorrem. (Tuan)			
SOCIOLOGIA	Padrões de vida, condições de habitação e formas de organização familiar. (Engels, Marx, relatórios biossociais do século XIX)	Importância da organização familiar. Modo de vida como consequência das atividades laborais, localização residencial, orçamento familiar e inserção social. (Le Play)	Distinções entre o modo de vida rural e urbano na modernidade, sendo cidade e campo unidades espaciais distintas, interligadas por práticas sociais remanescentes (Simmel, Wirth)	Formas de sociabilidade e a vida cotidiana. Conjuntos de práticas – vida familiar, práticas de trabalho, mudanças tecnológicas, padrões de consumo, atividades de lazer – e suas interações com as relações sociais mais gerais. (Sociologia francesa, década de 1970) Cotidianidade baseada nas relações dialéticas entre trabalho, família e lazer. (Lefebvre) Estilo de vida depende de fatores como escolaridade, ocupação profissional, capital cultural, classe social, religião, dentre outros. (Bourdieu)
<p>Articulação entre subjetivo e objetivo nas práticas sociais: imaginários, racionalidades, identidades e projetos. (Guerra)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Imaginários: Aspiração de potencialidades futuras, desejos, possibilidades de realização. - Racionalidades: Consciência dos atores na condução de seus destinos, deriva das circunstâncias ou fatos e das emoções que os acompanham. - Identidades: Identidade individual – sentimentos, representações, conhecimentos, lembranças e projetos que o indivíduo possui de si e sobre si mesmo. Identidade social – relacionada com o contexto, o pertencimento a um grupo ou categoria social. - Projetos: Estratégias de vida em torno de objetivos estabelecidos, percebidos nas trajetórias de vida, onde a dimensão temporal (ciclo de vida) se torna essencial. 				

MODO DE VIDA:

Modo como as pessoas vivem baseado no conjunto de experiências de vida e trajetórias sociais que conformam suas percepções e visões de mundo, portanto influenciado por fatores internos e externos. É expresso através de práticas cotidianas e se realiza em dimensões materiais e imateriais.

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

1.4 Dimensões associadas aos modos de habitar

Para compreender em que se fundamentam os modos de habitar, serão retomados conceitos expostos no início deste capítulo, sobre o sentido do *habitar*. Seguindo a abordagem fenomenológica, compreende-se que o sentido de habitar está relacionado a aspectos psicológicos que possibilitam orientação, identificação, a construção de uma identidade, além dos sentimentos de pertencimento e segurança emocional – estar em paz, na perspectiva de Heidegger. De acordo com Elali e Pinheiro

(2013), alguns conceitos discutidos no campo da Psicologia Ambiental¹⁶ podem contribuir para o entendimento do significado de habitar em diferentes contextos, sobretudo quanto aos aspectos culturais e temporais, às relações afetivas de uso e apropriação do espaço.

Os aspectos culturais estão diretamente relacionados aos modos de vida, conforme exposto anteriormente, uma vez que o homem “[...] cria um mundo à sua volta, que espelha sua filosofia e sua ética, além de definir seu futuro”. (ELALI; PINHEIRO, 2013, p. 17). Quanto aos aspectos temporais, identifica-se que na habitação se manifestam modos de se dimensionar e contabilizar o tempo, expressos durante os ciclos de vida de cada morador e que se refletem no uso dos espaços. Há uma dinâmica de organização e integração entre espaço e tempo presente na moradia, que guarda o passado tanto na sua estrutura física, através das mudanças de uso dos espaços, reformas e ampliações realizadas, quanto nas experiências vivenciadas pelos usuários. De maneira que a casa se torna uma das fontes que contribuem para a definição da identidade do indivíduo e da família.

Nesse sentido emergem questões afetivas relacionadas com a memória, que possuem uma carga emocional variável em função da intensidade da vivência individual ou em grupo em determinado espaço. Lembranças da casa da infância, da casa da avó, casa da fazenda ou da praia, por exemplo, revelam não só o apego ao lugar como a sua importância na construção das identidades pessoais. A vinculação afetiva ao lugar anteriormente citada (topofilia), se revela significativamente ao se tratar do espaço residencial, uma vez que é neste ambiente que se passa grande parte da existência humana, tanto em termos de tempo de permanência diária quanto ao longo da vida.

Esta vinculação se manifesta também através de comportamentos específicos com o sentido de apropriação do espaço pelas pessoas. Para Vidal e Pol (2005), a apropriação do espaço consiste na ação realizada pelas pessoas sobre o meio ambiente com o objetivo de transformá-lo deixando nele sua “marca”, ou seja, elementos e sinais carregados de conteúdo simbólico. Através desta ação as pessoas incorporam o ambiente em seus processos cognitivos e afetivos de maneira ativa, dotando o espaço de significado individual e social. Os autores também levam em consideração que a apropriação do espaço, como uma forma de gerar vínculos com os lugares, proporciona comportamentos responsáveis em relação ao meio ambiente, permitindo sua manutenção e melhoria.

¹⁶ A Psicologia Ambiental tem como objetivo estudar a relação pessoa-ambiente. Busca compreender o significado do espaço e dos processos psicossociais acionados nas interações entre as pessoas, grupos, comunidades e entornos sociofísicos. (ELALI; PINHEIRO, 2013)

Para Malard (1993) a apropriação espacial revela o aspecto subjetivo da ambiência, um processo em que o homem humaniza os espaços, modificando-os para dotá-los de sua própria natureza. Esta apropriação faz com que os lugares se tornem receptivos, onde as pessoas se sentem em harmonia e nos quais encontram sua identidade individual e coletiva. Segundo a autora, este processo se dá através da estruturação de um sistema de objetos funcionais que, por suas características, sua tradição ou pelo arranjo espacial em que são dispostos, manifestam significados distintos, conferindo ao espaço um caráter simbólico. Dessa forma verifica-se a importância dos objetos, materiais, cores, texturas e formas combinados para se compor ambientes significativos.

Pereira (2012) reitera este ponto de vista ao afirmar que “a dimensão simbólica do habitar está tão presente nas representações que as pessoas têm de sua casa, seja a casa real ou a casa ideal, como nas formas concretas como a usam e, não menos importante, como a decoram. ” (PEREIRA, 2012, p. 21). Ainda segundo esta autora, podemos compreender os modos de habitar pelas relações práticas, funcionais e simbólicas estabelecidas entre as pessoas com sua casa, analisadas através do seu tempo de permanência na mesma, do apego que ela desperta nos moradores e das práticas ali desenvolvidas.

Ainda no campo simbólico, em relação a importância das noções de imaginário e projeto na conformação dos modos de vida, abordadas anteriormente, pode-se dizer que os modos de habitar se relacionam com a satisfação dos usuários com o espaço habitacional. Leite (2006) associa a satisfação habitacional com a satisfação das necessidades pessoais, baseado na teoria de hierarquia de necessidades elaborada por Maslow (1954). Através de uma abordagem comportamental, Maslow (1954) elencou cinco principais necessidades básicas que as pessoas buscam satisfazer, sendo elas fisiológicas, de segurança, envolvimento (ou pertencimento e amor), estima (autoestima, confiança e respeito) e autorrealização (SAMPAIO, 2009).

Ao transpor tais categorias para a habitação, Leite (2006) propõe que a satisfação residencial é atendida também pela transposição de níveis ou patamares, conforme a Figura 2. Os níveis, quando satisfeitos, desencadeiam a busca por outras necessidades que não puderam ser atendidas no momento anterior. Esquematizadas em patamares hierárquicos, as necessidades e aspirações atendidas levam ao desejo de transpor um patamar verticalmente.

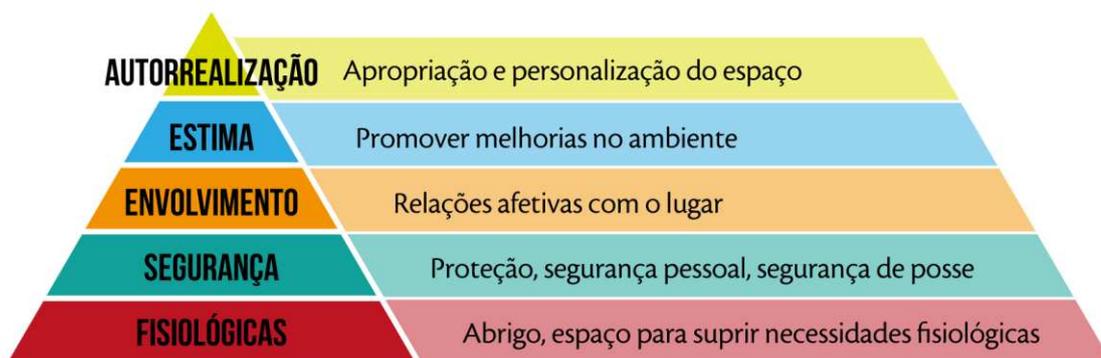


Figura 2 - Necessidades habitacionais a serem satisfeitas na moradia.
 Fonte: Adaptado pela autora a partir de Leite, 2006.

Sendo assim, os primeiros aspectos a serem demandados pelas pessoas estão relacionados aos primeiros níveis hierárquicos, representados por necessidades fisiológicas e de segurança, os quais se sobressaem enquanto os desejos situados nos patamares superiores aguardam para se manifestar. Dessa forma, o primeiro passo na direção de habitar significa ter onde morar, ter um espaço para suprir suas necessidades fisiológicas, e de segurança pessoal ou de posse. Posteriormente, a habitação está associada aos aspectos subjetivos e simbólicos referentes aos níveis de envolvimento, estima e autorrealização. O estabelecimento de relações afetivas com o lugar, a promoção de melhorias no ambiente e a apropriação e personalização do espaço completam a satisfação dos usuários com a habitação.

Aspectos importantes sobre a apropriação espacial foram pontuados por Hertzberger (1999), dentre eles o conceito de demarcação territorial que se denota pela gradação de acesso aos espaços. O acesso pode ser fruto da configuração espacial (articulação entre forma, materiais, luz e cor) ou de convenções sociais, configurando assim a diferenciação entre espaços de caráter público e privado em determinado edifício ou área. Estes aspectos influenciam o comportamento das pessoas em relação ao espaço, estando também presentes no ambiente residencial por meio da diferenciação de usos dos espaços ou pela sua configuração hierárquica em termos espaciais.

Compreende-se que os modos de vida e modos de habitar estão diretamente relacionados ao se tratar do ambiente doméstico, uma vez que os modos de vida, enquanto fundamentados em visões de mundo, trajetórias e valores sociais, influenciam nas relações afetivas com o espaço, manifestando-se na sua apropriação, seu uso e nas práticas ali estabelecidas.

O estudo de Pinto (1998) sobre moradias autoconstruídas em um bairro clandestino da área metropolitana de Lisboa evidencia estas relações. No caso, a pesquisa atentou para a hipótese de que uma das fortes motivações para a autoconstrução da moradia naquela área seria a possibilidade de uma concepção

específica da casa, que reproduziria o modo de vida rural no meio urbano. Algumas características principais puderam ser identificadas, como a apropriação do espaço exterior, com o cultivo de hortas e jardins ou construção de oficinas para consertos diversos no terreno, a seletividade e restrição de uso dos espaços, com rígida separação entre áreas íntimas e sociais, além da demarcação de aspectos funcionais e simbólicos em determinados ambientes. O estudo propôs uma leitura sociológica do espaço habitacional, identificando aspectos como o individualismo da vida familiar, a sobrevalorização da casa como um projeto de vida e as preferências pelo universo tradicional da arquitetura tradicional portuguesa, principalmente rural. Chamou a atenção o tradicionalismo encontrado nas residências em questão, o que permitiu inferir que o ambiente doméstico carrega tradições na sua concepção espacial, as quais necessitam ser identificadas no caso brasileiro.

O estudo da arquitetura doméstica no Brasil passa por uma discussão acerca da própria história da arquitetura brasileira e suas peculiaridades. Ao contrário da metrópole, a colônia portuguesa não apresentava tradições construtivas e artísticas reconhecidas ou tidas por dignas de contemplação, sendo fruto de diversas contribuições culturais miscigenadas – dos colonos, índios, portugueses, escravos, imigrantes. Ao longo de cinco séculos de “existência” é possível afirmar que, com a exceção de alguns edifícios religiosos ou institucionais, a história da arquitetura brasileira é a história das construções realizadas pela população nas cidades, vilas e arraiais. Sendo assim, interessa entender o que define esta arquitetura tradicional, original, arquitetura de raiz popular, ou *vernacular*, para posteriormente identificar-se quais seriam as influências que permaneceram na casa brasileira.

1.5 Entre o *vernacular* e popular: o híbrido

Como mencionado nos tópicos anteriores, o estudo do ambiente doméstico e do sentido de habitar vem sendo objeto de investigação de diversas ciências além da Arquitetura. Podemos afirmar que, no campo da teoria arquitetônica uma visão multidisciplinar sobre o tema é relativamente recente, ganhando espaço durante o século XX em consonância com um processo de revisão de várias disciplinas no âmbito das Ciências Sociais. A História, por exemplo, passou por uma aproximação com outras ciências como a Antropologia, a Geografia, a Arqueologia, a Filosofia e a Sociologia, enfrentando questionamentos quanto às metodologias de estudo tradicionais e ao enfoque dados à história de grandes acontecimentos em detrimento das realidades concretas da vida cotidiana (LE GOFF, 1995).

Tal questionamento se aplicou também à teoria e história da arquitetura, que estiveram por muito tempo voltadas para a arquitetura acadêmica, para os edifícios

raros ou eruditos, que abrigaram os principais acontecimentos e atores da História formal. Arquitetos passaram a discutir a necessidade de ampliação do conceito de Arquitetura, além de questionar a supremacia da Europa como única vertente da história arquitetônica.

Devemos entender que nem todas as sociedades podem ser medidas com os mesmos padrões culturais e de desenvolvimento, assumir que a cultura ocidental não é o centro do mundo nem é superior às demais culturas, e aceitar a pluralidade e a diversidade cultural. Isto é o resultado de influências diversas e na arquitetura está relacionada com algumas propostas dos arquitetos da terceira geração (do movimento moderno), como a defesa de Aldo van Eyck de recuperar o significado antropológico fundamental da arquitetura. (MONTANER, 2001, p. 127).

Nesse sentido houve uma aproximação com as Ciências Sociais, especificamente com a Antropologia, nas décadas de 1960 e 1970. A partir de então a Arquitetura passou a ter a possibilidade de ser compreendida mais abertamente como fenômeno cultural.

Alguns arquitetos viriam a contribuir para esta discussão em obras como a exposição fotográfica realizada por Rudofsky em 1964¹⁷, e as publicações de Oliver (1969), e de Rapoport (1969) sobre as relações entre habitação e sociedades tradicionais ou primitivas. Embora com algumas diferenças, o ponto de vista compartilhado por estes arquitetos era de que a arquitetura deveria ser entendida como produto cultural de uma sociedade. Estes arquitetos utilizaram o termo *vernacular* para caracterizar tais construções, entretanto não realizaram uma conceituação específica sobre o termo, utilizando também expressões como arquitetura primitiva, tradicional, indígena, sem arquitetos, anônima, espontânea, rural ou popular, sob o entendimento de uma produção arquitetônica que prescinde de conhecimentos sistematizados em um corpo doutrinário¹⁸.

O termo em latim *vernaculus* (servo ou escravo nascido em casa, nativo, doméstico) foi adotado pela língua inglesa com sentido de algo nativo, original, como o idioma nativo de um povo, sua língua vernácula. Segundo Oliver (2006), o uso deste adjetivo para a arquitetura encontrava dificuldades pelas definições do próprio conceito de *arquitetura*, associada à figura do arquiteto – do grego *arkhitekton*, o principal

¹⁷ Exposição *Architecture Without Architects* realizada no Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA), onde foram apresentadas fotografias de um amplo panorama de construções ao redor do mundo. Tinha o objetivo de questionar e romper com a ideia de arquitetura oficial, comercial e universal, oferecendo um ponto de partida para a exploração da arquitetura *vernacular*; anônima, espontânea, indígena ou rural, como referidas por Bernard Rudofsky. Deu origem à um livro publicado no mesmo ano da exposição.

¹⁸ O interesse por este tipo de produção teve início na Inglaterra do século XIX por arquitetos envolvidos em movimentos de crítica social ao capitalismo e à perda das tradições artesanais devido à produção industrial, como o Arts & Crafts e o Domestic Revival. Nomes como Phillip Webb (1831-1915) e Norman Shaw (1831-1912) se voltaram para a produção residencial unifamiliar de classe média com algumas preocupações diferenciadas, como a honestidade estrutural e o desejo de integrar o edifício ao lugar e à cultura local, empregando materiais locais e respeitando os métodos tradicionais de construção – um dos exemplos mais emblemáticos foi a Red House, projetada por Webb em Kent, Inglaterra. Posteriormente, arquitetos como Frank Lloyd Wright (1867-1959) e Alvar Aalto (1898-1976) seriam alguns dos profissionais a incorporar elementos da tradição local à sua produção, numa vertente do movimento moderno conhecida como arquitetura orgânica.

construtor ou chefe construtor. Portanto, o que se considerava arquitetura era a produção onde havia uma figura ligada ao processo construtivo, à concepção, elaboração e supervisão das obras. Contudo, a partir do entendimento da Arquitetura como fenômeno cultural, debatida na década de 1970, seria possível aceitar o conceito de *arquitetura vernacular*.

Para Oliver (2006), a arquitetura *vernacular* abrangeria todo tipo de construção feita em sociedades tribais, tradicionais, populares ou rurais, onde um arquiteto ou designer não foi empregado no processo. Rapoport (1969) apontou duas tradições no ambiente construído, sendo elas a tradição do desenho, ou arquitetura erudita, e a tradição *folk* ou popular, na qual distinguiu a arquitetura *vernacular* da arquitetura primitiva. Assumiu que a arquitetura primitiva seria aquela produzida por sociedades classificadas como primitivas pela Antropologia, com certos níveis de desenvolvimento econômico e técnico e aspectos distintos de organização social. A arquitetura primitiva seria aquela produzida por tribos indígenas, aborígenes, esquimós, dentre outras sociedades que possuem um sistema de organização próprio ou não capitalista, com características de uniformidade e permanência de tradições construtivas. Já a arquitetura *vernacular* seria aquela em que não existiriam pretensões teóricas ou estéticas, que possui relações com o lugar de implantação e com o microclima, respeito ao meio ambiente natural e construído. Além disso, uma característica importante desta arquitetura seria a sua capacidade de agregar, sua natureza não especializada e aberta, de modo a permitir acréscimos ou modificações. Suas qualidades estéticas viriam da tradição, de um conhecimento transmitido por gerações como uma hierarquia aceita e compartilhada pela sociedade em que está inserida.

O conceito de arquitetura *vernacular*, entretanto, encontrou uma maior definição a partir da elaboração da Carta sobre o Patrimônio Vernacular Edificado, publicada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), em 1999. Segundo o Conselho, a intensificação da globalização e o desenvolvimentismo levaram ao risco de desaparecimento desta produção, logo se fazia necessária a elaboração de um documento que garantisse a atuação prática da preservação e a orientação para políticas patrimoniais. A arquitetura *vernacular* seria assim definida como:

[...] uma criação característica e pitoresca da sociedade, que se manifesta de maneira informal mas organizada; utilitária, no entanto possui um interesse e uma beleza. É um reflexo da vida contemporânea e um testemunho da história da sociedade. Se ela é obra humana, ela é também produto do tempo. [...] é expressão fundamental da cultura de uma comunidade, de suas relações com o seu território e, ao mesmo tempo, expressão da diversidade cultural do mundo. (ICOMOS, 1999, tradução nossa)

Como características gerais desta arquitetura o documento aponta a presença de um modo de construção compartilhado pela comunidade, com caráter local ou regional que se relaciona com o meio ambiente, a coerência de estilo, forma e aspecto, o uso de

tipologias construtivas tradicionalmente aceitas, em que o conhecimento tradicional no projeto e na construção é transmitido informalmente, apresentando uma resposta eficaz às demandas funcionais, sociais e ambientais.

É possível afirmar que sob este entendimento se abrange também a arquitetura que Rapoport (1969) chamou de primitiva, assim a definição do ICOMOS se enquadra na visão de Oliver (2006). Entretanto o que Rapoport chamou de tradição *folk*, traduzida como popular, não corresponde ao que se entende como arquitetura popular no contexto em que se disserta neste trabalho. Por se tratar da autoconstrução em um contexto urbano brasileiro, faz-se necessário distinguir os conceitos de arquitetura *vernacular* e arquitetura popular.

Para Weimer (2005), chamar as manifestações construtivas de um povo como arquitetura *vernacular* não seria adequado, tanto pela tradução imprecisa do termo para o português¹⁹, quanto pelo seu sentido, que acredita ser pejorativo por estar associado à ideia de “escravo nascido em casa”. Para este autor seria adequado o uso da expressão arquitetura *popular*, tanto por sua origem etimológica²⁰ quanto por sua maior aceitação nos idiomas ibéricos. “Esta definição parece ser extremamente atual e muito feliz: exclui a arquitetura realizada para as elites – denominada *erudita* – e a dos excluídos em que, modernamente, se tem usado o termo *favela* [...]” (WEIMER, 2005, p. XL). Contudo, Teixeira (2008) apresenta uma discussão que questiona esta definição, afirmando que, na verdade, o que se entende por arquitetura popular no Brasil seria justamente a produção em massa de habitação para as classes de baixa renda, como os conjuntos habitacionais, bem como as construções em favelas e áreas periféricas das cidades. A autora afirma que o termo arquitetura *vernacula* seria aplicável, portanto, para a arquitetura produzida por sociedades tradicionais, caracterizadas pelo modo de produção pré-industrial.

Neste sentido, Monios e Oliveira (2013) trazem um ponto de vista que corrobora a visão de Teixeira (2008) e que parece mais plausível, introduzindo na discussão sobre a arquitetura *vernacular* e popular a noção de culturas híbridas, desenvolvida por Canclini (2006). Para os autores se faz necessário ampliar as abordagens sobre a arquitetura sem arquitetos acrescentando aspectos ligados à contemporaneidade, como as transformações decorrentes da industrialização dos materiais de construção e as interferências da globalização nos modos de vida e modos de morar. Para os autores a vernaculidade compreende aquilo que é próprio do lugar, sendo identificada na

¹⁹ O mais apropriado seria *arquitectura vernacula* para traduzir a expressão inglesa *vernacular architecture*.

²⁰ Do latim *populus*, povo, conjunto de cidadãos romanos que não seriam nem patrícios nem plebeus, portanto as camadas intermediárias da população.

conformação dos espaços, no emprego dos materiais e técnicas construtivas, na forma arquitetônica gerada e no modo de morar que revela o que é tradicional.

Diante das transformações contemporâneas, Monios e Oliveira (2013) afirmam que a arquitetura *vernacular* se encontra vulnerável em relação à arquitetura popular. Os autores identificam a arquitetura popular como uma manifestação híbrida do vernáculo, e que ocorre tanto na escala da moradia quanto do bairro e da cidade. A arquitetura popular seria uma arquitetura híbrida, pois nela identificam-se aspectos da tradição que se mesclam com a modernidade, como o desejo de personalização e individualização da moradia e o emprego de produtos industrializados e divulgados pela mídia, tanto materiais de construção quanto produtos de necessidade doméstica.

Compartilha-se aqui deste ponto de vista, pois ele permite visualizar alguns dos objetivos traçados para a pesquisa em questão, como compreender os limites da moradia autoconstruída como expressão do modo de vida e os aspectos econômicos que orientam a sua construção. Sendo assim, não se compreende o objeto de estudo deste trabalho como arquitetura *vernacular*, mas como sua manifestação híbrida, a arquitetura *popular* na concepção de Monios e Oliveira (2013), a casa autoconstruída no contexto urbano brasileiro. Interessa agora investigar quais tradições permanecem ou não na casa e nos modos de habitar no Brasil.

1.6 Heranças domésticas na arquitetura brasileira

Segundo Oliveira (2010), a história da arquitetura brasileira identifica-se com a história do cotidiano e com as investigações sobre a arquitetura *vernacular*. À exceção dos edifícios administrativos ou religiosos, pelos menos por quatro séculos as paisagens urbanas e rurais do Brasil foram caracterizadas pelo trabalho da população. A arquitetura doméstica foi constituída pela mescla do saber-fazer construtivo e dos modos de habitar de portugueses, índios e escravos. Entretanto, por muito tempo não houve interesse ou valorização destas construções por parte dos profissionais que passaram a ter uma formação técnica e acadêmica. No século XIX, quando a formação dos arquitetos foi oficialmente sistematizada e os gostos burgueses passaram a ser cada vez mais influenciados pela modernidade no Brasil, a arquitetura tradicional perdeu cada vez mais seu protagonismo – o foco eram os temas europeizados, a arquitetura eclética e os modos de vida burgueses (TEIXEIRA, 2008).

A entrada de produtos estrangeiros no mercado e o processo de industrialização do país no início do século XX, levaram à divulgação e valorização cada vez maior dos produtos industrializados. Materiais de construção como o tijolo cozido e o cimento se tornaram sinônimo de execução rápida e baixo custo, em detrimento de técnicas

construtivas tradicionalmente consolidadas durante séculos e do uso de materiais locais, como a terra. A valorização da arquitetura doméstica tradicional ocorreria somente a partir do primeiro quarto do século XX, em conformidade com a ascensão dos movimentos de busca de raízes e identidade nacional. Esta valorização também ocorreu por parte de alguns defensores das artes plásticas e da arquitetura modernas, notadamente Mário de Andrade (1893-1945) e Lúcio Costa (1902-1998)²¹.

Inicialmente ligado à produção arquitetônica neocolonial, Costa aderiu posteriormente ao modernismo, para o qual buscou identificações com a arquitetura tradicional. Em *Documentação necessária* (COSTA, 1937), exaltava tanto a arquitetura moderna quanto a origem popular da arquitetura civil, por ele definida como herdeira de um processo de evolução da tradição construtiva popular portuguesa, adaptada no Brasil e preservada por construtores e mestres de obras. Descreveu esta arquitetura como arte do povo desenvolvida naturalmente, e enfocou o tema da arquitetura doméstica e sua importância pelas lições construtivas e espaciais que poderia fornecer aos arquitetos. Seguindo esses passos, no estudo da história da arquitetura brasileira alguns autores se voltaram para o ambiente doméstico, não só com objetivo de investigação formal como também para compreender como ocorriam as sociabilidades no ambiente residencial e seus reflexos na organização social. Podemos destacar as contribuições de Freyre (1971, 1979, 1981, 1996), Reis Filho (1978), Lemos (1976, 1989), Mello (1985), Algranti (1997) e Veríssimo e Bittar (1999) como fontes para a identificação de algumas características desta produção.

Como apontado por Freyre (1979), não há um modelo de “casa brasileira”, mas uma multiplicidade de conceitos, configurações e identidades arquitetônicas de acordo com os contextos espaciais, sociais e econômicos em que se inserem. Diante destas múltiplas manifestações, consideram-se os apontamentos de alguns autores sobre a evolução da configuração das residências urbanas e rurais no Brasil, lembrando que não se trata de se identificar um padrão, mas elementos constantes que auxiliam no entendimento das tradições.

Nas cidades do período colonial, o modelo de conformação e ocupação dos lotes urbanos permaneceu praticamente inalterado, sendo baseado em tradições urbanísticas portuguesas. Segundo Marx (1991), os lotes eram objeto de concessão em um sistema que enfatizava mais a metragem linear da fachada de acesso à rua do que a própria área do terreno. O tecido parcelar que resultava desse sistema era constituído

²¹ Wisnik (2004, p. 32) afirma que ambos foram “[...] ideólogos da modernidade, mas estiveram ideológica e sentimentalmente muito ligados a um certo tradicionalismo, que essa mesma modernidade abafava. Assim, embora partindo de caminhos díspares, ambos vieram a eleger fundamentalmente a manifestação cultural popular, coletiva, rural e anônima como base para a criação de uma cultura moderna e erudita no país.”

por lotes estreitos, profundos e de geometria não muito regular, sendo que as ruas eram definidas pela conformação dos casarios (Figura 3). A principal forma de ocupação consistia na concentração da construção na parte frontal dos lotes, com ausência de afastamentos laterais ou frontais, sendo que a parte posterior do terreno se constituía em um espaço livre – o quintal.

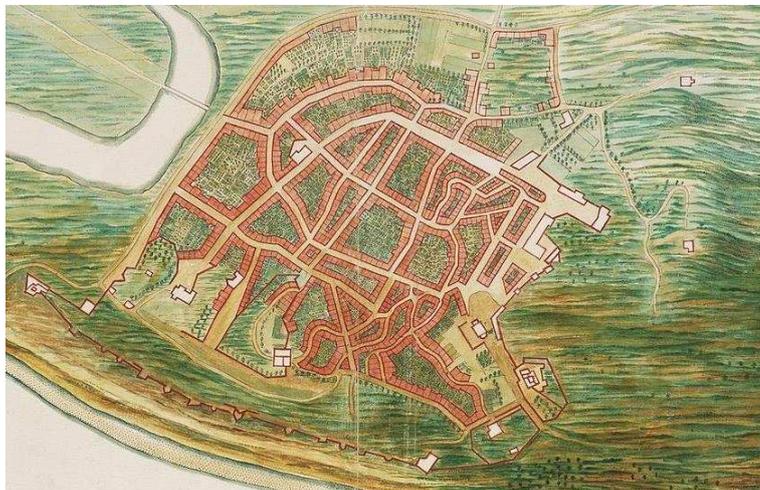


Figura 3 - Forma de parcelamento urbano resultava em lotes estreitos e profundos no período colonial: concentrando-se as construções na parte frontal, conformavam-se os quintais aos fundos. Cidade de Olinda por volta de 1630. Cartógrafo desconhecido. Fonte: Reis Filho, 2000.

Nas construções, as coberturas eram solucionadas através de telhados de duas águas, com beirais voltados para a rua e para os fundos do lote, de maneira que as paredes frontais e posteriores eram protegidas da chuva pelos beirais, e as paredes laterais pelas próprias construções vizinhas. Segundo Reis Filho (1978), o caráter incerto ou provisório da ocupação inicial dos primeiros núcleos urbanos levou a uma ocupação pragmática, de maneira que as construções se caracterizavam pelo aspecto simples e pela funcionalidade, apresentando poucos elementos decorativos. As fachadas denotavam diferenciação social, pois quanto maior o número de aberturas ou seu comprimento, maior o prestígio do proprietário. Sendo assim, nelas se concentrava a maior preocupação formal: paredes caiadas, portas e janelas pintadas, cimalthas, eiras e beiras elaboradas.

A forma de disposição dos cômodos nas residências era também uma constante com poucas variações, revelando as divisões entre setor social, íntimo e de serviços (Figura 3). Nas casas térreas, os cômodos voltados para a rua constituíam-se de salas ou lojas, e aos fundos se localizavam os cômodos de serviços e permanência de escravos e mulheres. Ao centro se situavam as alcovas ou quartos de dormir, ambientes sem aberturas e destinados a permanência noturna, ou à instalação de uma capela ou despensa (ALGRANTI, 1997). A circulação ocorria por meio de um corredor longitudinal que ligava a porta da frente aos cômodos dos fundos, geralmente apoiado em uma das paredes laterais ou disposto ao centro nas casas maiores. Mesmo com a variação de

largura dos terrenos e do tamanho das residências a disposição dos cômodos ocorria de maneira semelhante (Figura 4).

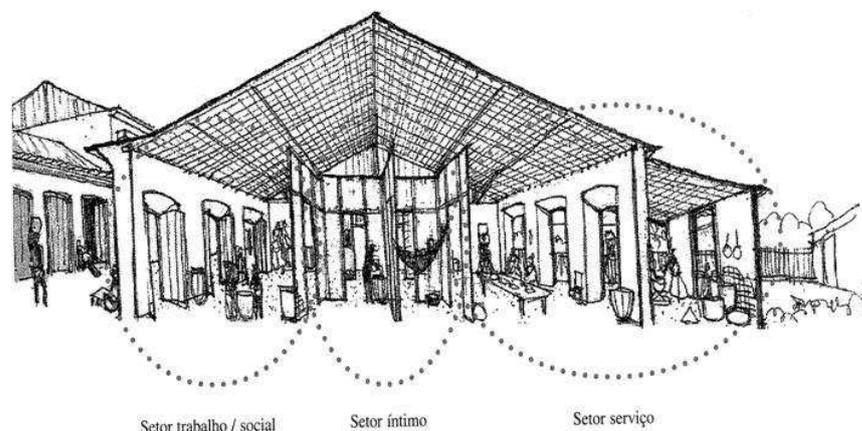


Figura 4 - A residência colonial, rural ou urbana, manteve uma uniformidade na setorização, refletindo a estrutura social.

Fonte: Veríssimo e Bittar, 1999.

Nos sobrados se observam algumas diferenças, embora poucas variações em relação à setorização. O térreo era destinado ao público e aos escravos, com a presença de comércio, oficinas ou salas, um corredor de acesso ao quintal e a circulação vertical. Nos andares superiores se encontravam a sala voltada para a rua, aos fundos as áreas destinadas aos serviços (nos sobrados com três pavimentos a cozinha poderia se localizar no último andar) e as alcovas ao centro (Figura 5).

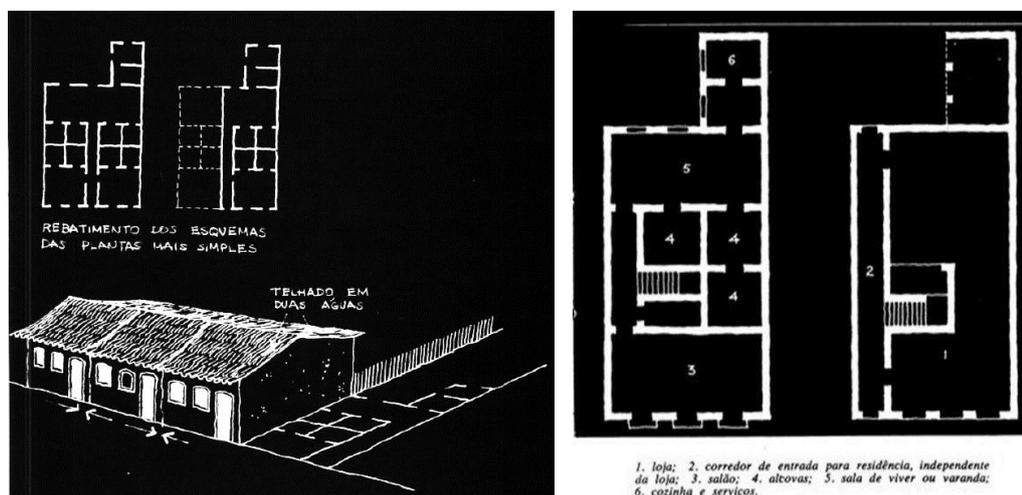


Figura 5 - Esquema espacial de casario térreo e disposição de cômodos em um sobrado colonial - primeiro pavimento e térreo, respectivamente.

Fonte: Reis Filho, 1978.

No meio rural as variações nas tipologias habitacionais foram maiores devido à liberdade de implantação dos edifícios, variando de acordo com as condições naturais do meio. Pelo menos até o século XIX, algumas características comuns poderiam ser encontradas nos edifícios mais estudados (fazendas de engenho e casas bandeiristas),

sofrendo alterações nas fazendas cafeeiras influenciadas pelo neoclassicismo, que chegava ao país naquele momento. Além da edificação residencial principal, muitas fazendas contavam com a presença de outras edificações como capelas, senzalas e anexos necessários para a produção agrícola.

Nas edificações residenciais dos proprietários, as alcovas se encontravam geralmente dispostas ao centro, ao redor da sala, sendo os quartos das meninas e moças rodeados pelos quartos dos mais velhos. As áreas de serviço eram voltadas para os fundos da edificação, comumente com uma cozinha ampla. Característicos da arquitetura rural portuguesa, os alpendres eram uma constante na parte frontal das casas, podendo ser ladeados por capelas localizadas no corpo da edificação. Serviam como uma forma de amenização climática e como local de recepção de visitantes, representando uma área de triagem em relação aos que poderiam receber permissão para entrar, além de um espaço de vigilância e lazer.

Esta conformação das residências coloniais, permanente em uma tradição de pelo menos três séculos, possibilitou interpretações acerca dos modos de vida e sociabilidades que nelas ocorriam. Gilberto Freyre, por exemplo, promoveu uma “sociologia da casa” em suas obras, sustentando a tese de que esta governou a formação social do Brasil, identificando a relação entre sua configuração espacial e a sociedade patriarcal e escravocrata que se consolidou. Enquanto a vida social era filtrada na sala ou na loja e, nas fazendas, no alpendre, a reclusão feminina era conformada nas alcovas e nos ambientes de serviço voltados para os fundos. Os escravos e as mulheres realizavam os serviços diversos na cozinha, espaço amplo voltado para o quintal. Uma abordagem interessante ainda feita por Freyre (1969) foi sobre o valor expressivo do conjunto de objetos cotidianos participantes das rotinas da vida doméstica como expressão dos modos de vida. Descritos como objetos familiares e íntimos, eles contribuiriam para o sentido de pertencimento além de poder “falar” pelos sujeitos de cuja vida fazem parte, reforçando sua identidade. Estes objetos, embora se tornassem invisíveis ou naturais no cotidiano, seriam responsáveis por impor limites às práticas, organizando-as e reproduzindo as normas e valores culturais da sociedade (ROSALES, 2015).

Retornando ao significado dos ambientes domésticos, Algrantí (1997) destacou a cozinha como exemplo de transformação no espaço residencial, uma vez que inicialmente eram erguidas nos fundos, separadas do corpo das casas. O hábito aprendido com os nativos de cozinhar ao ar livre, devido ao clima, pode ter favorecido esta separação, entretanto também se identifica um sentido de divisão de espaços entre senhores e criados. A autora relatou a presença de casas com duas cozinhas, a “limpa” dentro da casa, e a “suja” do lado de fora, onde se cozinham doces por horas e se

procediam às tarefas mais pesadas e menos higiênicas. Com o passar dos séculos, à medida que as refeições se tornavam momentos mais importantes de reunião familiar, a localização da cozinha no interior da casa se tornou mais favorável.

Um espaço importante no contexto doméstico, embora fora da casa, foi o quintal, destinado ao convívio, cuidado de animais e à indústria doméstica que fornecia produtos de subsistência no contexto do sistema colonial: “Árvores e plantas forneciam gordura vegetal para a cozinha e para os candeeiros, além de matéria-prima para as mezinhas caseiras. Nos quintais criavam-se também aves e porcos, e neles se instalavam galinheiros e currais. ” (ALGRANTI, 1997, p. 92). Geralmente neles se encontravam anexos ou puxados rústicos para usos diversos, como reduzidas senzalas, a secreta ou casinha para abrigo de fossas, moenda, monjolo e casa da farinha, e locais de armazenagem de utensílios e alimentos, sendo que nessas dependências as mulheres, principalmente, passavam boa parte do tempo.

A setorização entre áreas social, íntima e de serviços se tornaria constante nas residências coloniais, ultrapassando os séculos e se consolidando mesmo nas casas e apartamentos mais modernos. Veríssimo e Bittar (1999) contribuem com um entendimento sobre as transformações da arquitetura doméstica e da utilização do espaço de moradia no Brasil. Suas análises partem de uma reflexão sobre a “evolução” da família brasileira e seguem para análises da residência a partir de cômodos categorizados nos setores social (sala), íntimo (quarto e banheiro) e de serviços (cozinha, copa, áreas de serviço e alojamento dos empregados), além da varanda e da garagem.

As principais mudanças nestes espaços ocorreram a partir do século XIX, com o fim do período colonial e com diversas mudanças de ordem política e social ocorridas no país. As aspirações aos modos de vida europeus foram marcantes após a chegada da Família Real, alterando a configuração e a utilização de ambientes domésticos (Figura 6). No século XX, uma série de mudanças políticas, econômicas e urbanas transforma a moradia em bem de consumo e insere no ambiente residencial equipamentos industrializados, ao mesmo tempo em que a área de cômodos tradicionalmente amplos se reduz. O mercado imobiliário e os meios de comunicação anunciam ambientes como sinônimo de qualidade de vida e *status* social, com o objetivo de agregar valor ao “produto moradia”. Ao mesmo tempo em que relações sociais são fragmentadas em espaços cada vez mais individualizados e personalizados, antigas relações segregacionistas permanecem disfarçadas nos ambientes de serviços.

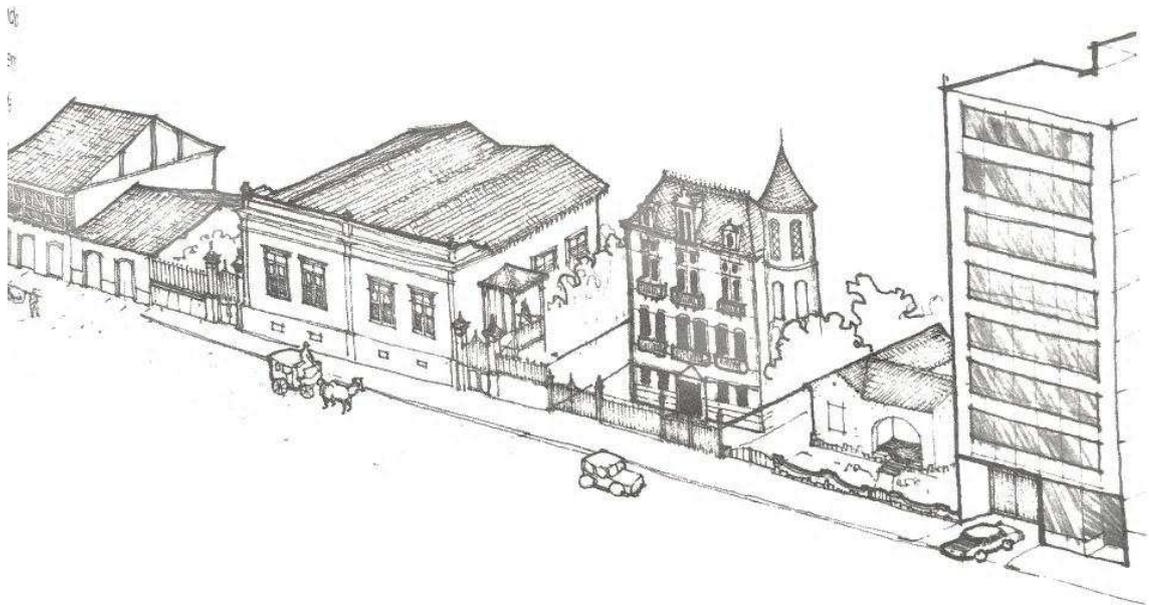


Figura 6 - Esquema da evolução tipológica e estilística da moradia no Brasil.
Fonte: Veríssimo e Bittar, 1999.

O Quadro 2 apresenta uma síntese das características, significados e mudanças ocorridas segundo a perspectiva de Veríssimo e Bittar (1999). Nota-se que os ambientes elencados estão presentes nas residências das classes média e alta. Os próprios autores afirmam que as casas das classes baixas foram as que presenciaram menores alterações devido às limitações econômicas. De uma maneira geral, a casa do pobre no Brasil, desde os mocambos registrados por Gilberto Freyre, era caracterizada pelo tamanho reduzido, sobreposição de funções e incorporação “atrasada” de novidades tecnológicas.

[...] encontramos a casa colonial na casa do caboclo, a senzala nas precárias instalações dos cortadores de cana ou colhedores de laranja, a casa-grande nas grandes residências de veraneio com casa de empregados ao fundo... Mas também é possível nos depararmos com soluções contemporâneas como os “apart-hotéis” ou “lofts” pós-modernos informatizados ou ainda confortabilíssimos apartamentos triplex nos bairros-jardins paulistas. (VERÍSSIMO; BITTAR, 1999, p. 129)

Sendo assim, a desigualdade social é o abismo entre a modernidade e a tradição, uma vez que é possível encontrar, ao mesmo tempo, realidades contrastantes nas condições de habitação da população brasileira. Se a autoconstrução foi a maneira natural de se empreender a moradia colonial, no final do século XX e início do XXI ela passou a ter conotações de problema social e precariedade habitacional.

Quadro 2 - Síntese das características dos ambientes residenciais e sua evolução.

CÔMODO	CASA TRADICIONAL (COLONIAL)			MUDANÇAS			
	Características dos espaços		Função e significado	Fatores de influência		Características dos espaços	Função e significado
	Rural	Urbana		Históricos	Arquitetônicos		
<u>Varanda</u>	Comum na parte frontal da edificação. Possibilidade de existirem alpendres voltados para os fundos ou pátios internos. Possibilidade de serem ladeadas por uma capela.	Voltada para os fundos. Proximidade com a cozinha.	Conforto térmico. Recepção/hospitalidade; Filtro de visitantes ou hóspedes. Posto de vigilância. Lazer e descanso. Área de convívio familiar (salas de viver).	<i>Séc. XIX:</i> Chegada da Família Real; Chegada da Missão Francesa; Mudanças nos modos de vida por influências europeias. Fim do pacto colonial; Independência; Entrada de produtos estrangeiros no mercado. República e ascensão da burguesia cafeeira; Abolição da escravidão; Família patriarcal começa a se abrir para valores europeus que induzem a vida social.	<i>Séc. XIX:</i> Influência neoclássica. Influência eclética e <i>art nouveau</i> . Industrialização dos materiais de construção.	Retração ou anulação, podendo aparecer como pátio lateral colunado em residências neoclássicas; Varanda associada ao jardim; Misto de varanda e circulação, acesso lateral da residência; Riqueza de adornos e detalhes com referências historicistas. Vedação em cerâmica vazada (cobogós) em edifícios residenciais modernos. Sacadas em edifícios de apartamentos.	Vagarosa abertura familiar, público socialmente bem-vindo. Circulação, recepção, lazer, descanso. Complemento do setor social. Ideia de contato com a natureza associado a qualidade de vida. Sinônimo de <i>status</i> objeto de especulação imobiliária. Subutilização, recepção em ocasiões especiais.
<u>Garagem</u>	Estábulo da propriedade ou animais deixados ao ar livre.	Frente da edificação.	Local para acomodação de animais e liteiras.	República e ascensão da burguesia cafeeira; Abolição da escravidão; Família patriarcal começa a se abrir para valores europeus que induzem a vida social.	<i>Séc. XX:</i> Influência neocolonial. Influências modernas. Soluções ecológicas para a construção.	Divide espaço com jardins e varandas. Fechamento devido à segurança: gradis, portões, equipamentos de vigilância.	Estacionamento. Símbolo de status.
<u>Sala</u>	Parte frontal e central da edificação.	Único cômodo na parte frontal. Iluminadas pelas aberturas para a rua. Fechamentos de janelas ou balcões com muxarabis. Mobiliários toscos e de formas rígidas: cadeiras e bancos. Presença de oratórios.	Relação de transição interior/ exterior, casa/rua, público/privado. Recepção e filtro de visitantes. Oração / devoção.	<i>Séc. XX:</i> 10/20: Modernidade e embelezamento das cidades, reformas urbanas; Formação das primeiras favelas. Saneamento básico nas cidades.		Aumento da área. Maiores aberturas permitem contato mais intenso com o exterior. Abertura para varandas. Mais de um cômodo para funções diversas: sala de espera, de música, bibliotecas, salões de baile, sala de jantar, escritórios. Presença da televisão.	Valorização do receber. Recepções, festas, saraus, convívio social. Espaço para ser visto: investimentos na decoração, mobiliário confortável e objetos simbólicos. Lazer, assistir TV. Setor social se desloca para áreas de lazer com piscinas e churrasqueiras.
<u>Quarto</u>	Alcovas. Parte central, voltada para a sala.	Alcovas. Parte central, ocasionalmente voltadas para circulação principal. Comunicação interna (sem corredores). Quadrangulares, pequenas dimensões. Sem iluminação. Ausência de forros permitia aeração. Pouco mobiliário: cama, rede, cadeira, aparador, baú. Itens para higiene: tinas e jarros, retretas, urinóis.	Dormitório, repouso. Descanso diurno. Higiene, necessidades fisiológicas. Algumas alcovas poderiam ser destinadas a despensa ou capela. Reclusão e vigilância das mulheres.	<i>Séc. XX:</i> 30/40: Radicalismo, aguçamento de tensões políticas. Conflitos ideológicos, busca de raízes e identidades nacionais.		Presença de janelas transformam as alcovas em quartos; Comunicação com quarto de trocar. Outros compartimentos: quarto de vestir, toucadores, quarto de banho; Empenho na personalização pela escolha da decoração e mobiliário; Deslocamento para a frente da edificação, conflitando área íntima e social; Banheiro acoplado ao quarto de casal: suíte; Ar condicionado, móveis planejados: armários e camas embutidas, mesa para computador, anteparo para TV.	Reuniões femininas no compartimento. Área íntima, repouso, vestir-se. Exiguidade das unidades residenciais: área social própria de cada um dos ocupantes. Superposição de funções: sala de estudos, local de trabalho e lazer.
<u>Banheiro</u>	Inexistente. Cursos d'água próximos; "matinho".	Inexistente. Raramente fossas em anexos no quintal.	Quando existentes, espaços considerados sujos ou profanos. Banheiro portátil, urinóis: despejo em barris carregados pelos escravos (tigres), lançados em vazadouros ou cursos d'água.	<i>Séc. XX:</i> 50: Pós-guerra: <i>american-way-of-life</i> ; Desenvolvidismo, consumo de massa, eletrodomésticos, indústria automobilística; Meios de comunicação em massa: rádio, cinema, TV.		"Casinhas" começam a se aproximar das residências, acopladas às cozinhas; Peças de ferro esmaltado, louças importadas, pisos e paredes decorados. Maior sofisticação dos produtos de higiene e equipamentos sanitários; Lavabos no setor social e banheiros no setor íntimo. Suítes para casal ou uma para cada morador; Presença de jardins internos, banheiras especiais, saunas, duchas, grandes espelhos, pequenas academias, iluminação diferenciada; Materiais populares (resinas e sintéticos) substituindo peças nobres.	Área íntima, vedada a estranhos. Higiene pessoal, relaxamento e maior permanência. Aposento de destaque, símbolo de <i>status</i> quanto maior for seu número na residência. Mitificação do espaço para higiene, associada ao culto do corpo. Aspiração da classe média e mito para as camadas inferiores de um cenário moderno de revistas e novelas.
<u>Cozinha</u>	Parte posterior da edificação. Espaço amplos.	Fundos do terreno, separadas ou não da edificação. Voltadas para o alpendre. Duas cozinhas: suja e limpa. Espaço amplo, repleto de utensílios: gamelas, tachos, moringas, panelas de ferro, frascos, prateleiras, fogões à lenha.	Laboratório de culinária e farmacopeia. Preparo de alimentos. Permanência dos escravos. Separação entre senhores e escravos.	<i>Séc. XX:</i> 60: Ditadura militar. Acesso à moradia por crédito: BNH; Padronização da moradia popular subsidiada.		Água corrente e luz elétrica, fogão a gás, eletrodomésticos modernos; Preocupação formal com materiais de revestimento, laváveis e duráveis; Redução constante do tamanho e racionalização de seus elementos nos edifícios de apartamentos; associadas à copa e à sala. Conjugadas a áreas avarandadas nos fundos das casas; Menor espaço para armazenagem pelo fácil acesso aos alimentos no mercado.	Espaço utilizado pela dona-de-casa. Modernização do espaço que a mulher "moderna" (social e economicamente participante) volta a ocupar. Espaço funcional e agradável. Copa/cozinha para refeições rápidas. Refeições fora de casa, conflitos de horários entre os membros da família.
<u>Copa</u>	Espaço alpendrado voltado para um terreiro arborizado.	Espaço alpendrado próximo à cozinha, voltado para o quintal.	"Sala de viver" Refeições informais apenas da família. Convívio e maior intimidade entre os familiares. Menor formalidade de hábitos.	<i>Séc. XX:</i> 70/80: Êxodo rural e crescimento urbano acelerado; Especulação imobiliária; Crise habitacional. Crise do petróleo, crise ambiental.		Separação da área de preparo de alimentos, agregada à sala principal; Amplas mesas de madeira ou mármore; Coexistência da sala de jantar e da cozinha associada à copa, "sala de almoço", onde se realizam refeições mais íntimas e informais.	"Sala de jantar". Valorização do receber. Ouvir rádio, folhear o jornal da manhã. Convívio familiar. Resolução dos problemas cotidianos em torno da mesa "[...] na presença de todos, problemas que hoje são interiorizados individualmente, sem mesa para discuti-los, na ausência de muitos familiares, dispersos por horários do dia-a-dia." (p. 118)
<u>Área de serviço</u>	Terreiro: espaço aberto, formato em quadra determinado pela disposição dos edifícios. Pátio delimitado nos fundos da sede.	Quintal: espaço conformado pela ocupação do lote urbano, fundos do lote. Presença de anexos: senzalas, secreta, moenda, monjolo, casa da farinha. Cozinha "suja" como anexo ou espaço alpendrado. Pomares e hortas, galinheiros. Varais.	Castigo de escravos, Festas religiosas ao ar livre. Subsistência da família: "indústria doméstica". Armazenagem de utensílios e alimentos. Cuidado, abate e antepreparo de animais. Lavar, secar, passar, engomar roupas. Convívio das mulheres. Permanência de escravos.	<i>Séc. XX:</i> 80/90: Redemocratização; Neoliberalismo. Movimentos sociais em prol da moradia.		Lotes menores e quintais reduzidos. Área cimentada com tanque e varal. Casas abastadas: Garagens, casa para motoristas, oficinas e lavanderias com aposentos para empregados. Casas menores: Áreas reduzidas, demarcadas para serviços, com tanque e banheiro. Apartamentos: Prolongamento da cozinha, pequeno tanque de louça sob varais pendurados no teto. "Asseio industrial", azulejos até o teto, ventilação e iluminação inadequadas. Máquina de lavar e secar, mesa dobrável para passar roupa.	Versão atualizada da relação escravocrata. Funcionalidade extrema, limpeza. Local de baixa permanência. Subsistência da família vem do supermercado.
<u>Alojamento de empregados</u>	Senzalas dentro ou fora da edificação. Edificações para trabalhadores livres (ex: casa do feitor)	Edículas nos fundos do lote, junto a cocheiras e depósitos. Térreo dos sobrados; fundos das lojas, compartimento contíguo aos pátios e estrebarias. Acomodação na cozinha (redes e esteiras).	Local de permanência e repouso dos escravos, serviços domésticos. Representação da sociedade escravocrata e segregacionista. Preconceito racial e social.			Alojamentos contíguos ou sobre garagens. Edícula nos fundos da casa. Residência do caseiro separada da casa principal (casas de veraneio, sítios). Quarto e banheiro de pequenas dimensões próximo à área de serviço ou cozinha. Entradas independentes (portas, escadas e elevadores próprios), que atingem cozinhas e áreas de serviço. Quando não utilizados são transformados em depósitos dos excedentes da família. Inexistência de áreas de serviço em <i>lofts</i> e <i>apart-hoteis</i> , que oferecem serviços e facilidades independentes.	Local de permanência dos empregados, serviço e dormitório. Alteração oficial das relações patrão-empregado, mas permanência das antigas relações sociais segregacionistas. Isolamento dos empregados do fluxo social ou nobre do edifício. Inexistência de alojamento de serviços nas casas pobres, onde há superposição de funções, uma vez que os próprios moradores realizam os serviços.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Veríssimo e Bittar (1999), 2016.

2. A MORADIA AUTOCONSTRUÍDA NO BRASIL

Neste capítulo pretende-se refletir sobre a prática da autoconstrução no contexto urbano, identificando como as mudanças econômicas e políticas interferiram nas formas de lidar com a questão, principalmente a partir do século XX. Além disso, busca-se identificar como arquitetos e urbanistas lidaram com o tema, não só através de críticas como por experiências práticas.

Faz-se necessário refletir sobre o conceito e as formas de autoconstrução, entendendo que seria abrangente considerar esta prática apenas como uma atividade em que o morador se encarrega de idealizar e construir sua própria casa utilizando seus recursos e força de trabalho, pois neste caso se enquadraria a *arquitetura primitiva* por exemplo, discutida anteriormente, em que a produção habitacional faz parte de um conjunto de atividades realizadas para autoconsumo e subsistência. Diante do contexto abordado na pesquisa de campo, compreende-se a autoconstrução como um fenômeno urbano resultante do modo de produção capitalista, em que a habitação e a terra deixaram de possuir apenas valor de uso para adquirir valor de troca, se tornando uma mercadoria essencial na lógica deste modo de produção.

2.1 Autoconstrução: Refletindo sobre os conceitos

Segundo Harms (1982) a ocorrência da autoconstrução se dá especialmente em períodos de crise do capitalismo, sendo que duas grandes crises foram identificadas por este autor com consequências expressivas na configuração urbana das metrópoles. A primeira crise se configurou durante o período de consolidação do capitalismo industrial na Europa do século XIX, quando a migração e o crescimento demográfico levaram ao caos ou à “pseudo-desordem” urbana nas grandes cidades europeias (CHOAY, 1992), elevando significativamente a demanda por habitação e gerando condições precárias de moradia. Na Inglaterra, por exemplo, a crise habitacional foi vista de antemão pelos governantes como estopim de uma possível onda de revoltas, fazendo-se necessário acalmar os ânimos da população. Dessa forma, a produção de habitação em massa foi acionada pelo governo em conjunto com o capital privado, expandindo a malha urbana através de subúrbios residenciais (HALL, 2007).

A segunda crise corresponderia ao momento de entrada e expansão do capitalismo nos países em desenvolvimento, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Nestes países, a industrialização tardia implicou no crescimento acelerado das metrópoles, acentuando a desigualdade entre demanda e oferta de habitação e gerando um cenário de segregação espacial, marcado pela autoconstrução. Maricato (1979) afirma que a autoconstrução da moradia seria a arquitetura possível para a classe

trabalhadora nos países dependentes do mundo capitalista, se estendendo ainda para a produção do espaço urbano. Além da construção da moradia, a autora compreende que a população também trabalhadora autoconstrói partes da cidade, seja em programas de necessidades como igrejas, sedes de associações de bairros, centros comunitários, ou em pequenas obras de infraestrutura, como o melhoramento de ruas, caminhos de acesso, pontes e limpeza de córregos.

Nesse contexto, é necessário compreender alguns conceitos em torno da autoconstrução, pois existem características que diferem os processos em sua idealização, gestão e na construção da moradia propriamente dita. Maricato (1979) define a autoconstrução como:

[...] o processo de construção da casa (própria ou não), seja apenas pelos seus moradores, seja pelos moradores auxiliados por parentes, amigos e vizinhos, seja ainda por moradores auxiliados por algum profissional (pedreiro, encanador, eletricista) remunerado. (MARICATO, 1979. p.73-74)

O profissional mencionado não consiste em técnico graduado no setor de construção civil, mas no trabalhador que atua no mercado informal e que aprendeu o ofício através da prática cotidiana. Nascimento (2011) confirma este ponto de vista, compreendendo que a autoconstrução pode ser entendida como a provisão da moradia em que uma família, de posse de um lote obtido no mercado formal ou informal, decide e constrói sua casa utilizando seus próprios recursos financeiros e mão-de-obra familiar, de amigos ou contratada. A partir disso, os termos *autoprodução*, *autoajuda* e *autogestão* se relacionam com a autoconstrução em diferenças relativas ao processo.

Para Kapp, Nogueira e Santos (2009), a *autoprodução* de moradias corresponde ao processo em que os usuários tomam as decisões e realizam a gestão dos recursos e da obra, entretanto não necessariamente são os construtores do edifício, podendo contratar o trabalho de terceiros para a sua realização. Neste processo, as autoras salientam que a construção é realizada exclusivamente para o uso e não para o lucro. Quanto à *autoajuda*, também conhecida como ajuda-mútua ou mutirão, as decisões são também tomadas pelos moradores, mas o processo de construção da moradia é realizado de forma coletiva, com a participação de parentes, amigos e vizinhos. Este processo se aproxima da autogestão na medida em que envolve uma troca social, contudo existem ainda algumas diferenças. Segundo Bastos e Kapp (2006), a *autogestão* corresponde ao sistema em que moradores se organizam em associações ou cooperativas, gerenciando recursos e o processo de produção de empreendimentos habitacionais, podendo ser apoiados por órgãos públicos e assessorados por técnicos contratados pela própria associação.

Neste trabalho, utiliza-se o termo *autoconstrução* buscando focar o processo em que uma família toma as decisões acerca do projeto e construção da moradia,

definindo materiais de construção, arranjo funcional, acabamentos e até a mão-de-obra a ser empregada, podendo esta ser dos próprios moradores, pessoas conhecidas ou de profissionais liberais, em consonância com Maricato (1979) e Nascimento (2011). Considera-se aqui a autoconstrução de moradias como processo voltado inicialmente para o uso da família e não para o lucro, ainda que o imóvel seja posteriormente vendido ou alugado.

Ainda que os processos se diferenciem, pode-se dizer que a prática da autoconstrução nos países em desenvolvimento possui características comuns (WERNA, 2001). No caso brasileiro, cabe traçar um histórico da evolução da cidade autoconstruída para compreendermos sua dinâmica ao longo do século XX.

2.2 Um breve histórico sobre a autoconstrução no Brasil

Pontua-se como importante marco para a configuração do espaço urbano brasileiro a promulgação da Lei de Terras, em 1850, que consistiu na primeira iniciativa para organizar a propriedade privada no país, estabelecendo a compra como única forma de acesso à terra e abolindo definitivamente o sistema de concessões e o regime de sesmarias²². Como lembrou Maricato (2011), devido a este fator, os trabalhadores livres e pobres se viram impossibilitados de acessar a terra regularizada e, conseqüentemente, foram obrigados a buscar alternativas à margem da legalidade para garantir o acesso à terra e à moradia. Villaça (1986) confirma este ponto de vista, afirmando ainda que o capitalismo reforçou a propriedade privada da terra e a transformou em mercadoria, situação inexistente até então no Brasil.

No final do século XIX, a questão habitacional começou a dar sinais de crise em virtude da industrialização e do crescimento acelerado das grandes cidades, que passaram a receber contingentes de população vindos do meio rural. Nesse contexto, a provisão habitacional coube inicialmente à iniciativa privada, por meio da construção de vilas operárias, para abrigar funcionários do setor industrial, e das casas de aluguel que logo não suportaram as demandas. Se tornaram emblemáticos naquele momento os cortiços, forma de habitação popular com equipamentos de serviço coletivos, caracterizada pelos altos índices de adensamento populacional (VAZ, 1994). Naquele momento, a interferência do Estado se deu por intervenções urbanas de controle sanitário e pela criação de legislação urbanística, que visavam difundir padrões de comportamento e higiene entre a população. A produção rentista de moradias era uma tarefa lucrativa, sendo que cerca de 70% das moradias em São Paulo eram alugadas

²² A Lei de Terras teve vigência oficial até 1964, com a edição do Estatuto da Terra.

até a década de 1940. O aluguel era tão difundido na economia urbana que seus preços formavam a base de cálculo para a venda de edificações.

A partir dos anos 1940, o investimento na moradia de aluguel passou a ser desestimulado como consequência da instituição da Lei do Inquilinato, em 1942, que congelou o preço dos alugueis. Com isto, a construção rentista deixou de ser uma opção economicamente interessante para os investidores privados, de modo que a responsabilidade pela construção de moradias foi transferida para o Estado e para os próprios trabalhadores. A partir de então, começaram a se expandir formas alternativas de acesso à moradia, baseadas principalmente na autoconstrução em assentamentos informais. Para Bonduki (1994), a Lei do Inquilinato fez parte de uma estratégia governamental para reduzir a atração que o setor imobiliário tinha sobre os investidores, concentrando seus recursos na montagem do parque industrial brasileiro, em instalação naquele momento. O Estado populista, em busca de legitimação, apoiava-se no discurso de que o congelamento dos aluguéis servia à defesa da economia popular, enquanto isso o custo de reprodução da força de trabalho foi reduzido, a ideologia da casa própria foi difundida e a autoconstrução passou a se consolidar nas metrópoles.

Tornaram-se clássicas as críticas de Oliveira (1981; 2006) sobre a funcionalidade da autoconstrução da moradia para o barateamento da força de trabalho, contribuindo para o processo de industrialização e acumulação de capital no Brasil. A autoconstrução, segundo ele, consistiria na atividade de se produzir habitação por trabalho não pago, ou supertrabalho, uma vez que a atividade de construção da casa é realizada nas horas de folga do trabalhador e nos finais de semana, custeada com recursos como décimo terceiro salário ou retirada do FGTS²³. Maricato (1979) também reforçou esta premissa, afirmando ainda que o Estado não investiu na infraestrutura necessária para a adequada manutenção da classe trabalhadora no meio urbano, sendo a autoconstrução a única forma encontrada pela população para a solução das demandas habitacionais.

Apesar da relevância de tais argumentos, Rolnik e Bonduki (1978), Ferro (2006) e Bonduki (2006) buscaram contornar a crítica quanto ao ponto de vista de Oliveira (1981), principalmente. A perspectiva seria que a autoconstrução individual não deveria ser uma solução universalizável ao problema habitacional, entretanto, quando feita por meio de mutirões e da autogestão representaria a superação da alienação do trabalhador, como único momento em que o ele se apropriaria do valor de seu trabalho (BONDUKI, 2006) e como meio de consolidação de consciência de classe (FERRO, 2006)

²³ Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Ressalta-se que existiram ações governamentais para a construção habitacional ao longo do século XX no Brasil, como a Fundação da Casa Popular (FCP), as obras financiadas pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) e pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), criado durante a Ditadura Militar. Entretanto, estas ações e seus recursos acabaram muitas das vezes se voltando para a produção habitacional para a classe média ou alta, adquirindo muito mais um resultado de dinamização do processo de acumulação de capital do que de solução do déficit habitacional.

Ao fazer uma análise sobre a política habitacional brasileira no período de atuação dos referidos órgãos, Azevedo e Andrade (1982) demonstraram sua insuficiência em resolver os problemas da moradia para a população pobre e evidenciaram a autoconstrução como uma alternativa para atenuar a crise habitacional. Para os autores, uma política de incentivo à autoconstrução traria vantagens quanto à satisfação dos moradores com a residência, além de permitir a edificação de casas mais baratas, especialmente se em conjunto com uma política que facilitasse o acesso à terra.

Uma das peculiaridades de um programa dessa natureza diz respeito à ideia de habitação como 'processo' e não como mercadoria acabada. Isso permite que o mutuário construa inicialmente o essencial em face da sua própria definição de prioridades e da sua capacidade financeira. Em etapas posteriores, já residindo no imóvel, a casa pode ser modificada e melhorada de acordo com a própria trajetória econômica e social do morador. (AZEVEDO; ANDRADE, 1982, p. 116)

Tais autores reconheciam e contestavam críticas tanto de viés conservador (o impacto negativo no mercado da construção civil) quanto de conotação progressista (a superexploração da força de trabalho), confirmando a autoconstrução enquanto prática popular usual, que poderia ser implantada, desenvolvida e dinamizada com o incentivo do poder público. Admitiam que o incentivo à autoconstrução não deveria ser aceito como uma solução que resolveria todas as necessidades habitacionais, por outro lado, não deveria ser totalmente ignorado. Ressalta-se que na década de 1970 já se havia dado início a experiências pontuais em programas de caráteres reformista e democrático, voltados para o financiamento de lotes e de materiais de construção para a população com baixo poder aquisitivo. Nesta época também tiveram início as primeiras experiências de assessoria técnica para o projeto habitacional, realizadas por profissionais e técnicos da construção civil.

No contexto brasileiro, a década de 1980 foi marcada por uma série de mudanças em sintonia com a ideologia neoliberal, com a redemocratização da política e da Constituição, a descentralização e a municipalização da gestão pública e a diminuição gradativa na participação direta do Estado na economia. Quanto à política habitacional, houve um hiato a partir da extinção do BNH em 1986, entretanto ocorreram diversas experiências de produção de moradias com maior participação popular, como por mutirões autogeridos e pelos investimentos em urbanização, infraestrutura, revitalização

e regularização fundiária em favelas. Segundo Santos (1999), as ações prioritárias empreendidas no país na década seguinte resultaram basicamente em financiamentos, ou seja, houve uma abertura clara para a ação do mercado no setor habitacional, e o Estado se posicionou como facilitador das operações.

2.3 Novos ideários e práticas: Neoliberalismo e as Conferências Habitat

Os ideários e práticas sobre a autoconstrução se modificaram com os desdobramentos do capitalismo nas últimas décadas do século XX. Mudanças nos contextos político e econômico determinaram novas práticas urbanas, não pouco influenciadas por ideias difundidas por agências internacionais de desenvolvimento, que ganharam expressividade após a Segunda Guerra.

Fomentadas pela Organização das Nações Unidas, as conferências promovidas pela agência UN-Habitat e os Fóruns Urbanos Mundiais passaram a formar, a partir de então, um panorama para análise da urbanização mundial, independente das respostas de programas propostos, suscitando questionamentos sobre o enfoque de problemas da urbanização e dos limites da mediação institucional sobre os processos econômicos e sociais (ANTONUCCI et al., 2009). Em 1976 foi realizada a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (UN-Habitat I), sob a tônica da valorização do planejamento nas diversas instâncias das escalas nacionais, ainda sob a égide de um Estado regulador, dispondo de aparatos institucionais consolidados, em uma crença que somente um governo central forte poderia enfrentar os problemas urbanos que despontavam na época.

Entretanto, a partir da década de 1980, intensificou-se a presença da ideologia capitalista neoliberal nos países ocidentais, sendo que os ideários e práticas urbanísticas também começam a se modificar, buscando alinhar-se ao sistema. Este foi um contexto cada vez mais marcado pela modificação da responsabilidade do Estado junto a diversos setores, que passaram a ser relegados ao controle da iniciativa privada, dentre os quais, as políticas urbanas e habitacionais também se inseriram. Em relação à questão habitacional, a ideia de participação do setor privado na oferta de moradias passou a ser difundida pelo Banco Mundial, repercutindo em novas posturas da Agência Habitat que vieram a influenciar políticas públicas em diversos países. A estratégia difundida baseava-se no conceito de facilitação (*enabling*), através do qual o setor público teria o papel de apoiar o setor privado como provedor de bens e serviços coletivos, dentre os quais a habitação. Além do compartilhamento das atribuições do Estado com o setor privado, a facilitação implicou a diminuição dos investimentos em serviços públicos (ROLNIK, 1997).

A segunda conferência do Habitat (UN-Habitat II), realizada em 1996, agregou setores não-governamentais às discussões, como movimentos sociais e ONGs, juntamente com os tradicionais setores político, técnico e acadêmico que delas participavam. As temáticas giraram em torno da descentralização e fortalecimento do poder local, da cogestão e parcerias com entidades sociais, participação da sociedade, sustentabilidade e qualidade ambiental e combate à pobreza e ao desemprego. Ao realizar uma síntese crítica do evento, Maricato (1997) afirmou que a Conferência consistiu em um golpe às concepções do urbanismo vigentes durante o século XX, entretanto se configurou como uma faca de dois gumes – de um lado, o fim do planejamento tecnocrático, de outro, a demissão do Estado em relação à regulação do uso do solo. No âmbito das discussões urbanas, a Agenda Habitat, principal produto da Conferência, estabeleceu o direito à moradia como direito humano, representando uma conquista para os movimentos sociais e significando, ao menos na teoria, o “fim” de remoções e despejos ilegais. Tais discussões se refletiram no incentivo a programas de urbanização de favelas e regularização de assentamentos informais, bem como na institucionalização, reconhecimento e adoção de práticas como a autoconstrução como política pública.

Sobre as práticas que passaram a ser difundidas a partir de então, Davis (2006) argumentou sobre seus riscos, afirmando que as ações que passaram a ser consideradas louváveis como solução para a crise urbana seriam, na verdade, instigadoras e aprofundadoras dessa mesma crise. A defesa da regularização fundiária através da concessão de títulos de propriedade, estimulada pelo Banco Mundial com base nas ideias do economista peruano Hernando de Soto (descrito nas palavras de Davis como “o Messias do capitalismo popular” e o “guru global do populismo neoliberal”), na verdade consistiriam em uma forma de trazer novos encargos financeiros aos moradores, obrigando-os a pagar impostos sobre o terreno regularizado. Além disso, o processo criaria um mercado imobiliário informal, com preços de terrenos e casas aumentando progressivamente, assim como a exclusão da parcela da população que não conseguiria arcar com estes novos gastos.

[...] panaceias como a de De Soto permanecem extremamente populares por razões óbvias: a estratégia de concessão de títulos promete grande ganho social com um simples gesto de pena e, assim, traz nova vida aos desgastados paradigmas da auto-ajuda do Banco Mundial; combina perfeitamente com a ideologia neoliberal e antiestatal predominante, até mesmo com a ênfase atual do Banco na facilitação pelo governo do mercado imobiliário privado e na promoção do acesso amplo à casa própria. Também é atraente para os governos porque lhes promete algo – estabilidade, votos e impostos – em troca de praticamente nada. (DAVIS, 2006, p. 89)

Ainda em sua crítica, Davis (2006) argumentou como este processo, semelhantemente à difusão da ideologia da casa própria, pôde ser um instrumento político para apaziguar os pobres urbanos em sua luta por melhores condições de vida na cidade.

2.4 Arquitetura participativa

Ao mesmo tempo em que as mudanças econômicas e políticas ocorriam ao longo do século XX, consolidavam-se as críticas sobre a produção arquitetônica e urbanística do período. A pós-modernidade se estabeleceu em meio aos avanços e contradições do capitalismo, com críticas à concepção urbana do pós-guerra, à apropriação da estética moderna como símbolo de inovação na arquitetura de grandes corporações empresariais e à concepção modernista de habitação social. Em relação à habitação, a crítica incidiu sobre a construção massiva dos grandes conjuntos habitacionais e dos problemas decorrentes dessas intervenções. Os estatutos mecanicistas, racionalistas e funcionalistas, que muitas das vezes ignoravam os valores inerentes ao homem, se propagaram através de projetos que não estabeleciam empatia entre o usuário e a cidade.

Medrano (2007) afirma, contudo, que nenhum segmento da arquitetura fez tanto pela habitação das massas quanto o movimento moderno. Não foram poucos os projetos habitacionais do período que se superaram como ideologia e introduziram novos valores arquitetônicos, os quais, segundo o autor, podem ser considerados um importante legado conceitual, tipológico e artístico à arquitetura do século XXI. Após a Segunda Guerra Mundial, algumas propostas para habitação social já trariam mudanças de conceitos, buscando contemplar valores como a história, a cultura e a satisfação das necessidades psicológicas e sensitivas dos usuários. Conforme dito no capítulo anterior, na década de 1960 identificou-se a valorização da arquitetura *vernacular*, quando arquitetos voltaram sua atenção para investigar a cultura popular, sua relação com o ambiente construído e as formas de uso e apropriação do espaço.

Segundo Pereira (2012), simultaneamente à exaltação da arquitetura *vernacular* surgia uma nova via de projeto habitacional centrada na valorização da participação do usuário, em oposição à lógica do projeto moderno. Nesse sentido, as experiências do arquiteto inglês John Turner, no Peru, se tornaram referência quanto ao processo participativo de projeto habitacional. Turner trabalhou na reconstrução de assentamentos precários e programas de urbanização de favelas em Lima, de 1957 a 1965, defendendo os processos de autoconstrução e autogestão da moradia. O arquiteto acreditava na autoconstrução como manifestação de autonomia da população, suas ideias passaram a ter grande influência na América Latina a partir da década de 1970, apresentando a autoconstrução como alternativa para romper com sistemas centralizados de produção habitacional, estabelecendo formas que seriam mais sustentáveis para a demanda das classes populares. Davis (2006) critica a atuação de Turner enquanto divulgador das favelas como solução e não problema, polemizando o

incentivo à autoconstrução como “[...] uma cortina de fumaça para revogar compromissos estatais históricos de reduzir a pobreza e o déficit habitacional.” (DAVIS, 2006, p. 81).

Apesar disso, o fato é que as ideias de Turner ocuparam lugar importante em experiências participativas de produção habitacional. Sanches (2015) destaca que tais experiências ocorreram em meio ao amplo debate internacional iniciado nas décadas de 1960 e 1970 na Europa e nos Estados Unidos, do qual seguiram-se experiências de projetos de habitação social desenvolvidos de forma participativa. Dentre as principais atuações destacam-se os exemplos dos arquitetos Christopher Alexander (Estados Unidos, 1966), Hassan Fathy (Egito, 1973), Nuno Portas através do SAAL²⁴ (Portugal, 1974) e a experiência brasileira do arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1969), com o projeto para a urbanização da Favela Brás de Pina, no Rio de Janeiro. Na cidade de São Paulo, a partir da década de 1980, deu-se início a atuação das assessorias técnicas (grupos de técnicos formados principalmente por arquitetos e estudantes) envolvidas com os movimentos sociais em prol da moradia e atuando através dos mutirões autogeridos (ARANTES, 2002).

Em paralelo com as experiências dos mutirões, aconteciam ações que buscavam solucionar a questão habitacional por via da autoconstrução. Como marco, tem-se em 1976 a publicação do Programa ATME – Assistência Técnica à Moradia Econômica, pelo Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul, em um momento em que havia um tipo de assessoria técnica inserido nos programas habitacionais do BNH, mas que estiveram mais comprometidos com interesses de construtoras e financiadoras do que com os moradores. Na década de 1990 surgiram leis municipais que visavam garantir assistência técnica para projetos habitacionais em algumas cidades nas regiões Sudeste e Sul do país (IAB, 2010).

No final dos anos 1990, a Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FENEA) criou o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU), uma iniciativa de atuação acadêmica junto às comunidades de baixa renda. O meio acadêmico começou a se mobilizar e diversas faculdades de arquitetura promoveram iniciativas de extensão universitária, incluindo em seus currículos questões relacionadas ao direito à cidade e habitação. A importância de tais experiências se deu pela construção de uma base para a institucionalização do processo de autoconstrução.

²⁴ Serviço de Apoio Ambulatório Local, implantado em Portugal no contexto da Revolução dos Cravos e das manifestações populares por direito à habitação. O SAAL surgiu como serviço descentralizado e desburocratizado, inserindo-se no processo das relações entre Estado, arquitetos e moradores pobres; durante o período de sua atuação (1974-76) produziu reflexões sobre a cidade e seus processos de planejamento, produziu habitações e arquitetura que despertou os olhares da crítica internacional, destacando-se a atuação de arquitetos como Álvaro Siza Vieira e Eduardo Souto de Moura.

2.5 Institucionalização da autoconstrução: Lei 11.888/08

A partir da década de 1980, com a abertura política no Brasil, a maior organização dos movimentos sociais na luta pela moradia e a promulgação da Constituição de 1988, as discussões em torno da assistência técnica como direito foram fortalecidas. Ainda assim, apenas no ano 2000 a moradia passou a ser considerada como direito social do cidadão pela Constituição da República, por meio de uma emenda constitucional. Com a aprovação da Lei do Estatuto da Cidade, em 2001, a assistência técnica foi reconhecida como instrumento da política urbana que deve ser oferecido gratuitamente para grupos sociais menos favorecidos, dessa forma, criou-se a possibilidade da existência de leis e atos para regularização da assistência técnica (CUNHA et. al., 2007).

Neste ínterim, em termos de marcos institucionais para o enfrentamento do problema da moradia e do desenvolvimento urbano, foi criado em 2003 o Ministério das Cidades (MCidades), órgão responsável por coordenar, gerir e formular a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, abrangendo de forma integrada as políticas ligadas à cidade e ocupando o hiato institucional existente desde a extinção do BNH. No âmbito do MCidades, em 2004 foi elaborada a Política Nacional de Habitação (PNH), com os objetivos de universalizar o acesso à moradia digna, promover a urbanização, regularização e inserção dos assentamentos precários à cidade, fortalecer o papel do Estado na gestão da Política e na regulação dos agentes privados, tornar a questão habitacional uma prioridade nacional integrando, articulando e mobilizando os diferentes níveis de governo e fontes, democratizar o acesso à terra urbanizada e ao mercado secundário de imóveis, ampliar a produtividade e melhorar a qualidade da produção habitacional e incentivar a geração de emprego e renda (BRASIL, 2004).

Como um dos instrumentos para se atingir os objetivos da PNH ocorreu a estruturação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), em 2005. O SNHIS implementou uma estrutura pública de financiamento dos investimentos no setor habitacional por meio do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), que pressupõe a alocação de parcelas significativas do orçamento para fins de subsídio. O FNHIS é composto por recursos do Orçamento Geral da União, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), de empréstimos externos e internos, contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entre outros.

Em meio a este contexto, após quase 30 anos das primeiras experiências de assistência técnica no Brasil, com a construção de um aparato legal e condições políticas e sociais, no ano de 2002 teve início a tramitação de um Projeto de Lei visando a assistência técnica pública e gratuita para a construção e/ou reforma de habitações

para famílias com renda inferior a três salários mínimos. Em dezembro de 2008 foi sancionada a Lei n. 11.888/08, com o objetivo de assegurar às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto no art. 6 da Constituição Federal (BRASIL, 2008).

Conhecida entre os profissionais como “Lei de Assistência Técnica”, a Lei tem como público alvo famílias com renda mensal de 0 a 3 salários mínimos e visa abranger todas as etapas de trabalho de arquitetos, urbanistas e engenheiros, desde a elaboração de projeto e acompanhamento de obras até a regularização fundiária. Os serviços devem ocorrer na forma de convênio ou termo de parceria entre União, Estado e Municípios com os profissionais, sejam eles servidores públicos, integrantes de ONGs, membros de programas de extensão universitária ou profissionais autônomos. O apoio financeiro do Estado é fundamental para a execução dos serviços gratuitos, sendo que há prioridade para as iniciativas realizadas em regime de mutirões e em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). A Lei garante a transferência de recursos do FNHIS para os Estados, o Distrito Federal, Municípios e entidades privadas sem fins lucrativos. A seleção dos beneficiários deve ser feita em âmbito municipal, por órgãos colegiados com composição paritária entre representantes do poder público e sociedade civil.

Concomitantemente à aprovação da Lei 11.888/08, iniciou-se uma crise econômica internacional desencadeada pelo setor imobiliário dos Estados Unidos, com repercussões no Brasil. O poder público reagiu buscando investir no campo habitacional, visando o estímulo à geração de trabalho e renda. Neste sentido, houve o lançamento do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2009, desenvolvido pela Casa Civil e pelo Ministério da Fazenda, sem a participação do MCidades e, portanto, desvinculado da Política Nacional de Habitação. O PMCMV teve por finalidade incentivar a produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais.

Contudo, nota-se que no PMCMV os investimentos foram direcionados para a construção de novos conjuntos habitacionais, tendo como consequência a transferência de famílias de seus locais de origem para conjuntos geralmente implantados distantes da malha urbana existente (CARDOSO; ARAGÃO, 2011). Além disso, as unidades habitacionais produzidas pelo Programa são geralmente padronizadas, em um sistema em que o processo de produção (medidas, materiais e componentes), as formas de execução e de gestão dos canteiros são também padronizados pelas empresas responsáveis pela construção dos empreendimentos (SHIMBO, 2012). A padronização das moradias, tanto em sua área quanto em seu arranjo interno, tem como consequência a inadequação ao tamanho das famílias e a não flexibilidade da moradia

ao longo do ciclo familiar, não permitindo incorporar atividades econômicas ou acomodar parentes através da expansão das construções. Ainda assim, pesquisas demonstram que a “informalização” dos espaços vem ocorrendo nos conjuntos habitacionais (ROLNIK, 2015). Além das consequências apontadas, observa-se que o enfoque dado ao PMCMV pelo governo federal fez com que a Lei 11.888/08 perdesse força, mesmo em meio ao histórico de lutas para a sua instrumentalização e possibilidade de melhoria das condições habitacionais da população.

Segundo Santos (2014), profissionais envolvidos com a temática habitacional vêm demonstrando interesse nas discussões sobre a implementação ao direito à moradia digna por meio da Lei de Assistência Técnica, contudo, os estudos sobre o tema são ainda escassos. Em relação às investigações acadêmicas é possível citar trabalhos como os de Moraes (2012), Gomes (2014), Santos (2014) e Camacho (2016), que investigam limitações e possibilidades de operacionalização da Lei. Sob o aspecto prático, diversos projetos de extensão universitária com foco na assessoria técnica se desenvolveram no Brasil mesmo antes da aprovação da Lei 11.888/08, como é o caso do *Projeto Habitat: Consultório Móvel de Arquitetura*, desenvolvido em Viçosa por meio da Universidade Federal de Viçosa, a ser relatado no próximo capítulo. A criação do programa de Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia (Residência AU+E/UFBA), em 2013, constitui-se também de um marco para a capacitação de profissionais para atuação conforme a Lei 11.888. A partir de 2016, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/BR) passou a dar ênfase a atuação dos profissionais por meio da assistência técnica realizando reuniões, debates e seminários sobre o tema (CAU, 2016).

Neste capítulo, buscou-se realizar uma revisão sobre a autoconstrução enfatizando o histórico dos ideários e práticas que envolvem o tema, bem como demonstrar como os profissionais de arquitetura e urbanismo lidaram com as discussões e atuaram sobre estas questões. O projeto participativo, seja através dos mutirões ou da assessoria técnica a famílias de baixa renda representam, mesmo em meio às contradições sobre a autoconstrução, uma esperança para a construção de cidades com melhor qualidade ambiental. Esse desafio demonstra não só a postura de arquitetos socialmente engajados, mas da urgente necessidade de uma forma de atuação profissional que lide com as realidades impostas pelas cidades e sociedade no século XXI, uma vez que os profissionais se deparam com questões que vão além de projetos autorais ou a conquista de um prêmio por sua genialidade.

Efetivar o direito à Arquitetura e ao Urbanismo a famílias de baixa renda no Brasil é um desafio complexo, tendo em vista que a assistência técnica demorou mais de 30 anos para ser regulamentada, embora várias ações pontuais ocorressem no país. Cabe

às entidades competentes, aos profissionais conscientizados e, principalmente, aos poderes públicos locais, caminhar rumo a práticas eficientes que venham a garantir o direito que é comum a todos os cidadãos. O êxito destas práticas exige conscientização e mobilização por parte de profissionais dispostos a enfrentar os desafios urbanos do país.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa científica, baseada na observação da realidade e na revisão da teoria, busca elementos que possam auxiliar a percepção do objeto de estudo, contribuindo assim para a construção do conhecimento. Teoria e fatos se apoiam mutuamente, complementando-se e dando sentido um ao outro. Neste trabalho, o percurso teórico passou por dois caminhos principais através da revisão bibliográfica.

No primeiro Capítulo explorou-se os conceitos de *habitar*, revisando a abordagem fenomenológica sobre o espaço e compreendendo as relações entre modos de vida e modos de habitar. Nesta parte do trabalho, considerou-se importante também compreender os debates sobre a arquitetura *vernacular* e popular, entendendo a autoconstrução como uma manifestação híbrida do vernáculo, neste contexto de investigação. A revisão sobre as tradições na arquitetura doméstica brasileira forneceu algumas características sobre os espaços da habitação, como a tradicional setorização (social/intimo/serviços), a evolução das características dos ambientes e seus significados sociais.

No Capítulo 2 compreendeu-se a autoconstrução como um fenômeno urbano do capitalismo periférico, que ocorre principalmente durante as crises deste sistema. As mudanças econômicas e o crescimento acelerado das cidades geraram uma demanda habitacional não suprida pelo Estado, dando origem à arquitetura possível para a classe trabalhadora ter acesso à moradia. No Brasil, muito além de ser uma prática tradicional consolidada durante um sistema pré-industrial, a autoconstrução envolve questões profundas de ordem fundiária, econômica, política e social.

Conforme citado na Introdução, esta pesquisa tem como objeto de estudo moradias autoconstruídas localizadas nos bairros Nova Viçosa e Posses, na cidade de Viçosa, em Minas Gerais. Sendo assim, neste Capítulo é descrita a formação do bairro, suas características espaciais e perfil socioeconômico dos moradores; também se esclarecem os critérios definidos para a seleção da amostra, bem como os procedimentos metodológicos selecionados para o trabalho de campo.

3.1 Área de estudo: os bairros Nova Viçosa e Posses

Nova Viçosa e Posses situam-se na cidade de Viçosa, município localizado no sudeste do estado de Minas Gerais, na região da Zona da Mata (Figura 7). Este é um município que possui 70.969 moradores (CRUZ et al., 2014) e que atingiu um crescimento urbano expressivo durante o século XX, principalmente devido à consolidação de sua vocação educacional com a presença da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Para se compreender a formação dos bairros, faz-se necessário retomar

o histórico de desenvolvimento urbano do próprio município, principalmente durante o processo de criação de vários loteamentos na cidade, a partir da década de 1970.

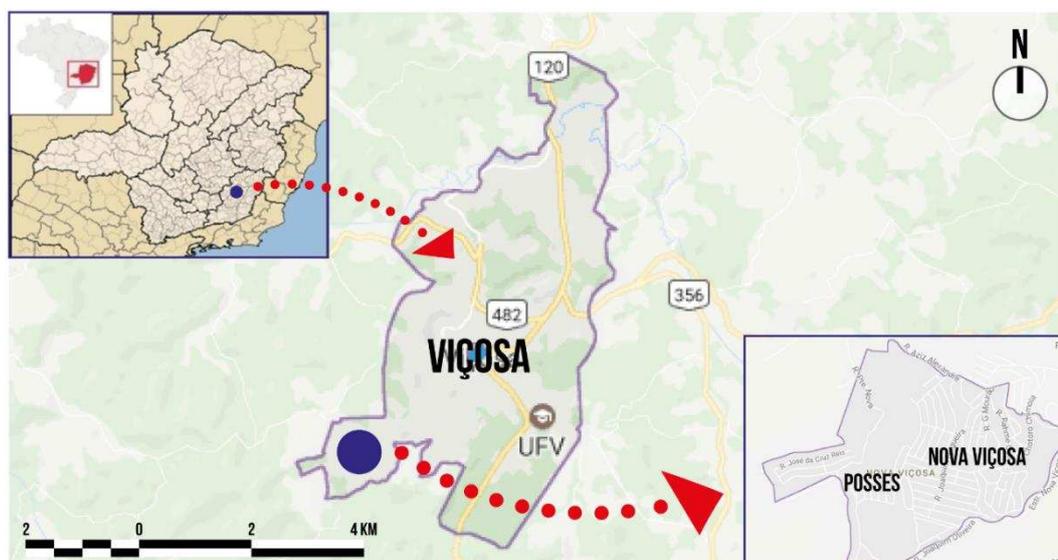


Figura 7 - Localização dos bairros Nova Viçosa e Posses, em Viçosa, MG.
Fonte: Modificado pela autora a partir de Google Maps, 2016.

Segundo Ribeiro Filho (1997), assim como em diversas cidades da Zona da Mata, as origens de Viçosa remontam ao século XVIII, com a formação de povoados por exploradores e suas famílias após a decadência da produção aurífera em Minas Gerais. As primeiras ocupações do povoado de Viçosa se deram em área de vale, próximas ao ribeirão São Bartolomeu e tiveram influência da Igreja Católica em seu desenvolvimento. De maneira geral, durante o primeiro século o traçado urbano seguia a ocupação próxima às edificações religiosas, sendo que a atividade agrícola era o principal meio de vida dos moradores locais. No final do século XIX, o desenvolvimento da atividade cafeeira na região levou à expansão do comércio e à necessidade de implantação de infraestruturas para o escoamento da produção. Em 1884 chegou à cidade a estrada de ferro “The Leopoldina Railway”, implantada com objetivo de realizar o transporte de café, conferindo ao município um caráter mercantil e de prestação de serviços. A implantação da ferrovia possibilitou a incorporação e ocupação de novas áreas ao longo do seu trajeto e se tornou um fator de direcionamento do crescimento urbano.

Durante o século XX, o espaço urbano transformou-se consideravelmente, tendo como fator principal a instalação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), em 1922. Construída a 1 km de distância do núcleo urbano inicial, a presença da ESAV se tornou um fator de aceleração, condicionamento e direcionamento da urbanização do município. Sua implantação se deu em área plana, com topografia privilegiada em detrimento de outras áreas da cidade, constituindo-se como uma barreira à expansão urbana e levando à ocupação, pelos moradores, de áreas de encostas e de terrenos planos ainda existentes próximos ao ribeirão São Bartolomeu.

Com a expansão dos cursos oferecidos e de suas estruturas, a Escola foi transformada em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) no ano de 1948; cerca de duas décadas depois, em 1969, foi federalizada, passando a ser denominada Universidade Federal de Viçosa. Simultaneamente, a população da cidade aumentou, em uma ocupação urbana que se desenvolvia de maneira desordenada e desigual. A expansão das atividades da UFV atraiu estudantes, professores e funcionários, além de um contingente de mão-de-obra variado em busca de oportunidades de trabalho na cidade. A procura por habitação se ampliou e as classes com maior poder aquisitivo passaram a demandar espaços centrais e próximos à Universidade, áreas que passaram a ser progressivamente valorizadas e se tornaram objeto de especulação imobiliária. A população com baixo poder aquisitivo, precariamente inserida no mercado de trabalho local, teve que buscar soluções de moradia em locais mais afastados, recorrendo, em grande parte, à autoconstrução da casa própria.

Nas décadas de 1970 e 1980 foram implantados loteamentos e criados novos bairros na cidade, tanto na região central quanto na periferia, com a substituição do uso agrícola do solo para o uso urbano. Segundo Coelho e Chrysostomo (2015), a organização do espaço urbano em Viçosa a partir daquele momento ocorreu em consonância com a estruturação de pequenas empresas dos setores imobiliário e construtivo, e com a articulação entre estes setores e atores políticos. Além disso, a mídia local foi responsável por realizar propaganda intensa de novos empreendimentos e por ajudar a construir um discurso contrário à ocupação das áreas centrais pela população pobre. Em 1971 foi promulgada uma lei municipal²⁵ que dispunha sobre o prolongamento de favelas nas áreas centrais e proibia a construção de casebres no centro de Viçosa, sob justificativas higienistas e para evitar que a cidade fosse mal vista por turistas. Com a promulgação desta lei, apesar da existência de terrenos vazios na área central, habitações pobres não poderiam mais ser construídas na região, abrindo espaço para a construção de habitações consideradas adequadas.

Neste contexto foi notável a atuação de Antônio Chequer (1932-1997)²⁶, político ligado ao setor empresarial e figura fundamental para a origem dos bairros Nova Viçosa e Posses. Chequer foi tido como um tipo de “pai dos pobres” devido à criação de bairros populares, onde lotes eram vendidos a preços irrisórios ou doados a moradores. A construção destes loteamentos tornou-se exemplo do uso da imagem de Chequer como

²⁵ BRASIL, MINAS GERAIS, VIÇOSA. Lei n. 609, de 30 de dezembro de 1971. Dispõe sobre “Prolongamento de Favelas”, Legislação Municipal. Câmara Municipal de Viçosa, 1971

²⁶ Antônio Chequer foi prefeito de Viçosa durante duas gestões (1973-1977 e 1989-1992) e foi eleito para um terceiro mandato, de 1997 a 2000, entretanto veio a falecer em junho de 1997.

benfeitor, ajudando a consolidar sua carreira política na cidade e na região. Foi resultante também de mecanismos sociais como clientelismo, personalismo, propaganda, crescimento econômico dos setores imobiliário e de construção civil e apropriação oligopolista do solo para consolidação de seus interesses (COELHO; CHRYSÓSTOMO, 2015).

3.1.1 Origens dos bairros e de seus moradores

Os bairros surgiram a partir de uma iniciativa de Antônio Chequer enquanto prefeito, originando-se de um processo de parcelamento de duas grandes propriedades rurais em áreas conhecidas como Fazenda da Coelha e outra contígua a ela, conhecida como Pedreira ou Posses. A comunidade de Posses era parte de uma propriedade rural que foi anexada posteriormente ao “Loteamento Nova Viçosa Ltda.”, portanto não constava no projeto inicial do loteamento, datado de 1975. Segundo Dias et. al. (2011), a área de Posses teria comprada e loteada por Chequer sob a justificativa de suprir a procura de lotes em Nova Viçosa. O loteamento foi oficialmente inaugurado no dia 17 de setembro de 1978, com a promoção de festividades na ocasião por parte pela Construtora e Incorporadora Chequer, de propriedade da família do prefeito, entretanto foi oficialmente registrado apenas em 1984.

Embora tenha sido um momento celebrado com festividades e amplamente divulgado pela mídia local, no ato de inauguração do Loteamento Nova Viçosa não havia infraestrutura básica e legal capaz de absorver os novos moradores: faltavam vias de acesso, as vias existentes não possuíam pavimentação, os serviços de energia elétrica, água tratada e esgoto não estavam ainda instalados e não havia nenhuma linha de transporte coletivo que fizesse acesso ou trafegasse pela área (Figura 8).

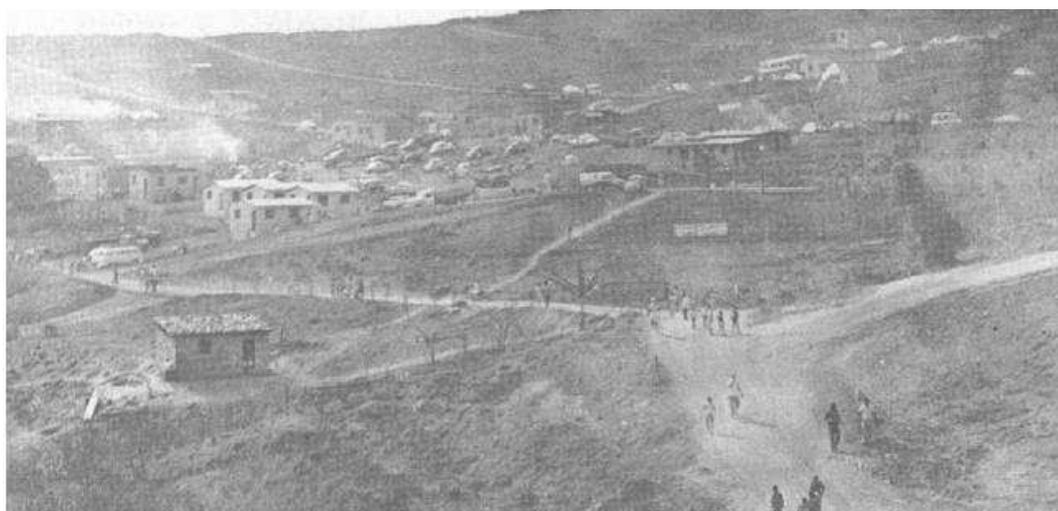


Figura 8- Aspecto do loteamento no dia da inauguração, em 1978. Nota-se a falta de infraestrutura básica e a presença de algumas casas construídas pelos incorporadores. Fonte: Mello, 2000.

A Construtora Chequer foi responsável pela demarcação, promoção e venda dos lotes, sendo os preços praticamente irrisórios comparados a outros loteamentos inaugurados na mesma época²⁷. Além da venda de terrenos a preços baixos, lotes e casas eram doados por Antônio Chequer em períodos em que esteve envolvido em campanhas eleitorais, sendo notável o fato de que, no processo de doação, as fichas de registro de beneficiados continham números dos títulos de eleitor dos mesmos (COELHO, 2013). Além dos terrenos, algumas casas foram construídas e doadas aos primeiros moradores, sendo estas residências implantadas isoladamente em lotes com padrão fundiário de 10x20 metros (ALCÂNTARA, 2003).

Na pesquisa realizada por Coelho (2013) junto ao Escritório do Loteamento Nova Viçosa, verificou-se que, em relação ao número total de lotes parcelados inicialmente (3.200 lotes), um número pequeno foi efetivamente doado a moradores (281 lotes), representando menos de 10% do total. As doações eram realizadas através de termos de doação, com cláusulas que impediam a venda dos lotes e definiam um prazo máximo para que fossem construídas moradias no local; já a venda era feita através de contratos de compra e venda que também possuíam cláusulas específicas. Tanto os lotes doados quanto vendidos não possuíam nenhum valor legal, uma vez que a escritura definitiva não era fornecida aos moradores no ato da compra ou doação.

Durante o processo de ocupação do bairro muitos lotes permaneceram vagos devido à falta de fiscalização sobre o cumprimento das cláusulas dos termos de doação e dos contratos. Além disso, os baixos preços dos terrenos atraíram não só compradores com poucos recursos financeiros como também aqueles que possuíam interesse especulativo. Segundo Dias et al. (2011), muitas pessoas que adquiriam os lotes não residiam em Viçosa, havendo casos de compra de vários lotes por um mesmo proprietário, além de vendas que ocorriam informalmente, sem o conhecimento do Escritório do Loteamento Nova Viçosa.

A investigação de Coelho (2013) sugere alguns apontamentos com relação à migração para o bairro no momento de sua ocupação inicial. Segundo a pesquisa, a maior parte dos moradores veio de outros bairros da própria cidade (49%), seguido de moradores vindos de áreas rurais de pequenas cidades da microrregião (25%) e de moradores originários de outros municípios de Minas Gerais e outros estados do Sudeste (16%)²⁸. A principal motivação para aquisição de um terreno no bairro decorria da possibilidade de adquirir lotes a baixos preços e realizar a construção da casa

²⁷ Em 1978, enquanto os lotes em bairros como Santa Clara e Santo Antônio eram vendidos a partir de Cr\$ 35.000,00, os lotes em Nova Viçosa tinham custo próximo a Cr\$ 3.500,00.

²⁸ Municípios de origem identificados por Coelho (2013): Belo Horizonte (MG), Guaraciaba (MG), Jequeri (MG), Ouro Preto (MG), Piúma (ES), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), São Geraldo (MG) e Varginha (MG).

própria. Nesse processo houve casos de moradores que realizaram trocas de terrenos de outras partes da cidade por terrenos no local, que adquiriram lotes por meio de herança familiar ou receberam lotes de antigos patrões.

Dentre os moradores oriundos das zonas rurais foram identificados diversos motivos para a mudança, tais como: possibilidade de adquirir a casa própria, melhoria na qualidade de vida pelo acesso a serviços urbanos, anseio por conseguir emprego com carteira assinada, empobrecimento no campo, problemas de acesso à terra e motivos pessoais. Em relação aos moradores naturais de outros municípios, dentre os que vieram de cidades pequenas a principal motivação era residir em uma cidade com maior infraestrutura de serviços, além da possibilidade de emprego; já os migrantes vindos de cidades maiores justificaram a mudança pela busca de uma cidade mais tranquila e menos violenta (COELHO, 2013).

3.1.2 Características espaciais e infraestrutura

Os bairros estão localizados a sudoeste da área central de Viçosa, a cerca de 4 km de distância do Centro. Existem duas vias para acesso, sendo a entrada principal feita pelo bairro de Fátima, através da Rua da Conceição, e um acesso secundário feito pelo bairro Santa Clara, por meio da Avenida Vicentina de Barros (Figura 9). Além da distância da área central e do acesso aos principais serviços públicos, os bairros encontram-se em área de relevo íngreme, sendo separados por uma elevação que reforça a sua distinção física e simbólica em relação à cidade. Observa-se que, embora distantes do Centro, outros bairros de Viçosa são conectados entre si pelo tecido urbano, enquanto Nova Viçosa e Posses estão espacialmente separados da cidade, conformando-se quase como “um mundo à parte”, com seus limites configurados predominantemente por áreas rurais.

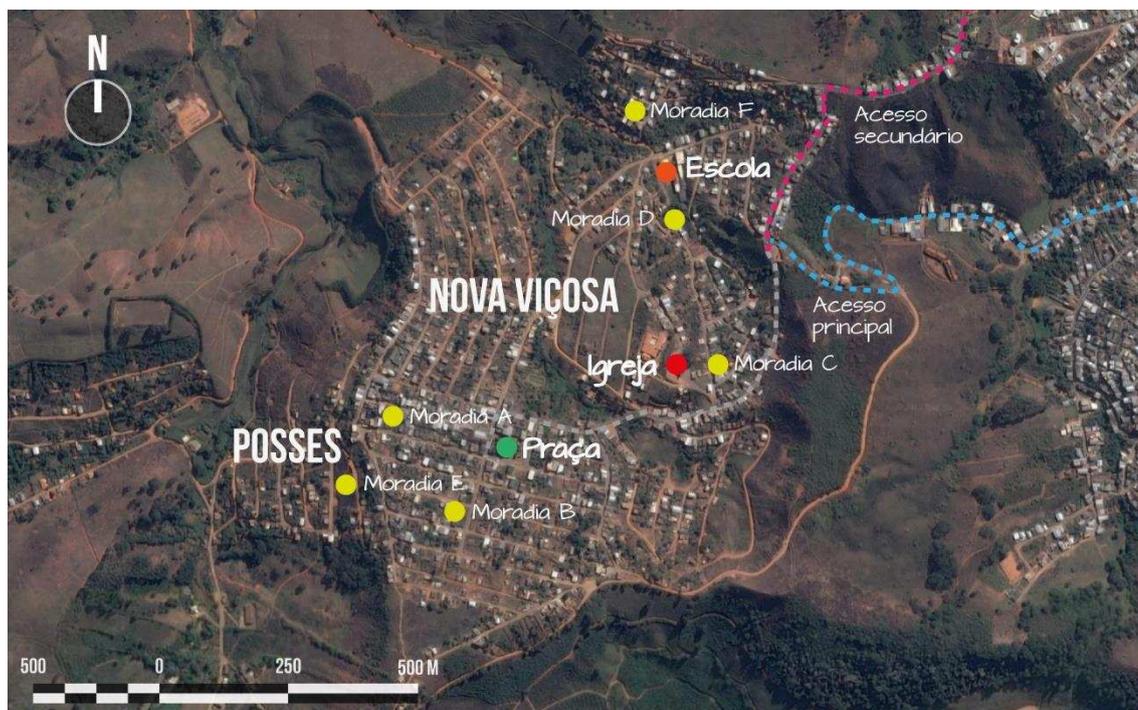


Figura 9 - Acessos aos bairros, principais pontos de referência e localização das moradias participantes da pesquisa de campo.

Fonte: Modificado pela autora a partir de Google Maps, 2016.

Pode-se considerar que o relevo é um dos principais condicionantes da urbanização nos bairros, sendo as edificações construídas em áreas acidentadas, topos de morros, encostas ou fundos de brejos. Como mencionado anteriormente, os loteamentos foram inaugurados com condições precárias de infraestrutura urbana, a qual foi implantada lentamente ao longo de décadas posteriores. No momento em que esta pesquisa foi feita, observou-se a existência de pavimentação com asfalto na via principal de acesso ao bairro e nas vias próximas à Praça Antônio Chequer, entretanto a maioria das vias são calçadas com pedra fincada, existindo ainda muitas ruas sem qualquer tipo de pavimentação. Estruturas de saneamento básico e energia elétrica estão presentes, contudo ainda podem ser identificados locais com problemas de drenagem, ausência de iluminação pública e falta de pavimentação. De um modo geral pode-se considerar a inexistência de calçadas nas ruas, que quando existem são obstruídas por rampas e escadas de acesso às unidades habitacionais.

Conforme registrado por Dias et al. (2011), apenas 35% dos lotes são ocupados, existindo vazios urbanos em toda a extensão dos bairros. Segundo Lima (2005), este foi o resultado do modelo de ocupação da área, uma vez que os lotes foram distribuídos distantes uns dos outros com o objetivo de incentivar a ocupação futura. Há de se ressaltar também a falta de fiscalização no cumprimento das cláusulas dos termos de doação e contratos de compra e venda, além da especulação que ocorreu por proprietários que adquiriram vários terrenos devido aos preços baixos. Sendo assim, Nova Viçosa e Posses possuem uma ocupação dispersa que, de certa forma, dificulta

a promoção de infraestrutura devido às grandes extensões das vias, redes de esgoto e drenagem. Os lotes vazios representam problemas de saúde pública pois são muitas vezes utilizados como depósitos de resíduos, já que não há preocupação dos proprietários em murá-los ou promover sua limpeza, o que confere um aspecto de abandono para os bairros.

O estudo realizado por Dias et al. (2011) relatou diversas irregularidades nos bairros, como a forma de parcelamento do solo realizada pelo loteador e irregularidades fundiárias e de aspectos construtivos das edificações. Sobre o parcelamento do solo, mesmo se tratando de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, diversas disposições legais existentes no momento de sua aprovação não foram atendidas²⁹, dentre as quais destacam-se a não implantação de infraestrutura básica pelo loteador, a inexistência de calçadas ou sua existência em dimensões inadequadas, inexistência de áreas que deveriam ser repassadas ao poder público para estabelecimentos de ensino ou serviço público municipal e de áreas destinadas a espaços livres de uso público. Além disso, as disposições do Código Florestal vigente na época não foram atendidas, sendo parceladas áreas com declividade maior que 45% e áreas muito próximas a cursos d'água.

As irregularidades fundiárias apontadas estão presentes desde a implantação dos loteamentos, uma vez que as primeiras transações de venda e doação foram realizadas sem nenhum tipo de registro em cartório. Até 2010, apenas 28% dos lotes existentes possuíam registro imobiliário, sendo observado na pesquisa que muitos moradores não realizaram o processo de regularização devido a dificuldades financeiras ou desinteresse, já que sua estadia no bairro nunca foi questionada.

Com relação às irregularidades construtivas, estas podem ser observadas em praticamente todas as edificações, uma vez que a grande maioria não obtém alvará para a execução das obras, sendo que, de 1300 unidades habitacionais pesquisadas em 2010, apenas 24 possuíam permissão da Prefeitura para a construção. Verificou-se que 84% das moradias possuíam irregularidades construtivas, segundo os critérios avaliados na pesquisa. Dentre as principais irregularidades investigadas (Figura 10), destacam-se as que se referem às condições de iluminação e ventilação no interior das residências devido ao mal dimensionamento ou posicionamento de janelas, gerando condições insatisfatórias de salubridade. Além disso, a incidência de ocupações em áreas íngremes e que representam risco é expressiva.

²⁹ Lei 280/1956 (Lei Municipal de Parcelamento do Solo) e Lei 4.771/1965 (Código Florestal).

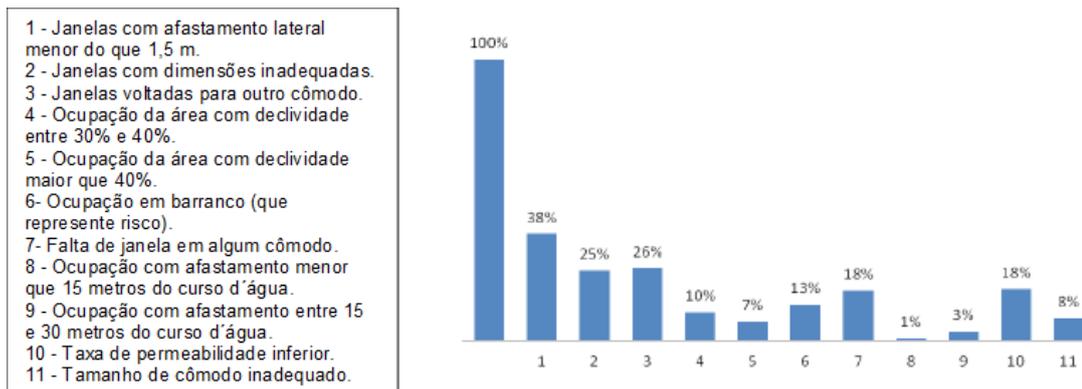


Figura 10 - Irregularidades construtivas e sua incidência em Nova Viçosa e Posses.
 Fonte: Dias et. al. 2011.

Tais irregularidades se devem ao fato de que, de uma maneira geral, a forma de provisão habitacional dos moradores vem sendo realizada através da autoconstrução incremental sem orientação técnica de profissionais habilitados, sendo o saber construtivo consolidado por pedreiros ou construtores locais (CARVALHO et al., 2013). A indisponibilidade financeira dos moradores é um fator relevante para a não contratação de técnicos, entretanto a Prefeitura também não disponibiliza profissionais para realizar projetos de habitação de interesse social ou assessoria técnica para as construções. Dias et al. (2011) concluem que a permissividade por parte do poder público é um fator que consolida e estimula as irregularidades em Nova Viçosa e Posses, uma vez que não é possível obter-se o alvará de construção sem a escritura do imóvel. Dessa forma, foi estabelecida uma relação direta entre irregularidades fundiárias e construtivas. Além disso, a consolidação dos bairros como áreas irregulares ao longo dos anos levou os próprios moradores a perceberem o local como fora dos parâmetros da cidade formal, como se as leis urbanísticas não possuíssem validade ali.

3.1.3 Perfil socioeconômico dos moradores

Conforme verificado no histórico de origem dos bairros, Nova Viçosa e Posses já nasceram como áreas desvalorizadas, tanto pela falta de infraestrutura quanto pela distância das áreas urbanizadas e da localização de serviços públicos da cidade. Com o passar do tempo, a infraestrutura se tornou moeda de troca eleitoral, sendo a instalação de serviços públicos básicos realizada após muitos anos de implantação dos loteamentos.

Coelho (2013) relatou uma série de constrangimentos enfrentados pelos moradores para ter acesso à água, por exemplo, já que os moradores tinham que percorrer diariamente longas distâncias a pé para captá-la. Outros aspectos como a falta de esgotamento sanitário, coleta de lixo deficiente, ausência de transporte coletivo que atingisse o interior do bairro, falta de uma unidade de saúde e inexistência de posto

policial marcaram a região como local de segregação socioespacial, onde o direito à cidade não foi possibilitado. Estes aspectos consolidaram os bairros como locais em que se concentrou uma população carente de recursos financeiros e de acesso aos serviços que permitiriam a estruturação de melhores condições de vida.

Buscando traçar um perfil socioeconômico da população que habitava os bairros no momento em que esta pesquisa foi realizada, recorreu-se a dados registrados pela organização não governamental Census³⁰, por sua vez obtidos através de fontes primárias e secundárias e divulgados periodicamente através do documento Retrato Social de Viçosa (CRUZ et al., 2014). Utilizando-se de uma amostra estatisticamente definida, a pesquisa divide o município em 14 Regiões Urbanas de Planejamento, sendo a Região 4 composta pelos bairros Nova Viçosa e Posses. Tais dados possibilitam visualizar a realidade socioeconômica em questão, sendo as informações mais relevantes sistematizadas na Tabela 1³¹.

Tabela 1 - Indicadores sociais da Região 4 e sua relação com dados gerais do município.

Indicadores	Região 4	Viçosa	Observações
População (urbana)	5.214	70.969	Nova Viçosa concentra 7,35% da população urbana, sendo a sétima região mais populosa do município.
Renda familiar média	R\$ 1.387,40	R\$ 2.742,16	Menor renda familiar média dentre as regiões de estudo do município.
Renda per capita média	R\$ 384,32	R\$ 830,96	Menor renda per capita dentre as regiões de estudo do município.
Taxa de desemprego	3,72%	7,27%	Menor taxa do dentre as regiões de estudo do município.
Porcentagem de pessoas com idade igual ou superior a 15 anos sem instrução	10,09%	6,27%	Segunda maior porcentagem dentre as regiões de estudo, atrás de Cachoeirinha.
Porcentagem de pessoas em idade escolar (6 a 24 anos) que frequentam a escola	63,01%	71,48%	Segunda menor porcentagem dentre as regiões de estudo, atrás de Amoras.
Porcentagem de pessoas entre 18 e 24 anos que frequentam a escola	22,22%	45,5%	Segundo menor percentual dentre as regiões de estudo, atrás de Amoras.
Porcentagem de famílias em vulnerabilidade social (em relação ao total de famílias da região)	24,54%	13%	Maior incidência de vulnerabilidade do município. A maior parte pelos critérios de renda inferior a ¼ de salário mínimo e renda familiar per capita inferior a ½ salário mínimo cujo responsável tenha menos de 4 anos de estudo e com pessoas de 0 a 14 anos.
Proporção da população usuária de plano de saúde	15,96%	42,93%	Menor proporção de usuários dentre as regiões de estudo.

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados coletados em Cruz et al., 2014.

Uma análise da Tabela 1 aponta que a região concentra as menores rendas médias do município e, ainda que os dados indiquem a menor taxa de desemprego dentre as regiões de estudo, pode-se inferir que as atividades realizadas pelos

³⁰ Centro de Promoção do Desenvolvimento Sustentável.

³¹ Esta esquematização de dados sobre a Região 4 em tabela foi apresentada por Dias et al. (2011, p.52) com dados referentes a 2009. A Tabela 1 pode ser considerada uma atualização e ampliação dos indicadores registrados pelas autoras.

moradores correspondem àquelas que requerem baixo grau de escolaridade, tendo em vista que a taxa de pessoas entre 18 e 24 anos que frequentam a escola é a segunda menor dentre as regiões de estudo. A pesquisa realizada por Coelho (2013) confirma esta hipótese ao apresentar as atividades declaradas por moradores que compraram ou receberam lotes doados em Nova Viçosa, onde se destacam: aposentados (27%), pedreiros (12%), funcionários públicos (8%), lavradores (6%), serventes (6%), domésticas (5%) e pensionistas (4%), além de 25% de pessoas que declararam outras atividades, que incluem ofícios que em sua maioria não requerem formação superior³². A porcentagem de vulnerabilidade social em relação ao total de famílias de cada região é a maior em Nova Viçosa, além de ficar bastante acima da média do índice do município, e ocorre principalmente por critérios de vulnerabilidade relativos à renda. Por fim, a pequena proporção de pessoas que possui plano de saúde confirma o cenário de falta de disponibilidade financeira da população.

Em relação aos indicadores habitacionais (Tabela 2), observa-se que há uma densidade de 3,62 moradores por domicílio, sendo que a região possui a segunda maior proporção de moradias habitadas por 6 ou mais moradores, além de uma taxa de 28% de moradias em que há coabitação familiar. A região também apresenta a segunda maior porcentagem de moradias próprias, sejam elas quitadas ou financiadas, o que provavelmente ocorreu pela compra e doação dos lotes e pela possibilidade de realizar a autoconstrução da casa própria.

Tabela 2 - Indicadores habitacionais na Região 4 e sua relação com dados do município.

Indicadores	Região 4	Viçosa	Observações
Número de domicílios (urbanos)	1.442	21.376	6,74% dos domicílios urbanos municipais.
Densidade (média de moradores por domicílio)	3,62	3,32	Quinta maior densidade dentre as regiões de estudo
Porcentagem de domicílios habitados por 6 ou mais pessoas	11,6%	6%	Segunda maior taxa dentre as regiões de estudo, atrás de Santa Clara.
Porcentagem de moradias próprias (quitadas e financiadas)	84,57%	78,65%	Segunda maior proporção dentre as regiões de estudo, atrás de Lourdes.
Porcentagem de moradias alugadas	11,11%	14,96%	Terceira menor proporção, atrás de Lourdes e Santa Clara.
Porcentagem de moradias cedidas	4,32%	6,40%	Quarta menor porcentagem, atrás de Lourdes, Acamari e Silvestre.
Porcentagem de domicílios em que residem netos, outros parentes e outros moradores.	28%	37%	

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados coletados em Cruz et al., 2014.

Ainda com base na pesquisa de Coelho (2013), encontramos dados sobre as condições em que o empreendimento habitacional foi realizado pelos moradores (Figura 11). Tomando os principais dados das entrevistas realizadas pela autora acima citada, identificou-se que 49% dos moradores utilizaram somente seus próprios recursos ao

³²Segundo Coelho (2013) as atividades declaradas foram: Ajudante de caminhão, agricultor, agente de saúde, babá, borracheiro, diarista, comerciante, porteiro, prestador de serviços gerais, operador de telemarketing e serralheiro.

construírem suas moradias, 14% contaram com recursos próprios e auxílio de mutirão e 7% receberam auxílio da Prefeitura através da doação de materiais de construção. Há ainda o relato de auxílio por parte de instituições filantrópicas e pessoas físicas, como vereadores e lideranças locais, além do recurso a empréstimos feitos por bancos. Os dados, portanto, demonstram que o acesso à casa própria ocorreu pelo esforço dos moradores e com participação mínima do Estado, que ocorria em momentos próximos a eleições, assinalando uma prática de troca de favores e a ausência de políticas habitacionais voltadas para as classes populares na cidade.

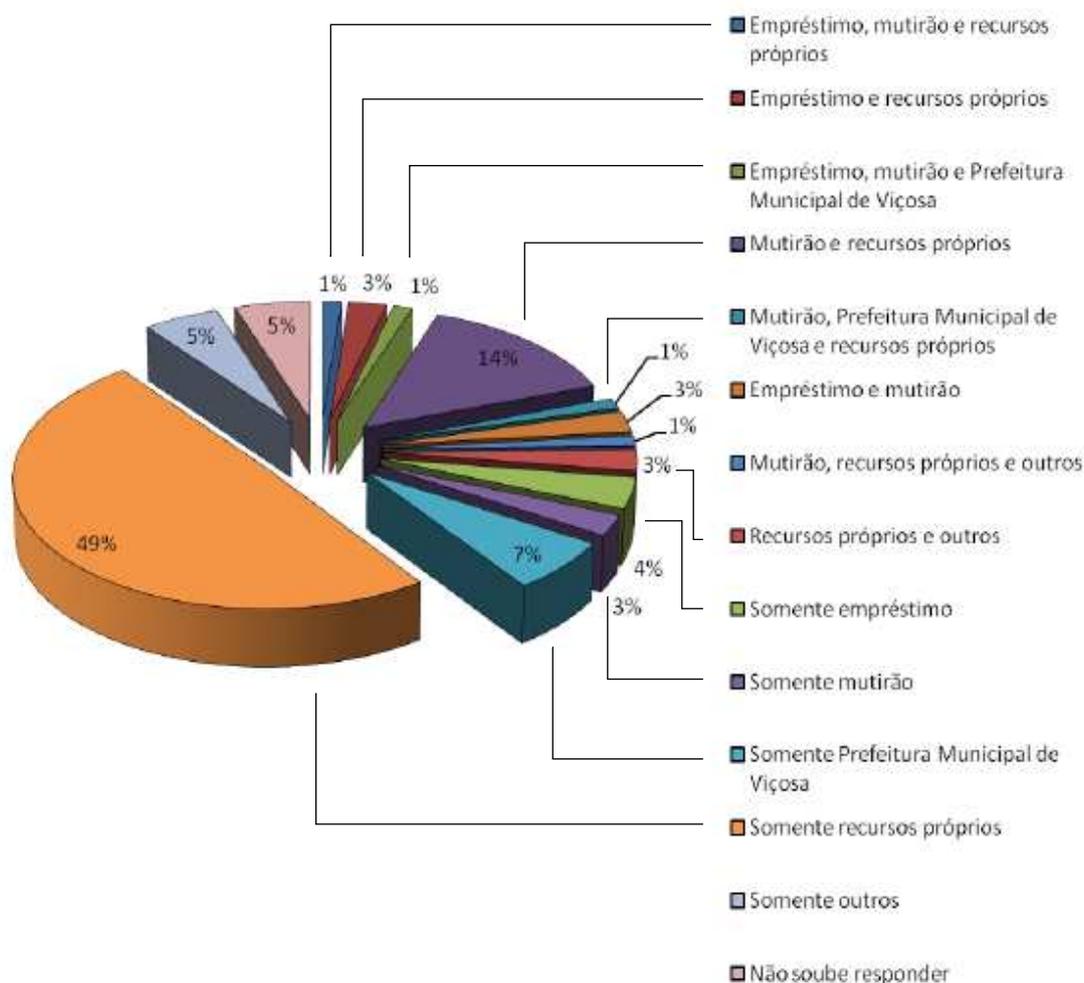


Figura 11 - Tipos de auxílio na construção das casas em Nova Viçosa e Posses.
 Fonte: Modificado pela autora a partir de Coelho, 2013, p. 61.

3.2 Procedimentos para coleta de dados

A escolha de Nova Viçosa e Posses ocorreu devido à experiência prévia acumulada pela professora Aline Werneck, co-orientadora deste trabalho, em projetos de pesquisa e extensão realizados nos bairros por cerca de uma década (2004-2014). Tal fato possibilitou o contato com uma base de dados abrangente sobre moradores do

bairro e suas moradias, além de uma maior facilidade de inserção da pesquisadora junto às famílias, pelo conhecimento prévio da comunidade sobre as atividades desenvolvidas pelos projetos.

A partir do ano de 2004, dentro do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFV, tiveram início as atividades do *Projeto HABITAT – Consultório Móvel de Arquitetura*, projeto de extensão universitária cujo objetivo era oferecer assistência técnica gratuita para o projeto de habitação de interesse social. A proposição dessas atividades originou-se dos resultados de uma pesquisa de iniciação científica que analisou as condições de moradia, infraestrutura urbana e equipamentos comunitários existentes no bairro. Nesta pesquisa foram constatadas precariedades nas moradias e diversas carências relacionadas com o espaço urbano, dados que deram base para a proposta de um projeto de extensão que promovesse ações voltadas para a melhoria das condições das moradias e do bairro como um todo, naquele momento chamado de “Projeto HABITAT – Uma Proposta de Ação no Bairro Nova Viçosa”.

Estabelecido a partir do ano de 2006 este trabalho pretendia abranger três objetivos, sendo eles a conscientização da comunidade quanto à prática de hábitos de higiene dentro das moradias e quintais dos terrenos, elaboração de projetos arquitetônicos e urbanísticos de demanda coletiva dos moradores e a melhoria da qualidade construtiva das unidades habitacionais mediante a distribuição de restos de materiais de construção recolhidos na cidade, que poderiam ser reaproveitados nas obras. Contudo estes objetivos se mostraram muito abrangentes e nem sempre foram atingidos em sua totalidade, representando a necessidade de ações maiores, multidisciplinares e que deveriam ser realizadas a longo prazo para a sua concretização (CARVALHO et al., 2013).

Mediante as atividades desenvolvidas, constatou-se que os moradores faziam constantes reformas em suas residências, geralmente sem orientação técnica, a qual poderia ser realizada pela equipe de estudantes extensionistas. A partir disso, os objetivos do projeto foram redirecionados para a prestação de assistência técnica para construção, reformas, acréscimos e soluções de problemas construtivos das moradias. O “Projeto HABITAT – Consultório Móvel de Arquitetura” passou a funcionar como um escritório de arquitetura, prestando orientação técnica para famílias que não possuíssem recursos financeiros para contratar estes serviços junto a profissionais do mercado formal, nem como arcar com as despesas para aprovação dos projetos junto aos órgãos competentes.

Os trabalhos realizados pelos alunos eram acompanhados por professores orientadores em encontros periódicos para discutir as demandas dos clientes e suas possíveis soluções. Segundo Carvalho et al. (2013) as principais solicitações ao Projeto

Habitat eram reformas e acréscimos das moradias, entretanto também ocorreram casos de realização de projetos de edificações novas e serviços para efetuar a regularização de obras já edificadas.

No ano de 2010 foi realizada uma avaliação dos trabalhos desenvolvidos pelo Projeto Habitat através de aplicação de questionários a 30 de 38 famílias atendidas pelo projeto desde 2007 (SANTOS; CARVALHO; TRINDADE, 2011). Dentre os resultados obtidos nesta avaliação destaca-se que menos da metade dos respondentes possuía escritura do imóvel, sendo que este fato impossibilitava a legalização de muitos projetos arquitetônicos perante os órgãos responsáveis. A maioria dos projetos realizados consistiam em reforma ou ampliação, especialmente para acréscimo do número de quartos, sendo que no período de 2009 a 2010 houve uma demanda maior por projetos novos, que coincidiu com o aumento da renda per capita da população atendida.

Na pesquisa realizada identificou-se também que dentre os 38 projetos elaborados, 10 haviam sido executados até o momento em que a avaliação foi feita, sendo que destes, apenas 6 foram executados de acordo com as propostas realizadas pela equipe. Um dos motivos relatados para a inadequação na execução das obras de acordo com os projetos propostos foram as dificuldades econômicas, uma vez que em alguns casos as propostas ainda não se enquadravam nos recursos financeiros das famílias, levando-as a buscarem alternativas que reduzissem ao máximo os custos. Outra justificativa era a dificuldade de compreensão das especificações do projeto arquitetônico pelos executores das obras, que acabavam construindo da maneira como consideravam mais viável. Dentre as famílias que não executaram o projeto proposto, a maioria relatou não possuir condições financeiras para tal, mas afirmaram que tinham expectativas de serem contemplados com doações de material de construção pela Prefeitura para iniciar as obras.

A maior parte dos respondentes afirmou que as propostas atenderam às suas expectativas na época. Com relação aos que demonstraram insatisfação, a equipe do Projeto Habitat identificou que, com o passar do tempo os projetos não mais atendiam às necessidades da família devido às mudanças em seu formato, problemas conjugais, aumento do número de moradores ou mesmo mudanças de opinião em relação ao projeto arquitetônico. Algumas famílias solicitaram a adaptação dos projetos para atender as novas necessidades e outras demandaram a continuidade da assistência técnica durante a construção da obra.

Durante o período em que o Projeto esteve ativo, a equipe encontrou alguns entraves para a sua atuação, como a impossibilidade de legalização dos projetos perante os órgãos responsáveis. Entretanto, a realização da assistência técnica, mesmo que informal, se justificava pela possibilidade de tornar dignas as moradias atendidas e

minimizar os efeitos de segregação espacial. Sobre as dificuldades de efetivar ações como as realizadas pelo Projeto Habitat, Moraes (2012) observa a falta de um comprometimento efetivo e participação da prefeitura municipal em disponibilizar profissionais para realizar serviços de assistência técnica para o projeto de habitação de interesse social, como acompanhamento e registro de responsabilidade técnica das obras, ou mesmo realizar convênios com profissionais do mercado, uma vez que a demanda por estes serviços é grande no município.

Apesar disso, além de possibilitar melhorias nas condições de vida do público-alvo e da cidade em geral, o Projeto Habitat enquadrava-se nos objetivos da Lei n. 11.888/2008. O Projeto também possibilitava um aprimoramento do aprendizado dos estudantes, ao tornar práticos os conhecimentos adquiridos em sala de aula e permitir a vivência de um escritório de Arquitetura, reproduzindo um conjunto de atividades que fazem parte de suas atribuições profissionais. Neste sentido, havia também a possibilidade de os alunos vivenciarem os ganhos que a profissão pode propiciar à maior parte da população, cumprindo dessa maneira a sua função social (CARVALHO et al., 2013).

Durante o período de atuação do Projeto Habitat, além de realizar propostas de intervenção ou novos projetos arquitetônicos, as atividades realizadas em campo pelos alunos permitiram a formação de um banco de dados sobre moradores dos bairros Nova Viçosa e Posses. Os estudantes realizavam visitas às famílias interessadas para levantar suas necessidades espaciais e também faziam o preenchimento de fichas de cadastro, nas quais se registravam os dados socioeconômicos dos moradores e quais as demandas de serviços nas moradias. Uma ficha de avaliação era preenchida relatando as condições de habitação e habitabilidade da residência, por fim os alunos realizavam levantamentos fotográficos e arquitetônicos necessários para os trabalhos. As atividades de escritório consistiam em desenhar os levantamentos arquitetônicos, elaborar estudos preliminares e apresenta-los às famílias, elaborar projetos arquitetônicos para aprovação e construção e realizar orçamentos, quando solicitados.

A partir desta base de dados foi realizada a seleção dos casos a serem estudados nesta pesquisa, conforme critérios especificados a seguir.

3.2.1 Critérios para definição da amostra

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho, foram adotados estudos de caso selecionados entre famílias que foram atendidas pelo Projeto Habitat. Segundo Yin (2001), os estudos de caso representam a estratégia recorrente quando se tem questões de pesquisa do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco

controle sobre os eventos e quando o foco da pesquisa se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. Os estudos de caso surgem do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos e contribuem para compreensão de fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos.

Para a seleção dos estudos de caso recorreu-se a uma amostragem não-aleatória por julgamento, escolhendo-se casos estimados como típicos da população objeto de estudo, tendo-se como população acessível aquela que proporcionasse acesso ao maior número de informações (BARBETTA, 2011, p.54). Sendo assim, a seleção se limitou a famílias atendidas pelo Projeto Habitat que possuíssem registros disponíveis junto aos arquivos do projeto de extensão e com informações acessíveis neste banco de dados.

A definição da amostra ocorreu juntamente com a análise de dados primários disponibilizados pelo acervo do Projeto Habitat. Estas informações encontravam-se disponíveis em CD-ROMs arquivados pela professora orientadora do Projeto, cedidos para a realização deste estudo. Os CDs continham pastas nomeadas pelos anos de atuação do Projeto, que por sua vez possuíam pastas específicas para cada cliente atendido, as quais continham fichas de cadastro digitalizadas, levantamentos arquitetônicos realizados à mão ou escaneados, levantamentos desenhados em CAD e fotos das residências no momento das visitas iniciais e durante os acompanhamentos técnicos, além de outras informações. Encontravam-se disponíveis também arquivos como artigos apresentados em eventos e publicações, relatórios dos trabalhos de pesquisa e de extensão e outros documentos.

Nem todas as famílias que solicitaram inicialmente os serviços deram continuidade aos trabalhos ou executaram os projetos, de maneira que o banco de dados disponível nem sempre possuía informações padronizadas. Além disso, a mudança de alunos atuantes no Projeto ao longo dos anos fez com que a sistematização e armazenamento das informações coletadas sofresse alguma modificação em certos períodos³³. Para a seleção dos casos definiu-se um limite temporal que possibilitasse o distanciamento entre a data dos atendimentos realizados pela equipe do Projeto Habitat e a pesquisa em questão, limitando-se assim, inicialmente, a levantamentos e projetos feitos entre os anos de 2004 e 2010, dentre as quais seriam selecionadas 6 famílias, ou seja, um projeto por ano.

Ao realizar a verificação das pastas, observou-se que os dados dos anos 2004 e 2005 encontravam-se em um mesmo arquivo, relativos ao momento em que o Projeto

³³ Existiam pastas apenas com levantamentos feitos à mão e escaneados, outras com ficha de registro e fotos, porém sem os levantamentos arquitetônicos, e ainda outras mais completas, contendo levantamentos arquitetônicos, ficha de registro, fotos das visitas iniciais e de acompanhamentos da obra.

ainda não tinha reorientado seus objetivos para a prestação de serviços de assistência técnica, entretanto duas famílias haviam sido visitadas na época, com os respectivos levantamentos arquitetônico e fotográfico disponíveis. Não foi encontrada a pasta relativa ao ano de 2006, período em que os objetivos do projeto estavam sendo remodelados. No período de 2007 a 2010 foram listados 38 projetos, correspondentes ao número de famílias que participaram da avaliação realizada pela equipe em 2010. Com o intuito de manter o número de seis casos a serem estudados, incluiu-se ainda no limite temporal o ano de 2011, contudo os arquivos relativos a esse período também não foram encontrados, o que levou a inclusão de famílias atendidas no ano de 2012.

A partir disso, foi realizada uma listagem de todos os clientes registrados e atendidos pelo Projeto Habitat nos referidos anos, na qual foram sistematizados os dados de 54 famílias (Apêndice A). A seleção inicial das famílias ocorreu de acordo com a maior disponibilidade de informações existentes nos arquivos, sendo elas: (1) ficha de registro contendo endereço e telefone dos moradores, (2) levantamento arquitetônico da residência e (3) levantamento fotográfico realizado durante as visitas ou acompanhamentos técnicos feitos pelos alunos.

A partir da seleção de uma família por período, de acordo com os critérios estabelecidos, procedeu-se à elaboração do que se chamou de Fichas de Localização (Apêndice B), com objetivo de auxiliar a identificação das unidades residenciais no bairro durante as visitas exploratórias. Estas fichas continham dados dos clientes (nome, endereço e dados socioeconômicos), imagem de satélite com indicação da localização da residência nos bairros, imagem externa da residência obtida a partir do Google Street View (captadas no ano de 2011), plantas baixas do levantamento arquitetônico e da proposta de intervenção realizada pelo Projeto Habitat, caso houvesse. Nem todos os moradores possuíam registro do número de telefone, por isso se procedeu à procura direta dos mesmos nas residências, a partir dos endereços disponibilizados nas fichas de cadastro.

3.2.2 Visitas de caráter exploratório

Estas visitas possibilitaram um primeiro contato da pesquisadora com as famílias que se pretendia incluir na amostra, com o objetivo de apresentar a proposta de realização do estudo e esclarecer a necessidade de se observar as disposições do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), requisitado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFV (CEPE-UFV) para a realização de uma pesquisa desta natureza (Apêndice C).

Com as fichas de localização em mãos, partiu-se para a realização das primeiras visitas exploratórias buscando identificar os moradores em suas respectivas residências. Dos seis moradores selecionados inicialmente, três foram encontrados e se mostraram dispostos a contribuir para a pesquisa (2004, 2009, 2010). Dos outros três (2007, 2008, 2012), um havia se mudado da residência, outro havia falecido e outro não se encontrava em casa. Dessa forma foi necessário redefinir a amostra pela primeira vez, selecionando-se 2 casos para cada ano de modo que, caso os moradores não fossem encontrados no dia da visita, houvesse a possibilidade de procura por mais um morador atendido nos respectivos anos.

No segundo momento da visita exploratória, um morador atendido no ano de 2007 foi identificado mas não se encontrava em casa, contudo, ao realizar um diálogo com um parente que morava em uma residência localizada no mesmo terreno foram relatados eventos de violência familiar envolvendo o morador, fato que constrangeu a pesquisadora a realizar o trabalho com esta família. Assim, seguiu-se a procura de outro morador atendido no ano de 2007, que desta vez foi identificado e aceitou participar da pesquisa. O morador atendido no ano de 2008 foi localizado neste segundo momento, aceitando participar da pesquisa, já os moradores de 2012 não foram encontrados novamente, contudo foi fornecido o número de telefone de um deles por um vizinho, que em contato posterior aceitou receber a pesquisadora.

Tendo-se a listagem dos casos confirmados, foi feita uma programação das visitas para aplicação dos procedimentos metodológicos escolhidos. Geralmente as visitas ocorriam nos finais de semana, quando os moradores se encontravam em casa, principalmente aos domingos. Uma moradora que era aposentada e um morador que possuía negócio próprio na residência permitiram receber as visitas sem constrangimentos durante os dias da semana, em horários previamente marcados.

3.2.3 Métodos de coleta de dados

Para a realização de pesquisas de caráter qualitativo, principalmente as que têm como base estudos de caso, é interessante que sejam utilizadas diversas fontes de evidência que possibilitem realizar a triangulação dos dados obtidos a partir de diferentes métodos e técnicas. De acordo com Yin (2001, p. 121), o uso de diversos métodos de coleta de dados permite que o pesquisador se dedique a uma diversidade de questões históricas, comportamentais e sobre atitudes, desenvolvendo linhas de investigação convergentes que permitam descobertas ou conclusões mais convincentes e acuradas do que as obtidas em estudos que possuam apenas um único método de coleta.

Neste trabalho foi possível utilizar fontes distintas para obtenção dos dados segundo os objetivos propostos, tendo em vista o número de casos selecionados e o tempo disponível para realização da pesquisa. Os métodos foram escolhidos tendo em vista as propriedades de uma pesquisa de caráter qualitativo, sendo que também foram observados procedimentos comumente utilizados em Avaliações Pós-Ocupação do Ambiente Construído (APO).

Segundo Creswell (2007), dentre as características dos estudos qualitativos destacam-se que: (1) as pesquisas ocorrem em um cenário natural, de forma que o pesquisador vai ao local onde está o participante para conduzir a pesquisa, permitindo ao pesquisador desenvolver um nível de detalhes sobre as pessoas ou o local, e estar envolvido com as experiências reais dos participantes; (2) utilizam métodos múltiplos interativos e humanísticos, de maneira que haja envolvimento dos participantes na coleta de dados, buscando estabelecer harmonia e credibilidade com as pessoas; e (3) podem ter sua estrutura alterada, portanto não são estritamente pré-configuradas, de maneira que diversos aspectos surgem durante o estudo. As questões de pesquisa e o processo de coleta podem mudar à medida que novas informações ou fontes de dados são descobertos, que portas se abrem ou se fecham para a coleta de dados e que o pesquisador descobre os melhores locais para entender o fenômeno central de interesse.

Sendo assim, tendo em vista os objetivos propostos e as características de estudos qualitativos, a pesquisa em questão deveria se lançar a campo, mais especificamente junto às residências autoconstruídas e a seus moradores, participantes do processo de construção da moradia. Tendo em vista a identificação dos modos de vida e modos de habitar, os métodos deveriam estabelecer envolvimento dos moradores durante as visitas e a credibilidade da pesquisadora com os mesmos, tendo em vista os aspectos de privacidade relativos ao espaço doméstico. Ainda neste sentido, poderiam ocorrer mudanças na estrutura da pesquisa pelo diálogo com os moradores ou descobertas feitas em campo, relativas à conformação da moradia.

A partir disso, algumas técnicas para a coleta de dados qualitativos, também apontadas por Creswell (2007, p. 193), se tornam úteis aos objetivos. Dentre elas considera-se relevante para este estudo: reunir notas observacionais conduzindo uma observação participante ou como observador; conduzir uma entrevista aberta, gravá-la e transcrevê-la; manter um diário durante a pesquisa de campo; fazer os participantes tirarem fotos ou filmarem (evocarem por fotos); filmar uma situação social; examinar fotografias; examinar posses ou objetos rituais para evocar visões durante uma entrevista. Dessa forma, os métodos escolhidos foram entrevistas semiestruturadas, passeio acompanhado (*walkthrough acompanhado*), mapa afetivo (fotografias tiradas

pelo morador), observação direta e realização de levantamento arquitetônico da residência, sendo cada um deles descritos a seguir.

Entrevistas semiestruturadas

Segundo Rheingantz et al. (2009), este tipo de entrevista se mostra flexível e útil para levantar aspectos afetivos e valorativos das respostas, bem como para determinar o significado pessoal de atitudes dos interlocutores, explicitando contextos sociais e pessoais de crenças e sentimentos. Julgou-se conveniente realizar entrevistas semiestruturadas por meio da preparação de um roteiro com um conjunto de perguntas não necessariamente aplicadas na mesma ordem sequencial, permitindo à pesquisadora certa liberdade para explorar razões e motivos, e conduzir os relatos para direções que não estavam programadas no roteiro original. O roteiro das entrevistas encontra-se no Apêndice D.

A partir desses pressupostos e das variáveis que se pretendia averiguar, as entrevistas foram organizadas em blocos temáticos compreendendo:

- Perfil familiar: identificação do número de moradores da residência, composição familiar, naturalidade, faixa etária, escolaridade, local de estudo, ocupação profissional, renda.
- Origens e trajetória habitacional: local de residência anterior, características da moradia anterior, motivação da mudança para a residência atual, tempo de residência na moradia atual.
- Situação da moradia: condição de posse do terreno, como a construção foi realizada, tempo de construção, materiais adquiridos, realização de reformas e ampliações, modificações que se desejaria realizar na moradia.

Além dos itens identificados nos blocos temáticos, foi elaborado um Quadro de Atividades e Correspondentes Locais de Realização (Apêndice E). Este quadro foi elaborado por Cordeiro (2005) em pesquisa sobre moradias autoconstruídas em Florianópolis, sendo adaptado para este trabalho.

A utilização desse Quadro foi fundamental para a compreensão do Modo de Habitar expresso através das funções e usos dos espaços. No Quadro de Atividades encontram-se categorias de atividades básicas, sendo elas repouso, convívio familiar e social, alimentação, higiene, lazer, estudos ou trabalho em casa, cuidados com vestuário e armazenamento de pertences, além da disponibilidade de campos para preenchimento com outras atividades que pudessem ser mencionadas. As categorias foram relacionadas com áreas possivelmente existentes na moradia, sendo definidas

previamente: quarto de casal, quarto de solteiro ou dos filhos, cozinha, sala de estar, sala de jantar, banheiro, área de serviço e quintal. Além dessas áreas, existem campos a serem preenchidos caso houvesse outros ambientes na residência.

Passeio acompanhado

O passeio acompanhado ou *walkthrough acompanhado* consiste em um método de análise comum em Avaliações Pós-Ocupação, que combina observação direta e entrevista, possibilitando a identificação descritiva de aspectos negativos e positivos dos ambientes analisados (RHEINGANTZ et al., 2009). Na medida em que os moradores permitiam uma maior intimidade, o passeio acompanhado era proposto buscando percorrer todos os ambientes da residência enquanto o morador os descrevia verbalmente, sendo registrado pelo gravador de voz ou câmera fotográfica, nos últimos casos, complementado por fotografias. O passeio acompanhado permitiu não só uma percepção maior das moradias como um todo como também a identificação de usos dos espaços, bem como valores atribuídos a eles.

Mapa afetivo

O mapa afetivo é um método proposto por Bomfim (2008) com o objetivo de facilitar a apreensão de sensações, emoções e sentimentos que, como parte de uma linguagem interior ao indivíduo, podem ser muitas vezes intangíveis como expressão exterior. Este método foi adaptado por Pinheiro (2011) como parte de uma metodologia para o estudo de moradias rurais autoconstruídas. De maneira geral, o mapa afetivo consiste em uma entrevista semiestruturada combinada com a produção de fotografias de locais da residência pelo morador, participante, com o objetivo de avaliar os níveis de apropriação, apego e identidade social, utilizando as imagens e as palavras para produzir sínteses ligadas aos sentimentos.

O mapa afetivo foi separado em quatro etapas, conforme a proposta de Pinheiro (2011), com algumas modificações (Apêndice F). Foram elas:

- Preparação: realização de 5 fotografias da residência pelo participante; apresentar as fotografias ao participante, solicitando-lhe que escolha a foto de que mais gostou para falar a respeito, que ordene as outras fotos na ordem das que mais gostou e das que menos gostou, registrando a ordem elaborada.
- Projeção mental: solicitar que o participante dê nome às fotos, questionar o que o participante quis mostrar na foto que mais gostou e por quê, perguntar o que o participante sente ao ver a foto.

- Metáfora: perguntar o que a casa é para o morador, qual o seu significado, perguntar com o quê o morador compararia sua casa.
- Informações adicionais: outras questões que se deseje aferir a partir da fala do morador.

Observação direta

A observação direta foi utilizada como forma de identificação das características físicas das moradias selecionadas e, além disso, consistiu em uma tentativa de se perceber a relação dos moradores com os ambientes residenciais. A observação foi praticamente realizada durante todas as etapas das visitas, sendo os aspectos físicos observados principalmente durante a realização dos levantamentos arquitetônicos, registrados em uma ficha com as categorias: estrutura, aberturas, acabamentos, vedações, cobertura, equipamentos e outros. Os aspectos subjetivos referentes ao Modo de Habitar foram registrados em anotações durante a pesquisa de campo ou em diários de campo elaborados após a realização das visitas.

Levantamento arquitetônico

Apesar da preexistência dos levantamentos arquitetônicos realizados pelo Projeto Habitat, foram feitos novos levantamentos com o objetivo de identificar possíveis mudanças feitas pelos moradores ou mesmo a forma de realização das reformas propostas nos projetos. Foram feitos croquis da distribuição dos ambientes e levantamento métrico dos cômodos em planta baixa. Para a compreensão de outros aspectos da edificação foram desenhados croquis esquemáticos do corte da edificação, perfil do terreno e implantação (Apêndice G), além de anotações sobre os materiais de construção e condições de acabamento (Apêndice H). As plantas baixas foram digitalizadas com auxílio do software AutoCAD. Os levantamentos foram realizados, na maior parte dos casos, após a aplicação da entrevista semiestruturada, acompanhados de registros fotográficos da residência que auxiliariam na digitalização dos levantamentos.

Para se ter uma visão mais abrangente dos objetivos estabelecidos e das etapas da pesquisa, foi elaborado o Quadro 3, que apresenta uma relação entre os objetivos geral e específicos, as etapas da pesquisa, as atividades realizadas e os procedimentos metodológicos escolhidos para coleta de dados.

Quadro 3 - Objetivos da pesquisa e sua relação com as etapas, atividades e métodos escolhidos.

OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ETAPA	ATIVIDADES	MÉTODOS
Analisar de que forma os modos de vida se expressam nos modos de habitar e na conformação do espaço doméstico de moradias autoconstruídas pela população de baixa renda.	- Investigar os conceitos de modos de vida, modos de habitar e suas inter-relações. - Identificar as características, conceitos e debates acerca da autoconstrução no Brasil. - Compreender a realidade histórica e social do bairro Nova Viçosa.	FUNDAMENTAÇÃO	Revisão de literatura; Fichamentos.	Pesquisa bibliográfica; pesquisa documental.
	- Identificar o modo de vida dos moradores e a forma como concebem a residência autoconstruída, em termos espaciais, construtivos e simbólicos.	APLICAÇÃO	Delimitação da amostra; Seleção dos entrevistados; Pesquisa de campo.	Pesquisa documental (acervo Projeto Habitat); entrevistas; passeio acompanhado; mapa afetivo; levantamentos arquitetônicos; observação direta.
	- Descrever as tipologias habitacionais encontradas e as mudanças realizadas ao longo do tempo pelos moradores. - Compreender os limites entre a configuração da residência como expressão do modo de vida e os aspectos que a traduzem como única possibilidade econômica de acesso à moradia.	SÍNTESE	Análise dos dados; Síntese final.	Matriz de descobertas.

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir da revisão de literatura, foram selecionadas as categorias que se pretende analisar no trabalho, quais sejam: Modo de Vida, Modo de Habitar e Configuração Espacial. O Quadro 4 contém uma sistematização dessas categorias de análise, seguidas das dimensões, variáveis e indicadores propostos para análise, indicando também os métodos escolhidos para obtenção dos dados.

Quadro 4 - Modelo de análise de acordo com as variáveis Modo de vida, Modo de habitar e Conformação do espaço doméstico.

CATEGORIA	DIMENSÕES	VARIÁVEIS	INDICADORES	MÉTODOS
MODOS DE VIDA	Vida familiar	Composição familiar	Número de moradores; número de filhos; coabitação familiar;	Entrevista
		Trajectoria familiar	Origem (rural, urbana); ciclo de vida familiar; trajetória habitacional; escolaridade; projeto de vida (alcançado e expectativas);	
	Práticas sociais	Padrões econômicos	Renda do chefe de família; renda média familiar; origem da família;	
		Práticas de trabalho	Profissão; ocupação;	
	Visão de mundo	Identidade individual	Interesses; gostos; sentimentos; representações (imaginário);	
		Identidade social	Pertencimento a um grupo/categoria social; religião;	
MODOS DE HABITAR	Dimensão prática	Uso	Funções; sobreposição de usos; tempo de permanência; equipamentos; mobiliário;	Entrevista
	Dimensão simbólica	Apropriação do espaço	Personalização e humanização; marcas deixadas no espaço; objetos; disposição de objetos; materiais; texturas; cores; formas;	Passeio Acompanhado
		Demarcação territorial (público/ privado)	Hierarquia dos ambientes; disposição dos ambientes; setorização;	Mapa Afetivo
		Privacidade	Muros; cercas; fechamentos fixos ou móveis;	Observação direta
	Dimensão temporal	Temporalidade (relação espaço-tempo)	Mudanças de uso; reformas; ampliações; novas edificações no mesmo lote; expectativas em relação a casa;	Observação direta
CONFORMAÇÃO DO ESPAÇO DOMÉSTICO	Terreno	Relação com a malha urbana	Acessos; relação casa/rua; jardins; muros; quintais;	Entrevistas Observação direta Levantamento arquitetônico
		Implantação	Dimensões do terreno; afastamentos;	
		Topografia	Desníveis; acessos;	
	Moradia	Histórico	Construtores; tempo de residência; reformas; ampliações;	
		Estética	Cores; materiais de acabamento; vãos; esquadrias; cobertura; vegetação;	
		Características construtivas	Material de construção; acabamentos;	
		Arranjo funcional	Relação, disposição e dimensões dos compartimentos; relação e disposição de mobiliário e equipamentos; circulação entre cômodos;	
Relação interior / exterior	Relação casa/rua; relação casa/quintal ou jardim;			

Fonte: Elaborado pela autora.

Os materiais selecionados para pesquisa de campo foram prioritariamente computador pessoal, impressora, softwares para processamento de textos, desenhos e imagens, levantamentos arquitetônicos realizados pelo Projeto Habitat, fichas de localização das moradias, câmera fotográfica digital ou celular com recurso de câmera digital, celular com recurso de gravador de áudio, trenas e material de consumo. Isto posto, os procedimentos utilizados na pesquisa de campo encontram-se descritos a seguir.

3.2.4 Métodos de análise de dados

Os dados coletados foram sistematizados de acordo com métodos e técnicas que permitiram a sua análise e interpretação. As informações verbais registradas em

arquivos de áudio ou vídeo foram transcritas, sendo os dados reunidos em arquivos separados para cada caso. Para efeito de ilustração, corroborando com a análise dos dados, alguns depoimentos foram transcritos literalmente nos tópicos posteriores onde se realizam a descrição dos casos.

Os dados obtidos foram sintetizados de acordo com as categorias de análise propostas, sendo combinados com os levantamentos arquitetônicos e registros fotográficos, utilizando-se como base a Matriz de Descobertas. Segundo Rheingantz et al. (2009, p.91), a Matriz de Descobertas foi desenvolvida para registro gráfico de resultados e descobertas em Avaliação Pós-Ocupação (APO), de modo a facilitar a leitura e compreensão dos resultados e descobertas em função do grande número de informações decorrentes de uma APO, que dificultam a organização e apresentação de resultados. Consiste em um instrumento gráfico que permite reunir e relacionar em poucas pranchas de desenho as principais descobertas em um edifício, apresentando facilidade de manuseio e visualização global, especialmente se comparada a resultados e descobertas descritos por meio de tabelas, quadros ou textos.

Para cada um dos seis casos analisados foi elaborada uma Matriz de Descobertas contendo as plantas baixas dos levantamentos arquitetônicos, representação tridimensional esquemática da residência com a indicação temporal de reformas ou ampliações, análises sobre as plantas baixas em relação às variáveis simbólica e prática, fotografias da residência e quadro com o perfil familiar dos moradores.

4. AS CARACTERÍSTICAS DA MORADIA AUTOCONSTRUÍDA EM NOVA VIÇOSA E POSSES

Com objetivo de compreender como os modos de vida e os modos de habitar se expressam na moradia autoconstruída, tendo como referência as residências de moradores em Nova Viçosa e Posses, buscou-se interpretar os dados obtidos através do modelo de análise apresentado no capítulo anterior (Quadro 4).

Para melhor compreensão da análise, os dados são apresentados neste capítulo de forma descritiva, em tópicos específicos para cada moradia estudada. Ao final do capítulo é realizada uma discussão e interpretação dos dados, apresentando-se ainda um quadro-síntese das informações obtidas.

4.1 Descrição dos casos

Cada tópico apresenta um quadro-síntese com informações sobre a construção da moradia e o perfil familiar dos moradores, em seguida apresentam-se as informações retiradas dos levantamentos arquitetônicos. Os principais aspectos referentes aos modos de vida e modos de habitar de cada família são descritos nos respectivos tópicos e ilustrados por fotografias; as descrições apresentam transcrições literais de trechos das falas dos moradores nas entrevistas, que foram compiladas, contudo não são apresentadas na íntegra devido ao volume de páginas transcritas. Ao final de cada tópico são apresentadas Matrizes de Descobertas, contendo as análises gráficas que enfatizam as variáveis elencadas no modelo de análise, por onde se procuram respostas aos objetivos da pesquisa.

A denominação das unidades habitacionais pelos termos *moradia + letra + significado* foi uma forma de organizar e personalizar cada uma das casas de acordo com suas peculiaridades, tendo em vista as relações entre a moradia e os modos de vida identificados. As unidades são apresentadas na sequência temporal em que foram atendidas pelo Projeto Habitat; os endereços e os nomes dos moradores foram omitidos, sendo utilizados pseudônimos para identificar os entrevistados.

4.1.1 Moradia A – Cultura do trabalho

Esta foi uma das primeiras famílias atendidas pelos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo, em 2004, quando se verificou uma situação de precariedade habitacional somada a alta taxa de moradores na residência – nove pessoas dividindo quatro cômodos, em área aproximada de trinta metros quadrados. Naquela época, os atendimentos consistiram em orientações técnicas, disponibilização de materiais de construção visando à melhoria das condições habitacionais e orientações sobre noções de higiene, como limpeza do quintal e mudança da posição do galinheiro.

Posteriormente foi realizada uma proposta para a expansão e reforma da residência, que foi seguida em partes. A casa encontra-se implantada em um terreno aplainado, situado pouco abaixo do nível de uma via que se estende em aclive.

Quadro 5 - Síntese dos dados sobre a moradia A e seus moradores.

FAMÍLIA A

Entrevista 1/6

SOBRE A MORADIA

Localização	Bairro Nova Viçosa	
Condição de posse do lote	Doado	Casa doada pela Prefeitura; sem informações sobre documentação do terreno
Mão-de-obra	Própria / Prefeitura	Melhorias iniciais disponibilizadas pela Prefeitura. Ampliações da residência e construção do buffet feitas pelo morador
Aquisição de materiais	Doados + Comprados	Alguns materiais doados pela Prefeitura
	<i>Estrutura</i>	Fundações de concreto
	<i>Vedação</i>	Alvenaria de blocos cerâmicos e de blocos de concreto; material de refugo
	<i>Cobertura</i>	Telha de fibrocimento sobre estrutura de madeira
	<i>Esquadrias</i>	Metálicas e madeira
	<i>Revestimentos</i>	Piso de cimento queimado e de cacos cerâmicos, reboco e pintura externos e internos em condições precárias de conservação
Início da construção	?	Mudaram-se em 1990 para a casa doada
Atendimento (Habitat)	2004 - 2007	Orientações técnicas, projeto para reforma e ampliação

SOBRE OS MORADORES

Número de unidades habitacionais no lote	2	Família do casal + Família da filha mais velha
Número de moradores	8	José (esposo, 54), Marta (esposa, 51), 6 filhos (13, 15, 16, 18, 19, 26)
	3	Filha (27), esposo da filha (28), neta (10)
Origem familiar	Urbana	Porto Firme (esposo) e Viçosa (esposa)
Escolaridade		<i>Pais</i> Ensino Fundamental incompleto (4ª série)
		<i>Filhos</i> Dois filhos concluíram o Ensino Médio, um filho concluiu apenas o Fundamental, os outros filhos se encontram cursando Ensino Fundamental / Médio.
Profissão / Ocupação		<i>José</i> Garçon; trabalha em negócio próprio na casa
		<i>Marta</i> Dona de casa; trabalha junto com o esposo
		<i>Filhos</i> Os maiores de idade trabalham em estabelecimentos comerciais. O filho mais velho é servente de pedreiro. Alguns filhos auxiliam no empreendimento do pai.
Renda média	Aproximadamente 2 SM	+ renda dos filhos = 3,5 salários mínimos
Trajetória habitacional (anterior à moradia atual)	Moradias de aluguel	5 locais diferentes na área urbana de Viçosa

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO

MORADIA A

Área do terreno: 204 m²
 Área construída: 118,20 m²

LOCALIZAÇÃO:



REGISTRO FOTOGRÁFICO

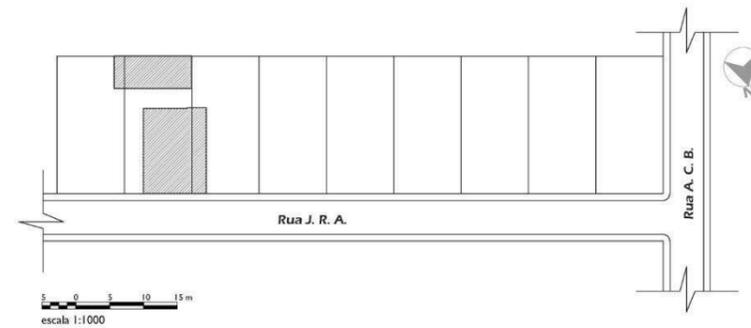


Vista externa da casa



Acesso à residência

PLANTA DE SITUAÇÃO



EVOLUÇÃO TEMPORAL

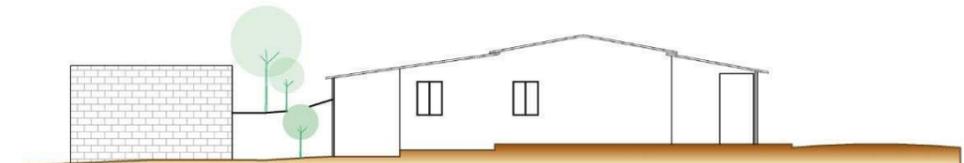
U.H. INICIAL

Área útil: 41,49 m²
 Área construída: 35,01 m²

PROPOSTA (HABITAT - 2005)

Área útil: 64,61 m²
 Área construída: 71,85 m²

- Parede existente
- Parede a ser construída
- Parede a ser demolida



PERFIL A-A (ESQUEMÁTICO)

LEVANTAMENTO (2015)

Área útil: 108,80 m²
 Área construída: 118,20 m²

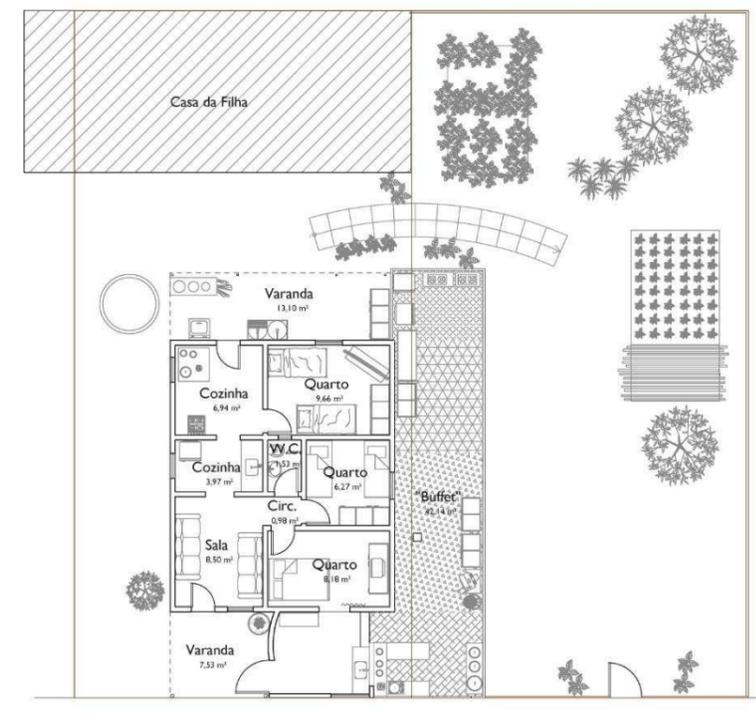


Figura 12 - Síntese do levantamento arquitetônico da Moradia A.
 Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

A família possui uma trajetória habitacional urbana, morando de aluguel até o momento em que receberam a doação da casa em Nova Viçosa – “Nós entrou na lista pra poder comprar, mas aí saiu só uma... aí depois, nós acabou ganhando essa.” (Marta). A moradia corresponde a uma tipologia de residência construída na época de implantação do loteamento, identificada pelos moradores como “casa do financiamento”. A residência havia sido utilizada como abrigo por um período de tempo por outra família – “A dona morava ali, aí como deu um vento, aí a telha voou, aí eles moraram aqui” (Marta) “Depois arrumaram a casa deles, deixaram aqui abandonado, depois nós mudamos pra cá.” (José)

Embora a residência se encontrasse em um estado de conservação ruim e com infraestrutura muito precária, a família preferiu realizar a mudança pela possibilidade de sair do aluguel. As melhorias foram realizadas com o passar do tempo, com recebimento de alguns benefícios pela prefeitura e reformas feitas pelo próprio morador.

Não tinha nem água nem luz né? Na época que viemo pra cá não tinha nada não. Tivemo que trocar as janelas, tava tudo quebrada, vaso num tinha, caixa de descarga num tinha. Caixa de descarga tinha, mas tinha entupido. Rede d'água... rede não tinha, rebocar não tinha, era, era só bloco. O reboco foi a prefeitura que fez, a ligação acho que foi... nós que fez, né? Ah, a prefeitura que fez. (José).

Apesar das melhorias, as condições de habitabilidade evoluíram pouco, conforme o que se verificou em 2004 pelos registros do projeto de extensão (Figura 13), somadas ao crescimento da densidade habitacional devido ao aumento do número de filhos, uma vez que a família era composta apenas pelo casal e dois filhos no momento da mudança.



Figura 13 - Condições da residência nas primeiras visitas realizadas pelos alunos do curso de Arquitetura. Galinheiro e varanda serviço, fogão a lenha e instalações elétricas e hidráulicas no banheiro.

Fonte: Acervo do Projeto Habitat, 2005.

O crescimento da família não foi acompanhado proporcionalmente pela expansão da residência, sendo acrescentado apenas um quarto quando a primeira ampliação foi realizada. A proposta de expansão incluía este quarto, a mudança da localização do banheiro, a ampliação de um dos quartos e a construção de uma cozinha maior. A proposta foi seguida quanto ao acréscimo do quarto e da cozinha, contudo o banheiro e a pequena cozinha existente ainda permaneceram inalterados.

A família é composta pelo casal, José e Marta, e os sete filhos (duas meninas e cinco meninos), que permanecem morando no mesmo local. Todos os filhos moram na mesma residência com os pais, apenas a filha mais velha reside em uma casa construída nos fundos do lote (Figura 14), juntamente com o marido e a filha. Não foi possível visitar esta casa durante a pesquisa pois os moradores se encontravam em horário de trabalho e a casa estava fechada. As atividades laborais de José e Marta são desenvolvidas na própria residência, os filhos menores de idade estudam e os filhos maiores trabalham, sendo um deles servente de pedreiro e os outros atendentes em estabelecimentos comerciais no centro da cidade.



Figura 14 - Residência da filha construída nos fundos do lote.
Fonte: Acervo pessoal, 2015.

O casal possui uma rotina voltada para o trabalho, José se dedica às atividades do negócio próprio e Marta é responsável pelas tarefas domésticas, auxiliando o marido quando possível. A partir de sua experiência como garçom, José empreendeu uma atividade produtiva para a qual construiu um espaço junto à moradia, local chamado de “buffet”, que foi construído pelo próprio morador utilizando material de refugo (Figura 15). Esta construção invade o terreno vizinho, o que justificou o uso de material de baixo custo e de pouca durabilidade, que possibilitam sua remoção e evitando gastos desnecessários caso o uso do terreno seja um dia requerido – *“Tudo que fiz pra lá, eu não fiz de bloco porque é vizinho”* (José). O espaço é acessado por uma porta voltada para a varanda frontal e por um vão de porta aberto na parede do quarto do casal, facilitando o acesso de José ao local.



Figura 15 - Vista externa das vedações e vistas internas do buffet.
Fonte: Acervo pessoal, 2015.

O buffet é utilizado para a preparação de gêneros alimentícios e para a armazenagem de infraestrutura para festas e eventos. Este é considerado o espaço mais importante da casa por José, sendo o local onde permanece a maior parte do tempo. Durante os diálogos se observaram expressões que denotam a apropriação do local pelo morador, além de certa posse do espaço e de seus objetos – *“Tem o meu ali, às vezes usa o meu lá... às vezes usa o forno meu”* (José, ao se referir a objetos presentes no buffet que empresta para a realização de tarefas domésticas).

Além de ser um espaço de trabalho, no buffet também são realizadas outras atividades como assistir TV e escutar música. Nesta entrevista percebeu-se que as atividades da família, principalmente do pai, são marcadas por certa cultura do trabalho – *“Meu passatempo aqui é o trabalho”* (José), o que se percebe tanto pela configuração do espaço quanto pelas atividades cotidianas exercidas. Quando questionados sobre qual local da casa utilizam para convívio, os moradores disseram não haver um espaço específico para tal fim, e que seus diálogos são sobre trabalho durante a maior parte do tempo.

Apesar do uso de materiais de refugo, observou-se que o buffet é o ambiente mais limpo, iluminado, arejado e organizado da casa, sendo os objetos dispostos em ordem precisa dentro e fora dos armários (Figura 16). Além da presença dos objetos funcionais também se encontram objetos simbólicos e de devoção no local, como discos, quadros, retratos e representações de santos. Observou-se que no espaço são feitos investimentos afetivos e práticos pelo morador, que construiu armários, mesas e caixotes para guardar equipamentos utilizando material de refugo ou reaproveitando móveis para dar suporte aos objetos. Grande parte dos objetos simbólicos estão localizados nesta área e no quarto do casal, onde a Marta fez o registro de uma imagem de uma santa no Mapa Afetivo. A sala de estar da família é pouco mobiliada e não possui nenhum objeto simbólico.



Figura 16 - Organização dos objetos utilizados no trabalho no buffet, como registrados por José no Mapa Afetivo.
Fonte: Acervo pessoal, 2015.

O terreno vizinho, que foi invadido e em parte utilizado para a construção do buffet, permanece vago, sendo sua propriedade desconhecida pela família, contudo vem sendo cuidado e utilizado pela mesma desde sua mudança para o local. O terreno é utilizado como quintal da casa, onde se faz o cultivo de uma horta, armazenagem de materiais diversos e secagem de roupas. Este terreno foi o espaço identificado como de maior conotação afetiva para Marta, correspondendo a seus principais registros no Mapa Afetivo. Local utilizado pela moradora para cuidar das plantas, principalmente hortaliças utilizadas no preparo cotidiano de refeições, este é o espaço que a moradora tem preferência de permanecer (Figura 17). Ambos os terrenos não são murados, porém possuem cercas de madeira e arame ao redor, contudo esta limitação não adentra o limite entre o terreno da família e o terreno vizinho.



Figura 17 - Horta cuidada pela moradora, registrada no Mapa Afetivo; acesso ao terreno pela rua. Fonte: Acervo pessoal, 2015.

Durante as visitas, observou-se que os filhos homens adolescentes apresentaram um comportamento voltado para a privacidade e territorialidade, principalmente no quarto dos fundos, permanecendo quase todos reunidos no local juntamente com amigos. Não adentramos este quarto para realizar medições devido a constrangimentos de acesso: a porta se encontrava quase sempre entreaberta e as luzes apagadas, estando muitos rapazes reunidos em torno de uma TV de última geração ligada a um vídeo game; não fomos convidadas para conhecer o espaço e também não solicitamos fazê-lo. Segundo o casal, este quarto é o espaço que os filhos mais utilizam, tanto para

descanso e lazer quanto para outras atividades cotidianas, como refeições e tarefas – *“Quase ninguém gosta da sala, es gosta do quarto, que daí já deita e dorme de uma vez” (Marta)* Quando questionados sobre a presença de internet, TV e vídeo game na residência, a mãe afirmou: *“Os menino fica mexendo o tempo todo... os menino adora, às vezes eles fica o dia inteiro.” (Marta)* A família possui também acesso a TV por assinatura, contudo estes recursos são utilizados pelos filhos e não pelo casal, sendo notadamente concentrados no quarto dos fundos, onde dormem quatro rapazes. Os dois outros filhos, a filha mais nova e o filho mais velho, dormem em outro quarto.

Observou-se que a casa não possui um cômodo específico ou mobiliário destinado a refeições, que são realizadas em cômodos diversos, principalmente nos quartos – *“Aqui é cada um num lugar” (José)*. A sala também é pouco utilizada pela família, a não ser para recepção de visitas pelo casal, uma vez que os filhos preferem receber os amigos no quarto; assim, os espaços de convívio são reduzidos e pouco utilizados para este fim: José se ocupa diariamente no buffet, Marta realiza atividades domésticas e na horta e os filhos utilizam equipamentos eletrônicos no quarto, que passa a ser seu local de convivência mais restrito. Quando questionados sobre as expectativas sobre a residência, os moradores afirmaram o desejo de construir uma laje de cobertura (os cômodos não possuem forros e há sinais de infiltrações) e melhorar a varanda frontal, além da necessidade de mais um banheiro, uma vez que utilizam o tanque da área de serviço e a pia da cozinha para realização de higiene pessoal, como lavar as mãos e escovar os dentes.

Apesar da receptividade do casal, nesta residência houve dificuldade para acessar todos os cômodos, sendo especificamente o quarto dos adolescentes preservado. O casal também se limitava na resposta às perguntas, sempre muito sucintos nos diálogos, foram mais abertos apenas ao mostrarem o buffet, espaço amplamente destacado no Mapa Afetivo.

MATRIZ DE DESCOBERTAS

MORADIA A: CULTURA DO TRABALHO MODO DE VIDA

COMPOSIÇÃO FAMILIAR:
José (54), Marta (51), 6 filhos jovens/adolescentes + Filha, genro e neta

TRAJETÓRIA:
Origem urbana em Viçosa;
Moradias anteriores alugadas;
Ensino Fundamental incompleto (pais)

PRÁTICAS SOCIAIS:
Trabalho na residência - buffet;
Renda média 2 SM

VISÃO DE MUNDO:
Atividades voltadas para o trabalho no negócio próprio

TEMPO DE RESIDÊNCIA NO LOCAL:
25 anos

*** OBSERVAÇÕES:**
Uso e ocupação do terreno vizinho.

NECESSIDADES SATISFEITAS NA MORADIA:



LOCALIZAÇÃO



MODO DE HABITAR + CONFIGURAÇÃO ESPACIAL

DIMENSÕES:

SIMBÓLICA

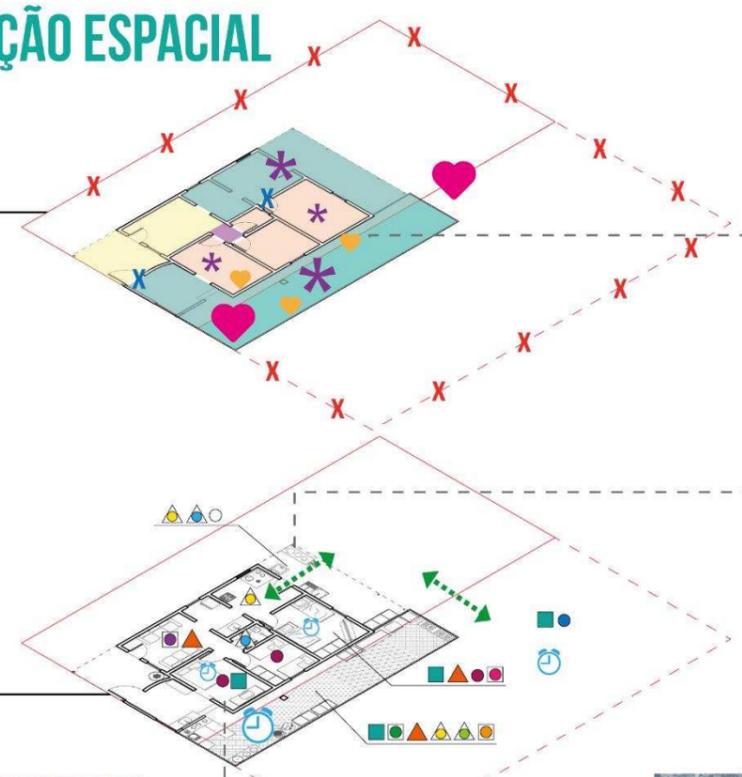
- Apropriação do espaço**
 - Personalização (objetos funcionais ou simbólicos)
 - Afetividade
- Privacidade**
 - Portas fechadas
 - Muro / Cerca
 - Grades
 - Fechamentos móveis
- Demarcação territorial**
 - Espaços mais valorizados pela família
- Setorização:**
 - Social
 - Íntimo
 - Serviços
 - Circulação

PRÁTICA

- Funções**
 - Lazer
 - Convívio familiar / social
 - Atividade produtiva
 - Fazer refeições
 - Preparo de refeições
 - Higiene
 - Repouso
 - Devoção / Oração
 - Criação de animais
 - Lavar roupas
 - Secar roupas
 - Guardar pertences
 - Estudo / Leitura
- Permanência**
- Continuidade de uso do espaço**
- Restrição de acesso**

TEMPORAL

- Casa doada
- Ampliação dos quartos e varandas
- Buffet
- Ampliação do buffet
- Casa da filha mais velha



Objetos simbólicos e funcionais no buffet



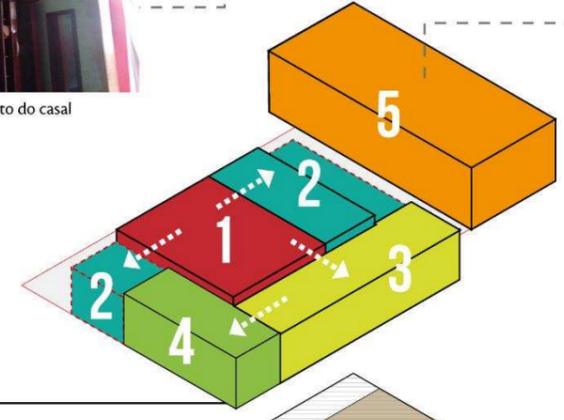
Fogão à lenha na varanda dos fundos



Objetos de devoção no quarto do casal



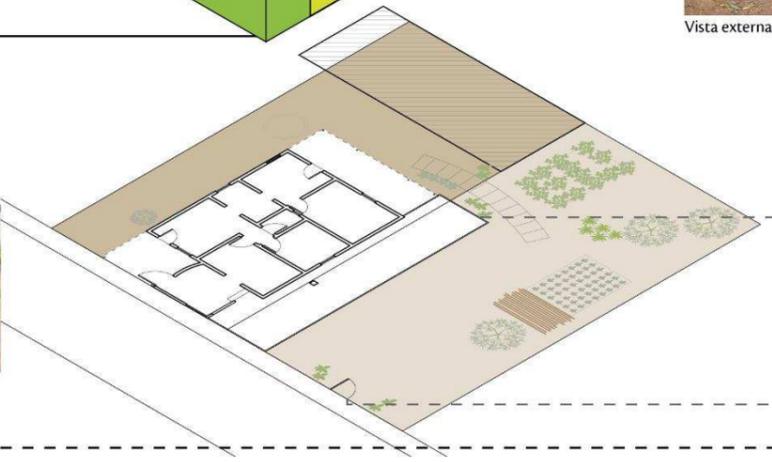
Construção da casa da filha nos fundos do terreno



Vista externa do buffet



Vista do acesso principal



Acesso externo ao terreno lateral

Figura 18 - Matriz de Descobertas: Moradia A. Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

4.1.2 Moradia B – Abrigo

Segundo relato da família, o atendimento realizado pelo Projeto Habitat ocorreu apenas para o cálculo de materiais a serem utilizados em uma obra de ampliação, contudo, conforme o banco de dados do Projeto, foi realizado levantamento arquitetônico e um projeto para a ampliação, que não foi seguido pelos moradores. A residência está implantada em um terreno que possui aclive pouco acentuado em relação à rua, há coabitação no lote, sendo que a moradia da família foi construída anexa a uma residência já existente. Os moradores são um casal com dois filhos adolescentes, apenas o filho mais velho possui emprego fixo e os pais estão desempregados.

Quadro 6 - Síntese dos dados sobre a moradia B e seus moradores.

FAMÍLIA B

Entrevista 2/6

SOBRE A MORADIA

Localização	Bairro Nova Viçosa	
Condição de posse do lote	Cedido	Uso compartilhado entre familiares, não há definição de posse
Mão-de-obra	Própria	
Aquisição de materiais	Doados	Doações feitas pela Prefeitura
	<i>Estrutura</i>	Alvenaria estrutural
	<i>Vedação</i>	Alvenaria de bloco cerâmico / bloco de concreto
	<i>Cobertura</i>	Telha de fibrocimento sobre estrutura de madeira
	<i>Esquadrias</i>	Madeira / Aberturas sem esquadria
	<i>Revestimentos</i>	Cimento queimado no banheiro e cozinha
Início da construção	2005	
Atendimento (Habitat)	2007	Projeto de ampliação

SOBRE OS MORADORES

Número de unidades habitacionais no lote	2	Família do casal + Família da irmã do esposo
Número de moradores	4	Roselene (esposa, 39), Rogério (esposo, 36), 2 filhos adolescentes (14 e 18)
Origem familiar	Urbana	Viçosa (bairros Amoras e Nova Viçosa)
Escolaridade	<i>Roselene</i>	Ensino Fundamental completo
	<i>Rogério</i>	3ª série
	<i>Filhos</i>	Cursando Ensino Fundamental / Ensino Fundamental incompleto (filho mais velho)
Profissão / Ocupação	<i>Roselene</i>	Desempregado / Lavradora
	<i>Rogério</i>	Desempregado / Lavrador
	<i>Filho mais velho</i>	Trabalha em comércio
Renda média	Inferior a 1 SM	Sem renda fixa (trabalho em lavoura uma vez ao ano)
Trajectoria habitacional (anterior à moradia atual)	Moradias cedidas	6 locais diferentes na área urbana de Viçosa

Fonte: Elaborado pela autora., 2016.

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO

MORADIA B

Área do terreno: 194,58 m²

Área construída: 65,08 m²

LOCALIZAÇÃO:



REGISTRO FOTOGRÁFICO

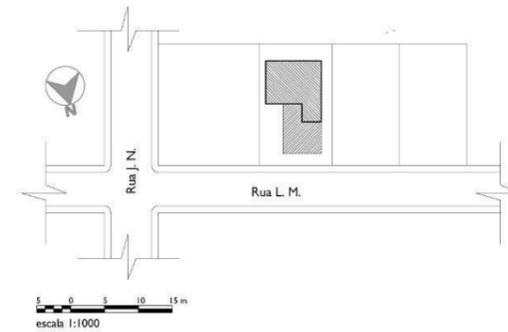


Acesso ao terreno



Vista externa

PLANTA DE SITUAÇÃO



EVOLUÇÃO TEMPORAL

U.H. INICIAL

Área útil: 24,60 m²

Área construída: 27,55 m²

PROPOSTA (HABITAT - 2007)

Área útil: 42,26 m²

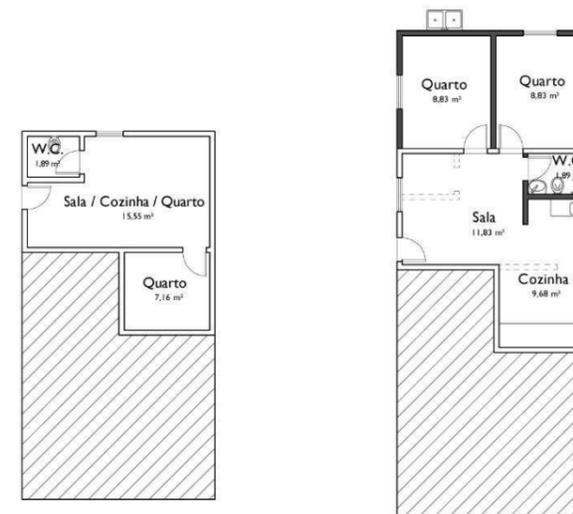
Área construída: 47,57 m²

LEVANTAMENTO (2015)

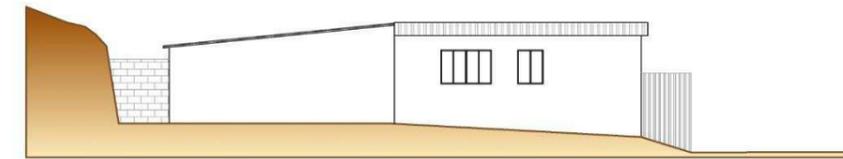
Área útil: 108,80 m²

Área construída: 118,20 m²

- Parede existente
- Parede a ser construída
- - - Parede a ser demolida



escala 1:200



PERFIL A-A (ESQUEMÁTICO)

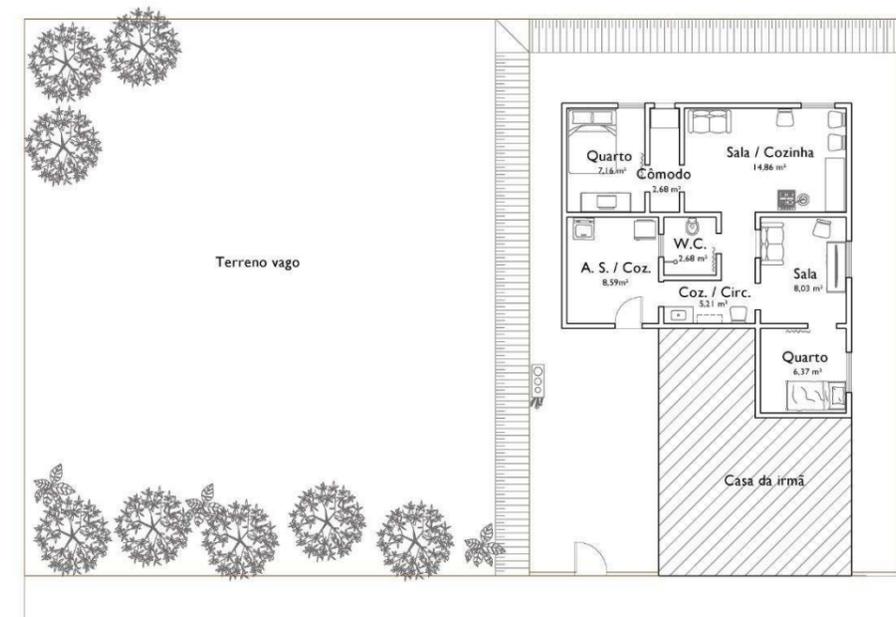


Figura 19 - Síntese do levantamento arquitetônico da Moradia B.
Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

A residência foi construída a partir de um dos cômodos de uma casa existente no lote, de propriedade do pai de Rogério, o qual não mais reside no local. Antes da construção da residência atual, o casal havia construído um abrigo com apenas um cômodo no mesmo terreno, o qual era envolto e coberto com lona. A trajetória habitacional dos moradores possui um histórico de moradias cedidas, nunca chegaram a pagar aluguel, sempre morando em locais cedidos por familiares ou entidades filantrópicas.

O casal decidiu se casar para “fugir” dos pais de Roselene, que iriam se mudar para outra cidade e não aceitavam a união, pois eram ainda adolescentes (Roselene tinha 18 anos e Rogério, 16, quando se casaram). A primeira residência foi o abrigo de lona, seguida por moradias em outros bairros da cidade e no próprio bairro Nova Viçosa. Esta moradia foi cedida por uma entidade filantrópica religiosa, contudo teve a posse reivindicada por uma moradora do bairro por meio de ameaças à família, que então se mudou para o terreno em que residem atualmente. A mudança teve também o objetivo de assegurar a herança de Rogério, sendo que o casal afirma que terreno foi prometido aos mesmos pelo pai, contudo não há documentação que comprove a situação, apesar de afirmarem haver uma escritura que se encontra guardada por outro familiar.

O casal permanece compartilhando o terreno com a família de uma das irmãs de Rogério, que reside na parte frontal da construção. Um terreno vizinho voltado para a entrada da moradia do casal, que se encontra desocupado, foi “incorporado” ao uso da família como quintal. O local é utilizado para o cultivo de hortaliças consumidas pela família, secagem de roupas e preparo de alimentos no fogão a lenha (Figura 20).



Figura 20 - Vista externa do terreno vizinho e aspecto do mesmo vista a partir da residência B. Fonte: Acervo pessoal, 2015.

O casal não possui renda fixa, trabalham apenas um período por ano (de junho a agosto) em uma lavoura de café nos arredores de Nova Viçosa; a renda é poupada e distribuída durante o ano para a compra dos itens necessários para a família. A situação de desemprego coincide com uma situação de desocupação; quando questionados sobre atividades que poderiam realizar informalmente os moradores afirmavam haver pouca oportunidade de trabalho, por isso permaneciam na mesma situação.

*Só três mês (que trabalham), o resto do ano a gente fica a toa aí... de vez em quando eu pego um bico aí, mas é difícil achar, né? Tem mais de seis mês que tá desempregado. Aí... **Você e seu marido?** Eu e meu marido. De vez em quando eu pego um carrinho de picolé (sussurrando), mas ele não gosta de jeito nenhum! "Ah! Que eles vai sequestrar ocê, que não sei o quê!". Mas é dinheiro né? Pra ajudar dentro da casa. (Roselene)*

A possibilidade de utilizar o terreno vizinho para plantar e vender hortaliças foi também questionada, contudo afirmaram ser muito difícil conseguir vender itens no bairro. O filho mais velho do casal interrompeu os estudos durante o Ensino Fundamental para poder trabalhar, possuindo emprego em comércio no centro da cidade. Roselene afirmou que eventualmente pede dinheiro emprestado ao filho para gastos da família, contudo a renda é predominantemente utilizada para necessidades pessoais do rapaz.

Os materiais para a construção da residência foram doados pela Prefeitura. Rogério foi o responsável pela obra e Roselene ajudou como servente, pois não tinham recursos para contratar um pedreiro.

Foi até meu marido que fez isso aqui, ele que construiu, não pagamo pedreiro nenhum. Eu mexendo concreto! Fui a servente dele. Chegava de noite, já tirava a roupa e já ajudava ele a fazer, trabalhamos junto, não precisou de pagar, chamar "vem cá fulano, vem fazer..." Não precisou, ele sabe fazer tudo. Não sei por quê, ele é tipo assim, ele não é o pedreiro, na carteira ele é o servente, só que oficial não é. Pedreiro ele é, ele sabe fazer tudo aqui ó. Sabe fazer um piso muito bem. Sabe! Faz um piso muito bom, se colocar uma casa pra ele fazer, ele faz tudo. (Roselene)

Mesmo com a experiência afirmada em obras, algumas dificuldades técnicas ocorreram, como uma parede que teve que ser demolida por não estar aprumada. Além disso, durante o levantamento arquitetônico notaram-se alguns aspectos construtivos que não foram bem resolvidos. As instalações elétricas se encontram expostas e um problema na ligação com a rede de esgoto fez com que tivessem que abrir para fazer o conserto, o que resultou em mau cheiro persistente no banheiro. A ampliação feita na residência também foi realizada por Rogério, finalizada em aproximadamente um mês, quando foram acrescentados o quarto do casal e os cômodos utilizados como área de serviços, sala e cozinha.

Acerca dos modos de habitar desta família, algumas variáveis podem ser ressaltadas sobre a configuração do espaço e hábitos dos moradores. Observou-se uma distribuição espacial indefinida quanto ao uso da cozinha, pois três cômodos são utilizados para as funções de preparo de refeições ou armazenagem de alimentos. Em um cômodo se encontra a geladeira, em outro a pia e em outro cômodo, o fogão a gás e armários para guardar alimentos e utensílios (Figura 21). Apesar de possuírem o fogão a gás, o mesmo não estava sendo utilizado pela falta de recursos para comprar o gás, dessa forma as refeições eram preparadas em um fogão a lenha improvisado, localizado

no exterior da residência. Observou-se que não há mobiliário para se realizar as refeições, que são feitas nos quartos ou na sala de estar. A pia da cozinha é a única existente na casa, utilizada tanto para limpeza quanto para higiene pessoal. Nota-se, portanto, a falta de especialização dos compartimentos, sendo que diferentes cômodos são utilizados para uma mesma função.



Figura 21 - Área onde se localiza a pia e sala.
Fonte: Acervo pessoal, 2015.

Durante as visitas, percebeu-se certa territorialidade no uso de alguns ambientes, principalmente por parte dos filhos no quarto e na sala de estar, onde há uma TV de última geração, vídeo game e computador portátil. Pela descrição das atividades realizadas na casa percebe-se uma separação entre os espaços próprios dos filhos (quarto e sala) e o espaço dos pais (quarto de casal e outros cômodos). Segundo a moradora, os espaços são predominantemente utilizados pelos filhos, que evitam a presença dos pais dentro dos cômodos; os equipamentos foram adquiridos pelo filho mais velho, sendo utilizados apenas por ele e pelo irmão, não sendo raros os conflitos entre os irmãos pelo seu uso; o casal utiliza a televisão presente no quarto próprio (Figura 22).



Figura 22 - Sala de estar e quarto do casal.
Fonte: Acervo pessoal, 2015.

Quanto à apropriação do espaço, praticamente inexistem objetos decorativos ou simbólicos visíveis nos ambientes; na sala, por exemplo, a TV é o objeto de destaque. Nesta moradia a precariedade construtiva é marcante, reforçada ainda pela má iluminação e ventilação em praticamente todos os cômodos. Sobre este aspecto, a

moradora citou os problemas respiratórios desenvolvidos pelos filhos, também como consequência da ausência de acabamentos.

*Eu queria piso, né? Um piso aqui porque gasta muita água pra quando lavar né. Pra poder limpar é difícil demais, e dá muita poeira, né? E faz mal. O menor ali tem bronquite. Teve uma vez que de tanta poeira, não sei se é poeira, o que que deu nele que pegou até asma, a respiração dele cansada. Com treze anos. O mais velho tem adenoide, já não consegue respirar muito pelo nariz, entendeu? Aí essa poeira atrapalha. Às vezes fica nervoso, não consegue dormir à noite, por causa da respiração. **A janela fica aberta de noite?** Fica mais fechada, eles não gosta que fica muito aberta porque tem vizinho ao lado. Não gosta de dormir com nada aberto. (Roselene)*

Apenas os cômodos que fazem ligação com o exterior da residência possuem portas, os acessos internos são fechados por cortinas, alguns fechamentos nas aberturas de janelas também são improvisados com material de refugo. O terreno é demarcado por cercas de madeira e outras delimitações são feitas com material de refugo. Existem também limites entre os espaços externos das residências das duas famílias, dentro do próprio terreno (Figura 23). O terreno vizinho foi cercado pelos moradores, contudo é aberto na divisa com a residência do casal.



Figura 23 - Acesso à residência, em que se notam as separações no acesso à residência da família e dos parentes.
Fonte: Acervo pessoal, 2015.

Acerca das expectativas em relação à residência, a moradora afirmou que gostariam de fazer algumas modificações como a mudança de posição do banheiro, para possibilitar uma cozinha com melhor organização espacial, e ter quartos separados para os dois filhos, que possuem alguns conflitos no uso do quarto compartilhado. Contudo estas expectativas não chegam a se configurar como um projeto de vida, uma vez que os moradores não procuram poupar recursos para investir na residência, aguardando doações financeiras ou de materiais para decidirem realizar as reformas.

MATRIZ DE DESCOBERTAS

MORADIA B:

ABRIGO

MODO DE VIDA

COMPOSIÇÃO FAMILIAR:

Roselene (39), Rogério (36), 2 filhos adolescentes (14, 18)

TRAJETÓRIA:

Origem urbana em Viçosa;
Moradias anteriores cedidas;
Ensino Fundamental completo / incompleto

PRÁTICAS SOCIAIS:

Desempregados;
Trabalham em lavoura uma vez por ano;
Renda média inferior a 1 SM.

* OBSERVAÇÕES

Coabitação com parentes no terreno e na construção.

TEMPO DE RESIDÊNCIA NO LOCAL:

11 anos

NECESSIDADES SATISFEITAS NA MORADIA:



LOCALIZAÇÃO



MODO DE HABITAR + CONFIGURAÇÃO ESPACIAL

DIMENSÕES:

SIMBÓLICA

- Apropriação do espaço
- ♥ Personalização (objetos funcionais ou simbólicos)
- ♥ Afetividade
- Privacidade**
- X Portas fechadas
- X Muro / Cerca
- X Grades
- X Fechamentos móveis
- Demarcação territorial**
- * Espaços mais valorizados pela família
- Setorização:
- Social
- Íntimo
- Serviços
- Circulação

PRÁTICA

- Funções**
- Lazer
- Convívio familiar / social
- Atividade produtiva
- ▲ Fazer refeições
- ▲ Preparo de refeições
- ▲ Higiene
- Repouso
- ▲ Devoção / Oração
- Criação de animais
- Lavar roupas
- Secar roupas
- Guardar pertences
- Estudo / Leitura
- 🕒 **Permanência**
- ↔ **Continuidade de uso do espaço**
- ⊘ **Restrição de acesso**

TEMPORAL

- 1 Moradia de familiares
- 2 Primeira construção
- 3 Ampliação

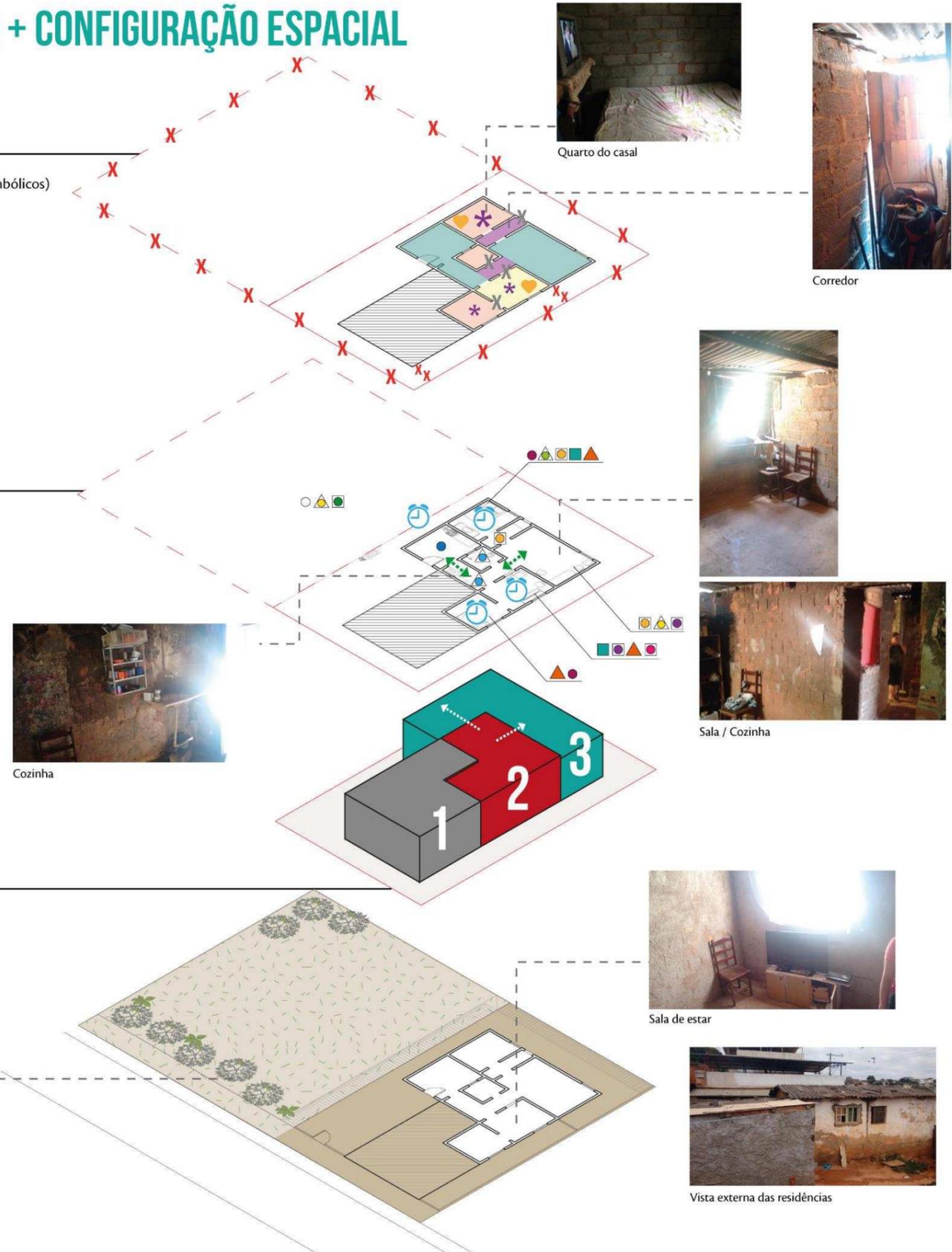


Figura 24 - Matriz de Descobertas: Moradia B.
Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

4.1.3 Moradia C – Um santuário

A moradia foi atendida pelo Projeto Habitat para realização de levantamento para um processo de desmembramento do terreno. Naquele momento o imóvel se encontrava em obras, com a construção de uma varanda frontal e uma escada de acesso à laje, que estava sendo preparada para a construção de um terraço. O terreno se encontra em declive pouco acentuado em relação à rua, é ocupado pela residência da proprietária no térreo e pelas moradias de dois filhos com suas respectivas famílias, localizadas nos fundos do lote e no primeiro pavimento.

Quadro 7 - Síntese dos dados sobre a moradia C e seus moradores.

FAMÍLIA C

Entrevista 3/6

SOBRE A MORADIA

Localização	Bairro Nova Viçosa	
Condição de posse do lote	Comprado	Possui escritura (recente)
Mão-de-obra	Contratada	Pedreiros da zona rural e locais
Aquisição de materiais	Doados / Comprados	
	<i>Estrutura</i>	Concreto
	<i>Vedação</i>	Alvenaria de blocos cerâmicos
	<i>Cobertura</i>	Telhas de alumínio sobre estrutura de ferro
	<i>Esquadrias</i>	Metálicas
	<i>Revestimentos</i>	Piso cerâmico em todos os cômodos, reboco e pintura internos e externos; Piso revestido com cacos de cerâmica na área de serviço e varanda posterior; Ausência de acabamentos externos no primeiro pavimento e terraço.
Início da construção	1990	
Atendimento (Habitat)	2008	Levantamento arquitetônico

SOBRE OS MORADORES

Número de unidades habitacionais no lote	3	Mãe + Famílias de 2 filhos
Número de moradores	2	Maria Gertrudes (mãe, 83) e Walter (enteado, aprox.. 60 anos)
	2	Nora (?) e neto (adolescente)
	6	Filho (?), nora (?) e 4 netas (adolescentes)
Origem familiar	Rural	Senhora de Oliveira
Escolaridade	<i>Maria Gertrudes</i>	Aprendeu a ler, não concluiu os estudos
	<i>Walter</i>	Não estudou
Profissão / Ocupação	<i>Maria Gertrudes</i>	Aposentada (trabalhou como lavradora)
	<i>Walter</i>	Aposentado (possui deficiência física)
Renda média	Não informada	Recebem aposentadoria e pensão
Trajetória habitacional (anterior à moradia atual)	Moradias cedidas por patrões	Zona rural

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO

MORADIA C

Área do terreno: 208,21 m²

Área construída: 375,04 m²

LOCALIZAÇÃO:



REGISTRO FOTOGRÁFICO

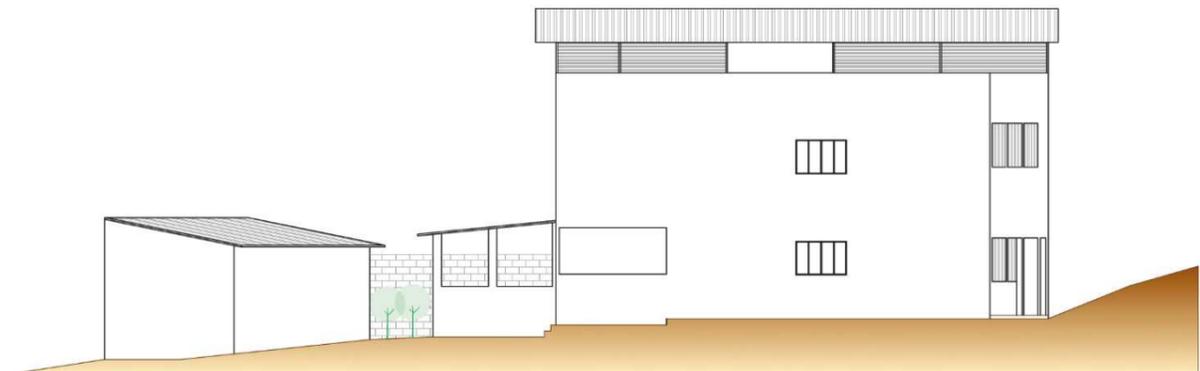
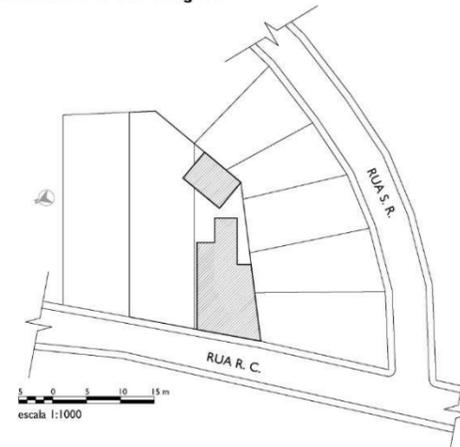


Vista externa



Varanda com fogão a lenha

PLANTA DE SITUAÇÃO



PERFIL A-A (ESQUEMÁTICO)

EVOLUÇÃO TEMPORAL

LEVANTAMENTO (2015)

Área útil: 206,78 m²
Área construída: 375,04 m²

U.H. INICIAL

Área útil: 63,56 m²
Área construída: 74,41 m²



TÉRREO

PRIMEIRO PAVIMENTO

SEGUNDO PAVIMENTO

Figura 25 - Síntese do levantamento arquitetônico da Moradia C.
Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Maria Gertrudes é viúva e reside juntamente com o enteado no térreo da construção. Um de seus quatro filhos, que reside em outro estado, construiu sua residência no primeiro pavimento da construção, onde estavam morando sua esposa e filho quando a pesquisa foi realizada. Outro filho de Maria Gertrudes reside com a esposa e quatro filhas em uma edícula nos fundos do terreno, chamada de “barraquinho” pela proprietária.

A família possui origem rural, trabalharam no campo até se mudarem para Nova Viçosa em 1990. A mudança ocorreu após serem despedidos pelo proprietário das terras onde residiam e trabalhavam: *“Porque patrão não gosta do empreiteiro,ês gosta do serviço. Aí o pessoal vai adoecendo, uai... manda embora! E nós já tinha muito tempo de casa, ele mandou nós embora que nós tinha direito num terreno grande lá.”* (Maria Gertrudes). A vida no campo foi marcada por restrições econômicas e de acesso à educação e saúde, além da dependência dos proprietários de terra. Em relação às condições de vida anteriores, a moradia atual passou a ser valorizada pelas possibilidades de acesso a serviços urbanos e pela segurança de posse.

O que tem de melhor aqui é que eu não tô debaixo da terra de patrão, debaixo de chuva, sol, não podendo fazer tratamento de saúde. E agora, como diz, vem a idade! Vem o desânimo! Aí eu olho pro meu teto e falo, “graças a Deus!”, não tô igual... Com patrão é assim, se ele é leiteiro, de madrugada ele bate lá na porta pra acordar todo mundo pra ir lá pra aquele serviço, qualquer hora da noite ele vai lá. Tá chovendo? Vamo assim mesmo! Aí a gente saiu de lá e foi embora. Aí agora nós não paga aluguel e não tá debaixo da terra de patrão. (Maria Gertrudes)

Quando a família se mudou, quatro dos cinco filhos já se encontravam casados, apenas um enteado, que possui deficiência física, permaneceu junto com os pais; dois filhos se mudaram para o mesmo lote posteriormente. A primeira construção feita foi a edícula existente nos fundos do terreno (“barraquinho”), onde a família residiu até a construção da casa, que teve início alguns anos depois e foi realizada por pedreiros da região de origem da família. Os materiais para a construção da casa foram doados pelo antigo patrão como forma de compensação à família pela demissão.

A primeira configuração da residência, referida pela moradora como “*casa de telha*”, possuía estrutura da cobertura em madeira e telhas cerâmicas, é lembrada com saudosismo em referência às moradias anteriores, por estar associada à imagem da habitação rural tradicional. Segundo a moradora, não foi possível contratarem pedreiros com conhecimento técnico adequado devido às restrições econômicas, tendo como consequência alguns problemas como a construção de paredes “*fora do esquadro*”, ausência de afastamentos laterais e problemas de infiltrações pela cobertura, solucionados pela construção de uma laje de concreto sugerida por um dos filhos.

Aí coloquei a laje, mas eu tenho saudade da minha casa antiga, que era que nem uma fazendinha! Se eu tivesse embocado as telha elas não arredava, mas

aí faltou dinheiro, faltou a gente ter lá um sentido melhor, pensar melhor. E aí a gente sozinha... porque o que ajuda a levar a cruz é o marido! (risos) Ficar carregando a cruz sozinha, custou! Porque ele não tinha expediente mas tinha sabedoria. E quando começou a fazer aqui, fez a casa em cima da divisa... isso me maltrata demais da conta! (Maria Gertrudes)

Após a morte do esposo, Maria Gertrudes realizou algumas melhorias na casa como a colocação de revestimentos e as ampliações. Inicialmente foram feitos as varandas frontal e posterior e um terraço no primeiro pavimento, que foi transferido para o segundo pavimento para possibilitar a construção da residência do filho, no local. Para suprir a demanda do filho por uma garagem, um dos quartos da residência do térreo foi demolido, dando espaço também para a construção da escada de acesso ao terraço (Figura 26).



Figura 26 - Aspecto da residência em 2011 e aspecto externo no período de realização da pesquisa, com a construção do primeiro pavimento e do terraço, nota-se a presença da edícula nos fundos do lote.

Fonte: Google Street View, 2011; Acervo pessoal, 2015.

A moradora é aposentada e divide o tempo entre atividades religiosas e algumas atividades domésticas; costumava também fazer vendas de enxovais para complementar a renda, contudo as condições de saúde restringiram a atividade. A nora que reside no primeiro pavimento auxilia na realização da maior parte das tarefas da casa, como preparo de refeições e limpeza. Há uma convivência maior com esta nora, o neto e o enteado do que com a família que vive na edícula, devido a um conflito familiar que não ficou explícito nas falas, mas ainda assim esta família utiliza recursos da casa de Maria Gertrudes, como o banheiro e a ligação de energia elétrica.

As ampliações realizadas ao longo dos anos forneceram uma base econômica para o desenvolvimento das famílias dos filhos. A permanência da edícula demonstra a satisfação da necessidade inicial por abrigo evoluindo até a quase autorrealização, pelo menos por parte de Maria Gertrudes. A necessidade de abrigo ainda está presente no ciclo de vida familiar dos filhos, uma vez que a edícula supre esta demanda para uma das famílias dos filhos; a ocupação da casa ainda inacabada no primeiro pavimento pela nora e o neto expressa a necessidade não só por abrigo como por privacidade, pois anteriormente residiam na suíte do térreo.

Pode-se inferir que quase a totalidade das necessidades habitacionais estão satisfeitas na moradia de Maria Gertrudes, tanto pela apropriação espacial notada pelos objetos simbólicos quanto pelas falas da moradora, para a qual a residência tem o sentido de realização pessoal e espiritual. Este sentido remete à abordagem fenomenológica sobre o significado do *habitar* e da casa como local sagrado, o local onde se encontra a paz, mencionada no primeiro capítulo.

A minha casa é um santuário. Pra mim é um sacrário vivo! Eu sinto que a minha casa, Deus fez da minha casa um sacrário vivo, a morada do Espírito Santo. Seja como for, tenha a confusão que tiver, minha casa é um santuário do Espírito Santo. Porque quando tem paz, não tem briga, não tem discussão, não tem nada. Mas a paz tá sempre aí, que a paz tá dentro do coração de cada um. (Maria Gertrudes)

Apesar da autorrealização, Maria Gertrudes expressou o desejo por empreender melhorias e mudanças na construção, algumas delas funcionais, como a construção de mais um quarto e o fechamento da varanda dos fundos por questões de segurança, e outras com aspecto simbólico forte. Ainda que as necessidades habitacionais sejam supridas, nota-se que a casa permanece como um projeto de vida incompleto, que continua acompanhando a trajetória de vida da moradora.

To pensando em pôr um oratório aqui na frente de Nossa Senhora Aparecida, não sei se vai acontecer. Lá em cima! To pensando isso ainda, não sei se vai acontecer. Pôr o oratório de Nossa Senhora Aparecida na frente, pintar a grade, pôr outro quarto aqui. Mas não sei se eu vou fazer não, que o tempo é de Deus! (Maria Gertrudes)

Observou-se a presença de diversos objetos de devoção e objetos de recordação em alguns ambientes, como retratos de família e elementos de uso cotidiano trazidos do campo. Ressalta-se que a maioria dos registros feitos pela moradora no Mapa Afetivo foram de tais objetos e não de ambientes da casa. Os objetos de devoção estão presentes na sala de estar e na varanda da frente; são destinados a serem vistos e contribuem para a definição da identidade da moradora, além de reforçar sua metáfora da casa como um santuário (Figura 28). O registro dos objetos funcionais trazidos do campo, como a bacia, baú e as panelas de barro, consolida as lembranças do modo de vida rural, ainda que não sejam mais utilizados na rotina cotidiana (Figura 28).



Figura 27 - Quadros com motivos religiosos expostos na sala de estar. Objetos registrados pela moradora no Mapa Afetivo. Fonte: Acervo pessoal, 2015.



Figura 28 - Bacia “de tomar banho”, utilizada para a higiene também nos primeiros anos de residência no local, e “caixa de roupa” trazida do campo. Objetos registrados pela moradora no Mapa Afetivo. Fonte: Acervo pessoal, 2015.

Referências ao modo de vida rural ainda estão presentes no uso da varanda externa como local de preparo de alimentos, onde se encontra o fogão a lenha. Embora o fogão esteja em melhor estado de conservação, dentre os encontrados nas residências visitadas, a moradora demonstrou não estar satisfeita com suas condições, além disso, um desnível existente entre a varanda e cozinha restringe o acesso contínuo à área.

O fogão de lenha é muito ruim, tem que consertar também! Ele é muito grande, a boca dele é que nem um balaio, cabe um caminhão de lenha! É que quando o moço veio aqui pôr o azulejo e o vermeião... mas o hõmi não sabia trabalhar. Serve muito, mas não é do meu gosto. O meu gosto pra tudo é simples, mas bem bonitinho. Mas aquele fogão ali não, muito grande, uma boca enorme, não tem lenha que dá. Aí não. [...] E agora tem que subir escada e descer de escada... Mas lá eu mexo angu, cozinho feijão direto, às vez tem que mexer uma carne, eu mexo a carne é lá no fogão de lenha... eu gosto dele! É que eu tô cansada, tô com pouca exigência, quando a gente é mais novo tem muita exigência, né? (Maria Gertrudes)

Apesar das restrições ao espaço da varanda, este espaço e o quintal, apesar de pequeno, foram considerados importantes pela moradora, sendo o último utilizado para o cultivo e cuidado de plantas. Durante a realização do Mapa Afetivo, Maria Gertrudes expressou o desejo de construir uma cozinha externa onde há a área de serviço, de maneira a ampliar a área útil da cozinha existente e permitir uma continuidade maior no uso destes espaços (Figura 29).



Figura 29 - Fogão a lenha localizado na varanda posterior e área de serviço, também utilizada para armazenagem de objetos funcionais. Fonte: Acervo pessoal, 2015.

Outro desejo relatado foi o de se colocar grades na varanda posterior e na área de serviço. Embora não tenham ocorrido problemas com segurança na moradia especificamente, a mesma possui fechamento gradeado na varanda frontal e expressa a preocupação da moradora com as condições de segurança no bairro.

Fazia tudo recebendo e ia pagando a grade. Quando eu pus não foi por conta de nada, agora tem muito ladrão, muita maldade. Mas não tinha essas coisas aqui não! Não era assim não! A gente dormia tranquilo, mas agora, qualquer barulhinho que eu vejo eu acordo. [...] A gente é assim, em Nova Viçosa é assim... eu fico com medo de ladrão, com medo deles subir no poste e entrar. Aí coloquei a grade. (Maria Gertrudes)

O terraço também é gradeado e, apesar das restrições de mobilidade da moradora, é utilizado para secagem de roupas e higiene, uma vez que foi construído mais um banheiro no local. É também um espaço utilizado pelo enteado para descansar e ouvir música, segundo a moradora, o local possui melhor conforto térmico devido à ventilação, o que contribui para um maior tempo de permanência no local (Figura 30).



Figura 30 - Varal, tanque e cama no terraço. Fonte: Acervo pessoal, 2015.

MATRIZ DE DESCOBERTAS

MORADIA C: UM SANTUÁRIO

MODO DE VIDA

COMPOSIÇÃO FAMILIAR:

Maria Gertrudes (84) e Walter (enteado, 63) / Nora e neto / Filho, nora e 4 netas

TRAJETÓRIA:

Origem rural, família de lavradores;
Moradia de aluguel no meio rural;
Sem instrução formal.

PRÁTICAS SOCIAIS:

Aposentados.
Atividades religiosas e tarefas domésticas.

VISÃO DE MUNDO:

Apego à religião.
Referências ao modo de vida rural

TEMPO DE RESIDÊNCIA NO LOCAL:

26 anos

* OBSERVAÇÕES:

Coabitação de 3 famílias no terreno.

NECESSIDADES SATISFEITAS NA MORADIA:



LOCALIZAÇÃO



MODO DE HABITAR + CONFIGURAÇÃO ESPACIAL

DIMENSÕES:

SIMBÓLICA

- Apropriação do espaço**
 - Personalização (objetos funcionais ou simbólicos)
 - Afetividade
- Privacidade**
 - Portas fechadas
 - Muro / Cerca
 - Grades
 - Fechamentos móveis
- Demarcação territorial**
 - Espaços mais valorizados pela família
- Setorização:**
 - Social
 - Íntimo
 - Serviços
 - Social + Serviços
 - Circulação

PRÁTICA

- Funções**
 - Lazer
 - Convívio familiar / social
 - Atividade produtiva
 - Fazer refeições
 - Preparo de refeições
 - Higiene
 - Repouso
 - Devoção / Oração
 - Criação de animais
 - Lavar roupas
 - Secar roupas
 - Guardar pertences
 - Estudos / Leitura
- Permanência
- Continuidade de uso do espaço
- Restrição de acesso

TEMPORAL

- "Barraquinho"
- "Casa de telha"
- Garagem e varandas
- Varanda dos fundos
- Primeiro terraço
- Casa do filho 2
- Segundo terraço

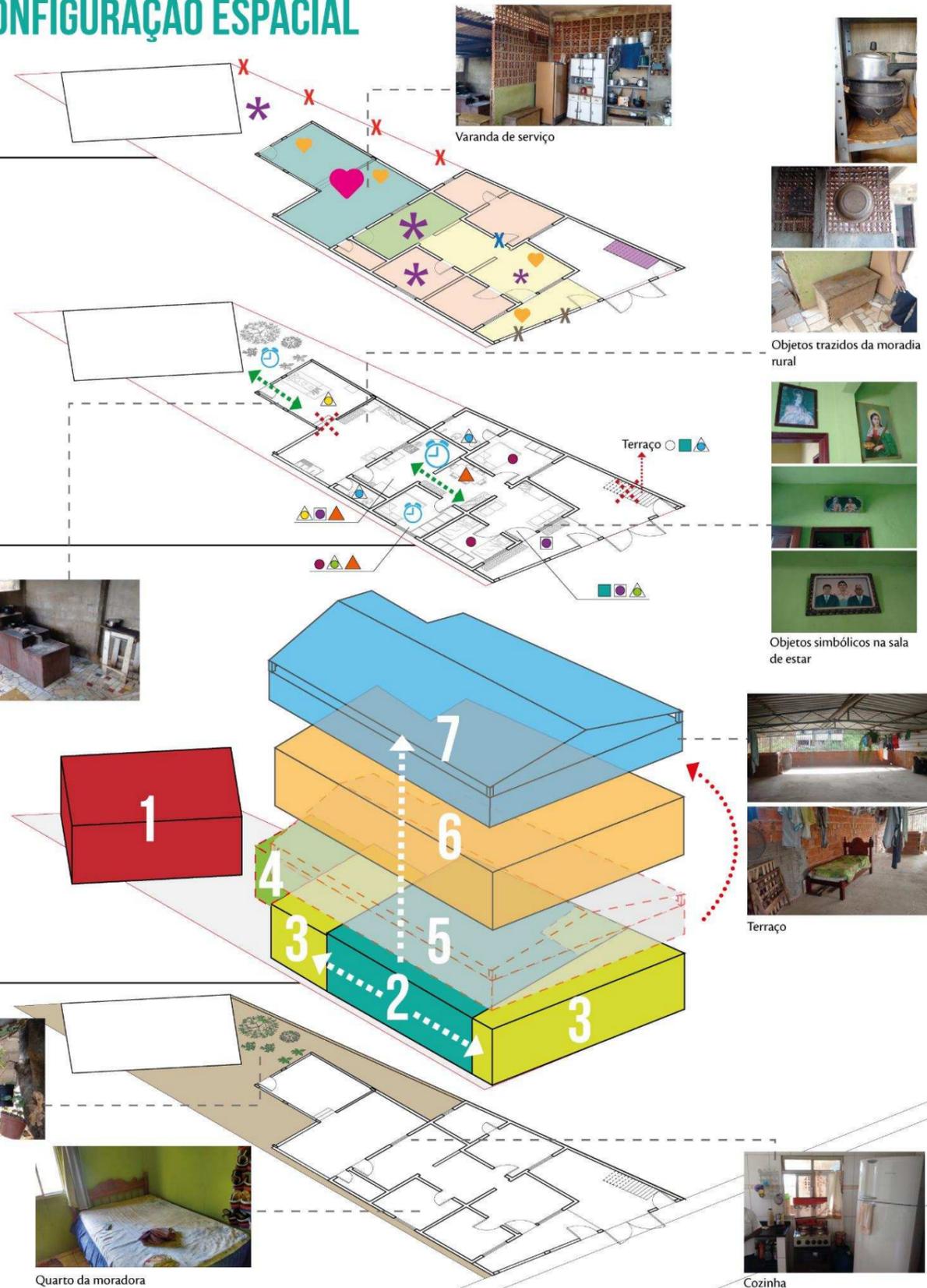


Figura 31 - Matriz de Descobertas: Moradia C.
Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

4.1.4 Moradia D – Empreendimento habitacional

O objetivo do atendimento do Projeto Habitat nesta moradia foi assessorar a ampliação no primeiro pavimento da construção e supervisionar as obras. Algumas propostas de reformas na residência existente no térreo foram também realizadas, contudo poucas modificações foram seguidas. Os moradores são um casal de idosos e uma neta, que residem no térreo, onde também há uma unidade habitacional destinada ao aluguel. O casal possui origem rural em municípios próximos a Viçosa e foram uma das primeiras famílias a se mudarem para o bairro. O terreno se encontra em declive em relação à rua, com fundos voltados para um curso d'água; a primeira moradia da família foi erguida nos fundos deste lote e é chamada de “barraquinho” pelos moradores, por ter sido construída com estrutura de taipa de mão. Posteriormente esta moradia foi demolida para a construção de cômodos em alvenaria, que formaram a base para a configuração da residência atual.

Quadro 8 - Síntese dos dados sobre a moradia D e seus moradores.

FAMÍLIA D

Entrevista 4/6

SOBRE A MORADIA

Localização	Bairro Nova Viçosa	
Condição de posse do lote	Comprado	Pagamento financiado
Mão-de-obra	Própria / Contratada	
Aquisição de materiais	Compra	
	<i>Estrutura</i>	Concreto armado
	<i>Vedação</i>	Alvenaria de tijolo cerâmico / blocos cerâmicos
	<i>Cobertura</i>	Laje plana sem impermeabilização
	<i>Esquadrias</i>	Metálicas
	<i>Revestimentos</i>	Piso cerâmico, reboco e pintura internos em quase todos os cômodos do térreo, reboco em algumas paredes externas; Sem acabamentos internos e externos no primeiro pavimento.
Início da construção	1985	1979 – Construção do “barraquinho”
Atendimento (Habitat)	2009	Reformas no térreo e ampliação

SOBRE OS MORADORES

Número de unidades habitacionais no lote	2	Apenas uma família estava residindo; estrutura para 4 unidades habitacionais quando o primeiro pavimento for finalizado
Número de moradores	3	Sandra (esposa, 63), Pedro (esposo, 64) e neta (17)
Origem familiar	Rural	Ponte Nova e Araponga
Escolaridade		<i>Sandra</i> Ensino Fundamental completo
		<i>Pedro</i> 2ª série
		<i>Neta</i> Cursando o Ensino Fundamental
Profissão / Ocupação		<i>Sandra</i> Aposentada / Auxiliar escolar (creche em Nova Viçosa)
		<i>Pedro</i> Lavrador, trabalha com cultura de café; trabalhou como servente de pedreiro e pedreiro após mudar para Viçosa
Renda média	Aproximadamente 4 SM	Renda obtida com a lavoura de café e vencimento regular de Sandra
Trajétoria habitacional (anterior à moradia atual)	Moradias cedidas por patrões	Zona rural. Precariedade construtiva e cômodos exíguos.

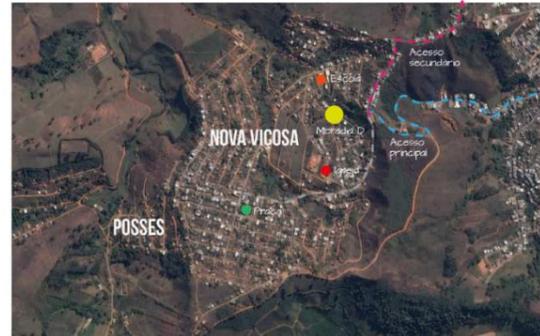
Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO

MORADIA D

Área do terreno: 441,17 m²
Área construída: 399,48 m²

LOCALIZAÇÃO:



REGISTRO FOTOGRÁFICO

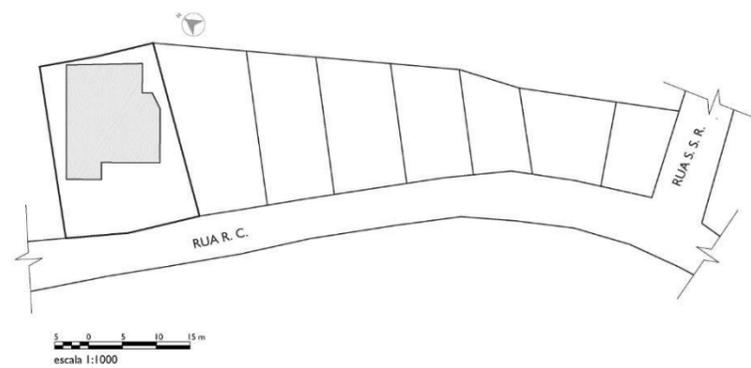


Vista externa a partir da rua



Garagem

PLANTA DE SITUAÇÃO



EVOLUÇÃO TEMPORAL

U.H INICIAL

Área útil: 16,51 m²
Área construída: 20,55 m²



PRIMEIRA EXPANSÃO

Área útil: 39,58 m²
Área construída: 50,18 m²



SEGUNDA EXPANSÃO

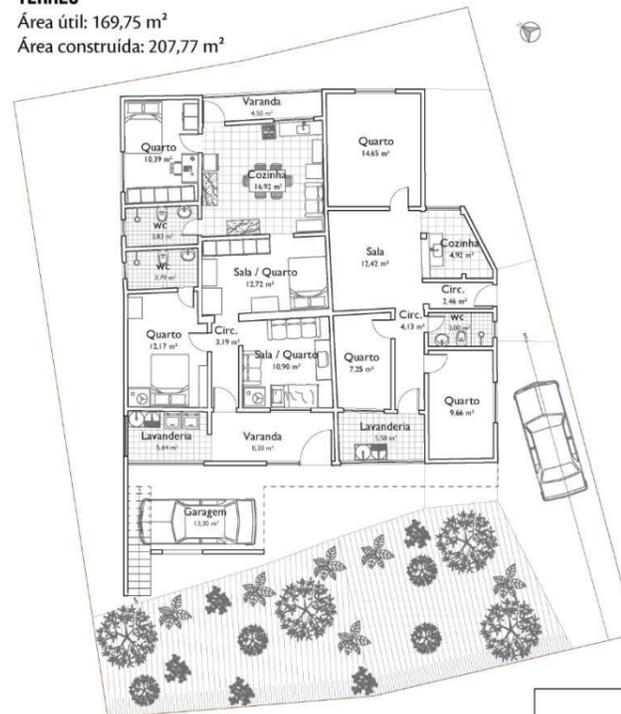
Área útil: 89,77 m²
Área construída: 106,56 m²



escala 1:250

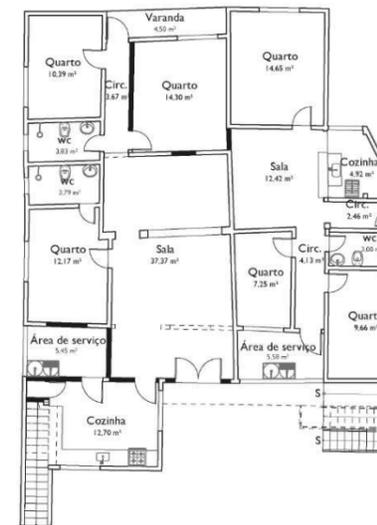
TÉRREO

Área útil: 169,75 m²
Área construída: 207,77 m²



PROPOSTA (HABITAT - 2009) - TÉRREO

Área útil: 169,24 m²
Área construída: 207,77 m²



PROPOSTA (HABITAT - 2009) - PRIMEIRO PAVIMENTO

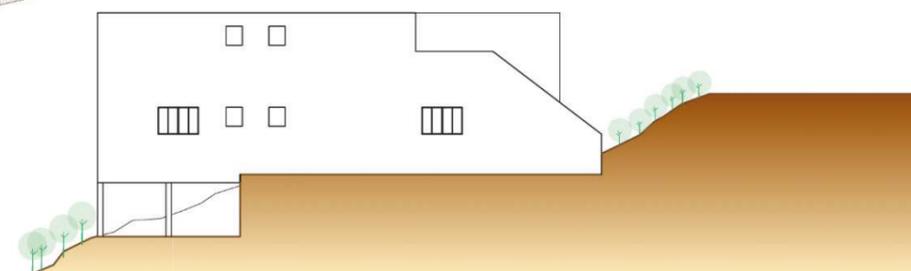
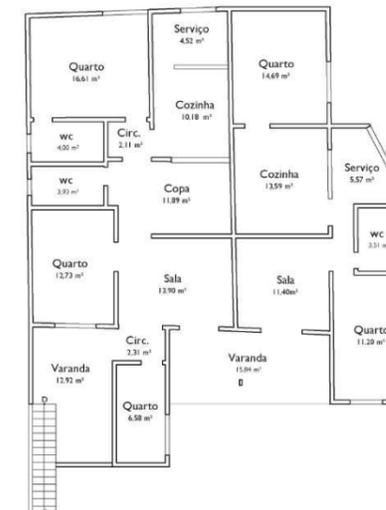
Área útil: 178,77 m²
Área construída: 211,70 m²



— Parede existente
— Parede a ser construída
- - - Parede a ser demolida

PRIMEIRO PAVIMENTO

Área útil: 177,48 m²
Área construída: 205,54 m²



PERFIL A-A (ESQUEMÁTICO)

Figura 32 - Síntese do levantamento arquitetônico da Moradia D.
Fonte: Elaborado pela autora.

Sandra e Paulo possuem origem familiar rural, estiveram sempre envolvidos com atividades no campo, prosseguindo com algumas atividades de cultivo mesmo após a mudança para Nova Viçosa. As moradias anteriores do casal, e até mesmo as moradias dos pais, eram cedidas ou alugadas por patrões para utilizarem enquanto possuíam emprego nas propriedades rurais em que trabalhavam. Nesta trajetória habitacional a narrativa dos moradores relatou algumas situações de precariedade como a falta de saneamento básico, a exiguidade dos cômodos e a inadequação dos espaços, pois a habitação muitas vezes ocorria em galpões de armazenagem de produtos, subdivididos para dar lugar às famílias.

Que eu casei e fui morar nesse paiolzinho, desse tamanhozinho assim que tirou pra mim ó... aqui tinha um fogão no cantinho, aqui tinha uma prateleirinha aqui em cima da minha cabeça, uma tabuinha pra pôr as vasilhas, essa caixa que tá aqui, de sentar, essa caixa que eu comprei quando tinha 17 anos, o primeiro pagamento meu de professora. [...] Eu ficava nesse cubículo depois que eu casei, e passava pro terreiro e ia dormir lá no quarto da sala da minha cunhada. E depois, quando eu ganhei os meus três filhos, eu já morava numa casa. A gente pediu pro patrão pra gente sair de lá pra gente morar... pra ele arrumar uma casa pra nós morar, ele falou "não posso fazer casa procês não, se ocês quiser morar na casa de Fíico, a casa dele é muito pequena, mas se servir procês". Eu falei, "Muito melhor do que eu ficar numa casa de um cômodo só!". (Sandra)

As habitações rurais também eram constituídas de materiais precários e não possuíam manutenção adequada para habitabilidade. A conservação era feita pelos moradores com recursos locais e próprios. As lembranças das condições de vida no campo evidenciam as adversidades passadas em relação à moradia, que culminaram na formação do sonho de se possuir uma propriedade em que fosse possível construir a casa própria, com cômodos amplos.

Fiquei morando nessa casa de sapê, a casa era tão velha, caindo aos pedaços, que os pau assim já tava apodrecendo, tava escorado em outro pau por dentro. Eu engravidei e pus uma caminha feita na roça, no cantinho assim, eu ficava na minha cama assim e o bercinho assim, o menino dormia perto da cama. E a cozinha...Era o que eu tinha! E, era tão velho, que tinha hora que caía quatro escorpião de uma vez! Abraçado! Eu não tinha sossego pra dormir, de olhar pra ver se tinha escorpião caído em cima da minha cama. E eu trabalhava durante o dia dando aula e de noite não tinha sossego pra dormir, com medo de escorpião morder meus filho. E eu vivia passando barro, emboçando tudo direitinho assim, ela era clarinha, com barro branco que eu passava, passava esterco de boi no chão, ficava verdinho, fazia um barrado cor de rosa assim beirando, ficava bonitinho! Mas, e os escorpião? Os escorpião que saía do pau podre e ficava andando em cima do sapê? [...] Ai eu falei, "se Deus ver que eu mereço, um dia ele vai me dar um pedacinho de terra, nem que seja pra fazer uma casinha de dois cômodos, de quatro cômodos, com um banheiro, mas cômodo grande! Que eu tô cansada de viver nesses cubículo!" (Sandra)

A mudança para Nova Viçosa ocorreu diante de restrições e economias feitas no dia-a-dia para conseguirem pagar as dívidas que possuíam no campo e comprar o terreno no então novo loteamento, adquirido por meio de financiamento. Esta mudança

expressou o desejo da família em deixar as condições de vida restritas no campo e possuírem uma propriedade. Os primeiros anos em Nova Viçosa foram marcados por restrições econômicas, trabalho constante, tanto para garantir a renda quanto para construir a casa, e pela ausência de infraestrutura urbana básica no loteamento, que dificultava o acesso a alguns serviços públicos.

Sandra trabalhava em escolas da cidade e realizava faxinas enquanto Pedro trabalhava como lavrador e, posteriormente, servente de obras e pedreiro. Ao longo do tempo, além do lote onde a casa foi construída, alguns lotes próximos à residência foram adquiridos pelo casal, sendo um deles doado à filha para construção de sua residência e outros utilizados para plantio. A construção da casa inicial foi feita pelos próprios moradores em associação com vizinhos, utilizando conhecimento construtivo trazido do campo e recursos locais. Devido à sua experiência como pedreiro, Pedro utilizou os saberes adquiridos no trabalho para realizar a construção de novos cômodos para a residência, construídos a partir de então em alvenaria.

Aí nós fez um barraquinho aqui de quatro cômodo, nós fez, eu mais o vizinho ali. [...] Aí ele fazia o dele ali, o barraquinho barreado, antigamente fincava aqueles pau, amarrava e barreava. Aí deu pra nós morar uns quatro anos ou mais, aí foi arrumando dinheiro, aí foi juntando dinheiro pra nós fazer. Daqui pra lá ó, foi feito de cômodo em cômodo. E na época eu não entendia muito de pedreiro não! Eu tava aprendendo, né? (Pedro)

Inicialmente foram construídos dois cômodos, sendo eles um banheiro e um quarto que também era cozinha, neste cômodo dormiam o casal e os dois filhos pequenos. Em um segundo momento foram feitos a sala e um quarto para o casal na parte frontal da casa, de forma que a filha passou a dormir no quarto com os pais e o filho na sala. Posteriormente foram feitas ampliações nos fundos da casa, na parte mais baixa do terreno onde havia “uma lavoura” como se referem os moradores, que foi eliminada para a construção de uma cozinha ampla, dois quartos e mais um banheiro. Para tanto, foi feita uma estrutura em concreto armado que dá espaço para um “galpão” aberto abaixo da cozinha, acessado pela lateral da casa e utilizado por Pedro para armazenagem de materiais. Outras ampliações se seguiram: na parte frontal foram feitas uma varanda e lavanderia e na lateral novos cômodos foram adicionados. A última ampliação feita pelos moradores teve início em 2009, quando construíram o primeiro pavimento (Figura 33).



Figura 33 - Aspecto da parte frontal da residência, onde se acumulam materiais de construção no terreno e na rua. Fonte: Acervo pessoal, 2015.

Durante a realização da pesquisa, apenas o casal estava residindo na casa; uma neta adolescente também morava no local desde a infância, contudo havia se mudado para outro estado temporariamente por questões familiares. O filho do casal reside em outra cidade e a filha mora no terreno ao lado, juntamente com o marido e o filho. A moradia destinada ao aluguel estava desocupada, sendo que Sandra expressou o desejo pintá-la antes de alugá-la novamente.

Por ter concluído o Ensino Fundamental, Sandra começou a trabalhar como professora na zona rural e continuou no ofício após se mudar para a cidade. Atualmente é aposentada pelo Estado, contudo trabalha como auxiliar escolar na creche municipal do bairro. Pedro não mais trabalha na construção civil mas continua a empreender o plantio de café, utilizando o terreno ao lado da casa para cultivo de mudas a serem transportadas para um terreno arrendado. Nos primeiros anos de residência em Nova Viçosa os moradores cultivavam em diversos terrenos na mesma rua, uma vez que muitos deles permaneceram desocupados por muito tempo – *“Ele plantou daqui até naquela última casa lá, tudo em verdura. Plantou tomate, plantou pimentão, plantou de tudo.”* (Sandra) *“Não era meu o terreno não, terreno que tava à toa aí, plantava tudo.”* (Pedro).



Figura 34 - Moradora mostrando pés de café remanescentes em frente à casa e plantio de mudas no terreno ao lado da residência, de propriedade dos moradores. Fonte: Acervo pessoal, 2015.

Os terrenos adquiridos pelo casal não são cercados, apenas o terreno da filha possui delimitações precisas nas divisas. Durante a entrevista os moradores

expressaram o desejo de comprar mais um terreno no local, desta vez o terreno dos fundos, voltado para a rua paralela. Devido a um calçamento feito sem infraestrutura adequada para drenagem de água na rua, o escoamento da água da chuva voltou-se para dentro do lote do casal, colocando em risco a estrutura da construção. Como não foram tomadas providências pela Prefeitura, o próprio morador construiu uma calha improvisada no seu terreno e no terreno do vizinho para desviar o curso de água. A construção desta estrutura representou mais gastos para os moradores, que tiveram que desviar os recursos a serem aplicados na residência para garantir a estabilidade da construção.

*Porque nós já tinha uns 15 anos que morava aqui, nunca a água tinha entrado no nosso barraco, depois que nós faz uma casa boa, eles vem e põem o calçamento e joga água, joga a enxurrada pra dentro da casa da gente. Eu fiquei tão nervosa que deu dor na nuca, foi preciso me levar pro hospital pra poder tomar injeção na veia, eu fiquei brava demais! Fiquei tão nervosa, que não cabia na minha cabeça. Depois que a gente faz uma casa boa! Que o meu sonho é de ter uma casa boa, bonita, que eu ainda não consegui pôr ela bonita.
(Sandra)*

Pelo fato da construção ter ocorrido de forma incremental e sem um planejamento mais racionalizado, percebeu-se que há o comprometimento da funcionalidade de alguns espaços, com sobreposição de usos em certos cômodos e circulação dentro de ambientes que, de uma maneira geral, não seriam utilizados para este fim. O primeiro cômodo construído, que era utilizado como cozinha e quarto, hoje é uma sala que possui uma cama de casal, guarda-roupas e outros pequenos armários. A sala de estar possui também uma cama, sendo utilizada como quarto de hóspedes quando necessário; nesta sala foi construída uma parede delimitando um corredor para conferir maior privacidade ao cômodo.

A moradora deseja transformar a sala de estar em quarto, deslocando o sofá e a TV para a sala intermediária, contudo considera negativo que o quarto fique voltado para a entrada da casa, por isso estava indecisa quanto ao que fazer. A sala de estar é pouco utilizada para a recepção de visitas no dia-a-dia, sendo mais utilizada pelo casal para assistir TV; a cozinha tem a função de recepção, além de ser utilizada para o preparo e realização das refeições. Observou-se que a sala intermediária e os quartos são os locais em que mais se encontram referências simbólicas por meio de objetos, como fotos de família pregadas nas paredes, bíblias abertas sobre as mesas ou aparadores e outros pequenos objetos de decoração (Figura 35).



Figura 35 - Aspecto da sala que dá acesso à cozinha, nela se encontram maiores investimentos. Fonte: Acervo pessoal, 2015.

O projeto de reforma no térreo propunha a mudança da cozinha para a frente da casa, a transformação da cozinha existente em quarto e integração das salas como um só ambiente, contudo não foi realizado pois Pedro decidiu comprar um automóvel para auxiliar nas atividades rurais, passando a utilizar o espaço como garagem e local de armazenagem de ferramentas. Sandra deseja mudar a configuração de alguns espaços da residência de maneira diferente das propostas pelo projeto de reforma. Pretende também finalizar o acabamento em certos cômodos, alguns deles com marcas de modificações feitas ao longo dos anos, como o fechamento de aberturas (Figura 36).



Figura 36 - Lavanderia junto à entrada da residência. Fonte: Acervo pessoal, 2015.

Devido a restrições de saúde, Sandra relatou que encontra dificuldades para fazer a limpeza da residência, tendo em vista a amplitude dos cômodos. A proposta para a cozinha no projeto de reforma, com área menor e localizada na parte frontal da casa, ainda é um desejo da moradora por facilitar o seu deslocamento para outros cômodos e a manutenção do espaço. A destinação de uma parte do térreo para aluguel ocorreu não só para permitir uma nova fonte de renda como também para reduzir a área da casa original e facilitar a manutenção, uma vez que um dos quartos foi subtraído.

De fato, percebeu-se que cômodos amplos são característicos na residência, sendo as áreas mais racionalizadas presentes nas unidades destinadas ao aluguel, tanto no térreo quanto no primeiro pavimento. A construção de cômodos amplos expressa o desejo de superar as dificuldades passadas durante a trajetória habitacional no meio rural, onde a sobreposição de usos e a exiguidade dos espaços era constante,

contudo, conforme as restrições físicas surgem pelo envelhecimento do casal, uma casa tão ampla já não parece adequada. Ainda quanto às questões de saúde, gastos com remédios e exames de Sandra comprometeram a finalização das obras na residência, além de outras situações que exigiram destinação diversa para os recursos.

A construção do primeiro pavimento foi feita como solução de cobertura, uma vez que a laje do térreo começou a dar sinais de infiltração. Como o primeiro pavimento foi também coberto com laje de concreto, iniciou-se o mesmo processo de infiltração na laje superior; como solução os moradores pretendem construir um terraço coberto com telhas e estrutura metálicas. O projeto para o primeiro pavimento prevê uma escada de acesso ao terraço, que não havia sido ainda construída, mesmo com a estrutura da cobertura pronta para ser implantada; previa ainda a construção de outra escada externa para acesso à moradia a ser alugada, que também não foi executada.

A estrutura da cobertura se encontrava armazenada no primeiro andar aguardando a montagem, havia sido preparada pelo genro do casal, que possui uma serralheria. Pedro expressou preocupação com relação à estabilidade da estrutura da cobertura, pedindo opiniões sobre a sua montagem; nos andares inferiores chamou a atenção para rachaduras presentes em algumas paredes, principalmente nos cômodos voltados para os fundos do terreno. A preocupação parece derivar da falta de orientação técnica para o dimensionamento das fundações, principalmente nas áreas da casa que foram construídas inicialmente.

Com a finalização do primeiro pavimento, o objetivo dos moradores é se mudarem para uma das unidades deste andar e destinar as outras três moradias para aluguel. Sandra deseja ainda modificar a configuração de alguns cômodos da futura residência e construir uma cozinha também no terraço. O primeiro pavimento vem sendo utilizado para armazenagem de materiais de construção, ferramentas utilizadas na lavoura e secagem de roupas (Figura 37); possui apenas laje e paredes construídas, sem acabamentos ou esquadrias. A construção seguiu a maior parte das recomendações feitas no projeto, exceto pela não construção de duas escadas e pela configuração da varanda frontal.



Figura 37 - Área utilizada para secagem de roupas no primeiro pavimento. Fonte: Acervo pessoal, 2015.

Percebe-se que a casa é o projeto de vida dos moradores, não terminado devido às situações que surgiram e redirecionaram os recursos que seriam utilizados para a concretização do sonho. Apesar das diversas modificações ao longo dos anos, das disfunções de usos e de ainda não terem finalizado a construção com acabamentos, o fato de terem a posse dos terrenos e da casa, e de construírem uma residência grande representa a satisfação não só por abrigo e segurança, mas envolvimento e estima pelo trabalho empreendido com as próprias mãos durante a construção. O desejo de que a casa servisse como patrimônio para os filhos também se encontra quase satisfeito, ainda que nenhum deles tenha residido na mesma após constituírem família. Ainda assim, a autorrealização aguarda por se concretizar pela conclusão dos acabamentos e a delimitação do terreno com muros.

Tô morta em pé de cansada, mas hoje, eu tive o prazer de ver que Deus falou “não, você merece!”. Aí Deus foi abençoando, eu fui aumentando essa casa e virou isso aqui! 250 metros, tá? Então agora eu falei... agora eu fiquei velha, o que eu consegui, a casa grande, que eu fiz essa aqui em cima pra poder não chover lá embaixo, eu falei: “Faço, que fica pros dois meninos!” Comecei a pensar nos filhos, enquanto isso foi aumentando, e até hoje eu não acabei a casa. Mas se for da vontade de Deus, Ele vai esperar eu ver ela pintadinha primeiro pra depois eu morrer, tudo pintadinho primeiro! Porque se Ele me der esse poder de... essa vontade de curtir essa casa, eu ainda vou mudar pra aqui! Vou mudar pra aqui, vou fazer os muro tudo ao redor aí, você vai vir aqui, vai ter lugar pra você por seu carro ali! (risos) Tudo fechadinho! Com portão e tudo. Se for da vontade do Senhor, eu farei! (Sandra)

MATRIZ DE DESCOBERTAS

MORADIA D: EMPREENDIMENTO HABITACIONAL

MODO DE VIDA

COMPOSIÇÃO FAMILIAR:

Sandra (63) e Paulo (64) + neta (17)

TRAJETÓRIA:

Origem rural;
Moradias cedidas no meio rural;
Ensino Fundamental completo / incompleto.

PRÁTICAS SOCIAIS:

Renda média 4 SM
Paulo é lavrador, Sandra é auxiliar escolar / aposentada

VISÃO DE MUNDO:

Casa como projeto de vida e realização pessoal

* OBSERVAÇÕES:

Uma das primeiras famílias a se mudar para o bairro

TEMPO DE RESIDÊNCIA NO LOCAL:

31 anos

NECESSIDADES SATISFEITAS NA MORADIA:



LOCALIZAÇÃO



MODO DE HABITAR + CONFIGURAÇÃO ESPACIAL

DIMENSÕES:

SIMBÓLICA

Apropriação do espaço

Personalização (objetos funcionais ou simbólicos)

Afetividade

Privacidade

Portas fechadas

Muro / Cerca

Grades

Fechamentos móveis

Demarcação territorial

Espaços mais valorizados pela família

Setorização:

Social

Íntimo

Serviços

Social + Serviços

Íntimo + Social

Circulação

PRÁTICA

Funções

Lazer

Convívio familiar / social

Atividade produtiva

Fazer refeições

Preparo de refeições

Higiene

Repouso

Devoção / Oração

Criação de animais

Lavar roupas

Secar roupas

Guardar pertences

Estudo / Leitura

Permanência

Continuidade de uso do espaço

Restrição de acesso

TEMPORAL

1 Construção inicial

2 Ampliação quarto + sala

3 Ampliação cozinha + quarto

4 Moradia para aluguel

5 Área de serviços

6 Garagem e pavimento superior



Cozinha



Pertences no quarto da neta



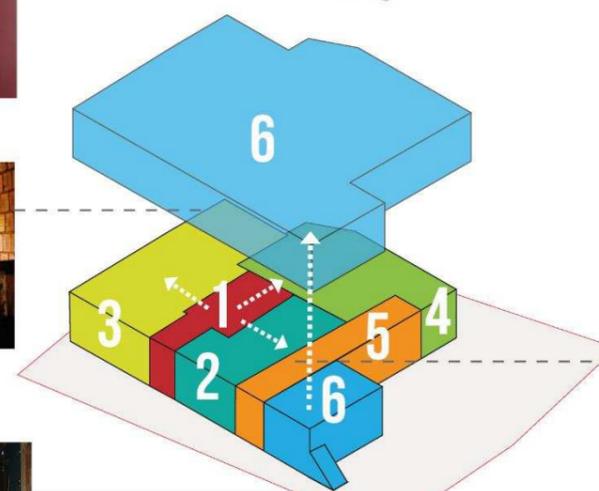
Sala utilizada como quarto de hóspedes



Quarto do casal



Secagem de roupas em cômodo no primeiro pavimento



Área de serviço



Corredor de acesso



Garagem



Cultivo no terreno vizinho



Vista da casa a partir da rua

Figura 38 - Matriz de Descobertas: Moradia D.
Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

4.1.5 Moradia E – Segurança em meio ao conflito

A moradia E foi atendida pelo Projeto Habitat para a realização de um projeto para ampliação residencial, a partir de uma construção que inicialmente continha três cômodos e cuja idealização foi feita por um pedreiro parente da família. A ampliação foi realizada seguindo-se as características gerais do projeto proposto, como a disposição dos cômodos e aberturas, contudo algumas modificações foram realizadas durante a obra. A casa está implantada em um terreno em declive em relação à rua e o acesso é feito por uma escada improvisada. Os moradores são um casal com filhos em idade escolar; os cônjuges trabalham, mas não se encontram inseridos no mercado de trabalho formal.

Quadro 9 - Síntese dos dados sobre a moradia E e seus moradores.

FAMÍLIA E

Entrevista 5/6

SOBRE A MORADIA

Localização	Bairro Posses	
Condição de posse do lote	Doado	A família não possui documentação.
Mão-de-obra	Própria + Contratada	
Aquisição de materiais	Doados + Comprados	
	<i>Estrutura</i>	Fundações de concreto
	<i>Vedação</i>	Alvenaria de blocos cerâmicos
	<i>Cobertura</i>	Telha de fibrocimento sobre estrutura de madeira
	<i>Esquadrias</i>	Alumínio
	<i>Revestimentos</i>	Cacos cerâmicos (áreas molhadas), reboco e pintura (cômodos mais antigos)
Início da construção	2005	
Atendimento (Habitat)	2010	Projeto de ampliação

SOBRE OS MORADORES

Número de unidades habitacionais no lote	1	
Número de moradores	5	Edmar (esposo, 39), Márcia (esposa, 29), 3 filhos (5, 10 e 12)
Origem familiar	Urbana	Viçosa (Bairros Clélia Bernardes e Fátima)
Escolaridade		<i>Pais</i> Ensino Fundamental incompleto
		<i>Filhos</i> Cursando Ensino Fundamental
Profissão / Ocupação		<i>Edmar</i> Pintor
		<i>Márcia</i> Auxiliar o marido no trabalho, faz faxinas, realiza atividade produtiva na residência
Renda média	1 a 2 SM	Renda variável de acordo com a disponibilidade de trabalho
Trajetória habitacional (anterior à moradia atual)	Moradia de aluguel	Período de 4 anos em 5 locais diferentes na área urbana de Viçosa, precariedade habitacional, despejos

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO

MORADIA E

Área do terreno: 221,56 m²

Área construída: 100,03 m²

LOCALIZAÇÃO:



REGISTRO FOTOGRÁFICO

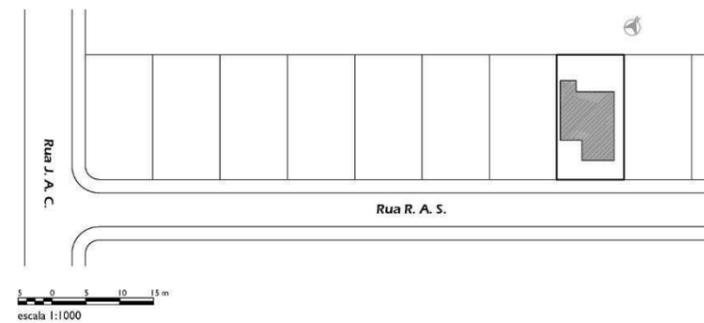


Vista externa da casa



Acesso à residência

PLANTA DE SITUAÇÃO



EVOLUÇÃO TEMPORAL

U.H. INICIAL

Área útil: 22,95 m²

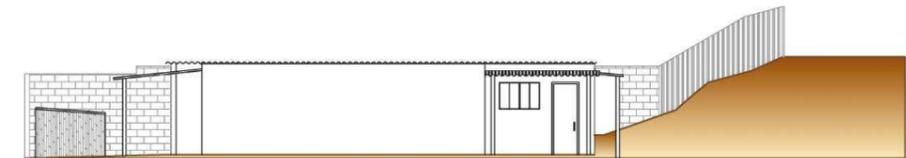
Área construída: 26,37 m²



PROPOSTA (HABITAT - 2010)

Área útil: 63,8 m²

Área construída: 74,82 m²



PERFIL A-A (ESQUEMÁTICO)

LEVANTAMENTO (2015)

Área útil: 83,95 m²

Área construída: 100,03 m²

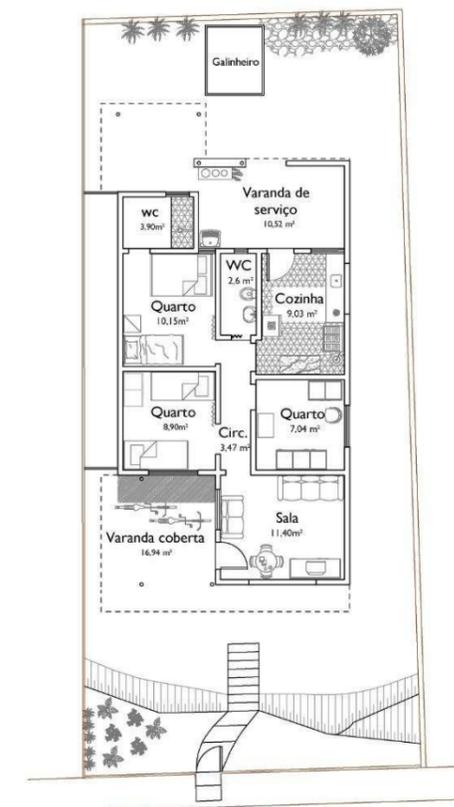


Figura 39 - Síntese do levantamento arquitetônico da Moradia E.
Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Até se fixarem na residência atual, a família residiu em moradias alugadas na cidade, trajetória marcada pela precariedade construtiva das residências e por ameaças de despejo. Dentre fatores construtivos, a má qualidade das habitações anteriores se dava por condições sanitárias insalubres e ausência de estanqueidade das construções.

Quando a gente morava de aluguel ali em baixo, nessa casa ali mesmo... sabe onde que a gente teve que dormir uma noite que tava chovendo? Nós tivemos que dormir embaixo da mesa de madeira, porque tava chovendo demaaaais da conta... muita goteira que pingava, pingava, pingava. (Márcia)

Os episódios de despejo por parte de alguns locatários foram experiências negativas. Além de ameaças verbais, um dos proprietários tentou invadir a residência para desligar o fornecimento de água, sendo este momento associado ao aborto do primeiro filho do casal. Estas dificuldades fizeram com que a família valorizasse a posse da casa própria como sinônimo de segurança, ainda que a moradia atual apresente também precariedades construtivas: *“É mais seguro né? Uma segurança assim que a gente não precisa se preocupar que vai ter que sair.” (Márcia)*. Além disso, a casa própria é tida pelos moradores como possibilidade de reverter a renda antes destinada ao aluguel para outras necessidades familiares, melhorando suas condições de vida.

Eu já passei raiva demais. Pagar aluguel, aí tem que trabalhar, daí trinta dias cê recebe, invés de cê ir no mercado pra comprar pra sua casa, cê tem que pagar o senhor lá, e mais conta de luz e conta de água que vem, né? O dono da casa não quer saber não. (Edmar)

No momento em que a pesquisa foi realizada, a família passava por uma situação de conflito com o pai de Edmar e com vizinhos residentes em um terreno ao lado, que são também familiares. Os motivos dos conflitos não ficaram explícitos nas falas dos entrevistados, contudo as divergências fizeram com que os vizinhos apresentassem comportamentos provocativos tanto verbalmente quanto fisicamente em relação aos moradores, além de terem iniciado uma ação judicial que reivindica a posse do terreno, a qual não pode ser comprovada pela ausência de documentação. No primeiro contato realizado para a pesquisa os moradores haviam se preparado para mudar do local devido à tensão com os vizinhos – roupas estavam espalhadas pela casa, pertences estavam embalados e colocados em sacolas e malas – contudo afirmaram que tinham desistido da mudança nos dias anteriores. Nos contatos subsequentes, observou-se que a família decidiu permanecer definitivamente no local, apesar da continuidade dos conflitos.

O fato de permanecerem na residência confirma a importância da casa própria como um projeto essencial na trajetória de vida dos moradores, representando segurança de posse e a possibilidade de melhoria das condições de vida da família, principalmente sob o aspecto econômico. Ainda que a posse não seja confirmada

legalmente, a ligação ainda existente com o pai de Edmar permite assegurar o ato de doação dentro do sistema de relações familiares. A ausência de alternativas habitacionais devido às restrições econômicas faz com que os conflitos, por pior que pareçam, se tornem secundários, sendo isolados e evitados por meio de recursos empregados na própria casa.

O fato de terem construído inicialmente uma residência muito pequena, empregando mão-de-obra própria e material doado por familiares, revela o valor dado à posse da casa, uma vez que preferiram morar em uma residência ainda precária em termos construtivos do que continuar pagando aluguel.

As atitudes da família refletem certo isolamento em torno da residência e de sua própria configuração familiar, talvez reforçadas pelos conflitos com os vizinhos: possuem pouco contato com a vizinhança em geral, realizam atividades de lazer e reuniões com os próprios filhos, raramente com a presença de amigos. A casa revela isto através da demarcação precisa de limites entre público e privado, especialmente na parte do terreno voltada para os vizinhos com quem tem conflitos: um muro foi construído apenas naquela divisa, fecharam janelas frontais e laterais com alvenaria e utilizaram tecidos suspensos nas varandas para restringir a visão do interior da casa, reforçando a privacidade (Figura 40).



Figura 40 - Construção do muro com estrutura em concreto e alvenaria de blocos de concreto e fechamento da janela. Nesta imagem se percebe também a disposição das telhas em orientação incorreta em relação ao caimento de água Fonte: Acervo pessoal, 2015.

A família procura evitar que as crianças permaneçam sozinhas na casa e alinha sua rotina em meio às atividades laborais cotidianas para realizar o transporte dos filhos entre a casa e a escola e acompanhar atividades extraclasse, sendo notável o esforço em apoiar o estudo dos filhos. As crianças utilizam alguns espaços para realizar atividades específicas, como tarefas escolares na sala de estar, e brincadeiras, geralmente realizadas no quintal. No caso desta família, a demanda por quartos separados para os meninos e a menina representa um valor, o qual foi satisfeito na ampliação realizada na residência.

Eu acho que fica uma coisa mais individual né, igual os meninos... eles são meninos, né? Então eles podem... não vejo problema dos dois ficar junto, mas misturar menino com menina não dá muito certo não, porque eu sempre tive o meu quarto separado, aí eu acho assim, que se eu colocar tudo junto eu vou tá fazendo errado, porque eu sempre tive o meu cantinho separado. (Márcia)

A partir do conflito com os vizinhos a filha passou a dormir no quarto do casal. Para tanto, o único guarda-roupas da família foi deslocado para o quarto da menina, dando lugar à cama. O quarto da filha passou a ser utilizado como local de armazenagem de roupas e pertences pessoais, além de brinquedos das crianças (Figura 41).



Figura 41 - Quarto da filha. Fonte: Acervo pessoal, 2015.

Três variáveis principais se destacaram quanto aos modos de habitar da família, sendo elas: a identificação de espaços mais utilizados e valorizados na organização da vida familiar cotidiana – sala de estar, cozinha e quintal; a demarcação de limites precisos entre espaço público e privado e a temporalidade que se manifesta na residência de acordo com a evolução do ciclo de vida familiar e da disponibilidade de recursos financeiros.

A sala, por onde se realiza o acesso principal à residência, consiste em um espaço polivalente onde são realizadas diversas atividades como assistir televisão, descansar e receber visitas, realizar refeições, brincadeiras, tarefas escolares, leituras e trabalhos manuais. Uma mesa desmontável e cadeiras de plástico são constantemente colocadas no ambiente para dar suporte às atividades, dividindo o espaço com o mobiliário tradicional (sofás e suporte para TV). A sala é tida pelos moradores como “ponto de referência”, compreendido como um local de permanência em grande parte do tempo.

O uso da sala corresponde a algumas características tradicionais e contemporâneas apontadas por Veríssimo e Bittar (1999) para este ambiente, como sua função de recepção, lazer e local onde se assiste a televisão. Contudo a sala se diferencia ligeiramente em relação aos aspectos de personalização, uma vez que não se apresenta como um “espaço para ser visto” como na definição feita pelos autores sobre o significado da sala de estar nas moradias contemporâneas. Apesar da presença de uma árvore de Natal montada na sala na época em que a pesquisa foi realizada

(véspera de Natal), fotografada pela moradora na construção do Mapa Afetivo (Figura 42), de modo geral os ambientes apresentam poucos investimentos simbólicos e estéticos, talvez fruto das restrições econômicas e da situação incerta quanto à posse do terreno e sua permanência no local, uma vez que haviam planejado deixar o terreno algumas vezes.



Figura 42 - Sala de estar, como registrada pela moradora no Mapa Afetivo. Presença de duas TVs (cada uma disponibiliza canais diferentes), árvore de Natal e mesa desmontável à direita, onde se realizam refeições e outras atividades. Fonte: Acervo pessoal.

A cozinha é o local de armazenagem e preparo dos alimentos, contudo também possui significativa utilidade econômica, pois é nela que Márcia realiza o preparo de doces e bolos encomendados, que auxiliam na renda familiar. Alguns equipamentos presentes na cozinha como batedeira, liquidificador, forno e geladeira foram considerados primordiais para a manutenção desta atividade produtiva, sendo ainda um espaço carregado de expectativas quanto à sua ampliação e uso futuro. O espaço é utilizado principalmente pela mãe e pelo filho mais velho, que ajuda eventualmente no preparo das refeições da família. É utilizado com frequência, apesar das refeições não serem realizadas no local, portanto não é caracterizado como um local de convivência, mas de atividade produtiva.

Por estar localizada na parte posterior da casa há continuidade de uso dos espaços da cozinha, varanda de serviço – onde se localiza um fogão a lenha – e o quintal. A convivência e a realização de refeições são deslocadas para a varanda e para o quintal de acordo com as necessidades, fazendo uso da mesa desmontável. A varanda se torna uma extensão da cozinha, sendo que Márcia revelou o desejo de possuir duas cozinhas, uma interna e outra externa, em que poderia realizar festas e churrascos. Paradoxalmente, a presença de diversos eletrodomésticos na cozinha, que auxiliam na atividade produtiva, caracterizam o local como uma pequena indústria familiar, importante para a complementaridade da renda e melhoria das condições de vida. Enquanto as encomendas são preparadas utilizando os eletrodomésticos, as refeições familiares mais valorizadas são preparadas no fogão a lenha.

O fogão a lenha, apesar de improvisado, é tido como elemento de grande importância para a família, não só para o preparo de alimentos como para a realização de churrascos em ocasiões especiais, ao se fazer adaptações no mesmo (Figura 43). Márcia revelou apego ao fogão a lenha durante diversas falas – *“Eu quero ter isso na minha casa pra sempre, onde que eu tiver eu quero ter um fogão de lenha. (Márcia)”* A importância dada ao fogão também se deve às restrições econômicas pelas quais a família já passou, momentos nos quais o recurso foi essencial para a sobrevivência.

Porque assim, a gente passava um tempo muito difícil, chegou um tempo da gente não ter dinheiro pra comprar o gás, aí cozinhava só no fogão de lenha, aí eu dava graças a Deus que tinha o fogão de lenha, né? Aí as vezes Edinho queria mamar, aí tinha que levantar pra esquentar o leite lá fora assim, ascendia o fogão de lenha pra esquentar o leite, pra poder dar o leite quentinho pra ele, né? (Márcia)



Figura 43 - Aspecto do quintal e varanda de serviço, onde se localiza o fogão a lenha, como registrado pela moradora no Mapa Afetivo.
Fonte: Acervo pessoal, 2015.

Na varanda e no quintal desenvolve-se uma sobreposição de atividades para além dos serviços domésticos como lavar louças, lavar e secar roupas; estes espaços são também utilizados para armazenagem de materiais, lazer, brincadeiras, convivência e recepção de visitas mais íntimas em ocasiões especiais – *“Aqui em casa todo mundo gosta de ficar da minha cozinha pra fora, ês gosta de ficar é lá pra trás lá... tem visita que ainda chega e ainda pergunta pra mim assim: tem cama pra deitar? E eu: Tenho!”* (Márcia). Apesar de sua precariedade em termos construtivos e estéticos, a varanda e o quintal foram destacados pela moradora no Mapa Afetivo como espaços primordiais, como mencionado nas falas registradas durante a realização das fotos – *“Aqui meu fogãozinho! Eu amo aqui fora! Amo aqui! Adoro essa parte! A gente fica aqui, a gente fica horas e mais horas aqui”* (Márcia). Além da presença de um galinheiro, no quintal estão estocados materiais de construção, ferramentas e varais. Durante a observação direta percebeu-se o acúmulo dos mais variados objetos no local como brinquedos, panelas, roupas, restos de materiais de construção e resíduos diversos.

Os muros e cercas representam a primeira estratégia de demarcação entre espaço público e privado. As cercas são construídas em madeira ao longo todos os

limites do terreno, exceto no lado direito e em uma parte do limite posterior, onde foi construído um muro com blocos e pilares de concreto, devido aos conflitos com os vizinhos. A construção desse limite foi tão importante que a família utilizou os recursos que estavam destinados aos acabamentos da residência (rebocos e laje) para a sua conclusão.

Porque a minha intenção, ao invés de ter feito esse muro ali, porque nem tinha necessidade, que o que precisasse ali, a gente tava aqui pra socorrer. Porque passando pela dificuldade que eles tão passando ali, esse muro agora é pra isolar mesmo. Mas a intenção era de botar laje aqui e rebocar, o dinheiro dava... aí eu pensei, aí ela opinou... pediu o muro de presente, aí eu vou te dar o muro, vou fazer ainda. Tá feito. (Edmar)

A busca por isolamento e privacidade em relação ao exterior ainda se estende para a própria residência, onde as aberturas da sala e da cozinha foram fechadas para isolar a visualização interior, modificação que prejudicou as condições de iluminação e ventilação na casa – “Corria um ar aqui, era tranquilo, agora tá quase rachando de quente, mas corria o ar.” (Edmar) A privacidade interna dos ambientes é prejudicada pois nenhum deles possui portas, exceto os acessos para o exterior, sendo apenas os quartos e banheiros vedados com cortinas, fator derivado das restrições econômicas da família. A casa se encontra a um desnível aproximado de 2,70 metros em relação à rua, o que encobre sua visualização externa, reforçando seu isolamento e manifestando a ausência de preocupação formal com o tratamento da residência.

Em relação aos aspectos formais e de personalização, observa-se que a família se encontra em um estágio de satisfazer os primeiros níveis hierárquicos de necessidades, sendo elas fisiológicas e de segurança. Certos aspectos simbólicos relativos à apropriação do espaço começam a surgir no domínio da residência, como pela introdução de alguns objetos de personalização, contudo as restrições econômicas ainda estruturam o projeto de vida para sustentar e assegurar os primeiros níveis de necessidades satisfeitos.

A temporalidade se expressa de várias maneiras e em um período de tempo relativamente curto na moradia E. A moradia inicial, contendo apenas três cômodos, foi construída aproximadamente em 2 meses e esta configuração permaneceu inalterada durante 5 anos. Este momento expressa ainda mais as necessidades de abrigo e proteção, uma vez que os moradores se encontravam em situações constantes de despejo na moradia de aluguel, conforme descrito anteriormente. Naquele momento a configuração familiar consistia apenas dos pais e do filho mais velho, sendo que a esposa estava grávida do segundo filho, e durante as obras de ampliação da residência Márcia estava novamente grávida. Segundo a fala dos entrevistados, a ampliação proposta atendeu melhor suas necessidades.

Aí já foi bem melhor né, que a gente pôde... já foi ajudando a gente, aí Edmar fez alguns desenhos e mostrou pra elas, também do jeito que a gente queria. Aí foi uma coisa mais nossa né? Essa parte aqui, foi uma coisa mais... com a carinha da gente. (Márcia)

A ampliação foi realizada segundo o projeto previsto, com poucas modificações nas dimensões dos cômodos, havendo uma mudança maior no banheiro social para aumentar o espaço da cozinha. *“A única coisa que saiu assim, não tão assim do mesmo jeito, acho que foi só o banheiro, mas... fizemos um pouco menor. (Márcia) A cozinha ficou muito pequena, aí tivemos que mudar ele” (Edmar)*. No projeto proposto o banheiro social era maior, e tanto o banheiro quanto a cozinha possuíam uma configuração quadrada. Durante as obras, a família optou por fazer o banheiro em uma configuração longitudinal e aumentar as proporções da cozinha.

Uma dificuldade técnica observada na residência foi o assentamento das telhas, dispostas na posição contrária em relação à declividade, de maneira que a estanqueidade da construção foi comprometida. *“É porque o moço que montou aqui pra gente, nossa Senhora, uma porcaria de serviço! Quando chove, chove mais aqui dentro do que lá fora.” (Márcia)*. Apesar do projeto de ampliação ter sido realizado pelos alunos do curso de Arquitetura, percebe-se que houve problemas decorrentes da falta de continuidade de assistência técnica durante a obra.

Durante a pesquisa foram observadas algumas mudanças na residência, em um período de menos de dois meses. Com relação à disposição do mobiliário, em alguns cômodos a configuração se modificava em relação à visita anterior. Notadamente na sala, onde as infiltrações são mais constantes, a posição dos sofás e da estante foi mudada devido às chuvas que estavam ocorrendo naqueles dias, de maneira a evitar que molhassem. Durante a pesquisa a família recebeu doação de algumas telhas, e as utilizou para ampliar a varanda em frente à casa, a qual, na última visita realizada, já contava com piso revestido de cacos de cerâmica.

MATRIZ DE DESCOBERTAS

MORADIA E: SEGURANÇA EM MEIO AO CONFLITO

MODO DE VIDA

COMPOSIÇÃO FAMILIAR:

Edmar (39), Márcia (29), 3 filhos (5, 10 e 12)

TRAJETÓRIA:

Origem urbana em Viçosa;
Moradias anteriores alugadas {casa própria como segurança}
Ensino Fundamental incompleto.

PRÁTICAS SOCIAIS:

Trabalho sem vínculo empregatício;
Renda média 1 SM;
Atividade produtiva na residência.

VISÃO DE MUNDO:

Atividades sociais em torno da família.

* OBSERVAÇÕES:

Conflitos com vizinhos por ocupação do terreno.

TEMPO DE RESIDÊNCIA NO LOCAL:

10 anos

NECESSIDADES SATISFEITAS NA MORADIA:



LOCALIZAÇÃO



MODO DE HABITAR + CONFIGURAÇÃO ESPACIAL

DIMENSÕES:

SIMBÓLICA

Apropriação do espaço

Personalização (objetos funcionais ou simbólicos)

Afetividade

Privacidade

Portas fechadas

Muro / Cerca

Grades

Fechamentos móveis

Demarcação territorial

Espaços mais valorizados pela família

Setorização:

Social

Íntimo

Serviços

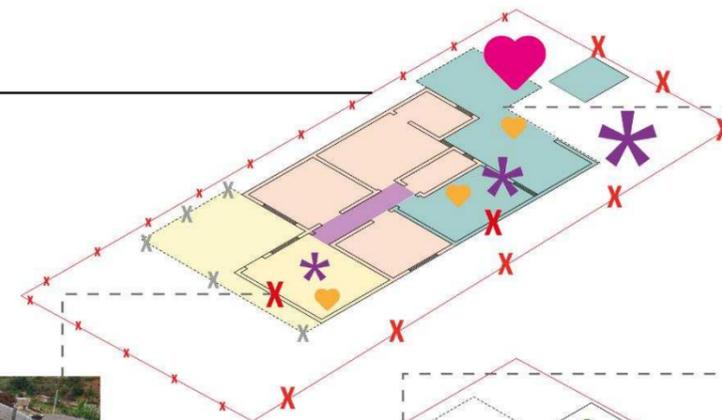
Circulação



Fechamento de janela e construção do muro lateral



Sala de estar



Aspecto da varanda de serviços e quintal



Quarto do casal



Fogão à lenha

PRÁTICA

Funções

Lazer

Convívio familiar / social

Atividade produtiva

Fazer refeições

Preparo de refeições

Higiene

Repouso

Devoção / Oração

Criação de animais

Lavar roupas

Secar roupas

Guardar pertences

Estudo / Leitura

Permanência

Continuidade de uso do espaço

Restrição de acesso

TEMPORAL

1 Construção inicial

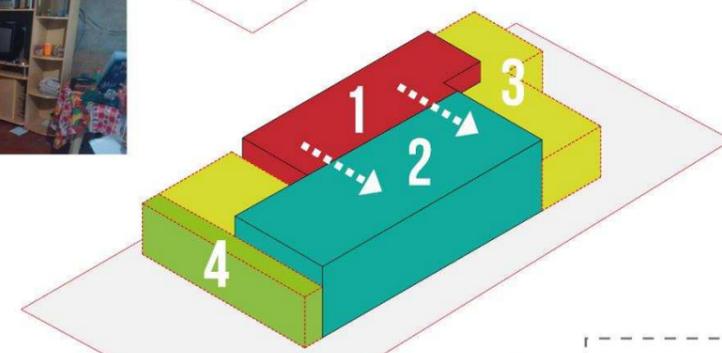
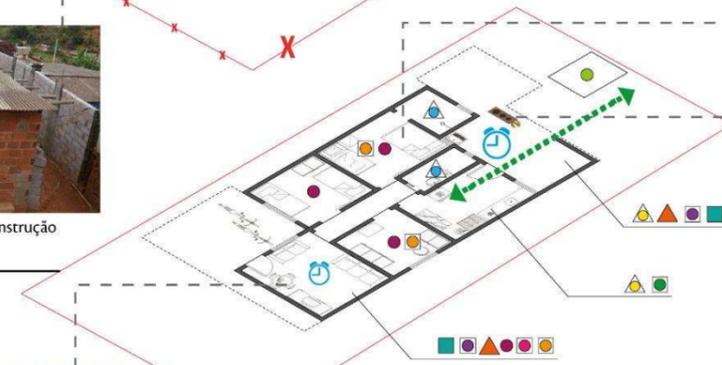
2 Ampliação

3 Varanda coberta

4 Ampliação da varanda



Cercamento e portão de entrada



Galinheiro



Cozinha

Figura 44 - Matriz de Descobertas: Moradia E.
Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

4.1.6 Moradia F – A benção

Esta moradia foi atendida pelo Projeto Habitat para realização de levantamento arquitetônico e assessoria técnica durante obra de ampliação, que já se encontrava em andamento quando o atendimento ocorreu. A casa se encontra implantada em um terreno em declive, sendo ampliada verticalmente com a adição de mais um pavimento, nivelado com a rua, e um terraço. A cobertura do terraço foi instalada, contudo a obra no primeiro pavimento não foi ainda concluída, sendo realizada de acordo com a disponibilidade de renda da família. Os moradores possuem origem rural, sendo um casal e o irmão da esposa, os quais residem no térreo da construção.

Quadro 10 - Síntese dos dados sobre a moradia F e seus moradores.

FAMÍLIA F

Entrevista 6/6

SOBRE A MORADIA

Localização	Bairro Nova Viçosa	
Condição de posse do lote	Comprado	Possuem escritura (recente)
Mão-de-obra	Contratada + Própria	
Aquisição de materiais	Comprados	
	<i>Estrutura</i>	Fundações de concreto
	<i>Vedação</i>	Alvenaria de blocos cerâmicos
	<i>Cobertura</i>	Telhas de alumínio sobre estrutura de ferro
	<i>Esquadrias</i>	Metálicas
	<i>Revestimentos</i>	Piso cerâmico, reboco e pintura em todos os cômodos, exceto no andar térreo (em construção)
Início da construção	1999	
Atendimento (Habitat)	2012	Assessoria para obra e levantamento arquitetônico

SOBRE OS MORADORES

Número de unidades habitacionais no lote	2	Casal + Irmão da esposa
Número de moradores	3	Marcelo (esposo, 57), Maria Luiza (esposa, 52), Josias (irmão da esposa, 61)
Origem familiar	Rural	Paula Cândido
Escolaridade	<i>Maria Luiza</i>	Ensino Fundamental completo
	<i>Marcelo</i>	Ensino Fundamental incompleto (4ª série)
	<i>Irmão</i>	Sem instrução
Profissão / Ocupação	<i>Maria Luiza</i>	Faxineira / Auxiliar escolar (creche em Nova Viçosa)
	<i>Marcelo</i>	Vigia em uma madeireira
	<i>Irmão</i>	Pensionista (recebe auxílio doença)
Renda média	3,5 salários mínimos	
Trajectoria habitacional (anterior à moradia atual)	Moradias cedidas em residência de familiares	Zona rural

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO

MORADIA F

Área do terreno: 229,53 m²

Área construída: 283,04 m²

LOCALIZAÇÃO:



REGISTRO FOTOGRÁFICO

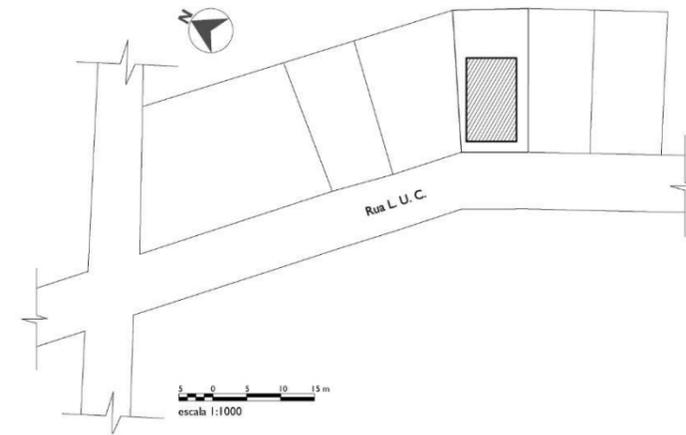


Vista externa da casa



Escada de acesso à residência

PLANTA DE SITUAÇÃO



EVOLUÇÃO TEMPORAL

U.H. INICIAL

Área útil: 48,64 m²

Área construída: 55,38 m²

LEVANTAMENTO (HABITAT - 2015)

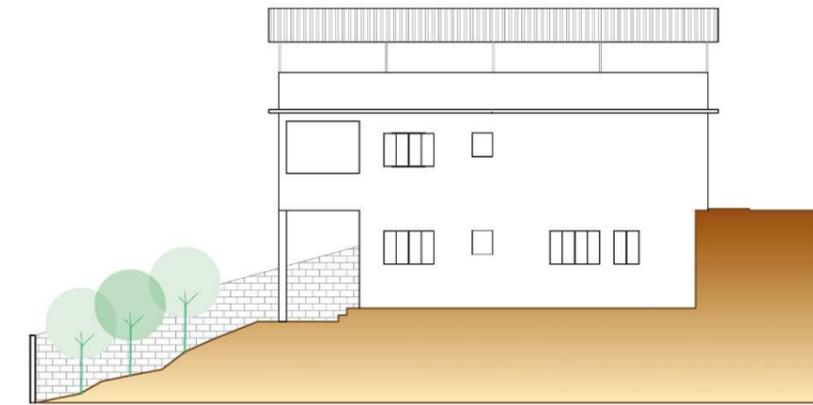
Área útil: 169,13 m²

Área construída: 283,04 m²

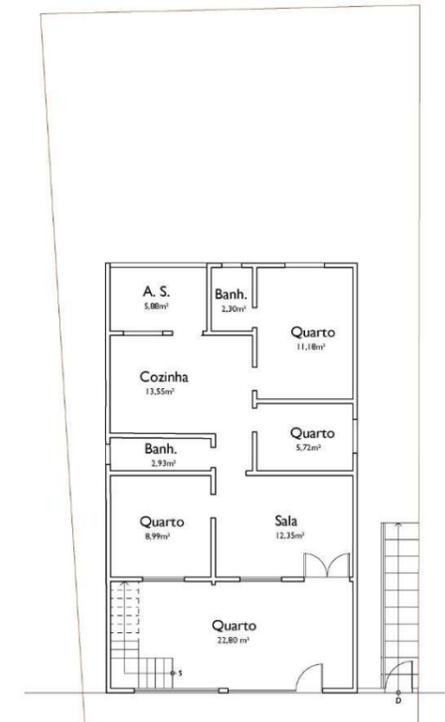


escala 1:200

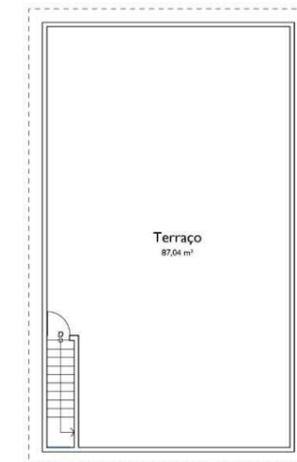
SUBSOLO



PERFIL A-A (ESQUEMÁTICO)



TÉRREO



TERRAÇO

Figura 45 - Síntese do levantamento arquitetônico da Moradia F.
Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

A família se mudou para Viçosa com o objetivo de facilitar o acesso dos filhos à educação, uma vez que a escola que frequentavam oferecia o ensino até a 4ª série apenas; o acesso à outra escola era feito por um percurso longo, percorrido a pé até o ponto em que a condução era disponível, o que dificultava o deslocamento das três crianças cotidianamente, pois até então a família residia na mesma casa e propriedade rural dos pais de Marcelo. A mudança para a cidade se deu diretamente para o bairro Nova Viçosa por meio da compra de um terreno de um dos irmãos de Maria Luiza, que também possuía outros lotes na área. A moradora incentivou a mudança dos pais para o bairro a fim de facilitar seu deslocamento, uma vez que precisavam de cuidados devido a problemas de saúde; posteriormente outros familiares se mudaram para Nova Viçosa, morando próximos à residência do casal.

Para realizar a construção da casa, a família contratou um pedreiro conhecido da zona rural, mas que residia no bairro Bom Jesus, em Viçosa. O esposo auxiliou como servente deslocando-se diariamente da área rural para a obra, que durou cerca de dois meses. Devido à topografia, foi feito um corte no terreno de maneira que a casa se encontra em um desnível aproximado de três metros em relação à rua. Segundo a narrativa de Maria Luiza, o pedreiro foi o idealizador da residência, sugerindo desde o início que fosse feita uma estrutura para suportar outros dois pavimentos de construção.

Sempre foi de laje, já batemos logo a laje, que já pensava em construir. Que na verdade o pedreiro falou pra gente assim: “Olha, essa casa vou fazer com base pra mais duas casas” “Por que?” “Porque aí futuramente fica pros filhos, né? Que aí, se os filhos quiserem construir em cima, pode.” Que aí, por exemplo, eu tenho três filhos, aí construiu essa aqui com base pra mais duas, que aí as duas podiam construir. Ele falou isso pra gente, sabe? Aí cada um ficava com uma. (Maria Luiza)

A obra inicial foi concluída em aproximadamente dois meses, quando estavam erguidas as paredes e a laje de cobertura, não havendo ainda laje de piso e acabamentos. Cerca de um mês antes de se mudarem, a família alugou uma casa na mesma rua (chamada pelos moradores de “barraquinho”) e ficou residindo no local até que a ligação de energia elétrica e de água fosse feita pela Prefeitura. Apenas neste período a família teve que residir pagando aluguel, não havendo menção de outro momento semelhante na trajetória habitacional. Quando se mudaram, a família estava composta pelo casal e os três filhos em idade escolar; a mãe do esposo também foi morar com a família naquela época, tendo falecido pouco tempo depois da mudança.

A disposição e configuração dos cômodos na residência foi definida pelo pedreiro com base em construções que já tinha realizado anteriormente. Houve pouca interferência por parte dos moradores na definição dos espaços, contudo Maria Luiza opinou em relação à presença de afastamentos laterais na construção.

Ele perguntou como que a gente queria, se queria casa na divisa, pra aproveitar mais o terreno. Aí eu falei assim: “Não! Não, eu não quero casa na divisa, que eu quero ter meu espaço pra eu poder passar em volta.” Aí ele então fez a medida, de acordo que sobrou né, esse beco de um lado, esse beco do outro, e o tamanho que deu foi esse daqui. (Maria Luiza)

Esta implantação permitiu com que a moradora cultivasse um jardim em uma das laterais da construção, o qual tem ligação com o quintal por meio de um passeio (Figura 46).



Figura 46 - Jardim lateral e quintal. Fonte: Acervo pessoal, 2015.

Na primeira ampliação realizada na construção foram adicionados dois cômodos na parte frontal da residência, utilizados como depósito; o quarto do casal foi ampliado e mais um banheiro foi construído. A obra no primeiro pavimento teve início cerca de dez anos depois da mudança e foi realizada por outro pedreiro, tendo novamente a participação de Marcelo como servente. A configuração espacial do primeiro pavimento segue as mesmas medidas e divisões da construção inicial, exceto pela não inclusão de uma parede divisória entre a cozinha e a circulação. A motivação para que os moradores iniciassem as obras foi solucionar os problemas de infiltração que ocorriam devido à falta de uma estrutura de cobertura, já que a casa possuía apenas laje de concreto não impermeabilizada. Após a construção da laje acima do primeiro pavimento, voltaram a realizar outras reformas na residência.

Quando a gente iniciou lá na obra, exatamente porque tinha alguns vazamentos assim sabe? Aí nós falamos assim, vamos construir, porque se colocasse só cobertura a gente não tinha como construir, depois ficava difícil, aí a gente construiu e... só que depois que a gente construiu lá, bateu a laje e tudo, a gente voltou na reforma aqui. Tipo, trocamos janela, né? As janelas aqui eram aquelas de lata, né? Aí a gente trocou, trocamos janela, porta, colocamos grade, fizemos o muro. Não era cercado, era cerca de madeira de bambu. (Maria Luiza)

O muro foi construído após um episódio de invasão do terreno por uma pessoa durante uma fuga policial. Embora não tenham ocorrido prejuízos aos moradores, a construção do muro e colocação de grades se tornou uma prioridade fazendo com que os recursos que seriam aplicados na finalização das obras fossem realocados para garantir a segurança.

Apesar da intenção de se destinar a construção dos pavimentos superiores para moradia dos filhos, os mesmos já não residem no local: as duas filhas são casadas e o filho mais novo estuda e reside em outra cidade. Dessa forma, o projeto da casa como base social e econômica para os filhos se tornou obsoleto, ainda que possa ser retomado futuramente.

Mas aí os meus filhos já não... eles não pensam em morar aqui não. A minha filha, portanto, já construiu. A outra mora de aluguel e o meu filho ainda, que tá solteiro, ele fala que ele quer ter, que ele vai comprar um lote pra ele e vai construir. Eles podem mudar de ideia, né? Qualquer coisa tá aqui, que eles podem mudar de ideia. Mas eles querem ter o espaço deles em outro lugar. (Maria Luiza)

Com o passar do tempo e as mudanças no ciclo de vida familiar, a construção da moradia nos pavimentos superiores passou a ser um projeto do próprio casal, tendo em vista as restrições de acesso impostas pelo envelhecimento.

Aí eu fiz lá em cima pensando... igual, tem essa escada aqui pra chegar até lá, eu pensei assim, um dia eu vou ficar velha, vou ter dificuldade de subir escada, quero fazer uma outra pra ficar nivelada, porque aí o acesso é mais fácil, né? Eu fiz exatamente pensando em mim mesma! (risos) Que aí, se eles quiserem, né? Morar aqui, tudo bem. Se esse outro quiser construir depois, ainda pode, mas... Eu já pensei mesmo pra eu mudar, vai ser eu que vou morar lá, se Deus quiser! (Maria Luiza)



Figura 47 - Acesso à residência atual e acesso ao terraço. Fonte: Acervo pessoal, 2015.

Apesar da proximidade com a residência de outros familiares, na trajetória de vida dos moradores percebe-se a recepção constante de parentes, oferecendo suporte em algumas fases da vida. Além da mãe de Marcelo, o pai de Maria Luiza também residiu por um tempo com o casal, ao necessitar de maiores cuidados por motivos de doença. Uma das filhas, que mora em outra cidade, também permaneceu por um período na residência, após dar à luz ao primeiro filho. O outro neto de Maria Luiza costuma ficar aos cuidados da avó, de acordo com as necessidades da filha, que mora no mesmo bairro. Sendo assim, apesar de não residirem no local, a casa representa ainda um suporte à estrutura familiar. O último familiar a se mudar para o local é o irmão de Maria Luiza, que passou a residir na casa após o falecimento dos pais, sendo acolhido pela irmã devido a um histórico de problemas de saúde. Para tanto, os cômodos anteriormente destinados ao depósito foram reformados para servir de moradia, com a

construção de um banheiro junto a um espaço que passou a funcionar como lavanderia da moradora.

Maria Luiza trabalha todos os dias durante meio período e o marido trabalha durante a noite, em dias alternados. Além das atividades no trabalho e domésticas, a moradora é responsável por atividades junto à paróquia local, como grupos religiosos, visitas e distribuição de doações no bairro. Neste sentido, utiliza um computador pessoal localizado em um dos quartos de visitas para elaborar materiais de apoio às atividades. Outro local destacado pela moradora por preferência de uso é o quarto, onde costuma passar boa parte do tempo livre, sendo local de descanso, leitura e reflexão.

A cozinha é contígua ao quarto do casal, onde há uma parede que promove maior privacidade ao quarto, divisão que foi proposta pelo pedreiro, contudo Maria Luiza não se sentiu satisfeita pois a área da cozinha foi reduzida, impossibilitando o uso de uma mesa de jantar, por exemplo, o que seria um desejo expresso pela mesma. As funções exercidas na cozinha são estendidas para a varanda, onde há presença de um fogão a lenha construído durante a primeira ampliação da casa. Sobre o uso do fogão a lenha, Maria Luiza afirmou ser uma referência ao meio rural comum aos moradores do bairro, sendo que o hábito de utilizar permanece mesmo com a presença de fogão a gás ou outros equipamentos destinados ao preparo de alimentos.

Porque a gente veio da roça né? Então eu... Tem um ditado que fala, que diz: "Você sai da roça mas a roça não sai de você" Meu fogão veio também! (risos) Que todo mundo que mora aqui veio da roça mesmo, né? Aqui também é considerado uma roça. (Maria Luiza)

Observou-se que há uma hierarquia na disposição dos ambientes, que segue a organização tradicional de setores social-íntimo-serviços. Uma maior apropriação simbólica foi observada na sala de estar, onde estão presentes diversos objetos de personalização e devoção. A sala é efetivamente pouco utilizada pelos próprios moradores, cumprindo a função de recepção de visitas e eventualmente de lazer, pela presença de TV e vídeo game utilizados por um dos netos (Figura 48).



Figura 48 - Fogão a lenha e objetos de decoração na sala de estar. Fonte: Acervo pessoal, 2015.

Com a finalização da cobertura do terraço, Maria Luiza passou a utilizar o local para a secagem de roupas, que era feita apenas no quintal e nos corredores laterais. Ao conseguir terminar as obras e realizar a mudança para o primeiro pavimento, a expectativa da moradora é deslocar efetivamente a área de serviços para o terraço de maneira que possa ampliar a cozinha. Algumas expectativas em relação à residência são expressas nas falas da moradora, principalmente o desejo de finalizar as obras para poderem se mudar para o andar superior. Os investimentos são feitos de forma incremental, de acordo com a disponibilidade de renda, mesmo assim a moradora considera que ficará mais satisfeita com esta moradia do que com a residência atual. De uma maneira geral a casa se encontra em boas condições construtivas e de acabamento, apesar de alguns cômodos serem pequenos. Segundo as falas de Maria Luiza, a autorrealização na casa seria satisfeita com a mudança para o primeiro pavimento, contudo há satisfação pela posse da casa própria comparada a uma bênção recebida.

Ah, minha casa é uma bênção de Deus! (risos) É uma bênção de Deus, é isso. Não tem outra palavra assim não, é uma bênção de Deus. Nossa, você sabe o que é você... você sai pra trabalhar, você sai, mas você tem pra onde voltar? Né? Você não paga aluguel, você não... Nossa, é uma bênção que eu recebi de Deus. (Maria Luiza)

MATRIZ DE DESCOBERTAS

MORADIA F: A BÊNÇÃO

MODO DE VIDA

COMPOSIÇÃO FAMILIAR:
Maria Luiza (52), Marcelo (57) e Josias (61)

TRAJETÓRIA:
Origem rural;
Coabitação com familiares no meio rural;
Ensino Fundamental completo / incompleto / sem instrução

PRÁTICAS SOCIAIS:
Renda média 3,5 SM;
Maria Luiza é auxiliar escolar, Marcelo é vigia, Josias é aposentado.

VISÃO DE MUNDO:
Suporte e cuidado com os familiares.

TEMPO DE RESIDÊNCIA NO LOCAL:
17 anos

NECESSIDADES SATISFEITAS NA MORADIA:



LOCALIZAÇÃO



MODO DE HABITAR + CONFIGURAÇÃO ESPACIAL

DIMENSÕES:

SIMBÓLICA

- Apropriação do espaço**
 - Personalização (objetos funcionais ou simbólicos)
 - Afetividade
- Privacidade**
 - Portas fechadas
 - Muro / Cerca
 - Grades
 - Fechamentos móveis
- Demarcação territorial**
 - Espaços mais valorizados pela família
- Setorização:**
 - Social
 - Íntimo
 - Serviços
 - Circulação

PRÁTICA

- Funções**
 - Lazer
 - Convívio familiar / social
 - Atividade produtiva
 - Fazer refeições
 - Preparo de refeições
 - Higiene
 - Repouso
 - Devoção / Oração
 - Criação de animais
 - Lavar roupas
 - Secar roupas
 - Guardar pertences
 - Estudo / Leitura
- Permanência**
- Continuidade de uso do espaço**
- Restrição de acesso**

TEMPORAL

- 1 Construção inicial
- 2 Ampliação
- 3 Térreo
- 4 Terraço

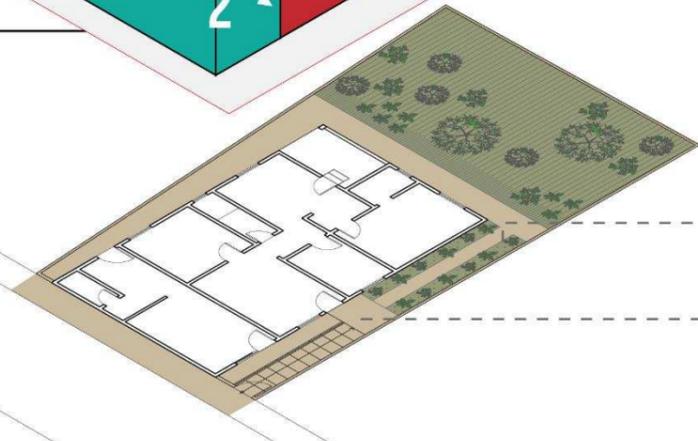
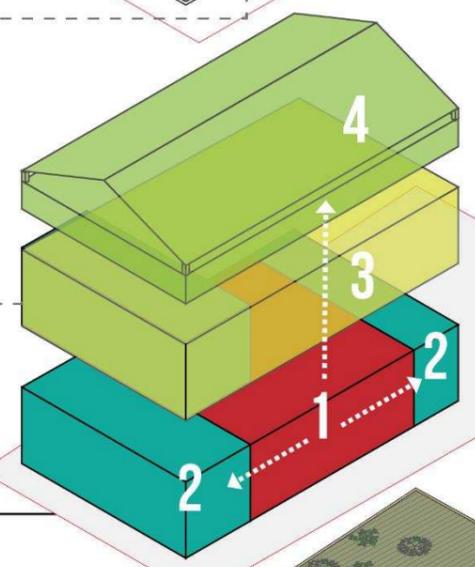
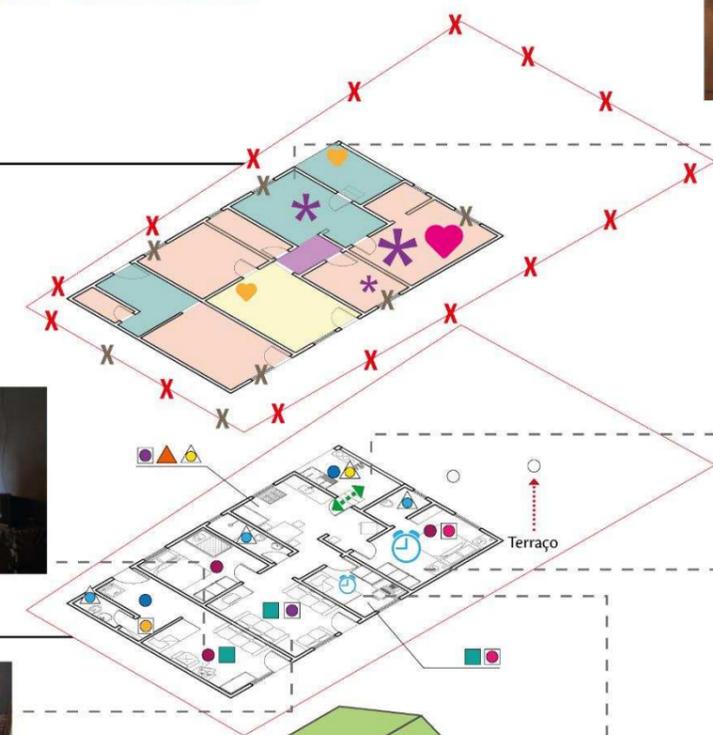


Figura 49 - Matriz de Descobertas: Moradia F.
Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

4.2 Análise e interpretação dos dados

Os dados obtidos através dos casos estudados, descritos anteriormente, encontram-se sintetizados e sistematizados no Quadro 11, apresentado a seguir. O quadro apresenta variáveis relativas aos modos de vida, à conformação espacial e, principalmente, aos modos de habitar. Nem todas as variáveis elencadas no modelo de análise (Quadro 4) encontram-se sistematizadas neste quadro-síntese, pois buscou-se comparar as principais variáveis identificadas nos levantamentos arquitetônicos e nas matrizes de descobertas.

Seguindo-se a apresentação do Quadro 11, é realizada uma análise comparativa entre os casos, de acordo com as variáveis elencadas. Propõe-se também uma interpretação dos dados com auxílio da revisão teórica proposta no início do trabalho. Através desta comparação foi possível identificar características semelhantes entre os casos, contudo constatou-se que não há um padrão espacial na moradia autoconstruída, de maneira que esta acompanha a multiplicidade dos modos de vida e de habitar das famílias.

Quadro 11 - Síntese dos dados obtidos nas residências estudadas.

CATEGORIA DE ANÁLISE	VARIÁVEIS	MORADIA A <i>Cultura do trabalho</i>	MORADIA B <i>Abrigo</i>	MORADIA C <i>Um santuário</i>	MORADIA D <i>Empreendimento habitacional</i>	MORADIA E <i>Segurança em meio ao conflito</i>	MORADIA F <i>A bênção</i>	
MODO DE VIDA	Tempo de moradia no local	25 anos	10 anos	25 anos	35 anos	10 anos	16 anos	
	Número de moradores na residência	8	4	2	3	5	2 (+1)	
	Número de famílias ocupando o mesmo lote	2	2	3	1 (2 quando alugada)	1	2	
CONFORMAÇÃO DO ESPAÇO DOMÉSTICO	TERRENO	Área do terreno	204 m ²	194,58 m ²	208,21 m ²	441,17 m ²	221,56 m ²	229,53 m ²
		Topografia	Declive pouco acentuado em relação à rua	Aclive pouco acentuado em relação à rua	Declive pouco acentuado em relação à rua	Declive em relação à rua	Declive acentuado em relação à rua	Declive acentuado em relação à rua
	MORADIA	Área construída	118,20 m ²	65,08 m ²	375,04 m ²	399,48 m ²	100,03 m ²	283,04 m ²
		Área útil	108,80 m ²	55,58 m ²	206,78 m ² (térreo + terraço)	169,24 m ² (térreo)	83,95 m ²	169,13 m ² (subsolo + terraço)
		Número de pavimentos	1	1	2 + Terraço	2	1	2 + Terraço
Relação de cômodos	3 quartos, sala, cozinha, banheiro, buffet, varanda frontal, varanda posterior	2 quartos, sala, banheiro, sala/cozinha, área de serviços/cozinha	3 quartos, sala, 3 banheiros, copa, cozinha, área de serviços, varanda frontal, varanda posterior, garagem, terraço	2 quartos, 2 salas/quarto, 2 banheiros, cozinha, varanda posterior, lavanderia, garagem	3 quartos, sala, cozinha, 2 banheiros, varanda posterior, varanda frontal.	3 quartos, quarto/sala, 3 banheiros, cozinha, área de serviços, lavanderia, terraço		
MODO DE HABITAR	DIMENSÃO PRÁTICA	Repouso	Quartos	Quartos	Quartos, terraço	Quartos, sala/quarto	Quartos	Quartos, quarto/sala
		Convívio familiar e social	Sala	Sala/cozinha, sala	Sala, copa, cozinha	Cozinha, sala/quarto	Sala, quintal, varanda posterior	Sala, cozinha
		Alimentação	Cozinha, varanda posterior	Sala/cozinha, quintal, sala, quartos	Cozinha, copa, varanda posterior	Cozinha	Cozinha, varanda posterior, sala	Cozinha, varanda posterior
		Cuidados com higiene e com o corpo	Banheiro, cozinha, área de serviço	Banheiro, cozinha	Banheiro	Banheiro	Banheiro	Banheiro
		Lazer	Quarto, buffet	Sala, quarto	Sala, terraço	Sala/quarto	Sala, quintal, quarto	Sala, quarto de hóspedes, sala/quarto
		Estudos ou trabalho	Quarto do casal, quarto dos filhos	Sala de estar	-	Quarto da neta	Sala de estar	Quarto de hóspedes, quarto de casal
		Cuidados com vestuário	Varanda posterior, quintal	Área de serviços/cozinha, quintal	Área de serviços, terraço	Lavanderia, primeiro pavimento	Área de serviços, quintal	Lavanderia, varanda posterior, quintal, terraço
		Guardar pertences	Quartos, buffet	Cômodo/corredor	Quartos, área de serviços	Varandas, quartos, sala/quarto	Quartos, sala	Lavanderia, quartos
		Atividade produtiva	Buffet	-	-	Terreno vizinho	Cozinha	-
		Criação de animais	-	-	-	-	Quintal	-
	Principais mobiliários/equipamentos presentes na residência	Camas, sofá, guarda-roupas, cadeiras, armários improvisados, TVs, vídeo game, tanque automático	Camas, sofás, cadeiras, estantes, suporte para TV, armários improvisados, TV, vídeo game, computador portátil	Camas, sofás, guarda-roupas, suporte para TV, TV, rádio, mesa de jantar, cadeiras, armários de cozinha, bancos de madeira, estantes	Camas, sofás, guarda-roupas, estantes, cômodas, mesa de jantar, armários de cozinha, suporte para TV, TV, mesa para computador, computador, cadeiras, máquina de lavar, tanque automático	Camas, sofás, guarda-roupas, armários improvisados, cômodas, suporte para TV, TVs, rádio, armário de cozinha	Camas, sofás, guarda-roupas, cômoda, suporte para TV, TV, vídeo game, mesa para computador, computador, mesa para refeições e bancos, armário de cozinha, máquina de lavar	
	Principais equipamentos presentes nas cozinhas	Fogão a gás, geladeira, liquidificador, forno elétrico, freezer, pia, fogão a lenha (externo)	Fogão a gás, tanque automático, geladeira, pia, fogão a lenha (externo)	Fogão a gás, geladeira, liquidificador, fogão a lenha (externo)	Fogão a gás, geladeira, liquidificador	Fogão a gás, geladeira, liquidificador	Fogão a gás, geladeira, liquidificador, fogão a lenha (externo)	
	DIMENSÃO SIMBÓLICA	Ambientes com maior tempo de permanência	Buffet, quintal, quarto	Quartos, sala, quintal	Cozinha, quarto, quintal	Cozinha, sala/quarto, quarto	Quintal, cozinha, sala	Quarto de casal, quarto de hóspedes
Cômodos com maior sobreposição de atividades		Buffet, quarto dos filhos	Quarto casal, sala	Cozinha, quarto, sala	Sala/quarto, cozinha	Varanda posterior, sala	Cozinha	
Espaços mais valorizados pela família		Buffet, quintal, quartos	Quartos, sala	Quintal, cozinha, quarto, sala	Sala/quarto, cozinha, quarto	Quintal, cozinha, sala	Quarto de casal	
Qualidade espaciais mais valorizadas pela família		Territorialidade, privacidade, apropriação do espaço (buffet)	Territorialidade	Segurança pessoal e patrimonial, apropriação do espaço	Amplitude dos cômodos, segurança patrimonial, apropriação do espaço	Privacidade, segurança pessoal	Segurança pessoal e patrimonial, apropriação do espaço	
DIMENSÃO TEMPORAL	Número de ampliações realizadas	4 + Casa da filha	1	5	5	3	3	
	Sentido de ampliação	(1) Horizontal: fundos (2) Horizontal: frente (3) Horizontal: lateral (4) Horizontal: frente lateral (5) Fundos do lote	(1) Horizontal: lateral	(1) Horizontal: frente (2) Horizontal: fundos (3) Vertical: terraço 1 (4) Vertical: 1º pavimento (5) Vertical: terraço 2	(1) Horizontal: frente (2) Horizontal: fundos (3) Horizontal: lateral (4) Horizontal: frente (5) Vertical: 1º pavimento	(1) Horizontal: lateral (2) Horizontal: fundos/frente (3) Horizontal: frente	(1) Horizontal: fundos (2) Horizontal: frente (3) Vertical: 1º pavimento (4) Vertical: terraço	
	Etapas de construção da moradia	Casa doada + 1 quarto, cozinha, varanda frontal e varanda posterior + Buffet + Ampliação do buffet	"Barraquinho" + Quarto na casa existente + Quarto/sala/cozinha, banheiro + Quarto de casal, sala/cozinha, área de serviço/cozinha	"Barraquinho" + 3 quartos, sala, cozinha, copa, banheiro + Varanda frontal, garagem, varanda posterior + Terraço + Moradia no 1º pavimento + Terraço	"Barraquinho" + Cozinha/quarto e banheiro + Quarto, sala + Cozinha, banheiro, 2 quartos, varanda + Cômodos para aluguel + 2 moradias no 1º pavimento	Cozinha, sala/quarto, banheiro + 2 quartos, sala, cozinha, banheiro + Varanda posterior	3 quartos, sala, cozinha, banheiro + Depósito, área de serviço, banheiro + Moradia no 1º pavimento + Terraço	
	Fatores de influência no projeto da construção ou ampliação	Projeto de ampliação (Projeto Habitat), conhecimento técnico do morador/construtor, construção em terreno vizinho	Conhecimento técnico do morador/construtor	Conhecimento técnico dos pedreiros	Conhecimento técnico do morador/construtor, projeto de ampliação (Projeto Habitat)	Influência do pedreiro, projeto de ampliação (Projeto Habitat)	Conhecimento técnico dos pedreiros	
Motivação para ampliações	Número de filhos, atividade produtiva em casa	Separação do quarto da cozinha, quarto para os filhos, aproveitar o material doado pela prefeitura	Construção de área de serviço coberta e fogão a lenha, solucionar o problema de infiltração na laje, moradia para família de um dos filhos	Cômodos amplos, obter renda através de aluguel, solucionar problemas de infiltração na laje, herança para os filhos, mudança para o primeiro pavimento	Quartos para os filhos	Ampliar o quarto do casal, construção da área de serviço externa, solucionar problemas de infiltração na laje, herança para os filhos, mudança para o primeiro pavimento		

Fonte: Elaborado pela autora, 2016

Modos de vida

Embora não haja um padrão nos modos de vida dos moradores, alguns aspectos semelhantes podem ser evidenciados entre os casos. As restrições econômicas são comuns, em maior ou menor proporção e o nível de escolaridade é baixo, principalmente entre os moradores mais antigos. Observou-se, contudo, uma maior incidência de acesso e conclusão dos estudos nas gerações mais novas, ainda que o acesso ao Ensino Superior seja inexistente entre os membros de todas as famílias entrevistadas. Em sua maioria, as condições de emprego são informais, caracterizadas pela atuação no setor de serviços ou em atividades rurais; verificaram-se alguns casos de desemprego, de desocupação e de recebimento de algum tipo de auxílio, como pensão e aposentadoria.

Todas as famílias possuem 10 ou mais anos de residência nas moradias; notadamente na moradia D, a família é uma das representantes dos primeiros moradores a se mudarem para o bairro Nova Viçosa, os quais adquiriram terreno na época de inauguração do loteamento.

A origem de metade das famílias entrevistadas é rural (moradias C, D e F), sendo os moradores oriundos de áreas rurais de municípios da região; os que possuem origem urbana residiram em outros bairros de Viçosa, confirmando a caracterização feita por Coelho (2013). A origem dos moradores influencia seus modos de vida, uma vez que se observou uma continuidade de referências rurais em hábitos cotidianos, no uso dos espaços e na conformação das residências; esta influência ocorre mesmo em moradias onde em que a família não possui tal origem.

As referências se dão principalmente pelas formas de lidar com o preparo de alimentos, fazendo uso do fogão a lenha tanto para preparo de refeições diárias quanto para cozimentos mais longos (moradias A, B, C, E e F), sendo estes localizados na parte externa e posterior à residência ou em varandas próximas à cozinha. A presença de varandas na parte posterior das casas ou varandas frontais se associa à configuração dos alpendres, comuns em moradias rurais tradicionais mineiras (moradias A, C, E e F). Observou-se também a prática de criação de animais pela presença de galinheiros (moradia E) e a prática de cultivo de hortas em quintais (moradias C, E e F) ou em terrenos vizinhos que se encontram desocupados (moradias A, B e D). Especificamente na moradia D, o morador continua exercendo atividades ligadas ao cultivo, realizando plantio de mudas em um terreno vizinho, adquirido pela família.

Verificou-se que a trajetória habitacional da maioria das famílias consistiu na passagem por moradias de aluguel ou cedidas, que geralmente apresentavam condições precárias, até a autoconstrução da moradia própria, que, por sua vez, se faz

em etapas, ao longo do tempo. Em termos simbólicos, percebe-se que a moradia autoconstruída reflete o desejo de superação do histórico de precariedade habitacional na trajetória de vida das famílias, como nas moradias B, C, D e E. A construção de cômodos amplos e as constantes ampliações afirmam a negação das privações passadas em moradias cedidas no meio rural, por exemplo, ou mesmo em moradias urbanas alugadas.

Percebeu-se também o desejo de se superar uma trajetória habitacional insegura pela posse da casa própria em praticamente todos os casos. A moradia de aluguel é fortemente rejeitada, tanto pela insegurança representada, quanto pelo consumo de parte considerável da renda já reduzida, que poderia ser utilizada para itens mais relevantes para a subsistência das famílias. A configuração da trajetória habitacional passada coopera para a valorização da construção e da posse da casa no modo de vida dos moradores, fazendo dela a representação do ato sublimado de um projeto de vida pelo qual se lutou (PINTO, 1998).

Esta valorização da posse do imóvel ocorre mesmo que as condições da moradia atual sejam precárias. Há uma constante expectativa ou iniciativa em se realizar reformas, ampliações e melhorias nas residências, de acordo com a disponibilidade de renda. Mesmo com poucos recursos financeiros, observou-se que todas as famílias realizaram ampliações nas residências ao longo do tempo, em maior ou menor número. Esta valorização também é reforçada pela possibilidade de se constituir um patrimônio a ser deixado para os descendentes, procurando assegurar-lhes melhores condições de vida e de habitação do que as que foram anteriormente vivenciadas pelos moradores.

Há coabitação na maioria dos terrenos, sendo eles divididos entre duas ou mais famílias de filhos dos moradores ou de parentes próximos. Na moradia A, foi feita uma construção nos fundos do terreno para dar lugar à residência da família da filha mais velha do casal. No caso da moradia B, a própria residência existente foi dividida e posteriormente ampliada para dar suporte à duas famílias; na moradia C, uma edícula utilizada como primeiro abrigo da família antes da construção da casa é habitada pela família de um dos filhos, já o primeiro pavimento foi construído para abrigar a família de outro filho. Nota-se que, quando concluída, a moradia D terá possibilidade de fornecer habitação para até quatro famílias, uma vez que os moradores planejaram construir unidades residenciais destinadas ao aluguel. Já na moradia E, ambientes foram readequados para dar lugar a residência do irmão da moradora, quando concluída, a casa também poderá contar com mais uma unidade habitacional no primeiro pavimento.

Compreende-se a prática da coabitação nos terrenos como um suporte social e econômico para as famílias de filhos ou parentes mais próximos. Destaca-se o fato de que a coabitação, na totalidade dos casos estudados, não ocorre com pessoas

estranhas ao círculo familiar, reforçando a função da casa como apoio para a continuidade da família. Nota-se que a construção das lajes superiores, ou a expectativa de sua construção, carrega um aspecto simbólico forte, pois representa a adição de mais um pavimento útil à residência, seja para construção de uma nova moradia ou pela possibilidade do desenvolvimento de atividades em um terraço coberto. Pode-se afirmar que construção da laje representa a superação de mais uma etapa na trajetória habitacional: a gradação da cobertura do abrigo (lona – telha de fibrocimento – laje de concreto – cobertura metálica) tende a representar a ascensão social dos moradores.

Conformação do espaço doméstico

A maioria dos terrenos possui área aproximada de 200 metros quadrados, conforme o parcelamento realizado para a implantação dos loteamentos; apenas a moradia D está implantada em terreno com área maior. A topografia local influencia notadamente na configuração das moradias D, E e F, localizadas abaixo do nível da rua, com acesso realizado por meio de rampas, escadas ou caminhos improvisados no talude. Nos casos das moradias D e F, os moradores pretendem construir e se mudar para o pavimento superior, situado ao nível da rua, buscando melhor acessibilidade à residência.

A configuração dos terrenos influencia na conformação espacial das residências, geralmente dispostas em sentido longitudinal, com a presença de cômodos de serviços voltados para os fundos e cômodos de uso social ou íntimo voltados para a frente do lote, ainda que isto não seja um padrão. Os fundos dos lotes geralmente conformam os quintais onde ocorrem cultivo de hortas, atividades de lazer e armazenagem de utensílios. Embora a maioria das casas estudadas possuam afastamentos laterais, em alguns casos observou-se a construção sobre as divisas, como na moradia C, sugerida pelos próprios pedreiros para aumentar a área útil da casa. A moradia A chega a invadir um terreno vizinho, utilizando-o para sua expansão. Sabe-se, pela caracterização dos bairros realizada no Capítulo 3, que grande parte dos terrenos se encontra em situação de irregularidade, sendo assim, pode haver uma relação entre esta situação e a invasão de partes dos lotes vizinhos.

A área construída das residências varia entre 65 a cerca de 400 metros quadrados. As áreas são maiores entre as residências de moradores mais antigos, apenas o caso da moradia A se difere, o que pode ser fruto da condição socioeconômica e do elevado número de filhos, dificultando a destinação de recursos para maiores reformas na moradia. Observou-se um contraste entre o número de moradores nas residências e a área útil das mesmas, como entre a moradia A, em que há alta

densidade, e as moradias C e D, onde se encontram dois ou três moradores residindo em uma área muito ampla.

Em relação às características construtivas, notou-se a presença de casas térreas, casas com mais de um andar e com terraços cobertos, padrão que se repete por toda a extensão dos bairros Nova Viçosa e Posses. Além disso, identificou-se que todas as residências estudadas passaram por alguma reforma ou ampliação. Os materiais de construção típicos são o concreto armado, alvenaria de bloco cerâmico ou bloco de concreto, telhas de fibrocimento sobre estrutura de madeira ou telhas de alumínio sobre estrutura metálica. Estes materiais são adquiridos por sua viabilidade econômica, tendo em vista a situação de indisponibilidade financeira das famílias, contudo refletem também um modo de construir típico da classe média, no que se refere aos materiais e técnicas construtivas empregadas.

Em algumas residências, material de refugo (telhas, portas de armários, compensados de madeira, etc.) foi utilizado como material de construção, como na vedação de cômodos ampliados ou para demarcação de limites nos terrenos; em alguns casos, tanto materiais de construção quanto de refugo foram obtidos através de doações ou trocas com pessoas conhecidas. Geralmente os materiais são armazenados nos terrenos ou em cômodos inacabados na construção.

Constatou-se a característica inacabada das construções tanto no exterior quanto no interior das casas, seja por obras interrompidas ou pela ausência de materiais de acabamento, principalmente reboco e pintura. Além disso, é recorrente a ausência de portas e janelas em algumas residências, de maneira que os moradores fazem uso de tecidos ou material de refugo para fechamento das aberturas. Isto denota não só a condição de restrições econômicas como a pouca importância conferida à privacidade por parte de algumas famílias.

Em relação aos materiais de acabamento, observou-se que determinadas superfícies possuem acabamentos e outras não, ou apenas um cômodo da residência possui acabamentos nas paredes, por exemplo. Isto demonstra o aspecto simbólico do processo de construção incremental, uma vez que não se abre mão dos acabamentos e os mesmos são feitos aos poucos, cômodo por cômodo ou superfície por superfície dentro de um mesmo cômodo. Tais elementos demonstram como a apropriação espacial é dependente da variável temporal na moradia autoconstruída e confirmam que a etapa de finalização dos acabamentos coincide com o alcance do nível de autorrealização dos moradores em relação à casa (LEITE, 2006).

Modos de habitar

Quanto aos usos dos espaços, observou-se a presença de cômodos sem função definida, como nos casos das moradias B (cozinha/área de serviços, sala/cozinha) e D (salas/quartos). Na moradia D, fica evidente a construção incremental sem planejamento prévio com um elevado número de ampliações, de maneira que os usos de alguns cômodos se modificaram diversas vezes. Constatou-se ainda a sobreposição de atividades em quase todos os casos, notadamente nas moradias A, B e E. Além disso são característicos os usos incoerentes ou não desejáveis de alguns cômodos, como atividades de higiene pessoal realizadas no banheiro e na cozinha, o preparo de alimentos ocorrendo na cozinha e na área de serviços (moradia B), e as refeições realizadas na sala, quartos e no buffet (moradia A).

Observou-se o uso das cozinhas como área de convívio social e recepção de visitas (moradias B, C, D e F), ainda que as salas também sejam utilizadas para este fim, contudo não são tão valorizadas. As cozinhas são utilizadas para o preparo de refeições, bem como as varandas e quintais onde se localizam os fogões a lenha. Conforme mencionado anteriormente, a maioria das cozinhas se encontra implantada na parte posterior das construções, onde ocorre uma continuidade de uso destes espaços junto às varandas e quintais, confirmando uma tradição arraigada na concepção espacial da casa brasileira, caracterizada por autores como Reis Filho (1978), Lemos (1989), Algranti (1997) e Veríssimo e Bittar (1999).

O uso do fogão a lenha na parte externa da residência ou na varanda próxima à cozinha remete à presença das cozinhas interna e externa nas residências coloniais, referidas como “limpa” e “suja” respectivamente, esta última destinada a cozimentos mais demorados e atividades menos higiênicas (LEMOS, 1989; ALGRANTI, 1997). Pode-se considerar que o uso do fogão a lenha também está relacionado com as restrições econômicas das famílias, pois evita os gastos com a compra de gás de cozinha ou energia elétrica, como relatado pelos moradores nas moradias B e E.

Os quintais assumem também o papel de fornecer elementos para a subsistência familiar, para o desenvolvimento de atividades produtivas e estocagem de materiais. Particularmente em Nova Viçosa e Posses, a baixa densidade de ocupação dos lotes gerou vazios urbanos, dessa forma os moradores utilizam lotes vizinhos, que permanecem desocupados, como quintal de suas casas. Por não serem reivindicados pelos proprietários, os lotes acabaram sendo apropriados pelas famílias, que promoveram a construção de cercas e a manutenção dos mesmos. O uso dessas áreas remete à descrição de Algranti (1997) sobre a moradia colonial, em que identificou o aspecto funcional e econômico dos quintais, uma vez que era neles que se extraíam e se produziam recursos utilizados no dia-a-dia pelas as famílias, principalmente gêneros

alimentícios. O aspecto econômico sobressai em moradias onde as famílias utilizam as hortaliças para o consumo próprio ou para produção em lavouras (moradias B, D e E).

Os quintais foram caracterizados também por Veríssimo e Bittar (1999) como locais onde se realizavam a armazenagem de utensílios e alimentos, o cuidado e abate de animais e a lavagem e secagem de roupas. Em relação a armazenagem, observou-se a valorização do espaço do quintal mesmo diante de uma configuração desorganizada e de acúmulo de diversos materiais, quer sejam adquiridos por compra ou doados, que são depositados no local aguardando a oportunidade para sua utilização. A criação de animais foi identificada apenas na moradia E pela presença do galinheiro, conforme anteriormente mencionado; já os cuidados com o vestuário (secagem de roupas) ocorrem em quintais, contudo se observa o deslocamento desta atividade para os terraços (moradias C, e F), representando a praticidade de se possuir uma área de serviços coberta onde se pode secar as roupas com maior independência em relação às condições climáticas.

Em alguns casos observou-se a valorização e o uso dos espaços externos para atividades de lazer, como brincadeiras de crianças (brincadeiras de bola, escolinha, etc.) e recepção de amigos para churrascos, no caso da moradia E. Entende-se que este lazer também se estende para o próprio cultivo de hortas e jardins por parte de alguns moradores, que registraram sua preferência em passar o tempo livre cuidando das plantas (moradia A).

Observou-se que ambientes como quartos e salas de estar são utilizados para lazer, entretanto as atividades se restringem a ver televisão e jogos de vídeo game, sendo que alguns moradores mais antigos tem o costume de ouvir o rádio diariamente (moradia A, C e F). Em ambientes íntimos, como os quartos, observou-se a sua valorização e o tempo de permanência, sendo utilizados como locais de descanso e lazer; no caso da moradia A, é notável a importância e a valorização do espaço do buffet pelo morador, sendo também um espaço de sobreposição de atividades.

O desenvolvimento de atividades produtivas ocorre em três residências (moradias A, D e E), tanto no interior quanto na parte externa. No caso da moradia A, o morador realizou a construção de um espaço amplo e anexo à residência para o desenvolvimento de negócio próprio – o buffet. Na moradia E, a moradora utiliza constantemente a cozinha da casa para o preparo de artigos alimentícios para venda. Já na moradia D, o terreno vizinho à residência, adquirido pela família, é utilizado para o cultivo de mudas de café pelo morador, que trabalha como lavrador em terras arrendadas.

Em relação ao mobiliário presente nas residências, em algumas moradias as condições de conservação de móveis são precárias, havendo uma constante

improvisação e reaproveitamento de material de refugo para repará-los, como nas moradias A, B e E, demonstrando a situação de indisponibilidade financeira dos moradores. Contudo, em relação aos equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos, paradoxalmente verificou-se a presença de equipamentos de última geração, como TVs de tela plana e vídeo games, utilizados principalmente por moradores adolescentes e jovens, em contraste com as condições construtivas precárias da residência e do mobiliário.

Os aspectos simbólicos mais relevantes se diferem entre as moradias. A territorialidade está presente principalmente em residências onde há presença de filhos adolescentes. A demarcação de limites entre público e privado é uma constante em todas as residências, pela presença de muros ou cercas, relacionados também com a segurança pessoal e patrimonial. A apropriação do espaço é recorrente, pela presença de objetos funcionais ou simbólicos e pela afetividade referida a alguns ambientes.

A dimensão temporal é percebida pelas ampliações realizadas nas moradias, em elevado número na maioria dos casos. Verifica-se que as primeiras ampliações são feitas horizontalmente, sendo posteriormente realizadas no sentido vertical, quando a estrutura da construção permite ou foi prevista para este fim, como na moradia F. Dos três casos em que houve ampliação vertical, dois deles possuem terraços cobertos com estrutura e telhas metálicas, sendo que na moradia D também se pretendia realizar a cobertura da mesma forma.

A construção inicial de algumas moradias foi referida pelos moradores como “barraquinho” (moradias B, C e D), denotando sua provisoriedade como condição para se satisfazer as primeiras necessidades habitacionais de abrigo e segurança. Estas condições permitem que se prossiga para a satisfação de níveis superiores de necessidades, conforme a relação feita por Leite (2006) entre a pirâmide de necessidades de Maslow (1954) e as necessidades habitacionais satisfeitas por etapas na moradia (vide figura 2, item 1.3). As últimas ampliações ou reformas realizadas nas residências apontam também para tais necessidades, correspondendo a níveis de envolvimento, estima e autorrealização: construção do buffet, do terraço coberto, construção de unidades residenciais para aluguel, construção de muros, cercas e grades, finalização com acabamentos, etc.

Nos diálogos com os moradores, constatou-se que as obras foram influenciadas pelo conhecimento técnico dos pedreiros ou de moradores autoconstrutores, que possuíam experiência em construção civil. Em alguns casos em que houve envolvimento do Projeto Habitat, o planejamento e as orientações técnicas foram levadas em consideração, como nas moradias A, D e E. As motivações relatadas para as ampliações e reformas se davam principalmente pela necessidade de quartos para

os filhos, pois, em alguns casos, os quartos antigos eram compartilhados por toda a família ou por vários filhos (moradias A, B, D e E). Nos casos em que houve ampliação vertical, esta foi relatada como forma de solucionar problemas com infiltrações através da construção de lajes de concreto armado; nesse sentido, a adição de pavimentos também possibilitou dobrar a área útil das residências, construir novas unidades habitacionais para os filhos ou para aluguel, constituindo assim um patrimônio a ser deixado para os descendentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou analisar de que forma os modos de vida se expressam nos modos de habitar e na conformação do espaço doméstico de moradias autoconstruídas pela população de baixa renda, adotando-se como recorte espacial os bairros Nova Viçosa e Posses, localizados na cidade de Viçosa – MG.

O embasamento teórico realizado foi suficiente para construção das análises propostas, referentes à conceituação sobre os modos de vida, modos de habitar e como ocorrem suas inter-relações no espaço doméstico. A partir das correntes teóricas levantadas foi possível estabelecer conceitos operacionais para a pesquisa e propor variáveis e dimensões que foram úteis para o desenvolvimento das análises. Segundo o modelo de análise proposto (Quadro 4, p. 73), os *modos de vida* envolvem aspectos da vida familiar, de práticas sociais e da visão de mundo das pessoas, os *modos de habitar* se apresentam em dimensões prática, simbólica e temporal e a *conformação do espaço doméstico* está relacionada às características físicas do terreno e da moradia propriamente dita.

A revisão permitiu também identificar as características, conceitos e debates sobre a autoconstrução no contexto urbano brasileiro, além de levantar questões sobre a atuação de arquitetos e urbanistas em processos participativos e sobre a operacionalização da Lei 11.888/08. O suporte teórico sobre o histórico de formação e ocupação dos bairros Nova Viçosa e Posses, bem como de suas condições de infraestrutura e da realidade socioeconômica de seus moradores permitiu a compreensão dos aspectos serem vivenciados durante a pesquisa de campo. Ressalta-se que a realidade habitacional da população residente nos bairros Nova Viçosa e Posses é compatível com a caracterização sobre a autoconstrução no Brasil, uma vez que a forma de provisão habitacional da grande maioria dos moradores é realizada através da autoconstrução incremental, sem orientação técnica de profissionais habilitados.

Em relação à identificação dos modos de vida dos moradores constatou-se que não há um padrão, contudo, a maioria das famílias entrevistadas confirma uma situação de restrições econômicas, condições de trabalho informais e baixa escolaridade. Verificou-se a origem rural de algumas famílias como fator de influência em seus modos de vida e de habitar.

A forma como os moradores concebem as residências em termos especiais e construtivos é muito influenciada pelo conhecimento de construtores locais e pelas tradições dos próprios moradores. Identificaram-se compatibilidades com residências

rurais pela presença de varandas frontais ou posteriores, próximas às cozinhas, pela presença do fogão a lenha e pelo uso dos quintais ou terrenos vizinhos para plantio. Em termos simbólicos, foi constatado que a trajetória habitacional precária ou insegura é um fator preponderante nas representações que os moradores têm sobre a casa. O desejo de superação do histórico habitacional e das condições de vida anteriores se materializa pela valorização da posse do imóvel, pela construção de cômodos amplos e pelo elevado número de reformas e ampliações realizadas nas residências. Além disso, o desejo de se constituir um patrimônio para ser deixado para os filhos demonstra a expectativa de que os descendentes não tenham que enfrentar condições de vida semelhantes às vivenciadas pelos pais.

As tipologias habitacionais encontradas correspondem a casas térreas, com um ou dois andares e com terraços cobertos com estrutura e telhas metálicas. Em relação às mudanças realizadas ao longo do tempo verificou-se que todas as residências passaram por reformas ou ampliações, sendo que as ampliações ocorrem primeiramente no sentido horizontal, às vezes acrescentando cômodo a cômodo, até que haja necessidade de se construir um primeiro pavimento, devido às limitações do terreno. O próprio conhecimento técnico dos pedreiros já aponta para a construção de pavimentos superiores, como no caso de uma das moradias em que o construtor orientou o reforço na estrutura desde o começo da obra, prevendo a ampliação posterior da casa. Observou-se que a construção das lajes superiores e dos terraços cobertos tem importância simbólica, representando a superação do histórico habitacional e a constituição de um patrimônio. Outro aspecto importante em relação as modificações ao longo do tempo é a adição de novas moradias no mesmo terreno, ou seja, ocorre coabitação nos terrenos como maneira de fornecer suporte social para as famílias de filhos e parentes próximos.

Em relação aos limites entre a conformação da residência como expressão do modo de vida e como única possibilidade econômica de acesso à moradia diversos fatores devem ser mencionados. A aparência inacabada das construções, o imprevisto construtivo pelo uso de material de refugo como material de construção e a ocorrência de elementos de uso cotidiano, como fogões a lenha e mobiliários, construídos ou reparados com materiais reaproveitados são um reflexo físico nas moradias das restrições econômicas das famílias. O próprio uso do fogão a lenha também está relacionado com as restrições econômicas, pois evita gastos com a compra de gás de cozinha e energia elétrica. Além disso, a coabitação nos terrenos também reflete a condição socioeconômica, uma vez que a casa fornece suporte para os familiares evitando o gasto com aluguel ou a compra de um novo terreno. Algumas residências possuem local para desenvolvimento de atividades produtivas, que complementam a

renda da família, este aspecto denota situações de indisponibilidade ou inconstância de recursos e contribui para a valorização da casa no cotidiano dos moradores.

Ainda com relação às questões econômicas, as análises confirmam os apontamentos sobre a arquitetura popular como uma manifestação híbrida do vernáculo, indo além, e denotando modos de vida e modos de habitar híbridos entre os entrevistados. Aspectos tradicionais se mesclam com a modernidade e revelam questões contrastantes com a indisponibilidade financeira dos moradores, como ao se observar a presença de equipamentos eletrônicos de última geração convivendo com a notável precariedade construtiva de algumas residências, bem como com situações de vulnerabilidade social. Isto demonstra o sistema de valores presente no modo de vida de algumas famílias, que preferem por utilizar recursos para adquirir equipamentos modernos a realizar melhorias que promoveriam maior salubridade nas residências, por exemplo.

Ao mesmo tempo em que existem referências tradicionais ou rurais na configuração espacial e no uso de espaços, os materiais empregados nas obras são aqueles disponíveis no mercado, industrializados e vendidos a preços mais acessíveis, adquiridos em pequenas quantidades. Geralmente as casas que possuem maior quantidade de acabamentos apresentam piso cerâmico em todos os cômodos, esquadrias de alumínio nas aberturas, grades e portões metálicos e cobertura com estrutura e telhas metálicas. Notadamente nas coberturas não se observou o uso tradicional de telhas cerâmicas, o que tende a refletir a falta de conhecimento técnico para a execução deste tipo de cobertura e, sobretudo, as restrições econômicas para o acesso a este material. Notou-se que a instalação das coberturas é particularmente problemática, sendo constante a referência à construção das lajes de concreto para solucionar problemas com infiltrações, provavelmente devido à maior facilidade de execução e economia.

Esta pesquisa contribui para a compreensão e estudo de espaços domésticos autoconstruídos pela população de baixa renda, sob o ponto de vista arquitetônico e, de certa forma, sociológico. Do ponto de vista da formação arquitetônica, pode-se afirmar que o espaço autoconstruído é pouco debatido, geralmente caracterizado como esteticamente caótico, construtivamente precário e urbanisticamente irregular/ilegal. Contudo, a realidade socioeconômica e urbanística das cidades brasileiras necessita de novos olhares e formas de intervenção por parte de profissionais que se dediquem a questões condizentes com a realidade da maioria da população.

Certas descobertas do trabalho levam à reflexão sobre o fazer arquitetônico na habitação de interesse social (HIS). O desenvolvimento de atividades produtivas nas residências pode ser considerado como variável para se repensar a moradia social, uma

vez que contribui para a superação das restrições econômicas pela população atendida. Nesse sentido, é interessante que o projeto arquitetônico de HIS forneça espaços ou a possibilidade de flexibilização ou ampliação de cômodos para o desenvolvimento de atividades produtivas ou de serviços. Tal possibilidade poderia ser considerada em edificações construídas em conjuntos habitacionais financiados pelo Estado, por exemplo, promovendo uma maior dinâmica urbana pelo uso misto das edificações nesses empreendimentos.

Outra contribuição se dá em face da representação da casa como um projeto de vida, como constituição de um patrimônio e como suporte econômico e social para os descendentes da família. Estas representações se materializam na prática da construção incremental, em que o fator temporal é relevante. Acredita-se que o projeto participativo e o processo de construção incremental podem ser incorporados ao projeto arquitetônico da moradia social, permitindo que a moradia seja ampliada de acordo com o desenvolvimento econômico da família e proporcionando maior apropriação do espaço residencial e satisfação com a moradia. Este conceito é central na Teoria dos Suportes de Habraken (1972) e em projetos de habitação em massa propostos por arquitetos como o grupo Elemental, no Chile (IACOBELLI, 2012).

O trabalho corresponde também ao contexto de debates sobre a Lei 11.888/08, buscando contribuir para a sua consolidação e para as possibilidades de atuação de arquitetos e urbanistas, no cumprimento de sua função social. Acredita-se que diversas dificuldades nas obras das residências visitadas poderiam ser sanadas com melhor orientação técnica e realização de planejamento mais minucioso das etapas construtivas. Um planejamento sistemático das obras e orçamentos permitiria condições construtivas melhores e uma maior realização pessoal em relação à moradia, uma vez que “terminar a casa” parece ser sempre um alvo distante para os moradores. Nesse sentido, a orientação técnica mediante a viabilização e operacionalização da Lei Federal 11.888/08 pode auxiliar as famílias no seu planejamento para o alcance mais eficaz da satisfação residencial.

Em relação aos aspectos positivos da pesquisa, ressalta-se aqui a importância do *Projeto Habitat – Consultório Móvel de Arquitetura* para o desenvolvimento desta pesquisa. Não só pela disponibilidade do banco de dados, como fichas de cadastro dos moradores e levantamento arquitetônico das residências, mas pela importância e representação do projeto juntos aos moradores dos bairros Nova Viçosa e Posses. A inserção no espaço doméstico foi facilitada pela referência ao Projeto Habitat possibilitando uma relação de confiança com os moradores, fundamental para a aplicação da metodologia proposta e vivência dos espaços, uma vez que a investigação sobre o espaço habitacional envolve aspectos de privacidade.

Ainda assim, algumas limitações ao estudo foram encontradas nas visitas de campo, como a impossibilidade de adentrar alguns ambientes domésticos ou moradias de familiares, existentes no mesmo terreno. Em alguns casos, houve certa desconfiança dos moradores sobre a utilização dos dados, principalmente dos levantamentos arquitetônicos, devido a situações de irregularidade. O fato de terem que assinar o termo de compromisso (TCLE) também provocou desconfiança e constrangimento em alguns casos, como de moradores não alfabetizados.

Em relação aos métodos utilizados, considera-se que a metodologia foi pertinente. Houve, contudo, limitações em relação à elaboração do Mapa Afetivo pois alguns moradores se sentiram constrangidos por não saberem manusear a câmera fotográfica e as etapas de projeção mental e metáfora foram difíceis de serem compreendidas em certos momentos. Acredita-se que o método pode ser aperfeiçoado, realizando-se uma filmagem da residência junto com morador, caso permita, acompanhada das indagações presentes nas seções de projeção mental e metáfora, ou sendo o pesquisador aquele que registra as fotos sob orientação do morador, evitando constrangimentos em relação ao uso do equipamento. O Passeio Acompanhado também foi limitado em alguns casos por questões de privacidade e territorialidade, uma vez que não foi possível adentrar certos espaços da residência, como quartos de filhos adolescentes ou residências de familiares localizadas no mesmo terreno.

Aponta-se a necessidade de outras investigações sobre a autoconstrução do ponto de vista arquitetônico e sociológico, explorando contextos regionais, sociais e econômicos distintos. Como informado no início deste trabalho, grande parte da população brasileira tem na autoconstrução a principal forma de acesso à moradia, não se restringindo apenas à população com a menor faixa de renda. Sendo assim, a investigação em contextos onde as restrições econômicas são menores, por exemplo, se faz necessária, uma vez que muitas pessoas não contratam profissionais habilitados para o planejamento e acompanhamento de obras, seja pelo desconhecimento de suas atribuições ou pela burocracia e gastos que eles representam, em seu imaginário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCÂNTARA, B. R. **Contribuição ao redesenho habitacional a partir do bairro Nova Viçosa, em Viçosa, MG**. 2003. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2003.
- ALGRANTI, L. M. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, L. M. (Org.) **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 84-154.
- ANTONUCCI, D. et al. UN-Habitat: 3 décadas de atuação. **Arquitextos**, São Paulo, ano 09, n. 107.01, Vitruvius, abr. 2009. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.107/56>>. Acesso em: 05 nov. 2015.
- ARANTES, P. F. **Arquitetura nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões**. São Paulo: Ed. 34, 2002
- AZEVEDO, S.; ANDRADE, L. A. G. **Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BALTHAZAR, R. D. S. **A permanência da autoconstrução: um estudo de sua prática no município de Vargem Grande Paulista**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU-USP, São Paulo, 2012.
- BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. Florianópolis: Ed: UFSC, 2011.
- BASTOS, C. M. V.; KAPP, S. Produção habitacional de interesse social por autogestão: o desenho emancipado? In: II Congresso Brasileiro e I Ibero-americano de Habitação Social: Ciência e Tecnologia, **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2006.
- BENETTI, P. **Habitação social e cidade: desafios para o ensino de projeto**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012.
- BOMFIM, Z. Á. Afetividade e Ambiente Urbano: Uma proposta metodológica pelos mapas afetivos. In: PINHEIRO, J. Q; GUNTHER, H. (Orgs.). **Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.
- BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- _____. Autoconstrução e habitação: memórias e reflexões sobre a contribuição de Chico de Oliveira. In: RIZEK, C. S.; ROMÃO, W. M. (org.) **Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 223-240.
- BONDUKI, N.; ROLNIK, R. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço urbano como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, E. (org.) **A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982. p. 117-154.
- BOURDIEU, P. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983, p. 82-121.
- BRAGA, G. B. **Por uma caracterização dos territórios segundo o modo de vida rural e/ou urbano**. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Departamento de Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015
- BRASIL. **Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da cidade**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 15 jun. 2015.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação**. Cadernos MCidades. 4 nov. 2004. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

BRASIL. **Lei n. 11.888, de 24 de dezembro de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm>. Acesso em: 12 out. 2014.

CAMACHO, N. O. **A utilização da Lei n. 11.888/08 – Lei de Assistência Técnica Pública e Gratuita – no Programa Minha Casa Minha Vida**: limites e possibilidades na pós-ocupação das unidades habitacionais. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Engenharia, Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído, 2016.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2006.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. A reestruturação do setor imobiliário e o Programa Minha Casa Minha Vida. In: MENDONÇA, J. G.; COSTA, H. S. M. (Org.). **Estado e capital imobiliário**: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. 1ed. Belo Horizonte: C/ Arte, 2011, p. 81-106.

CARVALHO, A. W. B. et al. A assistência técnica gratuita para o projeto de habitação de interesse social: Uma Experiência de Aproximação Entre Pesquisa, Ensino e Extensão. In: VI Projetar, 2013, **Anais...** Salvador: UFBA, 2013.

CAU Conselho de Arquitetura e Urbanismo. **Assistência técnica em habitação de interesse social**. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/athis>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

CHOAY, F. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

COELHO, D. D. **Da fazenda ao bairro**: A construção de uma Nova Viçosa (1970-2000). 2013. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.

COELHO, D. D.; CHRYSOSTOMO, M. I. J. Estratégias imobiliárias a construção do “mito” do pai dos pobres na produção dos bairros periféricos de Amoras e Nova Viçosa (1970-1990). **Revista Ra’e Ga**, Curitiba, v. 33, p. 277-306, abr. 2015.

CORDEIRO, A. S. **Concepção e linguagem projetual de habitações autoconstruídas em Florianópolis/SC**: um estudo na Barra do Sambaqui. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – UFSC, Santa Catarina, 2005.

CORONA, E.; LEMOS, C. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: EDART – São Paulo Livraria e Editora LTDA, 1972.

COSTA, L. Documentação Necessária. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº01, p. 31-39, 1937.

CRESWELL. J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, T. A. et al. (Coord.) **Retrato social de Viçosa V**. Viçosa: CENSUS, 2014.

CUNHA, E. M. P.; ARRUDA, Â. M. V. de; MEDEIROS, Y. **Experiências em Habitação de Interesse Social no Brasil**. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2007.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DE KETELE, J.; ROEGIERS, X. **Metodologia da recolha de dados**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

DIAS, A. L. N. et al. **Estudo comparativo do processo de ocupação irregular do solo urbano nas áreas centrais e periféricas**. Relatório Final de Pesquisa. Viçosa: PIBIC/CNPQ/DAU/UFV, 2011.

ELALI, G. A.; PINHEIRO, J. Q. Analisando a experiência do habitar: algumas estratégias metodológicas. In: VILLA, S. B., ORNSTEIN, S. W. (orgs.). **Qualidade Ambiental na Habitação: avaliação pós-ocupação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

FERRO, S. Notas sobre “o vício da virtude”. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 76, p. 229-234, 2006.

FOLZ, R. R. **Mobiliário na habitação popular** – discussões e alternativas para melhoria da habitabilidade. São Carlos: RiMa, 2003.

FREYRE, G. **A Casa Brasileira**. Rio de Janeiro: Grifo Edições, 1971.

_____. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

_____. **Oh de casa!**: Em torno da casa brasileira e de sua projeção sobre um tipo nacional de homem. Recife: Artenova; Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

_____. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: Record, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, J. G. **Os programas de melhorias habitacionais**: elementos a serem considerados para uma proposta de assistência técnica continuada a partir das experiências do Brasil e de Cuba. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 2014.

GUERRA, I. Modos de vida: novos percursos e novos conceitos. **Sociologia – Problemas e Práticas**, Lisboa, n.13, p. 59-74, 1993.

_____. Um olhar sociológico sobre o alojamento. **Sociologia – Problemas e Práticas**. Lisboa, n.24, p.161-181, 1997.

HABRAKEN, N. J. **Supports: an alternative to mass housing**. London: Architectural Press, 1972.

HALL, P. **Cidades do amanhã**: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, 2005.

HARMS, H. H. Historical Perspectives on the Practice and Purpose of Self-Help Housing. In: Ward, Peter M. (org.). **Self-Help Housing: A Critique**. Londres: Mansell Publishing Limited, 1982.

HEIDEGGER, M. Construir, habitar, pensar. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. In:_____. **Ensaio e conferências**. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 125-141.

HERTZBERGER, H. **Lições de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

IAB Instituto de Arquitetos do Brasil. Manual para a Implantação da Assistência Técnica Pública e Gratuita a Famílias de Baixa Renda para Projeto e Construção de Habitação de Interesse Social. Editora: Tecnodata Educacional, 2010.

IACOBELLI, A. **Elemental**: Manual de vivienda incremental y diseno participativo. Hatje Cantz, 2012.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de**

2014. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativa_dou_2014.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2014.

ICOMOS. **Charte du Patrimoine Bâti Vernaculaire**. México: 1999. Disponível em <http://www.icomos.org/charters/vernacular_f.pdf>. Acesso em: 04 jul.2016.

JACQUES, P. B. **Estética da ginga**: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

KAPP, S. Síndrome do Estojo. In: Colóquio de pesquisas em habitação, **Anais...** Belo Horizonte: EAUFMG, Grupo Morar de Outras Maneiras, 2007.

KAPP, S.; NOGUEIRA, P.; SANTOS, A. P. B. Arquiteto sempre tem conceito - esse é o problema. In: **Projetar, 2009**, São Paulo. Projeto como investigação: antologia. São Paulo: Altermarket, 2009. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/05_biblioteca/acervo/kapp_nogueira_baltazar.pdf> Acesso em: 15 out. de 2014.

LAUWE, P. H. C., **Famille et Habitation** – Sciences Humaines et Conception de l’Habitation. Paris: Editions du CNRS, 1967.

LE GOFF, J. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LEITE, L. C. R. **Avaliação de projetos habitacionais**: determinando a funcionalidade da moradia social. São Paulo: Ensino Profissional, 2006.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEMOS, C. A. C. **Cozinhas, etc**. São Paulo: Editora Perspectiva. 1978.

_____. **História da casa brasileira**. São Paulo: Editora Contexto, 1989.

LIMA, A. C. B. R. Habitar e habitus – um ensaio sobre a dimensão ontológica do ato de habitar. **Arquitextos**, São Paulo, ano 08, n. 091.04, Vitruvius, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.091/183>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

LIMA, E. F. **Meio Ambiente e mudanças na paisagem**: contextualização das segregações ambientais no bairro Nova Viçosa, Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2005.

LIMA, L. S.; XIMENES, L. A.; CAVALCANTE, T. S. Assistência técnica aplicada aos processos de autoconstrução. In: Pluris 2012 - Reabilitar o urbano, Brasília. **Anais...** Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UNB, 2012.

LOBO, E. S. Caminhos da sociologia no Brasil: modos de vida e experiência. **Tempo social**. São Paulo, USP, n.4 (1-2), p.7-15, 1992.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MALARD M. L. Os objetos do cotidiano e a ambiência. In: II Encontro Nacional de Conforto no Ambiente Construído, **Anais...**, Florianópolis, 1993.

MARICATO, E. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, E. (Org.) **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. p. 71-93.

_____. Contradições e Avanços da Habitat II. In: SOUZA, A. G. (Org.). **Habitar Contemporâneo**: novas questões no Brasil dos anos 90. Salvador: UFBA, FAUUFBA, LAB Habitar, p. 21-37,1997.

_____. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARX, M. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: EDUSP/Nobel, 1991

- MASLOW, A. H. **Motivation and personality**. New York: Harper & Brothers, 1954.
- MEDRANO, F. Habitação, arquitetura e contemporaneidade. **Pós – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, FAUUSP, n. 21, p. 98-111, jun. 2007.
- MELLO, S. de. **Barroco mineiro**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MONIOS, J. M.; OLIVEIRA, A. M. V. Arquitetura vernácula e popular em Goiânia. In: KNEIB, E. C. (Org.) **Projeto e cidade: ensaios acadêmicos**. Goiânia: Funape, p.271-288, 2013.
- MONTANER, J. M. **Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX**. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.
- MORAES, A. P. **Limites e potencialidades da assistência técnica pública e gratuita para projeto, construção e melhoria da habitação popular na cidade de Viçosa, MG**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.
- NABARRO, S. A. **Modo de vida e campesinato no capitalismo: contribuições, limites e a construção de um entendimento do campesinato como modo de vida**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- NASCIMENTO, D. M. A autoconstrução na produção do espaço urbano. In: MENDONÇA, J. G.; COSTA, H. S. M. (orgs) **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2011, p. 217-230.
- NESBITT, K. (Org.) **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- NORBERG-SCHULZ, C. O fenômeno do lugar (1976). In: NESBITT, K. (Org.) **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)**. São Paulo: Cosac Naify, p.441-461, 2008.
- OLIVEIRA, F. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. São Paulo: Vozes, 1981.
- _____. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 74, p. 67-85, 2006.
- OLIVEIRA, A. M. V. Arquitetura como fenômeno cultural: a casa brasileira. **Estudos – Arte e tecnologia: Revista da Universidade Católica de Goiás**, Goiânia: Editora da UCG, v. 28, n.1, p. 11-24, 2001.
- OLIVER, P. **Shelter and society**. New York: FA Praeger, 1969.
- _____. Why study vernacular architecture? (1978) In: _____. **Built to meet needs: Cultural issues in vernacular architecture**. Oxford: Elsevier Ltd, 2006.
- PEREIRA, S. M. **Casa e mudança social: uma leitura das transformações da sociedade portuguesa a partir da casa**. Lisboa: Caleidoscópio, 2012.
- PINHEIRO, A. P. S. C. **Modo de olhar: Metodologia para o estudo de moradias rurais**. Dissertação (Mestrado em Estruturas e Construção Civil) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Fortaleza, 2011.
- PINTO, T. C. Modelos de habitat, modos de habitar: o caso da construção clandestina do habitat. **Sociedade e território - Revista de estudos urbanos e regionais**. Lisboa: Edições Afrontamento, fev. 1998. n. 25/26, p. 32-44
- RAPOPORT, A. **House form and culture**. New Jersey: Prentice-Hall, 1969.
- _____. Origens culturais da arquitetura. In: CATANESE, A.; SNYDER, J. C. (orgs.) **Introdução à arquitetura**. Rio de Janeiro: Campus Ltda, 1984. p. 26-42.

- REIS FILHO, N. G. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- RHEINGANTZ, P. A. et al. **Observando a qualidade do lugar: procedimentos para o trabalho de campo**. Rio de Janeiro: FAU, UFRJ, 2009.
- RIBEIRO FILHO, G. B. **A formação do espaço construído: Cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG**. 1997. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- ROLNIK, R. Brasil e o Habitat. In: SOUZA, A. G. (Org.) **Habitar Contemporâneo: novas questões no Brasil dos anos 90**. Salvador: UFBa, FAUUFBa, LAB Habitar, 1997, p. 51-58.
- _____. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ROSALES, M. V. As casas de Freyre: Arquitetura e cotidiano doméstico na estruturação da identidade brasileira. In: CARDÃO, M.; CASTELO, M. (orgs.) **Gilberto Freyre: Novas leituras do outro lado do Atlântico**. São Paulo: Edusp, 2015. p. 129-148.
- SACHT, H. M., CARVALHO, A. W. B. **Habitat de interesse social e meio urbano**. Avaliação das condições de habitação e habitabilidade no Bairro Nova Viçosa, em Viçosa-MG. Relatório Final de Pesquisa e Iniciação Científica – CNPq. Viçosa: DAU, 2002.
- SAMPAIO, J. R. O Maslow desconhecido: uma revisão de seus principais trabalhos sobre motivação. **Revista de Administração**. São Paulo: v. 44, p. 5-16, jan/fev/mar. 2009.
- SANCHES, D. **Processo participativo como instrumento de moradia digna: uma avaliação dos projetos da área central de São Paulo – 1990 a 2012**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.
- SANTOS, C. H. M. **Políticas federais de habitação no Brasil: 1964/1998**. Brasília: IPEA, jul. 1999.
- SANTOS, J. M., CARVALHO, A. W. B., TRINDADE, F. C. Projeto Habitat – Consultório Móvel de Arquitetura em Viçosa-MG. In: IV Seminário Mato-grossense de Habitação de Interesse Social (SHIS). **Anais...** set. 2011.
- SANTOS, J. S. dos. **Lei de Assistência Técnica Pública e Gratuita: um estudo de aplicação para municípios paraibanos**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – PPGAU, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.
- SHIMBO, L. Z. **Habitação social de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.
- SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2001.
- SILVESTRE, M. G.; CARDOSO, L. R. A. Assistência técnica para melhoria habitacional. **Arquitextos**, São Paulo, ano 14, n. 157.00, Vitruvius, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.157/4803>>. Acesso em: 25 set. 2013.
- SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana**, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005.
- SORRE, M. A noção de gênero de vida e sua evolução. In: MEGALE, J. F. (Org.) **Max. Sorre: Geografia**, Rio de Janeiro: Editora Ática, p. 99-123, 1984.

- TEIXEIRA, C. M. Considerações sobre a arquitetura vernácula. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 15, n. 17, 2º sem. 2008.
- TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980;
- _____. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.
- VAZ, L. F. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro. **Análise Social**. Lisboa, v. 29, n. 127, p. 581-597, 1994.
- VELHO, G. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- VERÍSSIMO, F. S.; BITTAR, W. S. M. **500 anos da casa no Brasil**: as transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- VIDAL, T.; POL, E. La apropiación del espacio: una propuesta teórica para comprender la vinculación entre las personas y los lugares. **Anuario de psicología**, Barcelona: Universitat de Barcelona, Facultat de Psicologia, v. 36, n. 3, p. 281-298, dez. 2005.
- WEIMER, G. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- WERNA, E. **Pluralismo na habitação**. São Paulo: Annablume, 2001.
- WHITAKER, J. S. W. Perspectivas e desafios para o jovem arquiteto no Brasil. Qual o papel da profissão? **Arquitextos**, São Paulo, ano 12, n. 133.07, Vitruvius, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3950>>. Acesso em: 25 ago. 2013.
- WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- WISNIK, G. A arquitetura lendo a cultura. In: NOBRE, A. L. (Org.). **Um modo de ser moderno**: Lucio Costa e a crítica contemporânea. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – FICHA COM DADOS SISTEMATIZADOS DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROJETO HABITAT ENTRE 2004 E 2012

CLIENTE	ENDEREÇO	TEL.	LEVANTAMENTO	INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS SOBRE A CASA	INFORMAÇÕES DA FAMÍLIA	MODIFICAÇÕES REALIZADAS
2004-2005						
Marta e José	Rua João Bosco R. Andrade nºx		Planta em CAD	Casa 02; fotos da residência e das modificações	9 moradores; renda 500 reais; 5a série	Fotos
Maria e Antônio	?		Planta em CAD	Casa 01; fotos da residência e das modificações	Pais e 4 filhos	Fotos
2007						
Antônio	Rua Luis Michel n x, Nova Viçosa		????????	Fotos; 2 pavimentos; projeto ou levantamento?	Sem ficha	Planta em CAD
Roselene	Rua Luis Michel nº x F, Bairro Nova Viçosa		Planta em CAD	Fogão a lenha em cômodo que também é quarto; chão de terra;	4 moradores;	Planta em CAD
João	Rua João Bosco R. Andrade nºx		Levantamento CAD	Fotos; piso de cimento queimado; paredes rebocadas e pintadas em péssimo estado; esquadrias metálicas e de madeira; rachaduras em diversas paredes	Pais e 6 filhos	Planta em CAD
José	Cláudio José nº x, Bairro Nova Viçosa		????????	Fotos; projeto novo - possível ampliação	?	Planta em CAD
Sandra	Rua Cláudio José Mariano da Rocha, x F, Bairro Nova Viçosa		Lev e Planta CAD	Fotos; piso cerâmico; paredes chapiscadas; banheiro s/ porta; cozinha usada como quarto	3 moradores; renda 600; 5a série	Lev e Planta CAD
Lindonéia	Cláudio José M. da Rocha, x, Nova Viçosa		Croqui	Ficha de cadastro; croqui;	Mãe + 3 filhos; 2a série;	Planta em CAD
Sebastião	Rua Geraldo Rodrigues da Cunha nº x, Bairro Nova Viçosa		Planta em CAD	Ficha de cadastro; croqui	Pais + 2 filhos; 4a série; 1 SM	Planta em CAD
Lúcia	Geraldo R. da Cunha nº x F, Bairro Nova Viçosa		Planta em CAD	Fotos; piso de chão batido; paredes s/ reboco; paredes de madeira na cozinha; galinheiro faz divisa com a cozinha;	9 moradores	Planta em CAD
Maria	Rua Rafael S. Araújo nº x, Bairro Nova Viçosa		Lev e Planta em CAD	Fotos; piso de terra batida; paredes s/ reboco; parede de um quarto de madeira; cozinha cercada c/ bambu	5 moradores; desempregados; 2a série	Lev e Planta em CAD
Maria Justina Ferreira da Silva	Travessa Maria Marciano Pinheiro nºx, Nova Viçosa		Lev e Planta em CAD	Fotos; piso terra batida e contrapiso; paredes s/ reboco; paredes de madeira (cozinha e varanda); banheiro e quarto s/ porta	6 moradores; 6a série;	
Marina Evangelista	Trav. Mariano Marciano Pinheiro nºx, Bairro Nova Viçosa		Lev e Planta em CAD	1 foto (+ fotos na apresentação); piso inacabado; paredes chapiscadas; banheiro superdimensionado s/ porta; cozinha usada como quarto	5 moradores; 6a série; renda 380;	
2008						
Geralda	Rua José Rocha Filho nº 103, Bairro Nova Viçosa		Lev e Planta em CAD	Ficha de cadastro; croqui	5 moradores	
Maria Gertrudes	Rua Rahme Curi nº x, Bairro Nova Viçosa		Croqui, planta em CAD	Fotos; fichas de cadastro; croquis	2 moradores	Planta em CAD
Jacinto	Rua José Borges Santana nº x, Bairro Nova Viçosa		Planta em CAD	Fotos; fichas de cadastro; croquis	Casal de moradores	

José	Rua José Dias Duarte, x			Apenas ficha		
José	Rua Francisco Elesbão de Araujo nº x, Bairro Nova Viçosa		Planta em CAD	Fotos; ficha de cadastro; croquis	3 moradores	
Maria	Rua Agenor Pires Dantas nº x, Bairro Nova Viçosa		Planta em CAD	Fotos; ficha de cadastro; croquis	3 moradores; 2 SM	
Maria de Lourdes	Rua Agenor Pires Dantas nº x, Bairro Nova Viçosa		Planta em CAD	Fotos; ficha de cadastro; croquis	4 moradores	
Sebastiana	Rua Agenor Pires Dantas nº x, Bairro Nova Viçosa		Planta em CAD	Fotos; ficha de cadastro; croquis	1 moradora; 62 anos	
Maria Roberta	Rua Cláudio José M. Rocha (paralela APOV)		Planta em CAD	Fotos; ficha de cadastro; croquis	3 moradores; sem instrução; renda 380	
2009						
Alessandra	Rua Antônio Valério Pinheiro, nºx, Nova Viçosa		Planta em CAD	Fotos; Sem ficha;	3 moradores	
Aparecida	Estrada de Airões, nº x, Nova Viçosa		Planta em CAD	Fotos; Sem ficha;	3 moradores, 7a série, renda 565	
Arlinda	Rua Aziz Alexandre, nºx, Nova Viçosa		Levant. CAD	?????????	4 moradores; 4a série, 2 SM	Acompanhamento em 2012
Flaviana	Rua Rami Cury, nºx, Nova Viçosa		Planta em CAD	Fotos	4 moradores; 6a série, renda 300	Planta em CAD
Gilson	Rua Chotaro Shymoia, nºx, Nova Viçosa		Planta CAD	Fotos terreno; Projeto novo;	Pós grad incompl	Projeto em CAD
Giovanne	Rua Aziz Alexandre, nºx, Nova Viçosa		Planta em CAD	Fotos terreno; Projeto novo;		Projeto em CAD
José	Rua Nicolau Martins, nºx, Nova Viçosa		Planta em CAD	Fotos terreno; Projeto novo;	Superior incomp.	Projeto em CAD
Maria Aparecida	Rua Francisco Damasceno, Posses			Fotos; sem levantamento; projeto incompleto		
Maria Augusta	Rua Aziz Alexandre, nºx, Nova Viçosa		Projeto em CAD	Fotos terreno; Projeto novo;		
Maria do Carmo	Rua Chotaro Shymoia, nºx, Nova Viçosa		Projeto em CAD	Fotos; projeto de reforma	4 moradores; 2 grau incomp.; 2 SM	
Sandra	Rua Rami Cury, nºx, Nova Viçosa		Planta em CAD	Muitas fotos originais e da reforma; Sem ficha;	3 moradores	
Vantuil	Rua Chotaro Shymoia, Nova Viçosa		?????????	Fotos do levantamento, mas sem levantamento	5 moradores; 4a série; renda 1500	
2010						
Edmar	Rua Ricardo Alves, nº x Posses		Planta em CAD	Ampliação da casa;	4 moradores; 4a série, renda 200	
2012						
Alessandra	R. Antonio Valério Pinheiro, 40		Planta baixa em CAD	Legalização e Muro de arrimo	4 moradores, duas filhas	
Ana Maria	Rua Louis Michel			Reforma ; não achei a pasta		

Ariana	Rua Maria Francisca Amorim, 116 (terreno de esquina, telhado paulista)		Planta baixa em CAD	Reforma	4 moradores, avô, pai e mãe	
Graziela	R. Antonio V. Pinheiro, 159			Reforma, legalização	Planta incompleta	
M ^a das Graças	R. José Casimiro da Silva, 22			Legalização, não encontro a rua em Nova Viçosa, planta incompleta no CAD		
Maria Luiza	R. Lauro Cintra, x		Planta baixa em CAD	Legalização	2 moradores	Fotos
Neiri	R. Rami Couri,x		Planta baixa em CAD	Reforma e legalização		
Reinaldo	R. José Soares Silva, x (depois da igreja)		Planta baixa em CAD	Legalização, ampliação 2º pvto	3 moradores, casal e filha bebê	
Rose	R. Florindo Comastre, x(perto da igreja)		Planta baixa em CAD	Regularização	2 moradoras, mãe e filha	
Sandra	R. José Lopes de Carvalho, x			Legalização (acho que é em Novo Silvestre)	5 moradores	Fotos
Silvana	Rua Alpha Chequer, x			Reforma, ficha sem informações		
Terezinha	R. José Teotônio Pacheco, x (indo p/ granja) Posses		Planta baixa em CAD	Reforma	4 moradores, mãe, esposo e filho	Duas fotos
Viviane	R. José Lopes Valente, x - 2ª andar (2ª à esquerda antes de virar na pracinha)			Legalização; rua da APOV	3 moradores, filha pequena	

APÊNDICE B – FICHAS DE LOCALIZAÇÃO DAS MORADIAS

2007

Cliente: 1

Endereço: Rua João Bosco R. Andrade, 405

Informações adicionais: 9 moradores, renda média 500 reais, escolaridade 5ª série

Localização

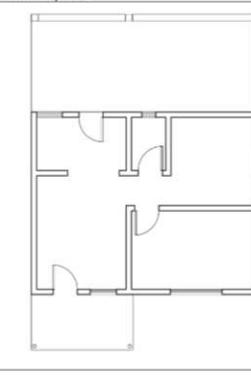


Aspecto externo da casa (2011 – Google Street View)



Não há certeza se é esta casa, pois não foi possível identificar o número, entretanto a planta-baixa parece corresponder. Há uma placa na fachada indicando uma atividade comercial - J.M. Buffet.

Levantamento arquitetônico



Proposta de reforma



2007

Cliente: 2

Endereço: Rua Geraldo Rodrigues da Cunha nº 372

Informações adicionais: Pais + 2 filhos; 4ª série; renda média 1 SM

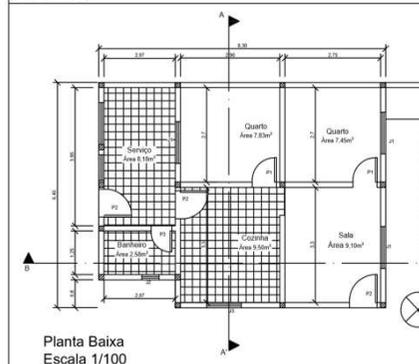
Localização



Aspecto externo da casa (2011 – Google Street View)

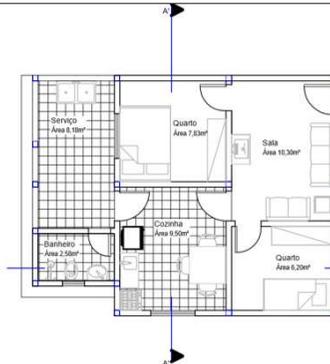
Não localizada

Levantamento



Planta Baixa
Escala 1/100

Projeto



Mudança de posição entre um quarto e a sala.

2008

Cliente: 3

Endereço: Rua Rahme Curi nº 58

Informações adicionais: Dona de casa aposentada (+ de 70 anos) e um filho. Nenhum dos moradores trabalhava, renda de 1 SM.

Localização:

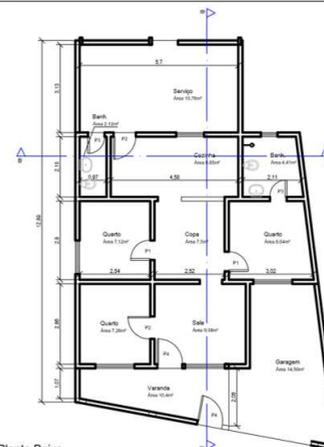


Rua abaixo da Igreja Católica

Aspecto externo da casa (2011 – Google Street View)



Levantamento



Planta Baixa
Escala 1/100

Projeto

Segundo a ficha de cadastro do Habitat, há uma observação de que o projeto era para desmembramento (registro), portanto acredito que não há projeto de reforma / alteração.

2008

Cliente: 4

Endereço: Rua Cláudio José M. Rocha (paralela APOV), 368

Informações adicionais: Dona de casa (74 anos); 3 moradores (filha e neto), renda 380

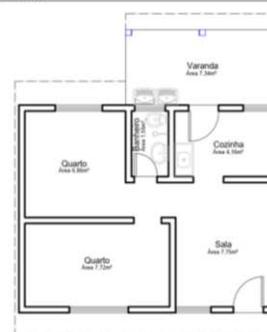
Localização:



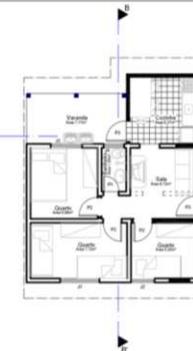
Aspecto externo da casa (2011 – Google Street View)



Levantamento



Projeto



2009

Cliente: 5

Endereço: Rua Rahme Cury, nº378

Informações adicionais: 3 moradores; reforma acompanhada; [Obs.: me parece que há 2 habitações na mesma construção]

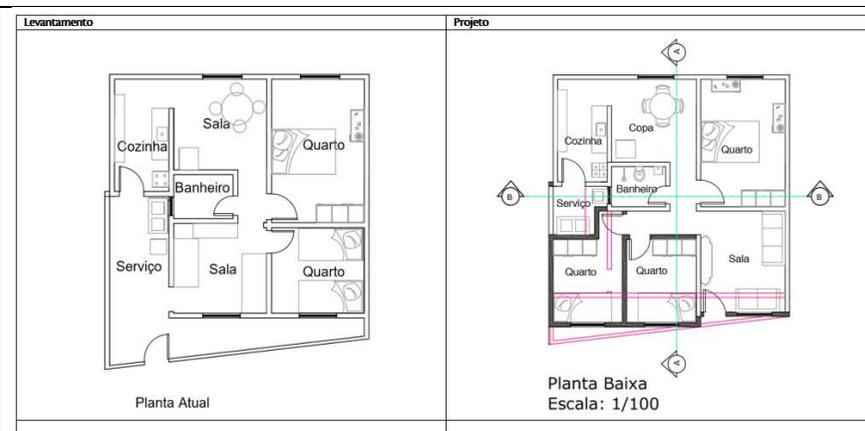


2009

Cliente: 6

Endereço: Rua Aziz Alexandre, n 82 (ao lado da Chácara Betânia)

Informações adicionais: 4 moradores; 2 grau incomp.; 2 SM



2010

Cliente: 7

Endereço: Rua Ricardo Alves da Silva, nº 55 | Posses

Informações adicionais: Projeto para ampliação da casa; 4 moradores; 4a série, renda 200 reais

<p>Localização:</p>  <p>Localização da rua</p>	<p>Aspecto externo da casa:</p> <p>Não encontrada no Street View, não possui fotos no arquivo.</p>
--	---

<p>Levantamento</p> 	<p>Projeto</p> 
--	---

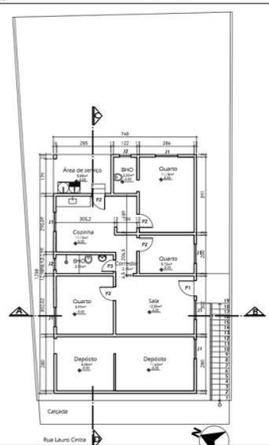
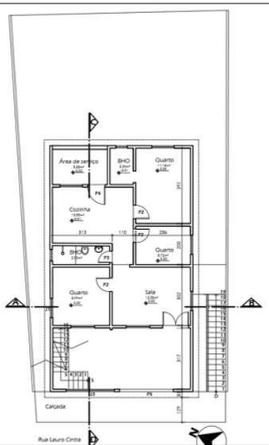
2012

Cliente: 8

Endereço: Rua Lauro Cintra 59, telefone

Informações adicionais: Levantamento para legalização

<p>Localização:</p>  <p>Localização da rua</p>	<p>Aspecto externo da casa:</p> 
---	--

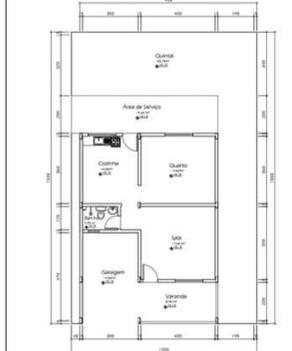
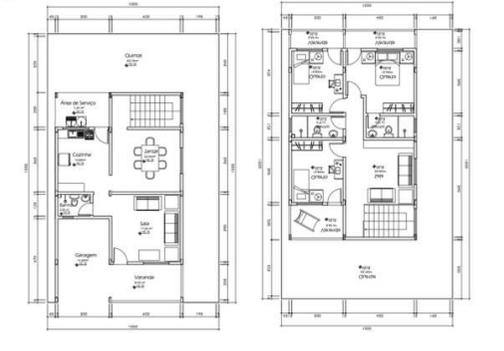
<p>Levantamento</p>  <p>Primeiro pavimento</p>	<p>Levantamento</p>  <p>Segundo pavimento</p>
---	--

2012

Cliente: 9

Endereço: Rua José Teotônio Pacheco, 355, Posses (p. granja)

Informações adicionais: Reforma, 4 moradores, mãe, esposo e filho (10 anos)

<p>Localização:</p> 	<p>Aspecto externo da casa:</p> 	<p>Levantamento</p>  <p>Primeiro pavimento</p>	<p>Proposta</p>  <p>Segundo pavimento</p>
---	--	---	--

APÊNDICE C — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Universidade Federal de Viçosa, através do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, está desenvolvendo uma pesquisa intitulada **Modos de vida e modos de habitar em moradias autoconstruídas: um estudo nos bairros Nova Viçosa e Posses**. A referida pesquisa é executada pela pesquisadora de mestrado *Maressa Fonseca e Souza*, sob a orientação do *Prof. Ítalo Itamar Caixeiro Stephan* e da *Profa. Aline Werneck Barbosa de Carvalho*. Nesse sentido, gostaríamos de convidá-lo (a) para a participar da realização de uma entrevista, passeio acompanhado, mapa afetivo e levantamento arquitetônico de sua residência, com o objetivo de compreender a relação entre configuração espacial e os valores culturais expressos na moradia autoconstruída nos bairros Nova Viçosa e Posses, em Viçosa – MG.

Possíveis contribuições: Este estudo pretende contribuir para o processo de projeto de habitação de interesse social (habitação popular), no sentido de apontar soluções mais condizentes com as realidades e necessidades habitacionais da população a partir dos resultados da pesquisa.

Possíveis riscos e desconforto: Sentimento de não privacidade dos moradores da residência durante as atividades realizadas.

Caso você sinta algum desconforto durante a pesquisa você poderá pedir ao pesquisador que as atividades sejam encerradas. Você também poderá solicitar qualquer esclarecimento quando sentir necessidade e poderá interromper sua participação em qualquer momento, sem ônus, de qualquer natureza. Você tem a liberdade de recusar ou retirar o consentimento sem penalização em qualquer etapa da pesquisa. Asseguramos que o que for dito, registrado e escrito será respeitosamente utilizado exclusivamente para fins desta pesquisa, e que serão mantidos o sigilo e anonimato das informações aqui contidas.

A utilização dos instrumentos de coleta de dados será antecedida por esclarecimentos quanto ao teor da pesquisa e seu sigilo junto aos moradores das residências; a pesquisadora apresentar-se-á sempre disponível para esclarecimentos a qualquer tempo, atenuando os possíveis incômodos nos moradores.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa
Campus Viçosa, prédio Arthur Bernardes, piso inferior
Telefone: 3899-2492
Correio eletrônico: cep@ufv.br.

O presente TCLE foi elaborado/redigido em conformidade com a Resolução CNS 466/2012.

Eu, _____, li e entendi o consentimento e me foram dadas as oportunidades para esclarecer minhas dúvidas. Minha participação é inteiramente voluntária, autorizo o registro das informações fornecidas por mim, através de entrevista, para serem utilizadas integralmente ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data, estando eu de posse de uma via deste termo. Seu controle e guarda ficará em poder da professora orientadora para realização da pesquisa intitulada: **Modos de vida e modos de habitar em moradias autoconstruídas: um estudo nos bairros Nova Viçosa e Posses.**

Viçosa, _____ de _____ de 2015.

Nome: _____ Contato: _____

Assinatura: _____

Contato dos pesquisadores:

Maressa Fonseca e Souza

Pesquisadora no Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFV

Tel.: xxxxxx

Prof. Ítalo Itamar Caixeiro Stephan

Orientador da pesquisa

Tel.: xxxxxx

Profa. Aline Werneck Barbosa de Carvalho

Orientadora da pesquisa

Tel.: xxxxxx

Departamento de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal de Viçosa

Campus Viçosa, Av. Peter Henry Rolfs, s/n,

Telefone: 3899-2759

APÊNDICE D – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: ENTREVISTA

Pesquisador	UH:	Data	Hora início	Hora fim
-------------	-----	------	-------------	----------

1. Composição familiar

1.1 Morador	1.2 Idade	1.3 Relação de parentesco	1.4 Local de nascimento	1.5 Escolaridade	1.6 Onde estuda?	1.7 Trabalha (S/N)	1.8 Qual ocupação?	1.9 Local de trabalho?	1.10 Renda
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									

Observações:

- Buscar aplicar o formulário com o responsável pela moradia.
- Na questão 1.1 o respondente deve ser indicado com um asterisco após o nome.
- A questão 1.3 deverá ser respondida da seguinte forma: filho, filha, neto, mãe, pai, avô, avó, irmão, irmã, cunhada, etc. em relação ao respondente.
- Em caso de desemprego, a questão 1.8 deverá constar a atividade econômica anterior e indicar (D)

Origens, trajetórias e situação da moradia atual

2. Origens e trajetórias

2.1 Onde moraram antes? (bairro, cidade, uf) Como era a moradia anterior?

2.2 Há quanto tempo moram aqui? Por que se mudaram para esta casa?

2.3 Você é o primeiro proprietário? Caso não seja, por que adquiriu esta casa?

3. Situação do lote

3.1 Qual a situação de posse do lote/casa (próprio, doado, alugado, etc.)?

3.2 Quantas famílias ocupam este lote? Qual a relação de parentesco?

4. Construção da casa

4.1 Após a aquisição do lote, quanto tempo levou para iniciar a construção da casa?

4.2 Quem construiu esta casa? Quem idealizou (fez o projeto) da casa?

4.3 Por quais cômodos a construção teve início?

4.4 Quais materiais foram utilizados na construção? Como vocês conseguiram os materiais (compra, doação, etc.)?

4.5 Quanto tempo demorou para a casa ficar pronta?

5. Reformas e ampliações

5.1 A casa já foi reformada ou ampliada alguma vez? Quando? Qual foi o motivo da reforma?

5.2 Quem fez a reforma (pedreiro, moradores, etc.)? O que foi reformado / ampliado?

5.3 Existe alguma modificação que você gostaria de fazer atualmente?

5.4 Se você fosse construir essa casa novamente, faria do mesmo modo? Como faria?

APÊNDICE E — INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: QUADRO DE ATIVIDADES E RESPECTIVOS LOCAIS DE REALIZAÇÃO

QC: quarto de casal; QS: quarto de solteiro; CZ: cozinha; S.E.: sala de estar; S.J.: sala de jantar; B.: banheiro; A.S.: área de serviço

Atividade básica	ITEM	Sub-atividade básica	QC	QS	CZ	S.E.	S.J.	B.	A.S.			COMENTÁRIOS
Repouso	1	Dormir										
	2	Descansar										
	3	Tratar de enfermos										
	4	Receber hóspedes										
Convívio familiar e social	5	Fazer refeições										
	6	Receber visitas										
	7	Conversar										
	8	Ouvir música										
	9	Assistir televisão										
	10	Atender ao telefone										
Alimentação	11	Guardar alimentos										
	12	Guardar utensílios de cozinha										
	13	Preparar alimentos										
	14	Cozinhar refeições										
	15	Fazer refeições rápidas (café, lanche)										
	16	Lavar louça										
	17	Eliminar resíduos (lixo)										
Cuidados e higiene com o corpo	18	Tomar banho										
	19	Lavar rosto e mãos										
	20	Fazer a barba										
	21	Pentear os cabelos										
	22	Escovar os dentes										
	23	Trocar de roupa										
	24	Fazer exercícios físicos										
	25	Necessidades fisiológicas										
Lazer	26	Descansar										
	27	Ler										
	28	Brincar*										
	29	Jogar										
	30	Realizar passatempos**										
Estudos ou trabalho em casa	31	Realizar tarefas escolares										
	32	Realizar trabalhos manuais										
	33	Estudar / leitura										
Cuidados com vestuário	34	Separar roupa suja										
	35	Lavar roupas										
	36	Secar roupas										
	37	Passar roupas										
	38	Costurar										
	39	Guardar roupas e calçados										
Guardar pertences diversos	40	Guardar objetos pessoais										
	41	Guardar material escolar										
	42	Guardar material de limpeza doméstica										
	43	Guardar ferramentas										
	44	Fazer pequenos reparos										
	45	Guardar bicicletas ou aparelhos grandes										
	46	Guardar material de construção										

QC: quarto de casal; QS: quarto de solteiro; CZ: cozinha; S.E.: sala de estar; S.J.: sala de jantar; B.: banheiro; A.S.: área de serviço

*Especificar a atividade:

**Especificar a atividade:

FONTE: Cordeiro (2005)

APÊNDICE G — INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO

Pesquisador	UH	Data	Hora início	Hora fim
-------------	----	------	-------------	----------

Folha de croqui

Implantação

Planta baixa

Cortes

Fachadas

